ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 141 Brasília - DF, quarta-feira, 28 de julho de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Cidadania 9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 10
Ministério das Comunicações 12
Ministério da Defesa 13
Ministério do Desenvolvimento Regional 14
Ministério da Economia 15
Ministério da Educação 39
Ministério da Infraestrutura 39
Ministério da Justiça e Segurança Pública 42
Ministério do Meio Ambiente 53
Ministério de Minas e Energia 53
Ministério da Saúde 59
Ministério do Turismo 69
Ministério Público da União 71
Defensoria Pública da União 71
Poder Judiciário 71
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 71

..... Esta edição completa do DOU é composta de 74 páginas .....

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.058, DE 27 DE JULHO DE 2021

Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. .....

.....

XIV-A - Ministério do Trabalho e Previdência;

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

XVII - até 13 (treze) Secretarias.

....." (NR)

"Art. 31. .....

.....

XII - elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;

.....

XL - políticas de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços.

....." (NR)

"Art. 32. .....

.....

III - a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, com até 3 (três) Secretarias;

.....

VII - a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, com até 3 (três) Secretarias;

VIII - a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, com até 4 (quatro) Secretarias;

.....

XXXIV - até 3 (três) Secretarias." (NR)

"**Seção XV-A**

Do Ministério do Trabalho e Previdência

Art. 48-A. Constituem áreas de competência do Ministério do Trabalho e Previdência:

I - previdência;

II - previdência complementar;

III - política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;

IV - política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho;

V - fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;

VI - política salarial;

VII - intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional;

VIII - segurança e saúde no trabalho;

IX - regulação profissional; e

X - registro sindical." (NR)

"Art. 48-B. Integram a estrutura básica do Ministério do Trabalho e Previdência:

I - o Conselho de Recursos da Previdência Social;

II - o Conselho Nacional de Previdência Social;

III - o Conselho Nacional de Previdência Complementar;

IV - a Câmara de Recursos da Previdência Complementar;

V - o Conselho Nacional do Trabalho;

VI - o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VII - o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e

VIII - até 4 (quatro) Secretarias.

Parágrafo único. Os Conselhos a que se referem os incisos V a VII do **caput** são órgãos colegiados de composição tripartite, com paridade entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal." (NR)

"Art. 49. .....

.....

VII - gestão do Fundo Geral de Turismo - Fungetur;

VIII - regulação, fiscalização e estímulo à formalização, à certificação e à classificação das atividades, dos empreendimentos e dos equipamentos dos prestadores de serviços turísticos;

IX - política nacional de cultura;

X - proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural;

XI - regulação dos direitos autorais;

XII - assistência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos;

XIII - desenvolvimento e implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural; e

XIV - formulação e implementação de políticas, programas e ações para o desenvolvimento do setor museal." (NR)

"Art. 50. .....

I - a Secretaria Especial de Cultura;

II - o Conselho Nacional de Turismo;

III - o Conselho Nacional de Política Cultural;

IV - a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura;

V - a Comissão do Fundo Nacional da Cultura; e

VI - até 9 (nove) Secretarias.

Paragrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre a composição e o funcionamento do Conselho Superior do Cinema, garantida a participação de representantes da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional." (NR)

2º Fica criado o Ministério do Trabalho e Previdência.

3º Ficam transformados, sem aumento de despesa:

I - dois cargos de nível 4 e dois cargos de nível 3 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados no Ministério da Economia no cargo de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência; e

II - o cargo de Natureza Especial de Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no cargo de Natureza Especial de Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência.

4º A Estrutura Regimental do Ministério da Economia continuará vigente e aplicável até a sua revogação expressa.

§ 1º O apoio administrativo prestado às unidades da extinta Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia continuará sendo prestado ao Ministério do Trabalho e Previdência na forma prevista na Estrutura Regimental em vigor.

§ 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia prestará apoio jurídico, até previsão em contrário em ato do Poder Executivo federal:

I - às unidades da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e

II - ao Ministério do Trabalho e Previdência.

5º Na data de entrada em vigor desta Medida Provisória:

I - ficam automaticamente exonerados os ocupantes dos cargos extintos e efetuadas as transformações de cargos de que trata o art. 3º; e

II - ficam subordinadas ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência as seguintes unidades da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia:

a) a Subsecretaria de Assuntos Corporativos;

b) a Secretaria de Previdência; e

c) a Secretaria do Trabalho.

Art. 6º Os servidores, os empregados e o pessoal temporário do Ministério da Economia que, em 31 de dezembro de 2018, estavam lotados:

I - no extinto Ministério do Trabalho e na Secretaria de Previdência do extinto Ministério da Fazenda ficam transferidos para o Ministério do Trabalho e Previdência; e

II - nos extintos Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços que estão atualmente lotados na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho ficam transferidos para o Ministério da Economia.

§ 1º Fica dispensada a formalização de ato de cessão, requisição, alteração de exercício para composição da força de trabalho ou de qualquer outra forma de movimentação para os agentes públicos de que trata o **caput** que estejam atualmente ocupando cargos em comissão, gratificações ou funções de confiança nas unidades de exercício.

§ 2º A transferência de pessoal a que se refere o **caput** não implicará alteração remuneratória e não poderá ser obstada a pretexto de limitação de exercício em outro órgão ou entidade por força de lei especial.

§ 3º Não haverá novo ato de cessão, requisição, alteração de exercício para composição da força de trabalho ou de qualquer outra forma de movimentação por mera decorrência das alterações realizadas por esta Medida Provisória.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores de carreiras de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

§ 5º A gestão da folha de pagamento de pessoal permanecerá com a unidade administrativa responsável, até previsão em contrário em ato do Poder Executivo federal.

7º A redistribuição dos servidores, dos empregados públicos e do pessoal temporário de que trata o **caput** do art. 6º ocorrerá da seguinte forma:

I - na data de publicação desta Medida Provisória, para os servidores em exercício na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; e

II - na data de publicação das novas Estruturas Regimentais do Ministério da Economia e do Ministério do Trabalho e Previdência, para os demais servidores, empregados públicos e pessoal temporário.

Art. 8º Para fins de estruturação do Ministério da Economia e do Ministério do Trabalho e Previdência, em decorrência desta Medida Provisória, o Poder Executivo federal fica autorizado a efetuar a alteração, mediante transformação, dos quantitativos e da distribuição dos cargos em comissão do Grupo-DAS, das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e das demais Funções Comissionadas existentes na estrutura do Ministério da Economia na data da publicação desta Medida Provisória.

Parágrafo único. A transformação de que trata o **caput**:

I - observará os respectivos valores de remuneração dos cargos e das funções de confiança a que se refere;

II - não se submeterá às restrições de que trata a Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016; e

III - não implicará aumento de despesa.

9º Compete ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades de servidores vinculados à autarquia, inclusive nas hipóteses de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

10. O cargo de Perito Médico Federal, integrante da carreira de Perito Médico Federal, de que trata a Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, o cargo de Perito Médico da Previdência Social, integrante da carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, e o cargo de Supervisor Médico-Pericial, integrante da carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, passam a integrar o quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Previdência.

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência disporá sobre o exercício dos servidores das carreiras de que trata o **caput**.

Art. 11. A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida por representante do Ministério do Trabalho e Previdência.

....." (NR)

12. Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - da Lei nº 13.844, de 2019:

a) os incisos XIV a XIX do **caput** do art. 23;

b) do art. 24:

1. do **caput**:

1.1. o inciso III; e

1.2. os incisos XII a XIV; e

2. o § 2º;

c) do **caput** do art. 31:

1. os incisos X e XI;

2. os incisos XXX a XXXVI; e

3. o inciso XLI; e

d) do art. 32:

1. do **caput**:

1.1. o inciso V;

1.2. os incisos XVIII a XX; e

1.3. os incisos XXVIII a XXXI; e

2. o parágrafo único; e

II - os art. 19 e art. 20 da Lei nº 13.846, de 2019.

13. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 10.756, DE 27 DE JULHO DE 2021

Institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal - Sipef, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - programa de integridade - conjunto estruturado de medidas institucionais para prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta;

II - risco para a integridade - possibilidade de ocorrência de evento de corrupção, fraude, irregularidade ou desvio ético ou de conduta que venha a impactar o cumprimento dos objetivos institucionais;

III - plano de integridade - plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período de tempo, elaborado por unidade setorial do Sipef e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade; e

IV - funções de integridade - funções constantes dos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética e transparência.

Art. 3º São objetivos do Sipef:

I - coordenar e articular as atividades relativas à integridade; e

II - estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.

Art. 4º Compõem o Sipef:

I - órgão central: a Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União; e

II - unidades setoriais: as unidades nos órgãos e nas entidades responsáveis pela gestão da integridade, nos termos do disposto no inciso II do **caput** do art. 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

§ 1º As atividades das unidades setoriais do Sipef ficarão sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central, sem prejuízo da subordinação administrativa regular ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que pertençam.

§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal deverão indicar ao órgão central, dentro de sua estrutura regimental disponível, a unidade que atuará como responsável setorial pelas atividades do Sipef até a data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 3º Na hipótese de alteração de unidade setorial responsável, os órgãos e as entidades da administração pública federal deverão notificar o órgão central.

Art. 5º Compete ao órgão central do Sipef:

I - estabelecer as normas e os procedimentos para o exercício das competências das unidades integrantes do Sipef e as atribuições dos dirigentes para a gestão dos programas de integridade;

II - orientar as atividades relativas à gestão dos riscos para a integridade;

III - exercer a supervisão técnica das atividades relacionadas aos programas de integridade geridos pelas unidades setoriais, sem prejuízo da subordinação administrativa dessas unidades ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que estiverem vinculadas;

IV - coordenar as atividades que exijam ações conjuntas das unidades integrantes do Sipef;

V - monitorar e avaliar a atuação das unidades setoriais;

VI - realizar ações de comunicação e capacitação relacionadas à integridade; e

VII - dar ciência aos órgãos ou às entidades de fatos ou situações que possam comprometer o seu programa de integridade, além de recomendar a adoção das medidas de remediação necessárias.

Art. 6º Compete às unidades setoriais do Sipef:

I - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nos assuntos relacionados ao programa de integridade;

II - articular-se com as demais unidades do órgão ou da entidade que desempenhem funções de integridade para a obtenção de informações necessárias ao monitoramento do programa de integridade;

III - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;

IV - promover a orientação e o treinamento, no âmbito do órgão ou da entidade, em assuntos relativos ao programa de integridade;

V - elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;

VI - coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

VII - monitorar e avaliar, no âmbito do órgão ou da entidade, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;

VIII - propor ações e medidas, no âmbito do órgão ou da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados à gestão do programa de integridade;

IX - avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão ou entidade;

X - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade o andamento do programa de integridade;

XI - participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sipef, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades comuns;

XII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação; e

XIII - executar outras atividades dos programas de integridade previstos no art. 19 do Decreto nº 9.203, de 2017.

Art. 7º O Sipef atuará de forma complementar e integrada aos demais sistemas estruturadores existentes, principalmente aqueles que coordenam as atividades de instâncias que prestam apoio ao sistema de integridade a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 2º, de forma a evitar a sobreposição de esforços, racionalizar os custos e melhorar o desempenho e a qualidade dos resultados.

Art. 8º Os responsáveis pelas atividades das unidades setoriais deverão ter vínculo permanente com a administração pública federal e possuir reputação ilibada.

Parágrafo único. Os responsáveis a que se refere o **caput** deverão participar das ações de capacitação indicadas pelo órgão central.

Art. 9º Fica revogado o art. 20-A do Decreto nº 9.203, de 2017.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 9 de agosto de 2021.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Wagner de Campos Rosário
Onyx Lorenzoni

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETOS DE 27 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

PROMOVER,

a partir de 31 de julho de 2021, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Aeronáutico, ao grau de Grã-Cruz, os seguintes militares do Comando da Aeronáutica:

Tenente-Brigadeiro do Ar PEDRO LUIS FARCIC; e

Tenente-Brigadeiro do Ar RICARDO REIS TAVARES.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

ADMITIR,

no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande-Oficial, o Embaixador TODD CRAWFORD CHAPMAN, Estados Unidos da América.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

PROMOVER,

a partir de 31 de julho de 2021, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército JOÃO CHALELLA JÚNIOR;

General de Exército ACHILLES FURLAN NETO; e

General de Exército RICHARD FERNANDEZ NUNES;

II - ao grau de Grande-Oficial:

General de Divisão GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES;

General de Divisão CRISTIANO PINTO SAMPAIO;

General de Divisão ANDRÉ LUIZ RIBEIRO CAMPOS ALLÃO;

General de Divisão PAULO ALIPIO BRANCO VALENÇA;

General de Divisão LUIZ GONZAGA VIANA FILHO;

General de Divisão ALAN DENILSON LIMA COSTA;

General de Divisão CARLOS DUARTE PONTUAL DE LEMOS;

General de Divisão ALCIDES VALERIANO DE FARIA JUNIOR;

General de Divisão LUÍS CLÁUDIO DE MATTOS BASTO; e

General de Divisão OTÁVIO RODRIGUES DE MIRANDA FILHO; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada WASHINGTON ROCHA TRIANI;

General de Brigada JOÃO ROBERTO ALBIM GOBERT DAMASCENO;

General de Brigada MÁRCIO LUIS DO NASCIMENTO ABREU PEREIRA;

General de Brigada RODRIGO FERRAZ SILVA;

General de Brigada PAULO SERGIO REIS FILHO;

General de Brigada FABIO SERPA DE CARVALHO LIMA;

General de Brigada EVERTON PACHECO DA SILVA;

General de Brigada SERGIO BORGES MEDEIROS DA SILVA;

General de Brigada CARLOS ALBERTO RODRIGUES PIMENTEL;

General de Brigada ANTÔNIO BISPO DE OLIVEIRA FILHO;

General de Brigada RICARDO AUGUSTO DO AMARAL PEIXOTO;

General de Brigada IVAN ALEXANDRE CORREA SILVA;

General de Brigada WILLIAN KOJI KAMEI;

General de Brigada ANDRÉ LUIZ ÍSOLA;

General de Brigada AGNALDO OLIVEIRA SANTOS;

General de Brigada RICARDO LUIZ DA CUNHA RABÊLO;

General de Brigada MARCELO ROCHA LIMA; e

General de Brigada MARCOS AMERICO VIEIRA PESSÔA.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve:

CONCEDER

o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Senhor JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA, Presidente da República de Cabo Verde.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DECRETOS DE 27 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 1.074, de 24 de março de 1950, resolve:

CONCEDER,

a Medalha de Ordem do Mérito Médico, às seguintes personalidades:

I - na classe de Grande-Oficial:

ANTÔNIO BARRA TORRES, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

ELOISA SILVA DUTRA DE OLIVEIRA BONFÁ, Diretora Clínica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo;

JORGE ELIAS KALIL FILHO, Docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Diretor do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas;

JOSÉ ANTÔNIO MARIN-NETO, Coordenador da Unidade de Cardiologia Intervencionista da Divisão de Cardiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; e

PROTÁSIO LEMOS DA LUZ, Professor Sênior de Cardiologia do Instituto do Coração da Universidade de São Paulo;

II - na classe Comendador:

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA, Secretário de Estado de Saúde do Ceará;

ANTÔNIO LUIZ DE VASCONCELLOS MACEDO, Médico-cirurgião do Hospital Albert Einstein;

LUIZ HENRIQUE SILVA BORSATO, Médico-cirurgião da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora/MG;

HÉLIO ROQUE FIGUEIRA, Coordenador de Assuntos Estratégicos da Sociedade Brasileira de Cardiologia;

ROMEU DOMINGUES CORTES, Presidente-Executivo do Conselho de Administração da DASA - Rede de Saúde Integrada;

SUE ANN COSTA CLEMENS, Consultora Sênior da Fundação Bill e Melinda Gates e Membro do Comitê Executivo do Instituto Internacional de Vacinas - Korea; e

WALTER PALLIS VENTURA, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; e

III - na classe de Oficial:

JAIME ENRIQUE CASTRO VALÊNCIA, Médico Infectologista do Departamento de Atenção à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 66.988, de 31 de julho de 1970, resolve:

CONCEDER,

a Medalha do Mérito Oswaldo Cruz, às seguintes autoridades e personalidades :

I - na categoria Ouro:

ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA, Presidente da Câmara dos Deputados;

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

CÉLIO FARIA JÚNIOR, Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República;

FABIO MENDES MARZANO, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores;

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações;

FLÁVIA CAROLINA PÉRES, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República;

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO, Ministro de Estado do Turismo;

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, Ministro de Estado da Cidadania;

JOAQUIM SILVA E LUNA, Presidente da PETROBRAS;

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO, Primeira-Dama do Brasil;

MILTON RIBEIRO, Ministro de Estado da Educação;

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, Ministro de Estado da Economia;

RIDAUTO LUCIO FERNANDES, Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretária-Executiva do Ministério da Saúde;

RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO, Presidente do Senado Federal;

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional;

TARCISIO GOMES DE FREITAS, Ministro de Estado da Infraestrutura;

TEREZA CRISTINA CORRÊA DA COSTA DIAS, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

WALTER SOUZA BRAGA NETTO, Ministro de Estado da Defesa;

II - na categoria Prata:

MARYLENE ROCHA DE SOUZA, Chefe da Assessoria de Cerimonial e Eventos do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde; e

III - na categoria Bronze:

ADRIANA SAYURI HIROTA, Fisioterapeuta do Hospital das Clínicas em São Paulo;

DANIELA APARECIDA MORAIS, Presidente do Departamento de Enfermagem da Associação Brasileira de Medicina de Emergência - ABRAMEDE - Regional Minas Gerais e Docente do Centro Universitário UNI-BH e no SAMU/BH;

GUSTAVO LEIPNITZ ENE, Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia; e

PAULO MARCOS CASTRO RODOPIANO DE OLIVEIRA, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

Brasília, 27 de julho de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 361, de 27 de julho de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional das renovações das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 2.987, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Tapera Falando Mais Alto, no município de São José da Tapera - AL;

2 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru - CE;

3 - Portaria nº 6.217, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária e Cultural de Caçu, no município de Caçu - GO;

4 - Portaria nº 758, de 10 de maio de 2016 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Coreaú - IRC, no município de Coreaú - CE;

5 - Portaria nº 769, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Ilhéus, no município de Ilhéus - BA;

6 - Portaria nº 773, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária e Social de Água Branca, no município de Água Branca - AL;

7 - Portaria nº 1.003, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Seabrense de Comunicação (ASCOM), no município de Seabra - BA;

8 - Portaria nº 1.463, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Itapirapuã, no município de Itapirapuã - GO;

9 - Portaria nº 1.885, de 7 de junho de 2017 - Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza, no município de Juazeiro do Norte - CE;

10 - Portaria nº 1.904, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Tremedal, no município de Tremedal - BA;

11 - Portaria nº 1.917, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Sambeneditense, no município de São Benedito - CE;

12 - Portaria nº 1.970, de 7 de junho de 2017 - Fundação PR. Valdo Martins Arruda, no município de Jaraguá - GO;

13 - Portaria nº 1.989, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados Baião, Malhadinha Poço Salgado e Campo Comprido - ACB, no município de Boca da Mata - AL;

14 - Portaria nº 2.625, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Santa Edviges, no município de Fortaleza - CE;

15 - Portaria nº 3.188, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Escola de Vida, no município de Beberibe - CE;

16 - Portaria nº 4.707, de 28 de setembro de 2017 - Associação Civil para o Desenvolvimento da Barbalha - ACDB, no município de Barbalha - CE;

17 - Portaria nº 5.231, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá, no município de Nhamundá - AM;

18 - Portaria nº 5.711, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Apoio ao Esporte e à Cultura de Cedro-CE, no município de Cedro - CE;

19 - Portaria nº 801, de 14 de março de 2018 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente, no município de Maracás - BA;

20 - Portaria nº 2.504, de 17 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Itagibá, no município de Itagibá - BA;

21 - Portaria nº 6.631, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Granja, no município de Granja - CE;

22 - Portaria nº 4.766, de 17 de setembro de 2019 - Associação e Movimento Comunitário de Jataúba, no município de Jataúba - PE;

23 - Portaria nº 4.862, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté, no município de Ivaté - PR;

24 - Portaria nº 4.865, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Martinópolis, no município de Martinópolis - SP;

25 - Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Difusão Comunitária Guarani, no município de Caetés - PE;

26 - Portaria nº 4.876, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Integração São Manuel, no município de São Manuel - SP;

27 - Portaria nº 4.878, de 19 de setembro de 2019 - Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes, no município de Ribeirão Preto - SP;

28 - Portaria nº 4.883, de 19 de setembro de 2019 - Associação a Serviço da Vida e da Verdade, no município de Taciba - SP;

29 - Portaria nº 5.136, de 30 de setembro de 2019 - Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão, no município de Alvarenga - MG; e

30 - Portaria nº 128, de 24 de julho de 2020 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé, no município de Eirunepé - AM.

Nº 362, de 27 de julho de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.058, de 27 de julho de 2021.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR OFICIAL CERTIFICADOS DIGITAIS, ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES. Processo n° 00100.002309/2021-49.

DEFIRO o credenciamento da AR ACE - Francisco Morato. Processo n° 00100.002216/2021-14.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO

O Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo item 7 do anexo a Resolução CG ICP Brasil nº 186, de 18 de maio de 2021- DOC ICP 09 V4.0 decide pela aplicação da Penalidade de DESCREDENCIAMENTO da AR FLEX. ID CERTIFICAÇÃO DIGITAL, CNPJ 05.654.831/0001-09, em todas as cadeias que se encontra vinculada a saber: AC CERTBANK, AC VALID BRASIL, AC VALID BRASIL SSL, AC VALID JUS, AC VALID PLUS, AC VALID RFB, AC VALID SPB, com base no RELATÓRIO CGAFI 0486969, que apontou as não conformidades praticadas pela AR FLEX ID CERTIFICAÇÃO DIGITAL de, obstrução da ação fiscalizadora da AC Raiz e não entrega do relatório de auditoria operacional no ano 2020 descumprindo os itens 5.2, 6.1.2 e 6.1.3 do DOC ICP 08 e item 11.3 do DOC ICP 02.

PEDRO PINHEIRO CARDOSO

DESPACHO

O Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo item 7 do anexo a Resolução CG ICP Brasil nº 186, de 18 de maio de 2021- DOC ICP 09 V4.0 decide pela aplicação da Penalidade de ADVERTÊNCIA à AC VALID BRASIL e à AC VALID RFB, por não apresentar o relatório da auditoria operacional do ano 2020 (referente as operações em 2019), da AR FLEX ID Certificação Digital, CNPJ 05.654.831/0001-09, descumprindo os itens 5.2, 6.1.2 e 6.1.3 do DOC ICP 08 e item 11.3 do DOC ICP 02.

PEDRO PINHEIRO CARDOSO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 241, DE 27 DE JULHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, no Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048845/2021-99, resolve:

Art. 1º Ficam incorporados ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de aves na condição de animais de companhia", aprovados pela Resolução MERCOSUL/GMC Nº 20/20, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021

MARCOS MONTES

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 20/20

REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE AVES NA CONDIÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Decisão Nº 09/96 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que a harmonização dos requisitos zoossanitários do MERCOSUL elimina os obstáculos que são gerados pelas diferenças das regulações nacionais vigentes, dando cumprimento ao estabelecido no Tratado de Assunção.

Que é necessário levar em conta, na elaboração dos requisitos zoossanitários, as atualizações das normas internacionais de referência da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE).

Que a Resolução GMC Nº 31/18 estabelece os requisitos zoossanitários dos Estados Partes para a importação de ovos para incubar de aves de criação e aves de criação de um dia.

O GRUPO MERCADO COMUM, resolve:

Art.1º - Aprovar os "Requisitos Zoossanitários dos Estados Partes para a importação de aves na condição de animais de companhia", que constam como Anexo I, assim como o modelo do Certificado Veterinário Internacional (CVI), que consta como Anexo II, os quais fazem parte da presente Resolução.

Art. 2º - Os Estados Partes indicarão, no âmbito de Subgrupo de Trabalho Nº 8 "Agricultura" (SGT Nº 8), os órgãos nacionais competentes para a implementação da presente Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 25/VII/2021.

GMC (Dec. CMC Nº 20/02, Art. 6º) - Montevidéu, 26/I/21.

ANEXO I

REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA IMPORTAÇÃO DE AVES NA CONDIÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

CAPÍTULO I

DA CERTIFICAÇÃO

Art. 1º - Toda importação de aves na condição de animais de companhia deve estar acompanhada do Certificado Veterinário Internacional (CVI), expedido pela Autoridade Veterinária do país exportador, que certifique o cumprimento dos requisitos zoossanitários que constam na presente Resolução.

1.1. O CVI deve ser previamente acordado entre o país exportador e o Estado Parte importador de acordo com o estabelecido no Anexo II da presente Resolução.

1.2. O CVI deve estar escrito, pelo menos, no idioma do Estado Parte importador.

Art. 2º - O CVI terá validade para o ingresso no Estado Parte importador de até dez (10) dias contados a partir da data de sua emissão.

Art. 3º - Quando os exemplares a serem importados pertencerem a espécies incluídas nos anexos da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES), é responsabilidade do interessado apresentar o documento original para a Autoridade Competente do Estado Parte importador.

Art. 4º - As provas de diagnóstico e as vacinações devem ser realizadas de acordo com o Manual de Testes de Diagnóstico e das Vacinas para os Animais Terrestres da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) e, no primeiro caso, em laboratórios oficiais, acreditados ou reconhecidos pela Autoridade Veterinária do país exportador.

Art. 5º - O Estado Parte importador que cumpra com o estabelecido nos capítulos correspondentes do Código Terrestre da OIE para ser considerado livre, ou que tenha um programa oficial de prevenção, controle ou erradicação para qualquer doença que afete a espécie, se reserva o direito de solicitar medidas de mitigação adicionais, com o objetivo de prevenir a entrada dessa doença no país.

Art. 6º - O Estado Parte importador e o país exportador poderão acordar outros procedimentos sanitários para a importação que concedam garantias equivalentes ou superiores às previstas pela presente Resolução.

Art. 7º - Para os fins da presente Resolução, o termo "domicílio de origem" se refere ao domicílio de posse da ave na condição de animal de companhia no país exportador, no qual é mantido isolado, sem possibilidade de contato direto ou indireto com outras aves de condição sanitária distinta ou com insetos vetores, para que seja submetida à observação durante o período de quarentena correspondente e os testes diagnósticos e de tratamentos previstos na presente Resolução, como etapa anterior a ser enviada aos Estados Partes.

Art. 8º - Para os fins presente Resolução, o termo "aves na condição de animais de companhia", doravante "aves", se refere a aves diferentes das aves de criação de qualquer uma das ordens e espécies existentes, que são mantidas em cativeiro por diversas razões e com finalidade não comerciais ou de produção em um número de até cinco (5) exemplares e que são mantidas desde o seu nascimento ou desde pelo menos sessenta (60) dias antes de seu envio aos Estados Partes sob o cuidado de seu proprietário em seu domicílio de origem. Se excluem as aves destinadas para esporte, falcoaria e controle biológico.

Art. 9º - O proprietário da ave de companhia deve apresentar uma declaração juramentada de que o animal permaneceu no domicílio de origem durante os sessenta (60) dias imediatamente anteriores à presente exportação.

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO ZOOSSANITÁRIA

Art. 10 - As aves devem ter sido mantidas em isolamento pré exportação no domicílio de origem durante um período mínimo de vinte e um (21) dias anteriores ao embarque, sob supervisão oficial, não apresentando sinais clínicos de doenças infectocontagiosas, nem parasitárias próprias da espécie, tendo sido inspecionadas dentro das quarenta e oito (48) horas antes do embarque por um Veterinário Oficial ou um Veterinário autorizado pela Autoridade Veterinária, encontrando-se livre de evidências clínicas de doenças infectocontagiosas e parasitárias.

Art. 11 - Com relação à Influenza Aviária:

11.1 O país, zona ou compartimento onde está localizado o domicílio de origem das aves, deve ter permanecido, durante pelo menos vinte e um (21) dias anteriores à data de exportação, livre de Influenza Aviária, de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, sendo esta condição reconhecida previamente pelo Estado Parte Importador.

Em caso de zonificação, deve existir um "Sistema oficial de contenção" para Influenza Aviária vigente de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, a ser aplicado em caso de um foco desta doença. Esse sistema deve ser reconhecido previamente pelo Estado Parte importador; e

11.2 As aves a serem exportadas não devem ter sido vacinadas contra Influenza Aviária; e

11.3 As aves devem ser submetidas dentro do período de isolamento pré exportação a um teste de Quantitative Polymerase Chain Reaction (PCR) com resultado negativo ou a outro protocolo equivalente de diagnóstico para descartar a infecção, previamente aprovado pelo Estado Parte importador.

11.4 No momento da coleta das amostras, as aves devem estar livres de qualquer evidência de doença.

Art. 12 - Com relação à Doença de Newcastle:

12.1 O país, zona ou compartimento onde está localizado o domicílio de origem das aves deve ter permanecido, durante pelo menos vinte e um (21) dias anteriores à data de exportação, livre de doença de Newcastle de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, sendo esta condição reconhecida previamente pelo Estado Parte importador.

Em caso de zonificação, deve existir um "Sistema oficial de contenção" para Doença de Newcastle vigente de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, a ser aplicado em caso de um foco desta doença. Esse sistema deve ser reconhecido previamente pelo Estado Parte importador; e

12.2 As aves devem ser submetidas, dentro do período de isolamento pré exportação, a um teste de PCR com resultado negativo ou a outro protocolo equivalente de diagnóstico para descartar a infecção, previamente aprovado pelo Estado Parte importador; e

12.3 Se as aves tiverem sido vacinadas contra a Doença de Newcastle, essa imunização deve ter sido realizada de acordo com o Manual de Testes de Diagnóstico e Vacinas para os Animais Terrestres da OIE. Deve constar no CVI a natureza da vacina, a data da vacinação e a idade das aves no momento da/s vacinação/ões, com produtos aprovados pela Autoridade Competente e de acordo com as instruções do fabricante.

Art. 13 - Com relação à Clamidiose aviária:

As aves na condição de animais de companhia a serem exportadas devem ser submetidas, durante o período de isolamento pré exportação, a um tratamento com antibióticos, aprovados pela Autoridade Competente, eficazes contra Chlamydophila psittaci segundo as doses e indicações recomendadas pelo fabricante.

Art. 14 - As aves não devem receber nenhuma vacina durante o período de isolamento pré exportação e devem ser tratadas contra parasitos internos e externos com produtos aprovados pela Autoridade Competente para a espécie em questão. No CVI deve constar o princípio ativo do produto utilizado, data e doses.

Art. 15 - As aves a serem exportadas devem ser enviadas sem contato direto com aves de diferente condição sanitária, desde o domicílio de origem até o ponto de saída do país exportador em um contentor apropriado de primeiro uso ou que tenha sido lavado e desinfetado com produtos aprovados pela Autoridade Competente, constatando-se, ainda, que as aves terão espaço suficiente para garantir seu bem estar durante todo o trajeto até o seu destino.

Art. 16 - As aves devem ser inspecionadas por profissional da Autoridade Veterinária no momento do embarque e não devem apresentar evidências de doenças transmissíveis.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Em caso de não cumprimento do estabelecido na presente Resolução, a Autoridade Veterinária do Estado Parte importador poderá adotar as medidas correspondentes de acordo com a normativa vigente em cada Estado Parte.

ANEXO II

MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO INTERNACIONAL PARA A EXPORTAÇÃO DE AVES AOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Nº do certificado: ..... (Repetir o número em todas as páginas)

País Exportador:	
Nome da Autoridade Veterinária:	
Estado Parte importador:	
Número de Autorização da Importação:*	

* Se corresponder

I. Identificação

Identificação (Anilha/ Microchips Nº)	Espécie	Cor / outras características	Região anatómica de localização dos microchips*

* Se corresponder

II. Origem

Nome do exportador/ proprietário:	
Domicílio de origem:	
Meio de transporte: Quebra Lugar de Egresso:	
País de trânsito:*	

* Se corresponder

III. Destino

Nome do importador/ proprietário:	
Endereço do destinatário:	

IV. Informação Zoossanitária

O veterinário oficial abaixo assinado, certifica que:

1. O proprietário das aves apresentou uma declaração juramentada em que informa que o animal permaneceu em seu domicílio durante os sessenta (60) dias imediatos anteriores à presente exportação.

2. As aves foram mantidas em isolamento de pré exportação no domicílio de seu proprietário durante um período de vinte e um (21) dias anteriores ao embarque sob supervisão oficial, não apresentando sinais clínicos de doenças infectocontagiosas ou parasitárias próprias da espécie tendo sido inspecionadas dentro das quarenta e oito (48) horas antes do embarque por um Veterinário Oficial ou um Veterinário autorizado pela Autoridade Veterinária se encontrando livre de evidências clínicas de doenças infectocontagiosas e parasitárias.

3. Com relação à Influenza Aviária:

3.1. O país, zona ou compartimento (tachar o que não corresponder) onde está localizado o domicílio de origem, permaneceu durante pelo menos vinte e um (21) dias anteriores à exportação, livre de Influenza Aviária, de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), e essa condição foi reconhecida previamente pelo Estado Parte importador.

Em caso de zonificação, existe um "Sistema oficial de Contenção" para Influenza Aviária vigente de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE a ser aplicado em caso de foco da doença. Esse sistema foi reconhecido previamente por parte do Estado Parte importador. (tachar o que não corresponder).

3.2. As aves a serem exportadas não foram vacinadas contra Influenza Aviária; e

3.3. As aves foram submetidas dentro do período de isolamento pré exportação a um teste de Quantitative Polymerase Chain Reaction (PCR) com resultado negativo ou a outro protocolo equivalente de diagnóstico para descartar a infecção, previamente aprovado pelo Estado Parte importador.

Prova	Data

3.4. No momento da coleta de amostras as aves estavam livres de qualquer evidência da doença.

4. Com relação à doença de Newcastle:

4.1. O país, zona ou compartimento (tachar o que não corresponder) onde está localizado o domicílio de origem das aves permaneceu, durante pelo menos vinte e um (21) dias anteriores a data de exportação, livre de doença de Newcastle de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, sendo essa condição reconhecida previamente por parte do Estado Parte importador;

Em caso de zonificação, existe um "Sistema oficial de contenção" para doença de Newcastle vigente de acordo com os critérios estabelecidos no Código Terrestre da OIE, a ser aplicado em caso de um foco desta doença. Esse sistema foi reconhecido previamente pelo Estado Parte importador. (tachar o que não corresponder)

4.2. As aves foram submetidas dentro do período de isolamento pré exportação a uma prova de PCR com resultado negativo ou a outro protocolo equivalente de diagnóstico para descartar a infecção, previamente aprovado pelo Estado Parte importador.

Prova	Data

4.3. Se as aves tiverem sido vacinadas contra a doença de Newcastle, essa imunização foi realizada de acordo com o Manual de Testes de Diagnóstico e Vacinas para Animais Terrestres da OIE, com produtos aprovados pela Autoridade Competente e segundo as indicações do fabricante. (tachar o que não corresponder)

Data	Tipo de vacina	Idade das aves no momento da vacinação

5. Com relação à Clamidiose aviária:

Durante o período de isolamento pré exportação, as aves foram submetidas a um tratamento com antibióticos aprovados pela Autoridade Competente segundo as doses e recomendações do fabricante.

Droga	Dose	Data

6. As aves não receberam nenhuma vacina durante o período de isolamento pré exportação e foram tratadas contra parasitas internos e externos com produtos aprovados para a espécie em questão.

Droga utilizada	Dose/via	Produto/lote	Data de medicação

Lugar e Data de Emissão: ....., ...

Nome e Assinatura do Veterinário Oficial: .....

Carimbo da Autoridade Veterinária: .....

O presente CVI terá validade para o ingresso no Estado Parte importador de até dez (10) dias contados a partir da data de sua emissão.

V. Intervenção no ponto de saída do país exportador

As aves foram inspecionadas por profissional da Autoridade Veterinária no momento do embarque, não apresentando evidências de doenças transmissíveis.

Lugar e Data de Emissão: ....., ...

Nome e Assinatura do responsável da Autoridade Veterinária Oficial: .....

Carimbo da Autoridade Veterinária: .....

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE Nº 1.179, DE 26 DE JULHO DE 2021

Delega competência ao Diretor de Administração da Secretaria-Executiva e aos Superintendentes Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e, em seus impedimentos legais, aos substitutos legalmente constituídos, para, no âmbito das respectivas unidades administrativas, praticar os atos que designa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 8º, inciso IV, do Anexo I, do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, e o que consta no Processo SEI nº 21000.023201/2020-15, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Administração da Secretaria-Executiva e aos Superintendentes Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e, em seus impedimentos legais, aos substitutos legalmente constituídos, para, no âmbito das respectivas unidades administrativas, praticar os seguintes atos:

I - assinar o termo de doação com ou sem encargos de bens móveis/veículos da União, quando figurarem como donatários a própria União, os Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, Estaduais, Distritais, Municipais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);

II - autorizar a doação de material de consumo da União, quando figurarem como donatários a própria União, os Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, Estaduais, Distritais, Municipais e OSCIP;

III - subscrever os instrumentos de formalização das alienações, inclusive, os Documentos Únicos de Transferências de Veículos - DUTs, para registro no Órgão competente e autorizar baixas oriundas das alienações.

Art. 2º É competência privativa do Secretário-Executivo, e do seu substituto legalmente designado, a autorização para doação de bens móveis/veículos da União, quando figurarem como donatários a própria União, os Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, Estaduais, Distritais, Municipais e OSCIP.

Art. 3º Ficam aprovados os fluxogramas presentes nos Anexos I e II desta Portaria, relativos aos processos de doação de bens de consumo e bens permanentes. Fica aprovado, ainda, o Anexo III, que contém o modelo de Termo de Doação com ou sem encargos de bens móveis/veículos da União, quando figurarem como donatários a própria União, os Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais, Estaduais, Distritais, Municipais e OSCIP.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 924, de 15 de abril de 2020; e

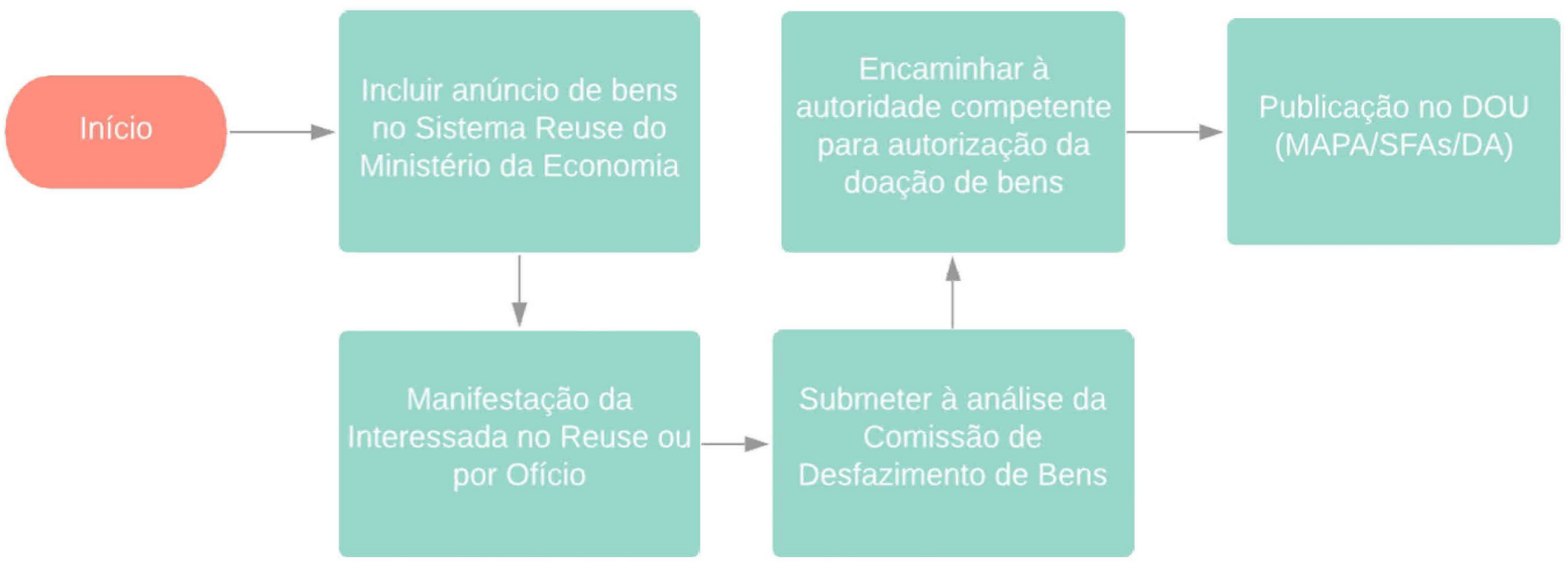
II - a Portaria nº 1.111, de 5 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 7 dias após a data de sua publicação.

MARCOS MONTES

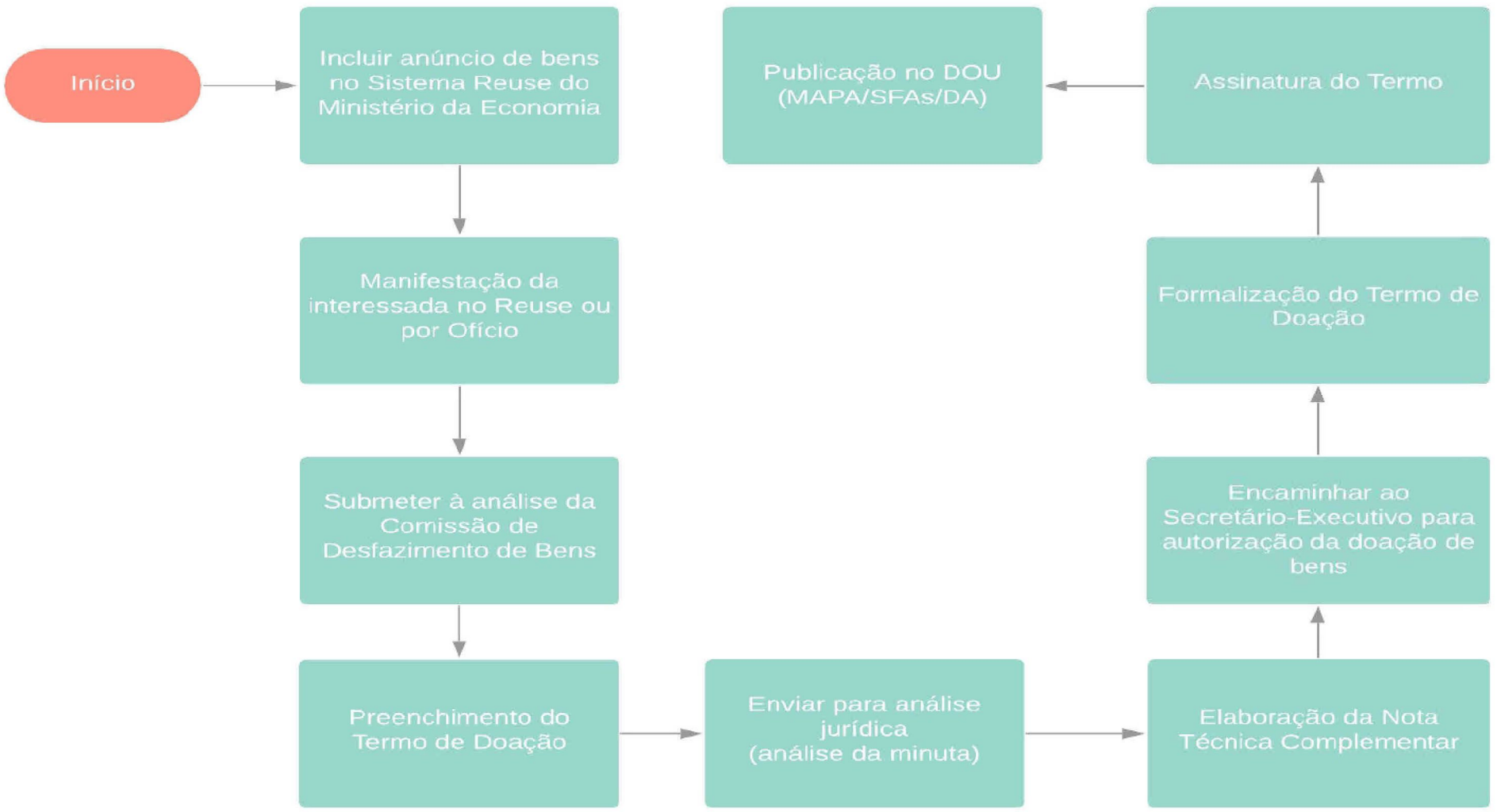
ANEXO I

Fluxograma para Doação de Bens de Consumo



ANEXO II

Fluxograma para Doação de Bens Permanentes



ANEXO III

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, E O XXXXXX.

A União, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede, Brasília/DF, inscrito no CNPJ nº xxxxx, doravante denominado DOADOR, neste ato representado pelo(a) xxxxxxxxxx, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº xxxxx, RG nº xxxx e o xxxxxx, com sede na Rua xxxxxx, doravante denominado DONATÁRIO, inscrito(a) no CNPJ nº xxxxxxx, neste ato representado pelo(a) xxxxxxx, inscrito(a) no CPF nº xxxxxxx, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº xxxxxxx, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 11, de 29 de novembro de 2018, resolvem celebrar o presente TERMO DE DOAÇÃO mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a doação do bem especificado no Anexo I deste Instrumento, considerado inservível para o DOADOR e classificado como antieconômico.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor do bem a ser doado, especificado no Anexo I deste Instrumento, foi previamente e devidamente avaliado pelo DOADOR, sendo estimados em R$ xxxx (xxxxx).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO DOADOR

Transferir ao DONATÁRIO, pelo presente Instrumento, a propriedade dos bens móveis especificadas no Anexo I deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

a) Utilizar os bens ora recebidos exclusivamente para fins de uso de interesse social, sob pena de retorno destes ao domínio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

b) O DONATÁRIO se responsabiliza pela identificação dos bens doados, de modo a ficar gravado nestes a informação de que foram doados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) O DONATÁRIO se responsabiliza pela destinação final, ambientalmente adequada, de todos os bens móveis de consumo recebidos em doação pelo presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA TRANSMISSÃO DOS BENS

A posse, domínio, direito e ação que o DOADOR detém sobre os bens objeto do presente Termo passam a pertencer efetivamente ao DONATÁRIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA RETROCESSÃO

Mediante prévia notificação por escrito, o presente Termo poderá ser rescindido se houver o descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou no caso de sobrevir norma legal ou administrativa que torne inexequível ou impraticável sua execução, preservadas as obrigações e responsabilidades contraídas pelo DONATÁRIO junto a terceiros, enquanto tiver os bens sob seu domínio. A rescisão poderá ser amigável na hipótese de superveniência de norma legal ou administrativa que torne inexequível ou impraticável a execução do Termo, ou mesmo no caso de ser justificada a conveniência para a Administração. Seja amigável ou não, a rescisão será reduzida a termo no processo administrativo que originou a doação, tendo como anexo, sempre que possível, laudo descritivo dos bens.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS NORMAS LEGAIS

As partes declaram-se expressamente sujeitas às normas da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações, do Decreto nº 9.373, de 2018, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2008.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA EXTINÇÃO

O presente Termo poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante comunicação expressa, por mútuo acordo entre os signatários, ou extinto, se houver o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, mediante notificação por escrito, ou pela superveniência de norma legal ou administrativa que torne inexequível ou impraticável sua execução.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao DOADOR providenciar a publicação deste Instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste ato o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

DOADOR

DONATÁRIO

ANEXO I

LISTA DE BENS SELECIONADOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 135, DE 26 DE JULHO DE 2021

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar a médica veterinária PATRÍCIA KARINA GUIMARÃES INOCÊNCIO, inscrita no CRMV-GO nº 10105 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS nos municípios de São João d'Aliança, Água Fria de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina, Brazabrantes, Inhumas, Padre Bernardo, Santo Antônio de Goiás, Cocalzinho de Goiás e Anápolis. Processo SEI nº 21020.000886/2021-66.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme o artigo 6° da Instrução Normativa n° 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme o art. 2º da Instrução Normativa SDA nº 30, de 07 de junho de 2006, resolve:

Nº 79 - Habilitar o médico veterinário GIBSON GONCALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CRMV/PA sob o número 3413, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado do Pará (Processo 21000.057589/2021-21).

Nº 80 - Habilitar o médico veterinário ANDRE AUGUSTO DO NASCIMENTO MENDONCA, inscrito no CRMV/PA sob o número 3702, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado do Pará (Processo 21000.057974/2021-78).

MILTON LEITE ALVES DA CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 159, DE 23 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 53, de 23 de outubro de 2013 ,na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de

1980, no Decreto 4.954, de 14 janeiro de 2004 , alterado pelo Decreto nº 8.059 , de 26 de julho de 2013 e o que consta do Processo nº 21042.011178/2020-11 resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da SANTA CRUZ AGRÍCOLA COMERCIAL LTDA - SANTAGRO - CNPJ Nº 94.063.146/0001-20 , sediada na Rua Joaquim Nabuco, Nº 149 , Bairro Centro , na cidade de Santa Cruz do Sul /RS para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos de fertilizantes, corretivos, inoculantes , biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas ;

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de cinco anos.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria nº 277 de 17 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ RICARDO DE MATOS CUNHA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 369, DE 22 DE JULHO DE 2021

Prorroga o prazo para adequação ao art. 4º da Instrução Normativa SDA nº 14, de 15 de julho de 2016.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 21 e art. 63 do do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 14, de 15 de julho de 2016, e o que consta do processo nº 21000.041768/2020-65, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido no art. 4º da Instrução Normativa nº 14, de 15 de julho de 2016, até 18 de janeiro de 2022.

Art. 2º Fica revogada a Instrução Normativa nº 64, de 15 de julho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA INCRA/SR-05/Nº 03/2000, de 12 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 09 de Maio de 2000 e no Boletim de Serviço Nº 20, de 15 de Maio de 2000, que criou o Projeto de Assentamento denominado Chico Mendes II, código SIPRA BA0253000, localizado no município de Porto Seguro, onde se lê: "com com área de 885,0052 ha (oitocentos e oitenta e cinco hectares, cinquenta e dois centiares)", leia-se: "com uma área de 864,1346 ha (oitocentos e sessenta e quatro hectares, treze ares e quarenta e seis centiares)".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 852, DE 14 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, designado pela Portaria INCRA N° 700, de 19 de dezembro de 2017, publicada no DOU, de 20/12/2017, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 118 do Regimento Interno do INCRA, PORTARIA/ INCRA n° 531/2020, publicada no DOU em 24 de março de 2020, Resolução nº 436 de 29 de junho de 2020, publicada no DOU em 01/07/2020.

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do INCRA no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao Art. 16º do Regimento Interno do Conselho Diretor, na forma do Art. 9º da Estrutura Regimental e do Art. 13º do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Resolução do CD nº 01, de 20 de março de 2013, realizou a sua 4a Reunião no dia 07 de julho de 2021;

CONSIDERANDO o PARECER n. 00014/2020/PFE/PFE-INCRA-SC/PGF/AGU, que estabeleceu a competência para ato administrativo de doação de bens móveis públicos pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a PORTARIA Nº 1.787, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018 que "Dispõe sobre a Delegação de Competência aos Superintendente Regionais do INCRA para procederem à formalização de alienação, cessão, transferência e destinação de bens moveis de propriedade do INCRA;"

CONSIDERANDO as instruções contidas nos processos individuais administrativos nº 54000.044416/2020-11 (Passos Maia), 54000.010573/2021-11 (Calmon), 54000.122006/2020-18 (Matos Costa), 54000.036687/2021-83 (Lebon Régis), 54000.032962/2021-90 (Santa Terezinha), 54000.110340/2020-29 (Campos Novos), 54000.029499/2021-07 (Abelardo Luz), 54000.019227/2021-91 (Chapecó), 54000.040947/2021-15 (Água Doce);

CONSIDERANDO a ratificação pelo CDR em Ata do dia sete do mes de julho de 2021, da destinação dos bens móveis citados no Considerando anterior, de propriedade do INCRA;

CONSIDERANDO a análise e decisão pelo CDR (Ata do dia sete do mes de julho de 2021), pelo indeferimento de regularização dos processos administrativos SEI:

54000.110946/2018-40; 54000.120185/2018-34; 54000.110871/2018-05; 54000.079719/2019-11; 54000.055281/2019-85; 54000.180586/2019-24; 54000.189016/2018-19; 54000.006851/2019-11; 54000.014365/2018-88; 54000.077091/2019-19; 54000.092694/2019-41; 54000.180493/2018-19; 54000.000556/2019-43; 54000.005068/2019-22; 54000.088883/2019-19; 54000.038456/2019-90; 54000.194129/2018-36; 54000.193705/2018-28; 54000.193688/2018-29; 54000.191649/2018-97; 54000.191466/2018-71; 54000.191648/2018-42; 54000.191279/2018-98; 54000.188384/2018-40; 54000.188270/2018-08; 54210.001228/2017-27; 54210.001240/2017-31; 54000.126502/2018-26; 54000.126496/2018-15; 54000.124629/2018-19; 54000.015129/2018-89; 54000.120248/2018-52; 54000.097605/2019-52; 54000.183364/2019-63; 54000.180189/2019-52; 54000.010779/2020-52, por não comprovação da ocupação e/ou exploração da parcela há, no mínimo, um ano e um dia, contado retroativamente a partir de 22 de dezembro de 2016, ou seja, 22 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que os processos SEI 54000.010779/2020-52; 54000.015129/2018-89; 54000.126496/2018-15; 54000.092694/2019-41; 54000.014365/2018-88 e o 54000.110946/2018-40, objeto de análise da reunião do CDR, do dia sete do mes de julho de 2021, foram devolvidos para a SR(10)D proceder reanálise;, resolve:

Art. 1º - Aprovar a ATA da reunião do CDR do dia sete do mes de julho de 2021, (9402961) no processo 54000.034034/2021-60.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

NILTON TADEU GARCIA



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 649, DE 27 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a suspensão de procedimentos operacionais e de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, o Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no art. 23 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 2º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e no art. 5º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a instituição do Auxílio Emergencial 2021 por meio da Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que substituirá, temporariamente e de ofício, o benefício do Programa Bolsa Família nas situações em que for mais vantajoso;

CONSIDERANDO a prorrogação do Auxílio Emergencial 2021 pelo período complementar de três meses, consoante o Decreto nº 10.740, de 05 de julho de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar aglomerações de pessoas e de evitar que os integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, assim como os cidadãos que trabalham em unidades de cadastramento destas famílias, exponham-se à infecção pelo Coronavírus (COVID-19), resolve:

Art. 1º Suspender, pelo prazo de 180 dias, a partir da publicação desta Portaria, os seguintes procedimentos de gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF), criado pela Lei nº 10.836, de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007:

I - a Averiguação Cadastral, regulamentada pela Portaria MDS nº 94, de 4 de setembro de 2013;

II - a Revisão Cadastral, que abrange os programas usuários do CadÚnico, incluindo o Programa Bolsa Família, conforme previsto nas Portarias MDS nº 555, de 11 de novembro de 2005, nº 341, de 7 de outubro de 2008, e nº 177, de 16 de junho de 2011;

III - as ações especiais de pagamento previstas no art. 12 da Portaria MDS nº 204, de 8 de julho de 2011;

Art. 2º Ficam suspensos, enquanto estiver vigente o Auxílio Emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 2021, os seguintes procedimentos e ações:

I - as ações de administração de benefícios do Programa Bolsa Família, em nível municipal;

II - as alterações cadastrais de famílias beneficiárias para gestão da folha de pagamento do Programa Bolsa Família;

III - os procedimentos adotados pelo Ministério da Cidadania e pelas gestões municipais para verificação e tratamento dos casos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem em sua composição doadores de recursos financeiros, prestadores de serviços a campanhas eleitorais, candidatos a cargos eletivos com patrimônio incompatível com as regras do programa ou candidatos eleitos nas Eleições de 2020, previstos na Instrução Normativa nº 03/SEDS/SENARC/DEBEN/MC, de 06 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. A retomada das ações previstas nos incisos I, II e III será decidida pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em conjunto com a Secretaria Nacional do Cadastro Único da Secretaria-Executiva, observadas as necessidades operacionais do Programa Bolsa Família e os impactos no CadÚnico.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II e III do art. 1º e o art 2º da Portaria MC nº 624, de 31 de março de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO GALVÃO DA SILVA GORDO FILHO

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.459, DE 27 DE JULHO DE 2021

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/04/2021, 12/05/2021 e 14/07/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/04/2021, 12/05/2021 e 14/07/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 71000.041211/2021-83
Proponente: Associação Centro América de Karatê Shotokan
Título: Karatê-Dô Tradicional Esporte e Cidadania Modulo III
Registro: 2100489
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 15.359.334/0001-23
Cidade: Cuiabá UF: MT
Valor autorizado para captação: R$ 1.141.945,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº2363 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 61914-0
Período de Captação até: 14/07/2023
2- Processo: 71000.038261/2021-83
Proponente: Ajudôu
Título: Esporte Total
Registro: 2100420
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.444.603/0001-04
Cidade: Timóteo UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.219.877,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2877 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 40320-2
Período de Captação até: 14/07/2023
3- Processo: 71000.043798/2021-65
Proponente: AFCA - Associacao de Futsal Capital da Amizade
Título: Futsal, Trocando Passes para Vencer
Registro: 2100560
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.661.040/0001-66
Cidade: Umuarama UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 119.167,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0645 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 70277-3
Período de Captação até: 14/07/2023
4- Processo: 71000.018241/2021-96
Proponente: Associacao Atlética RD SPORTS
Título: Centro de Treinamento de Basquetebol de Alto Rendimento da Associação Atlética RD SPORTS
Registro: 2100168
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.168.534/0001-92
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 2.625.923,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5816 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 8154-X
Período de Captação até: 14/04/2023
5- Processo: 71000.025077/2021-73
Proponente: Associacao Chico Neto Racing
Título: P23
Registro: 2100236
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 29.694.033/0001-60
Cidade: João Pessoa UF: PB
Valor autorizado para captação: R$ 744.676,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1636 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 71824-6
Período de Captação até: 12/05/2023
6- Processo: 71000.044203/2021-99
Proponente: Associação Desportiva Classista Embraer
Título: ADC Embraer Judô
Registro: 2100564
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 45.183.845/0001-06
Cidade: São José dos Campos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 565.193,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2558 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37978-6
Período de Captação até: 14/07/2023
7- Processo: 71000.044189/2021-23
Proponente: Associação Desportiva Classista Embraer
Título: ADC Embraer Tênis
Registro: 2100563
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 45.183.845/0001-06
Cidade: São José dos Campos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 469.018,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2558 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 37979-4
Período de Captação até: 14/07/2023
8- Processo: 71000.018871/2021-61
Proponente: Associação Atlética RD Sports
Título: Cestinhas do Futuro I
Registro: 2100183
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 30.168.534/0001-92
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 388.411,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5816 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 8153-1
Período de Captação até: 12/05/2023
9- Processo: 71000.042479/2021-32
Proponente: Associação União de Bairros Futsal
Título: Futsal Venâncio Aires
Registro: 2100540
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 33.965.037/0001-03
Cidade: Venâncio Aires UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 344.128,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0672 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 97529-X
Período de Captação até: 14/07/2023
10- Processo: 71000.050554/2020-58
Proponente: Associação Esportiva Aliança
Título: Incentivando novas gerações pelo esporte
Registro: 2000757
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.625.018/0001-32
Cidade: Vale Real UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 147.060,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2061 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18255-9
Período de Captação até: 14/07/2023
11- Processo: 71000.044237/2021-83
Proponente: Associação da Ginástica de Trampolim de Contagem
Título: Artes Marciais: Construindo a Cidadania
Registro: 2100566
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 32.026.741/0001-38
Cidade: Contagem UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 441.285,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1633 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 72154-9
Período de Captação até: 14/07/2023
12- Processo: 71000.030401/2021-75
Proponente: Esporte Clube Futuro
Título: Volei Futuro - Voleibol Masculino Adulto
Registro: 2100309
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.969.960/0001-86
Cidade: Araçatuba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.815.753,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6602 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35167-9

Período de Captação até: 14/07/2023
13- Processo: 71000.030400/2021-21
Proponente: Esporte Clube Futuro
Título: Vôlei Futuro - Voleibol Feminino Adulto
Registro: 2100308
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.969.960/0001-86
Cidade: Araçatuba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.500.618,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6602 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35166-0
Período de Captação até: 14/07/2023
14- Processo: 71000.038260/2021-39
Proponente: Motortech Competições
Título: Caminhos inóspitos - Offroad
Registro: 2100418
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 10.384.111/0001-00
Cidade: Caxias do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.768.951,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2871 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56669-1
Período de Captação até: 14/07/2023
15- Processo: 71000.042988/2021-65
Proponente: Paulínia Racing Bicicross
Título: Paulínia Racing Bicicross Formando Cidadãos IV
Registro: 2100543
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 02.120.212/0001-38
Cidade: Paulínia UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 761.821,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2417 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 64259-2
Período de Captação até: 14/07/2023

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.117681/2017-81

No Diário Oficial da União nº 214, de 7 de novembro de 2018, na Seção 1, página 43 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.228/2018, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3160 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 34342-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3539 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 134342-4.

Processo Nº 71000.010030/2021-13

No Diário Oficial da União nº 75, de 23 de abril de 2021, na Seção 1, página 82 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.442/2021, ANEXO I, onde se lê: Valor autorizado para captação: R$ 1.400.711,47, leia-se: Valor autorizado para captação: R$ 1.419.503,47.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4.854, DE 28 DE MAIO DE 2021

Disciplina o § 4º do art. 38 do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, para dispor sobre a exigência de contrapartida em convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO E O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, considerando o disposto no artigo 1º, inciso III, do Decreto 8.851, de 20 de setembro de 2016, no exercício de suas atribuições previstas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 9º-A da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e no § 4º do art. 38 do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria Interministerial disciplina o § 4º do art. 38 do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, para dispor sobre a exigência de contrapartida em convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrados por órgão ou entidade da União.

Art. 2º A contrapartida assumida pelo beneficiário em convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderá ser financeira ou não-financeira.

Parágrafo único. A contrapartida não-financeira corresponderá a contraprestação em bens e serviços, cujo valor monetário será estimado e identificado no termo, vedada a exigência de depósito de valor correspondente.

Art. 3º A contrapartida exigida em convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação será de:

I - pelo menos dois por cento do valor total da parceria no caso de celebração com órgão ou entidade pública estadual ou distrital; e

II - pelo menos um por cento do valor total da parceria no caso de celebração com órgão ou entidade pública municipal ou com Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) privada.

§ 1º A contrapartida de convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado com órgão ou entidade pública estadual, distrital ou municipal, quando necessário para viabilizar execução das ações a serem desenvolvidas poderá ser reduzida mediante justificativa do titular do órgão concedente.

§ 2º A contrapartida de convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado com ICT privada poderá ser dispensada mediante justificativa do titular do órgão concedente.

§ 3º Não será exigida contrapartida em convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado entre órgãos e entidades da União, facultando-se também o uso de outros instrumentos jurídicos pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações
Substituto

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.565/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.010040/2021-92
Requerente: Embrapa Tabuleiros Costeiros.
CQB: 181/02
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7750/2021 publicado em 15/06/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ordem de Serviço n° 9 de 08 de abril de 2021, nomeando Ana da Silva Lédo (Presidente), Hymerson Costa Azevedo, José Guedes de Sena Filho, Ubiratan Piovezan, Tânia Valeska Medeiros Dantas Simões e Rodrigo Yudi Fujimoto, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.566/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009797/2021-33
Requerente: Embrapa Florestas.
CQB: 302/10
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7751/2021 publicado em 15/06/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Ordem de Serviço Embrapa Florestas n° 4 de 19 de março de 2021, nomeando Letícia Andréia Nichele (Presidente), Caroline de Bastos Buhrer, Guilherme Schnell e Schuhli, Juliana Degenhardt Goldbach e Daiane Rigoni, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.567/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009880/2021-11
Requerente: Embrapa Cerrados.
CQB: 052/98
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7752/2021 publicado em 16/06/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta 0004/2021 - CGE/CPAC, nomeando Rodrigo da Rocha Fragoso (Presidente), André Ferreira Pereira, Carlos Frederico Martins, Eduardo Cyrino de Oliveira Filho, Lineu Neiva Rodrigues, Sebastião Pedro da Silva Neto e Suelen Nogueira Dessaune Tameirão, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.568/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009424/2021-62
Requerente: Universidade Federal de Alagoas.
CQB: 058/98
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7746/2021 publicado em 08/06/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria n° 330 de 26 de maio de 2021, nomeando Amanda Lys dos Santso Silva (Presidente), Fernanda Cristina de Albuquerque Maranhão, Ana Rachel Vasconcelos de Lima, Carlos Arthur Cardoso Almeida, Ticiano Gomes do Nascimento, João Messias dos Santos, Henrique Fonseca Goulart e Alda Graciele Cláudio dos Santos Almeida, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.569/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009581/2021-78
Requerente: Lallemand Soluções Biológicas Ltda.
CQB: 409/16
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7745/2021 publicado em 08/06/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Mariana Viani Caser, para compor a CIBio local e excluindo Anderson Aparecido Sedano.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.570/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.007955/2021-11
Requerente: CL Empreendimentos Biológicos Ltda.
CQB: 494/20
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7727/2021 publicado em 25/05/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Cristiane Maria Tibola (Presidente), Leandro Silva, André Luiz de Andrade Carvalho, Fernanda Sgubin, Karen Fedrigo Daragone, Vanessa Bassinello e Wladecir Oliveira, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.002, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.011854/2020-63 de 23 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa PADTEC S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.549.807/0001-76, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

I - Aparelho multiplexador e conversor de comprimento de onda, modelos: Muxponder 100G+; Muxponder 100G+ Standalone;

II - Aparelho conversor de comprimento de onda (Transponder), modelos: Transponder 100G+;

III - Aparelho para Amplificação de Sinal Óptico, modelos: AMPLIFICADOR ÓPTICO 4.5U.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.003, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de que os investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.011854/2020-63 de 23 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos são resultado de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, realizados previamente à habilitação pela empresa PADTEC S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.549.807/0001-76:

I - Aparelho multiplexador e conversor de comprimento de onda, modelos: Muxponder 100G+; Muxponder 100G+ Standalone;

II -Aparelho conversor de comprimento de onda (Transponder), modelos: Transponder 100G+;

III - Aparelho para Amplificação de Sinal Óptico, modelos: AMPLIFICADOR ÓPTICO 4.5U.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.007, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.018899/2020-90 de 27 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Fibersul Fibra óptica e Acessórios Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.663.722/0001-40, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

I - Gabinete metálico para aparelho de telecomunicações, modelos: PISO; MINI RACK 19; PADRAO 19 DGO; PADRAO 19 DIO; PAREDE;

II - Caixa para emendas de fibras ópticas, modelos: CEO CAIXA EMENDA; CEO MINI; CEO DROP;

III - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, modelos: CTO 24F (NAP); CTO 16F (NAP); CTO MINI; PTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.008, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de que os investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e conforme consta no Processo MCTI nº 01250.018899/2020-90 de 27 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos são resultado de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, realizados previamente à habilitação pela empresa Fibersul Fibra óptica e Acessórios Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 05.663.722/0001-40:

I - Gabinete metálico para aparelho de telecomunicações, modelos: PISO; MINI RACK 19; PADRAO 19 DGO; PADRAO 19 DIO; PAREDE;

II - Caixa para emendas de fibras ópticas, modelos: CEO CAIXA EMENDA; CEO MINI; CEO DROP;

III - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, modelos: CTO 24F (NAP); CTO 16F (NAP); CTO MINI; PTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.009, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.010460/2020-98 de 30 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa TANCA INFORMATICA EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 08.723.218/0001-86, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

- Leitor de código de barras a laser, modelos: VP-240; VP-240W; VP-250W; VP-260W; VP-640; VP-640W; VP-650W; VP-660W; VP-870W; VP-900W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.010, DE 22 DE JULHO DE 2021

Reconhecimento de que os investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.010460/2020-98 de 30 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos são resultado de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, realizados previamente à habilitação pela empresa TANCA INFORMATICA EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 08.723.218/0001-86:

- Leitor de código de barras a laser, modelos: VP-240; VP-240W; VP-250W; VP-260W; VP-640; VP-640W; VP-650W; VP-660W; VP-870W; VP-900W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 23 DE JULHO DE 2021

29ª RELAÇÃO DE PESQUISADORES CREDENCIADOS À IMPORTAÇÃO - Lei 8.010/1990

PORTAL GOV.BR

CREDENCIAMENTO	**NOME**	CPF	VENCIMENTO
920.002052/2021	Michelle Carvalho Galvao da Silva Pinto Bandeira	***.410.073-**	23/07/2026
920.002066/2021	Ajalmar Rego da Rocha Neto	***.437.873-**	23/07/2026
920.002077/2021	Erico Souza Teixeira	***.986.344-**	23/07/2026
920.002095/2021	Cesar Marques Salgado	***.253.487-**	23/07/2026
920.002100/2021	Juan Manuel Pardal	***.424.477-**	23/07/2026
920.002103/2021	Louis Pergaud Sandjo	***.315.999-**	23/07/2026
920.002118/2021	Arlene Goncalves Correa	***.784.318-**	23/07/2026
920.002120/2021	Alberto Wisniewski Junior	***.223.669-**	23/07/2026
920.002123/2021	Zhou Detang	***.133.327-**	23/07/2026

CLÁUDIO DA SILVA VALÉRIO

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.332, DE 15 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53512.000307/2020-59 - Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do SERVIÇO RÁDIO DO CIDADÃO, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução n.º 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida (as entidades abaixo estão dispostas na seguinte ordem: Interessado, serviço, CPF;)
MARCELO GOMES DE MOURA,PX,***024117**;MARCELO HILARIO BARBOSA,PX,***612827**;MARCELO LIMA CORREIA,PX,***132287**;MARCELO PEREIRA CAMPOS,PX,***758777**;MARCELO PIMENTA,PX,***279697**;MARCELO PRIORI DA SILVA,PX,***782907**;MARCELO RIBEIRO GOMES,PX,***571296**;MARCIANO ALVES LINO,PX,***529597**;MARCIEL BAUSEN,PX,***916687**;MARCIO ALEXANDRO BOZI,PX,***032827**;MARCIO BARBOSA DE SA,PX,***177287**;MARCIO BICALHO THEZOLIN,PX,***968417**;MARCIO DE ANDRADE,PX,***843547**;MARCIO EFFGEN XAVIER,PX,***875727**;MARCIO FERREIRA CALDAS,PX,***020937**;MARCIO TOME DE FARIA,PX,***314617**;MARCO ANTONIO CALENZANI SIMOES,PX,***145897**;MARCONDES MONTEIRO DOS SANTOS,PX,***830497**;MARCOS ALEXANDRE COSTA,PX,***188707**;MARCOS ANTONIO FADINI,PX,***336427**;MARCOS ANTONIO VIEIRA LOPES,PX,***759527**;MARCOS AURELIO ZUQUI,PX,***059717**;MARCOS CAVALIERI,PX,***822107**;MARCOS PAULO DA SILVA TOME,PX,***807927**;MARCOS VALENTIM PIZETTA,PX,***187067**;MARCOS VINICIUS PEREIRA VIEIRA,PX,***326577**;MARINHO FERNANDO ARNDT,PX,***170077**;MARIO MAIA,PX,***911737**;MARKCIEL REGINALDO GOMES,PX,***230907**;MARLON LUIZ JUSTINO,PX,***462037**;MAURICIO JOSE MAGEVSKE,PX,***085277**;MAURICIO PARTELLI PERUZZO,PX,***532887**;MAURILIO MANOEL RUI,PX,***806017**;MAURILIO ROSA RUI,PX,***149237**;MAURINO SCHWAMBACH DE FREITAS,PX,***842867**;MAURO FERREIRA DA VITORIA,PX,***868987**;MAYCON WEYDER DELLA LIBERA DA SILVA,PX,***764817**;MIDSON FELLER DE MENEZES,PX,***337537**;MILTON SILVA PEREIRA,PX,***039637**;MOISES FAGUNDES SANTOS,PX,***289205**;MOISES MIRANDA COSTA,PX,***919067**;MOISES NASCIMENTO,PX,***932257**;MURILO CANCELIERE BASTOS,PX,***501817**;NEEMIAS LAIBER FERREIRA,PX,***717277**;NEILTON GIL PEREIRA,PX,***769595**;NELCINO TRESSMANN,PX,***221577**;NELIO VIEIRA,PX,***973847**;NELSON BERGER,PX,***384627**;NELSON DA SILVA BATISTA,PX,***220567**;NERY LOURO CARVALHO,PX,***572566**;NILTON CARLOS SCHULZ BENDINELI,PX,***767907**;NINO MARQUES DE MORAIS,PX,***948187**;ODAIR ANTONIO SARTORIO,PX,***197047**;ODAIR JOSE GARCIA,PX,***929997**;PAULO CESAR BARRETO DOS SANTOS,PX,***998437**;PAULO CESAR BISI,PX,***975357**;PAULO CESAR MACHADO,PX,***380106**;PAULO PEREIRA DE JESUS,PX,***784057**;PAULO SERGIO CETTO MARTINELLI,PX,***305487**;PEDRO ASSIS,PX,***808997**;PEDRO RODRIGUES GOMES,PX,***857345**;PLINIO BOLDRINI,PX,***906777**;RAFAEL CHARILLI GALINA,PX,***409477**;REGINALDO BELMOK,PX,***126257**;REGINALDO DAL PIERO,PX,***407987**;RENAN ROSA BISSA,PX,***323217**;RENATO ASSIS RIBEIRO,PX,***803247**;RENATO COELHO DOS SANTOS,PX,***411397**;RENATO MARIQUITO,PX,***789387**;RENATO MOREIRA RIBEIRO,PX,***644737**;RICARDO TARTAGLIA DE SOUZA,PX,***689467**;ROBERLY ARAUJO,PX,***133897**;ROBERTO CARLOS DE LYRIO,PX,***725107**;ROBERTO DA SILVA,PX,***922497**;ROBERTO MARTINS DE SOUZA,PX,***921457**;ROBSON MOREIRA SOBRINHO,PX,***729897**;ROBSON WANDER FRACALOSSI,PX,***688787**;RODRIGO BRANDAO MACHADO,PX,***873877**;RODRIGO COSTA,PX,***684387**;RODRIGO LOUZADA NOGUEIRA,PX,***713337**;RODRIGO LUPKI XAVIER,PX,***839437**;RODRIGO MARTINS DOS SANTOS,PX,***413037**;RODRIGO ROSA ROLI,PX,***331587**;ROGERIO BRITO DE SOUZA,PX,***617177**;ROGERIO CASTELAN,PX,***089057**;ROGERIO RABBI VIQUETTI,PX,***111237**;ROMANO JASKE,PX,***979007**;ROMERITO PIGATTI,PX,***627407**;ROMILDO PINTO FERNANDES,PX,***540127**;ROMULO CHARILLI GALINA,PX,***373957**;RONALDO FERREIRA DA SILVA,PX,***149367**;RONALDO LOUZADA PONTES,PX,***585657**;RONALDO RONI DE SOUZA,PX,***410957**;RONDINELIO VIEIRA DILEM,PX,***738087**;RONDNEY LORENCINI,PX,***217187**;RONI ALDIR PRATTI,PX,***563127**;RONIELE VIGANOR,PX,***863247**;ROSIMAR BRAGUNCE,PX,***885957**;ROULDS PANCINI,PX,***142067**;RUDIVAL DE SOUZA CAMILO,PX,***277887**;SAMUEL ARAUJO,PX,***445187**;SANDER SEIBEL,PX,***002167**;SANDRO BALBINO FIORIN,PX,***073057**;SANDRO FAVASSA DA SILVA,PX,***850337**;SAULO LOVATTI PEREIRA,PX,***865187**;SERGIO BISI,PX,***453917**;SERGIO CANICALI FRACALOSSI,PX,***394827**;SERGIO MORAES CORDEIRO,PX,***949877**;SERGIO SILVA DE ANDRADE,PX,***299237**;SHIGEAKI REGES CAMPOS,PX,***182287**;SIDENY JORGE PEREIRA,PX,***995697**;SIDNEY ALVES PEREIRA,PX,***360757**;SILVIO ROBERTO VIEIRA DE FREITAS,PX,***935207**;TARCISIO AUGUSTO NASCIMENTO VITORIO,PX,***127737**;TARCISO ANTONIO GIACOMIN,PX,***182557**;TEAGO PEISINO DE CASTILHO,PX,***776117**;THIAGO FAVARATO BONATTO,PX,***665377**;TOBIAS VANDERLEI DE ALMEIDA,PX,***950147**;UELTON MOURA MARTINS,PX,***695427**;UILIANS ALVES DOS SANTOS,PX,***026245**;ULYSSES FERREIRA VALLE,PX,***547657**;VAGNER BARBOZA PEREIRA,PX,***378507**;VAGUINO FERNANDO ULICK,PX,***867927**;VALCIMAR JOAO BARBOSA,PX,***996827**;VALDECIR DEFENDENTE,PX,***563997**;VALDEIR DA SILVA SOARES,PX,***970967**;VALDENILDO AGUIAR DORDENONI,PX,***084977**;VALDERSON DA SILVA,PX,***762906**;VALDINEI GASPARINI RODRIGUES,PX,***838497**;VALKMAR RODRIGUES ALVES,PX,***681457**;VALNICE DA SILVA COSTA,PX,***376277**;VALTER VAZ DA SILVA,PX,***253737**;VANDELINO RODRIGUES,PX,***225687**;VANDERLEI TETZNER CARVALHO,PX,***257177**;VANDERSON BRANDAO MACHADO,PX,***274717**;VENILIO INCIO DE LIRA,PX,***109407**;VICTOR AMARAL DE SOUZA,PX,***743707**;VLADEMIR JOSE TOCHETTO,PX,***458409**;WAGNER CALIMAN NUNES,PX,***902147**;WAGNER JOSE VOLKERS,PX,***812517**;WALDECY GRIGORIO DA SILVA,PX,***479137**;WALLACE BRAGUNCE,PX,***203967**;WANDERSON CLAUDIANO MARVILA,PX,***252117**;WANTUIR DOS SANTOS,PX,***622707**;WARDELEI AUGUSTO DA ROCHA,PX,***997587**;WEDERSON CRISTIANO COGO,PX,***095457**;WELDON FERREIRA DE SOUZA,PX,***509347**;WELINTON CAMILO DE ALVARENGA,PX,***363977**;WELITON DA SILVA,PX,***974637**;WELITON FERREIRA PAIVA,PX,***979606**;WELLINGTON BRUNHARA,PX,***371437**;WELLINGTON MOURA FERREIRA,PX,***140147**;WELTON SILVEIRO RIBEIRO,PX,***984677**;WENDER DOS REIS DA SILVA,PX,***252737**;WILLYAN LUIZ SANTOS BAHIENSE,PX,***918327**;WILTON LUIZ BRANDAO BAHIENSE,PX,***226957**;ZANDINO PICOLI,PX,***328047**

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 27 DE JULHO DE 2021

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas:

Nº 5.623 - Processo nº 53516.002199/2020-19, RÁDIO FM INDEPENDÊNCIA-MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 00.252.256/0001-96;

Nº 5.624 - Processo nº 53516.009805/2021-16, RÁDIO CLUBE PONTAGROSSENSE LTDA, CNPJ nº 80.230.113/0001-12.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 4.681, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.004032/2021-11. Expedir autorização ao José Augusto Aparecido Cardoso Miranda, CPF nº ***.700.618-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.682, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504004327202189. Expedir autorização à de Robert Agroflorestal Ltda, CNPJ nº 07.751.082/0001-55, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.692, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.004331/2021-47. Expedir autorização à Paito Comercio de Veículos Ltda, CNPJ nº 05.885.364/0001-10, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.693, DE 24 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.004334/2021-81. Expedir autorização à Transwolff Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 58.322.512/0001-54, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.741, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504001873202168. Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à S.P. COMUNICAÇÕES & PUBLICIDADE LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 04.359.734/0001-12, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.809, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.003662/2021-60. Expedir autorização ao Vitor de Carvalho Menezes, CPF nº ***.332.678-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 4.818, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 53504.003476/2021-21. Expedir autorização ao Anderson Cursino Medeiros, CPF nº ***.104.558-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.568, DE 23 DE JULHO DE 2021

Expedir autorização à Fabio Carlos Pereira Cunha, CPF nº ***.793.223-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.566, DE 23 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53548.000690/2021-19. Expede autorização ao LEONARDO ALVES PALMEIRA, CPF nº ***.475.077-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.626, DE 27 DE JULHO DE 2021

Outorgar autorização de uso de radiofrequência a EDUARDO VITORIA, CPF nº ***.064.246-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 5.573, DE 23 DE JULHO DE 2021

Expede autorização à Cargill Agrícola S.A., CNPJ nº 60.498.706/0127-59, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.002085/2021-25.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.563, DE 23 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53569.003605/2021-26. Expede autorização à Almeirim Telecom Ltda, CNPJ nº 09911170000100, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANDRÉ RODRIGUES PESSOA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 5.282, DE 14 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53524.005411/2018-86. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO ALVORADA FREQUENCIA MODULADA LTDA, CNPJ nº 30.459.275/0001-59, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 20 DE JULHO DE 2021

Nº 5.454 Processo nº 53500.041199/2021-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV DIARIO LTDA, CNPJ 23.493.364/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Icó/CE.

Nº 5.456 Processo nº 53500.041320/2021-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ALEGRIA COMUNICACAO LTDA, CNPJ 05.094.622/0001-40, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Leopoldo/RS.

Nº 5.457 Processo nº 53500.042361/2021-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundação João Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aquiraz/CE.

Nº 5.459 Processo nº 53500.042412/2021-85. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundação João Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP.

Nº 5.460 Processo nº 53500.042414/2021-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundação João Paulo II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Fartura/SP.

Nº 5.461 Processo nº 53500.046543/2021-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Xapuri/AC.

Nº 5.464 Processo nº 53500.046549/2021-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ALDEIA DE COMUNICACAO DO ACRE-FUNDAC, CNPJ 15.254.447/0001-64, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brasiléia/AC.

Nº 5.466 Processo nº 53500.048338/2021-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM 102 LTDA, CNPJ 32.418.014/0001-16, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cariacica/ES.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.531, DE 22 DE JULHO DE 2021

Processo nº 53578.000361/2018-15. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TECNORADIO COMERCIO E SOLUCOES EM COMUNICACAO EIRELI, CNPJ 07.893.624/0001-24, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 23 DE JULHO DE 2021

Nº 5.554 Processo nº 53500.050190/2021-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SERRANA DE BENTO GONCALVES LTDA, CNPJ 89.340.574/0001-12, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Bento Gonçalves/RS.

Nº 5.555 Processo nº 53500.050388/2021-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PROGRESSO DE RUSSAS LTDA, CNPJ 07.780.075/0001-81, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Russas/CE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE JULHO DE 2021

Nº 5.610 Processo n° 53500.048906/2021-73. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Indagraf Ltda, CNPJ nº 65.191.215/0001-82, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 5.622 Processo nº 53500.051481/2021-80. declara extinta, por renúncia, a partir de 26/07/2021, a autorização outorgada a MARCOS VINICIUS MATTIAZZO, CNPJ/MF nº 19.118.097/0001-60, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 3.063, DE 22 DE JULHO DE 2021

Aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, observado o disposto no inciso XII do art. 1º, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 60070.000321/2020-64, resolve:

Art. 1º Esta Portaria aprova a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa.

CAPÍTULO I

OBJETIVOS

Art. 2º A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa tem como objetivo geral estimular o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação de interesse de Defesa.

Art. 3º São objetivos específicos da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa:

I - ampliar o conteúdo tecnológico dos produtos e serviços de interesse de Defesa;

II - elevar o nível de capacitação de recursos humanos, vinculados ou dedicados à ciência, tecnologia e inovação de interesse de Defesa;

III - aprimorar a infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação de apoio a programas e projetos prioritários de interesse de Defesa;

IV - proporcionar a criação de ambiente favorável à inovação, à cooperação, à competitividade industrial e à capacitação nacional, voltados aos interesses de Defesa;

V - aperfeiçoar os mecanismos de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse de Defesa;

VI - promover a cultura de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse da Defesa, junto a diversos segmentos da sociedade;

VII - estimular o aproveitamento da imagem de excelência institucional;

VIII - integrar as iniciativas de ciência, tecnologia e inovação de interesse de Defesa, conduzidas nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), nas empresas e na academia;

IX - estabelecer mecanismos voltados a políticas para a valorização de recursos humanos baseada em resultados; e

X - implantar sistemática que integre o planejamento estratégico, o ciclo de vida de produtos e serviços de interesse de Defesa e a avaliação de resultados.

CAPÍTULO II

ARCABOUÇO JURÍDICO NACIONAL

Art. 4º São fundamentos legais da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa:

I - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
II - Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004;
III - Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016;
IV - Decreto nº 9.283, de 07 de fevereiro de 2018;
V - Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020;
VI - Política Nacional de Defesa;
VII - Estratégia Nacional de Defesa;
VIII - Livro Branco de Defesa Nacional; e
IX - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para implementação da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa:

I - orientar as instituições que venham a participar de atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse de Defesa;

II - estimular a criação de ambientes capazes de alavancar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em áreas de interesse de Defesa;

III - estimular o desenvolvimento industrial com foco no domínio das tecnologias de interesse de Defesa, em consonância com o desenvolvimento nacional;

IV - estimular a geração de produtos inovadores alinhados aos interesses de Defesa;

V - fortalecer as capacidades científica e tecnológica do setor de Defesa;

VI - incentivar a capacitação e a formação de militares e servidores civis para o desenvolvimento de atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação;

VII - promover a proteção intelectual das criações desenvolvidas no âmbito de Defesa;

VIII - estimular iniciativas conjuntas envolvendo os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI); e

IX - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias e produtos de emprego dual.

CAPÍTULO IV

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 6º A consecução dos objetivos específicos da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa será obtida pelas seguintes ações estratégicas:

I - Objetivo Específico nº 1:

a) incentivar a realização de programas e projetos prioritários de interesse de Defesa mobilizadores;

b) priorizar projetos inovadores que tenham a participação da indústria de base tecnológica nas áreas de interesse de Defesa;

c) acelerar desenvolvimentos tecnológicos por meio de compensações tecnológicas (offset) e cooperações internacionais; e

d) estimular a pesquisa e o desenvolvimento de projetos que utilizem tecnologias de emprego dual;

II - Objetivo Específico nº 2:

a) incrementar a cooperação científico-tecnológico das ICT militares com instituições no Brasil e no exterior, em programas e projetos de interesse de Defesa;

b) priorizar a capacitação de recursos humanos, vinculada a programas e projetos prioritários de interesse de Defesa;

c) priorizar a capacitação dos recursos humanos em áreas de interesse de Defesa, com o aporte de recursos financeiros para este fim; e

d) estimular o emprego dos mecanismos estabelecidos na Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016 (Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação) para a obtenção de bolsas e auxílios a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de interesse de Defesa;

III - Objetivo Específico nº 3:

a) buscar, continuamente, mecanismos que permitam investimentos em infraestrutura laboratorial nas Instituições voltadas ao desenvolvimento de tecnologias de interesse de Defesa;

b) implementar uma rede de compartilhamento de laboratórios dedicados à P&D entre as ICT militares;

c) buscar a certificação e o reconhecimento nacional e internacional, dos laboratórios que integram as Instituições voltadas ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa; e

d) buscar o estabelecimento de reciprocidade entre órgãos nacionais e internacionais certificadores de laboratórios;

IV - Objetivo Específico nº 4:

a) estimular a mentalidade de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse de Defesa no contexto da cadeia produtiva do país;

b) estimular a substituição de tecnologias e de produtos importados de interesse de Defesa por correspondentes nacionais competitivos;

c) implementar mecanismos contratuais em acordos que assegurem a efetiva transferência de tecnologia em aquisições e parcerias internacionais;

d) orientar os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a instituir suas políticas de inovação, nos termos do fixado pelo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

e) estimular e apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT militares;

f) permitir a disponibilização da infraestrutura por meio do compartilhamento e da permissão de uso por terceiros de laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual;

g) estimular a parceria entre as ICT militares e as empresas, com capacidade de produção em escala, para o desenvolvimento de produtos de defesa, incluindo a transferência e o licenciamento de tecnologia;

h) privilegiar a pesquisa básica, de caráter científico e tecnológico, e o empreendedorismo para o alcance da autonomia nacional no desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores de interesse de Defesa; e

i) implementar medidas efetivas de apropriação e proteção do conhecimento e da propriedade intelectual gerada ou compartilhada, no interesse de Defesa, privilegiando o depósito de pedidos de patentes para tecnologias de emprego dual;

V - Objetivo Específico nº 5:

a) buscar novas fontes de financiamento público ou privado para as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação;

b) propugnar por mecanismos que assegurem a continuidade dos projetos estratégicos de interesse de Defesa ao longo dos períodos orçamentários e governamentais;

c) ampliar e estimular a prestação de serviços e produtos pelas ICT militares;

d) estimular investimentos públicos, orçamentários ou não, voltados para o financiamento de programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em prol ao interesse de Defesa; e

e) aprimorar os regimes legal, regulatório e tributário especiais, para incentivar a capacitação do setor de pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologias de interesse de Defesa;

VI - Objetivo Específico nº 6:

a) apoiar a criação e a realização de cursos e estágios em áreas de Ciência e Tecnologia de interesse da Defesa;

b) incentivar a participação das Forças Armadas no esforço nacional de educação cientifica;

c) incentivar que os conhecimentos científico-tecnológicos desenvolvidos nas ICT militares sejam aproveitados em tecnologias que atendam aos interesses mais amplos da sociedade, excetuando-se aqueles que possam comprometer a Segurança Nacional; e

d) incentivar a elaboração e a divulgação de trabalhos acadêmicos relativos a temas dirigidos à Defesa, ressalvadas as informações cujo teor seja de acesso restrito;

VII - Objetivo Específico nº 7:

a) implementar um programa de identidade visual que crie e consolide a marca Defesa para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação; e

b) incentivar a publicação de trabalhos científicos em periódicos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em eventos científicos de forma a aumentar a publicidade das atividades de P&D que ocorrem no âmbito da Defesa;

VIII - Objetivo Específico nº 8:

a) incentivar o estabelecimento de parcerias entre os atores do SNCTI;

b) promover, sempre que possível, o compartilhamento de conhecimentos, iniciativas e recursos existentes nas ICT militares objetivando a racionalização de meios;

c) integrar, de acordo com as orientações dos NIT, as ICT militares às redes temáticas de Ciência e Tecnologia;

d) incentivar o cadastramento de pesquisadores e tecnólogos, que integram o SNCTI, em base de dados de abrangência e de reconhecimento nacionais e internacionais; e

e) estimular o compartilhamento e a permissão de uso de infraestrutura e capital intelectual das ICT militares com outras ICT, integrantes do setor produtivo ou pessoas físicas, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação Tecnológica;

IX - Objetivo Específico nº 9:

a) estimular a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento nacional de tecnologias, produtos e serviços de interesse de Defesa, por meio de premiações e recompensas;

b) buscar o aperfeiçoamento do plano de carreira dos servidores vinculados às ICT militares;

c) promover dentro dos projetos a iniciativa de Bolsa de Estímulo a Inovação nos termos da Lei de Inovação Tecnológica; e

d) integrar os projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação das Forças Armadas em áreas correlatas, a fim de unificar o conhecimento adquirido e contribuir para o desenvolvimento tecnológico de Defesa; e

X - Objetivo Específico nº 10:

a) implementar sistemas de gestão do conhecimento, prospecção tecnológica e identificação de áreas estratégicas de Ciência, Tecnologia e Inovação, de interesse de Defesa; e

b) implementar instrumentos para avaliar a evolução e resultados das ações implementadas na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse de Defesa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º No âmbito do Ministério da Defesa, caberá aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica editar, em suas respectivas áreas de atuação, atos específicos complementares para a implementação da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa de que trata esta Portaria.

Art. 8º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.317/MD, de 4 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 214, Seção 1, páginas 38 e 39, de 8 de novembro de 2004.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

PORTARIA GM-MD Nº 3.084, DE 26 DE JULHO DE 2021

Revoga a Portaria Normativa nº 6.734, de 30 de outubro de 2000; a Portaria Normativa nº 144, de 15 de março de 2002; a Portaria nº 1.062, de 17 de julho de 2008; a Portaria nº 1.441, de 23 de outubro de 2008; a Portaria Normativa nº 818, de 18 de maio de 2010; e a Portaria Normativa nº 1.832, de 9 de dezembro de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, incisos I e II, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60550.003348/2021-97, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa nº 6.734, de 30 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União nº 211-E, Seção 1, página 12, de 1º de novembro de 2000;

II - a Portaria Normativa nº 144, de 15 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União nº 52, Seção 1, página 42, de 18 de março de 2002;

III - a Portaria nº 1.062, de 17 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 208, Seção 1, página 16, de 27 de outubro de 2008;

IV - a Portaria nº 1.441, de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 31, Seção 2, página 8, de 15 de fevereiro de 2008;

V - a Portaria Normativa nº 818, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 95, Seção 1, página 18, de 20 de maio de 2010; e

VI - a Portaria Normativa nº 1.832, de 9 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 236, Seção 1, página 25, de 10 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

Ministério do Desenvolvimento Regional

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR OSCAR CORDEIRO NETTO, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos à:

Nº 1.344 - MHAG SERVICOS E MINERACAO S/A, Açude Armando Ribeiro Gonçalves, Município de JUCURUTU/RN, mineração, renovação.

Nº 1.345 - MARIA SALETE VIEIRA MISSIATO, UHE Ilha Solteira, Município de PARANAÍBA, irrigação.

Nº 1.346 - RENATO RIBEIRO DO NASCIMENTO, rio Mucambão, Município de MINAÇU/GO, irrigação.

Nº 1.347 - EDINALDO ALMEIDA DA SILVA, Açude São Gonçalo, Município de MARIZÓPOLIS/PB, irrigação.

Nº 1.348 - EDINALDO ALVES LINS, Açude São Gonçalo, Município de MARIZÓPOLIS/PB, irrigação.

Nº 1.349 - JOSE CARLOS BELO, Açude São Gonçalo, Município de MARIZÓPOLIS/PB, irrigação.

Nº 1.350 - LEANDRO MENDES ROQUE, Açude São Gonçalo, Município de MARIZÓPOLIS/PB, irrigação.

Nº 1.351 - JOSE IVO VIEIRA DE OLIVEIRA, Açude São Gonçalo, Município de MARIZÓPOLIS/PB, irrigação.

Nº 1.352 - GILBERTO GONCALVES PINHEIRO, UHE Piraju, Município de PIRAJU/SP, irrigação.

Nº 1.353 - DALVO ANTONIO CARVALHO GOUVEIA, UHE São Simão, Município de GOUVELÂNDIA/GO, irrigação.

Nº 1.354 - MARCIA GISELE PEREIRA, rio Parnaíba, Município de TASSO FRAGOSO/MA, irrigação.

Nº 1.355 - LUCIA HELENA TEIXEIRA BIFON, UHE Marimbondo, Município de GUARACI/SP, irrigação.

Nº 1.356 - ROBERTA HENRIQUES HEITOR, UHE Marimbondo, Município de FRUTAL/MG, irrigação.

Nº 1.357 - MRV PRIME PROJETO MT O INCORPORACOES SPE LTDA, rio Cuiabá, Município de VÁRZEA GRANDE/MT, Consumo Humano.

Nº 1.358 - MARIA BATISTA SILVA, rio São Francisco, Município de BREJO GRANDE/SE, aquicultura.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.359, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/06/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu:

Revogar a outorga emitida a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR por meio da Resolução ANA nº 309, de 12 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 13 de maio de 2009, seção 1, página 63, por motivo dos usos de recursos hídricos pleiteados, após a avaliação da ANA, serem considerados insignificantes nos termos da Resolução ANA n° 1.940, de 30 de outubro de 2017.

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 8.904, DE 27 DE JULHO DE 2021

Autoriza a prorrogação excepcional do prazo para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no ano de 2019.

OS MINISTROS DE ESTADO DA ECONOMIA e DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, a prorrogação dos prazos para atendimento das cláusulas suspensivas dos convênios e contratos de repasse celebrados no exercício de 2019.

§ 1º A prorrogação de que trata o caput terá como prazo final máximo o dia 31 de dezembro de 2021 e não se aplica aos convênios ou contratos de repasse que já foram extintos devido à não implementação, pelo convenente, da condição suspensiva, antes da publicação desta Portaria Interministerial.

§ 2º Nos instrumentos assinados pelo Ministério da Saúde que já tiveram suas cláusulas suspensivas prorrogadas em função da Portaria Interministerial nº 134, de 30 de março de 2020, cujo prazo prorrogado tenha sido superior ao limite estabelecido nesta portaria, fica assegurada a manutenção do prazo mais dilatado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

WAGNER ROSÁRIO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Gecex nº 222, de 23 de julho de 2021, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, publicada na Edição nº 140 do Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2021, seção 1, página 40,

No artigo 3º, onde se lê:

"Art. 3º Ficam incluídas no Anexo II da Resolução da Câmara de Comércio Exterior nº 125, de 2016, as mercadorias abaixo, conforme descrição, quota e alíquota a seguir discriminadas:"

Leia-se:

"Art. 3º Ficam incluídas no Anexo II da Resolução da Câmara de Comércio Exterior nº 125, de 2016, até 31 de dezembro de 2021, as mercadorias abaixo, conforme descrição, quota e alíquota a seguir discriminadas:"

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 13/08/2021.

Pauta Ordinária (de 10 a 12/08/2021) e Extraordinária (dias 09 e 13/08/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg

3) O julgamento do Processo nº 13609.721757/2014-47 (item 102) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 103. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 103, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10530.722385/2014-39 (item 109) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 110. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 110, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10640.723677/2011-07 (item 111) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 112. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 112, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10530.724648/2014-44 (item 117) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 118 e 119. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 118 e 119, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
1 - Processo nº: 16327.720928/2018-07 - Recorrente: BANCO BRADESCO BBI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 16327.721425/2012-55 - Recorrente: BANCO BRADESCO BBI S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 16327.720985/2017-05 - Recorrente: CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
4 - Processo nº: 10640.000380/2009-47 - Recorrente: EMPRESA UNIDA MANSUR & FILHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10640.002554/2008-25 - Recorrente: EMPRESA UNIDA MANSUR E FILHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10640.002555/2008-70 - Recorrente: EMPRESA UNIDA MANSUR E FILHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10640.002556/2008-14 - Recorrente: EMPRESA UNIDA MANSUR E FILHOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
8 - Processo nº: 19515.720287/2015-19 - Recorrente: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
9 - Processo nº: 13603.720217/2017-49 - Recorrente: LYON ENGENHARIA COMERCIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13603.722206/2016-12 - Recorrente: LYON ENGENHARIA COMERCIAL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 15956.000203/2009-21 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 15956.000201/2009-31 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 15956.000348/2009-21 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15956.000205/2009-10 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15956.000349/2009-76 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15956.000350/2009-09 - Recorrente: FUNDACAO MATERNIDADE SINHA JUNQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
17 - Processo nº: 10865.003643/2009-35 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS
18 - Processo nº: 10865.003644/2009-80 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10865.003645/2009-24 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DONA CAROLINA MALHEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
20 - Processo nº: 10920.002867/2008-37 - Recorrente: TUPY S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10920.002595/2008-75 - Recorrente: TUPY S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10920.002598/2008-17 - Recorrente: TUPY S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
23 - Processo nº: 16024.000595/2008-21 - Recorrente: ARTHUR KLINK COMERCIO DE FERRAMENTAS E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 16024.000594/2008-86 - Recorrente: ARTHUR KLINK COMERCIO DE FERRAMENTAS E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16024.000592/2008-97 - Recorrente: ARTHUR KLINK COMERCIO DE FERRAMENTAS E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 16024.000596/2008-75 - Recorrente: ARTHUR KLINK COMERCIO DE FERRAMENTAS E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
27 - Processo nº: 10980.727002/2013-30 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10980.727000/2013-41 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10980.726998/2013-66 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10980.727003/2013-84 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10980.726997/2013-11 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10980.726996/2013-77 - Recorrente: C&M ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
33 - Processo nº: 13654.001209/2008-11 - Recorrente: CAMARA MUNICIPL DE CARMO DO RIO CLARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13654.001204/2008-81 - Recorrente: CAMARA MUNICIPL DE CARMO DO RIO CLARO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
35 - Processo nº: 10665.003512/2008-23 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO MARICOTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10665.003510/2008-34 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO MARICOTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 12157.000211/2008-11 - Recorrente: INTESIS - PROJETO E CONSTRUCAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 12157.000212/2008-58 - Recorrente: INTESIS - PROJETO E CONSTRUCAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13804.002034/2007-18 - Recorrente: INTESIS PROJ E CONSTRUCAO SC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
40 - Processo nº: 10380.722850/2009-35 - Recorrente: IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10380.722851/2009-80 - Recorrente: IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10380.722845/2009-22 - Recorrente: IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10380.722846/2009-77 - Recorrente: IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10380.722848/2009-66 - Recorrente: IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
45 - Processo nº: 10380.001353/2009-08 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10380.001352/2009-55 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10380.001364/2009-80 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
48 - Processo nº: 10935.007998/2009-22 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10935.007996/2009-33 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10935.007999/2009-77 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10935.008000/2009-15 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10935.007997/2009-88 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10935.007995/2009-99 - Recorrente: USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE LATCO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
54 - Processo nº: 17546.000914/2007-91 - Recorrente: FRIG CPOS S JOSE SUC FRIG MANTIQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 17546.001008/2007-11 - Recorrente: FRIG CPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 17546.000913/2007-46 - Recorrente: FRIG CPOS S JOSE SUC FRIG MANTIQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 17546.001011/2007-27 - Recorrente: FRIG CPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 17546.001016/2007-50 - Recorrente: FRIG CPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 17546.001020/2007-18 - Recorrente: FRIG CPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 17546.001021/2007-62 - Recorrente: FRIG CPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
61 - Processo nº: 10140.722975/2015-36 - Embargante: GRANOSUL COMERCIAL E CORRETORA DE GRAOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
62 - Processo nº: 15504.727157/2015-77 - Recorrente: JPAR - DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
63 - Processo nº: 10380.723594/2013-80 - Recorrente: QUIMICA FARMACEUTICA GASPAR VIANA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10380.011784/2007-11 - Recorrente: QUIMICA FARMACEUTICA GASPAR VIANA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
65 - Processo nº: 14041.000304/2009-41 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 14041.000305/2009-96 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 14041.000311/2009-43 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 14041.000310/2009-07 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 14041.000309/2009-74 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 14041.000308/2009-20 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 14041.000307/2009-85 - Recorrente: EMPLAVI REALIZACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
72 - Processo nº: 15956.000587/2007-10 - Recorrente: USINA SANTO ANTONIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15956.000010/2009-70 - Recorrente: USINA SANTO ANTONIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 15956.000009/2009-45 - Recorrente: USINA SANTO ANTONIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15956.000588/2007-64 - Recorrente: USINA SANTO ANTONIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
76 - Processo nº: 10314.727934/2014-16 - Recorrente: VIGOR ALIMENTOS S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
77 - Processo nº: 13983.000498/2007-11 - Recorrente: SADIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
78 - Processo nº: 15504.002732/2008-04 - Recorrente: TOPMIX ENGENHARIA E TECNOLOGIA DE CONCRETO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15504.000311/2008-31 - Recorrente: SIEMENS VAI METALS TECHNOLOGIES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
80 - Processo nº: 10283.722545/2018-32 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10283.720006/2017-88 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.730585/2017-38 - Recorrente: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
83 - Processo nº: 13896.720259/2018-12 - Embargante: GRABER SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
84 - Processo nº: 36108.001915/2006-85 - Recorrente: CHRISTIANE MEDEIROS LOUREIRO SOARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13150.000128/2008-67 - Recorrente: EMICEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
86 - Processo nº: 14489.000260/2008-10 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: LOJAS CITYCOL SA e FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: CS / Salário Indireto / PLR / Bônus de Atração / Parcelas sobre Folha / Contribuinte Individual / Cessão de Mão de Obra / SAT / Terceiros / Obrigação Acessória / Outros
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
87 - Processo nº: 13688.000697/2007-63 - Recorrente: PATOS DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13688.000699/2007-52 - Recorrente: PATOS DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
89 - Processo nº: 15504.018925/2008-79 - Recorrente: POLI BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 15540.720395/2012-72 - Recorrente: RIOSEG SEGURANCA E VIGILANCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
91 - Processo nº: 17546.000908/2007-33 - Recorrente: FRIGORIFICO CAMPOS DE SAO JOSE LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 17546.001015/2007-13 - Recorrente: FRIGORIFICO CAMPOS DE SAO JOSE LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
93 - Processo nº: 11845.000014/2009-54 - Recorrente: ELETRO HIDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
94 - Processo nº: 11330.000124/2007-54 - Recorrente: ASSOC NAC DAS INST DO MERCADO FINANCEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 18050.004905/2008-94 - Recorrente: ACL TECN DE CONC E PAVIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 18050.004890/2008-64 - Recorrente: ACL TECN DE CONC E PAVIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 18050.004889/2008-30 - Recorrente: ACL TECN DE CONC E PAVIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
98 - Processo nº: 10410.005549/2010-01 - Recorrente: ANTONIO MARCIO BRITTO RAPOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10410.005550/2010-27 - Recorrente: ANTONIO MARCIO BRITTO RAPOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10410.005551/2010-71 - Recorrente: ANTONIO MARCIO BRITTO RAPOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 2: ITR - Glosa de área declarada / Valor da Terra Nua
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
101 - Processo nº: 10660.723634/2010-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARCELORMITTAL SUL FLUMINENSE S.A.
102 - Processo nº: 13609.721757/2014-47 - Recorrente: PAULO TARSO FLECHA DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
103 - Processo nº: 13609.721758/2014-91 - Recorrente: PAULO TARSO FLECHA DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
104 - Processo nº: 14751.001914/2009-56 - Recorrente: PAULO FERNANDO CAVALCANTI DE MORAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11624.720213/2012-82 - Recorrente: FUNDACAO EXCLUSIVA EDUCATIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10735.720185/2010-11 - Recorrente: NILTON DE FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10983.720647/2013-11 - Recorrente: CONGREGACAO DOS PADRES DO SAGRADO CORACAO DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10983.720511/2013-10 - Recorrente: CONGREGACAO DOS PADRES DO SAGRADO CORACAO DE JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
109 - Processo nº: 10530.722385/2014-39 - Recorrente: VALBERTO DE ANDRADE LIMA COUTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
110 - Processo nº: 10530.722386/2014-83 - Recorrente: VALBERTO DE ANDRADE LIMA COUTINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
111 - Processo nº: 10640.723677/2011-07 - Recorrente: BROOKFIELD ENERGIA RENOVAVEL MINAS GERAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
112 - Processo nº: 10640.723687/2011-34 - Recorrente: BROOKFIELD ENERGIA RENOVAVEL MINAS GERAIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
113 - Processo nº: 10725.720799/2014-46 - Recorrente: OTHON EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13161.720202/2007-55 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RENATO EUGENIO DE REZENDE BARBOSA
115 - Processo nº: 10680.723245/2009-05 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: HELCIO GERALDO DE OLIVEIRA CORREA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
116 - Processo nº: 10950.720434/2008-18 - Recorrente: WILSON DE MATOS SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
117 - Processo nº: 10530.724648/2014-44 - Recorrente: CLETO FONTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
118 - Processo nº: 10530.724649/2014-99 - Recorrente: CLETO FONTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10530.724650/2014-13 - Recorrente: CLETO FONTANA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
120 - Processo nº: 15504.016658/2010-10 - Recorrente: ABELARDO DE LIMA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 19515.002262/2007-11 - Embargante: JOSE ZAJAC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 19515.002763/2004-55 - Embargante: VICTOR SUCAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
123 - Processo nº: 13839.003105/2003-61 - Recorrente: ROSA LUIZ LORENZO FERNANDEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
124 - Processo nº: 10930.001958/2005-93 - Recorrente: MAURO BORSALLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
125 - Processo nº: 10410.724366/2016-75 - Embargante: JORGE GOMES DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10932.000468/2009-83 - Recorrente: BENEDICTO MAW BAPTISTA DA LUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10872.000782/2010-51 - Recorrente: NELSON SEQUEIROS RODRIGUEZ TANURE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 12898.002009/2009-23 - Recorrente: MANOEL SAMPAYO ALVAREZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
129 - Processo nº: 10980.017806/2008-60 - Embargante: WILSON GERALDO VELOSO FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
130 - Processo nº: 10830.005706/2006-42 - Recorrente: MARCIO MURILO LOPES PILOT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10830.005794/2005-00 - Recorrente: CONSTANTE LUIZ BERALDO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
132 - Processo nº: 11080.009613/2007-61 - Recorrente: LUIZA ZUKERMAN BILESKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10865.903323/2015-25 - Recorrente: MARISTELA MASON ALBEJANTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
134 - Processo nº: 10840.720024/2010-21 - Recorrente: HELCIO TADEU RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13971.723797/2015-76 - Recorrente: MARLEN CLAUDIA TAFNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
136 - Processo nº: 13984.721173/2011-41 - Recorrente: SANDRO DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10435.721794/2014-04 - Recorrente: SEBASTIAO TENORIO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 13876.720006/2013-72 - Recorrente: MARIA BEATRIZ PEDROSO DE ARRUDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
139 - Processo nº: 13971.721300/2011-51 - Recorrente: JOSE VILMAR PETERS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
140 - Processo nº: 15540.720166/2014-10 - Recorrente: FABIO MARCELO TEIXEIRA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
141 - Processo nº: 10166.004380/2011-83 - Recorrente: EDITH FIGUEREDO SALAZAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
142 - Processo nº: 10510.006290/2008-64 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: CLAUDIO DOS SANTOS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
143 - Processo nº: 13811.002290/2008-99 - Recorrente: CINTIA JULIA GASPARRO SILVESTRE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10580.728276/2012-78 - Recorrente: ADEMIR SANTOS DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10580.731953/2010-73 - Recorrente: ADEMIR SANTOS DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - Ajuste Anual / Omissão de Rendimentos / APD / Depósitos bancários de Origem não Comprovada / Glosa de deduções / Restituição / Ganho de Capital / Outros.
Relator(a): DANIEL MELO MENDES BEZERRA
146 - Processo nº: 12326.002343/2009-61 - Recorrente: MARIZE DE FREITAS BARBATO NIPPER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
147 - Processo nº: 10850.905915/2009-01 - Recorrente: OSWALDO AMBROSIO ZANCANER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10850.905916/2009-47 - Recorrente: OSWALDO AMBROSIO ZANCANER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10850.905917/2009-91 - Recorrente: OSWALDO AMBROSIO ZANCANER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
150 - Processo nº: 11831.005594/2002-59 - Recorrente: MARICLA INES ROMANA ROSSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
151 - Processo nº: 13876.001022/2007-14 - Recorrente: MARIA BEATRIZ PEDROSO DE ARRUDA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
152 - Processo nº: 10850.902106/2011-53 - Recorrente: OSWALDO AMBROSIO ZANCANER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
153 - Processo nº: 10680.013782/2005-10 - Recorrente: MARCIO DA SILVA SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
154 - Processo nº: 10768.007839/2005-73 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e HERALDO DA SILVA BRAGA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 13/08/2021.
Pauta Ordinária (de 10 a 12/08/2021) e Extraordinária (dias 09 e 13/08/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.
OBSERVAÇÕES:
1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;
2) 2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:
https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg
3) O julgamento do Processo nº 10735.724222/2012-22 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 e 3. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 e 3, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
4) O julgamento do Processo nº 10384.722084/2014-36 (item 5) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 6. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 6, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
5) O julgamento do Processo nº 10925.722792/2011-60 (item 7) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 8. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 8, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
6) O julgamento do Processo nº 11065.723136/2014-67 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 11. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 11, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
7) O julgamento do Processo nº 10925.722497/2011-11 (item 13) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 14. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 14, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
8) O julgamento do Processo nº 10630.720601/2011-31 (item 15) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 16. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 16, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
9) O julgamento do Processo nº 13161.720515/2013-51 (item 17) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
10) O julgamento do Processo nº 10660.000113/2010-75 (item 52) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 53 a 55. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 53 a 55, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
11) O julgamento do Processo nº 10865.720525/2011-18 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 64 a 66. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 64 a 66, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;
12) O julgamento do Processo nº 10850.720349/2010-94 (item 68) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 69 a 72. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 69 a 72, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e
13) O julgamento do Processo nº 17335.720241/2015-84 (item 87) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 88 a 90. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 88 a 90, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ITR
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
1 - Processo nº: 10735.724222/2012-22 - Recorrente: ADRIANA PINHEIRO RIBEIRO DE MOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
2 - Processo nº: 10735.724223/2012-77 - Recorrente: ADRIANA PINHEIRO RIBEIRO DE MOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10735.724224/2012-11 - Recorrente: ADRIANA PINHEIRO RIBEIRO DE MOURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
4 - Processo nº: 13884.722538/2012-64 - Recorrente: AGRO PASTORIL E MINERACAO PIRAMBEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
5 - Processo nº: 10384.722084/2014-36 - Recorrente: JOSE CARLOS DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
6 - Processo nº: 10384.722085/2014-81 - Recorrente: JOSE CARLOS DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
7 - Processo nº: 10925.722792/2011-60 - Recorrente: MADEIREIRA TUPI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
8 - Processo nº: 10925.722795/2011-01 - Recorrente: MADEIREIRA TUPI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
9 - Processo nº: 10783.720045/2007-72 - Recorrente: DALTON DIAS HERINGER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11065.723136/2014-67 - Recorrente: BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
11 - Processo nº: 11065.723137/2014-10 - Recorrente: BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
12 - Processo nº: 10830.726855/2012-97 - Recorrente: P.T.M. AGRICOLA E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10925.722497/2011-11 - Recorrente: CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
14 - Processo nº: 10925.722502/2011-88 - Recorrente: CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
15 - Processo nº: 10630.720601/2011-31 - Recorrente: UNICAFE AGRICOLA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
16 - Processo nº: 10630.720604/2011-74 - Recorrente: UNICAFE AGRICOLA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
17 - Processo nº: 13161.720515/2013-51 - Recorrente: CERCY SILVEIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
18 - Processo nº: 13161.720516/2013-04 - Recorrente: CERCY SILVEIRA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
19 - Processo nº: 10865.720019/2009-04 - Recorrente: CHAMFLORA MOGI GUACU AGROFLORESTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10865.720020/2009-21 - Recorrente: CHAMFLORA MOGI GUACU AGROFLORESTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
21 - Processo nº: 10980.004556/2010-12 - Recorrente: ZM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 2: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
22 - Processo nº: 17883.000182/2008-99 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10120.727082/2012-72 - Recorrente: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DE GOIANIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10380.723326/2013-68 - Recorrente: DUBOI - FRIGORIFICO INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10580.731586/2012-70 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10680.722054/2011-32 - Recorrente: SINDICATO DOS AUX DE ADM ESCOLAR DO ESTADO DE M GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10930.723215/2011-16 - Recorrente: J. J. M. PRADO & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11080.724237/2012-03 - Recorrente: EMPREITEIRA GIULLIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 19515.721527/2011-61 - Recorrente: NESBER COMPANHIA INDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 19515.721528/2011-13 - Recorrente: NESBER COMPANHIA INDUSTRIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10580.720692/2010-66 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10580.720693/2010-19 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10580.720694/2010-55 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10580.720695/2010-08 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10680.724097/2010-71 - Recorrente: SINDICATO DOS AUX DE ADM ESCOLAR DO ESTADO DE M GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 3: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
36 - Processo nº: 18184.003161/2007-94 - Recorrente: NISSIN AJINOMOTO ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 18184.003159/2007-15 - Recorrente: NISSIN AJINOMOTO ALINMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 18184.003160/2007-40 - Recorrente: NISSIN AJINOMOTO ALIMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 18184.003156/2007-81 - Recorrentes: NISSIN-AJINOMOTO ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10320.001796/2008-14 - Recorrente: J R ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10320.001795/2008-70 - Recorrente: J R ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10320.001801/2008-99 - Recorrente: J R ABREU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
43 - Processo nº: 18471.004049/2008-16 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA KOHARA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 18471.004052/2008-30 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA KOHARA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 18471.004050/2008-41 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA KOHARA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10166.728458/2015-82 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUCIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 4: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
47 - Processo nº: 16327.001466/2009-26 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 16327.001460/2009-59 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10167.001212/2007-40 - Recorrente: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10120.011344/2007-16 - Recorrente: RESIDENCIAL PRACA DO SOL S/A E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10120.011289/2007-64 - Recorrente: RESIDENCIAL PRACA DO SOL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10660.000113/2010-75 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACUTINGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
53 - Processo nº: 10660.000111/2010-86 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACUTINGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10660.000112/2010-21 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACUTINGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10660.000115/2010-64 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JACUTINGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
56 - Processo nº: 10783.721470/2012-46 - Recorrente: HOSPITAL APOSTOLO PEDRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10783.721469/2012-11 - Recorrente: HOSPITAL APOSTOLO PEDRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
58 - Processo nº: 19515.722916/2012-94 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19515.722917/2012-39 - Recorrente: ASSOCIACAO PAULISTA DE EDUCACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10860.722006/2018-01 - Recorrente: HOSPITAL MATERNIDADE FREI GALVAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13855.721474/2018-17 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
62 - Processo nº: 12448.733904/2011-14 - Recorrente: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE IMPRENSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10865.720525/2011-18 - Recorrente: CENTRO DE ACAO SOCIAL DE MOJI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
64 - Processo nº: 10865.720526/2011-54 - Recorrente: CENTRO DE ACAO SOCIAL DE MOJI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10865.720527/2011-07 - Recorrente: CENTRO DE ACAO SOCIAL DE MOJI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10865.720528/2011-43 - Recorrente: CENTRO DE ACAO SOCIAL DE MOJI GUACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
67 - Processo nº: 10980.721439/2014-41 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10850.720349/2010-94 - Recorrente: HELIO ZANCANER SANCHES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
69 - Processo nº: 10850.720355/2010-41 - Recorrente: HELIO ZANCANER SANCHES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10850.720356/2010-96 - Recorrente: HELIO ZANCANER SANCHES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10850.720357/2010-31 - Recorrente: HELIO ZANCANER SANCHES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10850.720358/2010-85 - Recorrente: HELIO ZANCANER SANCHES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 5: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
73 - Processo nº: 19515.005931/2008-98 - Recorrente: TOWERS PERRIN FORSTER & CROSBY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 19515.005934/2008-21 - Recorrente: TOWERS PERRIN FORSTER & CROSBY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19515.005929/2008-19 - Recorrente: TOWERS PERRIN FORSTER & CROSBY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10830.726367/2013-61 - Recorrente: LPS CAMPINAS - CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10380.004186/2009-49 - Recorrente: HOSPITAL ANTONIO PRUDENTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10670.001651/2010-68 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessados: HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE BRASILIA DE MINAS e FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11831.002306/2007-19 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11831.002311/2007-21 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 19515.001703/2010-63 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11831.002298/2007-19 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 19515.001707/2010-41 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: IRPF
84 - Processo nº: 11831.002307/2007-63 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11831.002308/2007-16 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11831.002312/2007-76 - Recorrente: ASSOCIACAO DE TAXISTAS CHAME TAXI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 7: IRPF
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
87 - Processo nº: 17335.720241/2015-84 - Recorrente: CECIN PINHEIRO TANNURE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 17335.720238/2015-61 - Recorrente: CECIN PINHEIRO TANNURE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 17335.720239/2015-13 - Recorrente: CECIN PINHEIRO TANNURE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 17335.720240/2015-30 - Recorrente: CECIN PINHEIRO TANNURE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 19515.000719/2010-59 - Recorrente: BRIAN ZSELINSZKY AHIDER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
92 - Processo nº: 10680.907053/2012-47 - Recorrente: ALBERTO OSWALDO CONTINENTINO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SONIA DE QUEIROZ ACCIOLY
93 - Processo nº: 12448.725002/2011-04 - Recorrente: JOAO MAURICIO OTTONI WANDERLEY DE ARAUJO PINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 12448.724998/2011-22 - Recorrente: JOAO MAURICIO OTTONI WANDERLEY DE ARAUJO PINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11020.721297/2011-90 - Recorrente: ROBERTA FATIMA VACCARI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13855.722662/2011-96 - Recorrente: MARINA DE PAULA CARRER BARBOSA DO CARMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
97 - Processo nº: 19647.013134/2008-89 - Recorrente: ERCOLE DA SILVA ALI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RICARDO CHIAVEGATTO DE LIMA
98 - Processo nº: 12448.730776/2014-91 - Recorrente: PEDRO ANTONIO BATISTA MARTINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
99 - Processo nº: 10932.000466/2010-28 - Recorrente: RICARDO LAZZURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 19515.002319/2008-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RICARDO CIMINI
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
101 - Processo nº: 13660.000612/2007-55 - Recorrente: DARCY BIANCO MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10640.724381/2018-71 - Recorrente: RAUL NARCISO CARVALHO GUEDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
103 - Processo nº: 19515.003615/2007-09 - Recorrente: NUNO VAIDERGORN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10437.721535/2017-06 - Recorrente: ANA LUCIA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10410.723078/2017-84 - Recorrente: WALMER ALMEIDA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10882.720469/2018-71 - Recorrente: JOAO LUIZ GUELDINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 19515.001294/2005-38 - Embargante: HWU SU CHIU LAW e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: IRRF
108 - Processo nº: 17883.000137/2005-91 - Recorrente: ARBEIT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10680.007562/2007-19 - Recorrente: MINISTERIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 9: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS

110 - Processo nº: 16327.000761/2009-65 - Recorrente: HDI SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 16327.000762/2009-18 - Recorrente: HDI SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 16327.000763/2009-54 - Recorrente: HDI SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10640.005528/2008-59 - Recorrente: U&M MINERACAO E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10640.000048/2008-00 - Recorrente: U M MINERACAO E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10640.005533/2008-61 - Recorrente: U&M MINERACAO E CONSTRUCAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13153.000781/2007-15 - Recorrente: PREF. MUNICIPAL DE NOVA CANAA DO NORTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 14485.002283/2007-18 - Recorrente: SCHENCK PROCESS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 14041.001018/2008-12 - Recorrente: CAWA CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 14041.001017/2008-78 - Recorrente: CAWA CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 14041.001023/2008-25 - Recorrente: CAWA CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
121 - Processo nº: 16707.006914/2007-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUPERMERCADO NORDESTAO LTDA
122 - Processo nº: 11516.003877/2009-13 - Recorrente: JOTUR AUTO ONIBUS E TURISMO JOSEFENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10630.000210/2008-09 - Recorrente: PADRAO FLORESTAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 10: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
124 - Processo nº: 36202.003030/2006-42 - Recorrente: TRISTAO COMPANHIA DE COMERCIO EXTERIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 14098.000135/2008-11 - Recorrente: CASTOLDI DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 14098.000134/2008-69 - Recorrente: CASTOLDI DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 14098.000133/2008-14 - Recorrente: CASTOLDI DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 14098.000131/2008-25 - Recorrente: CASTOLDI DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 14098.000129/2008-56 - Recorrente: CASTOLDI DIESEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 37344.002520/2006-70 - Recorrente: CASA DAS FECHADURAS DE NITEROI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10935.007087/2009-03 - Recorrente: SANTA IZABEL DO OESTE PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10935.007086/2009-51 - Recorrente: SANTA IZABEL DO OESTE PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10935.007081/2009-28 - Recorrente: SANTA IZABEL DO OESTE PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
134 - Processo nº: 16327.720587/2017-81 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11065.002307/2008-72 - Recorrente: ROJANA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11065.002309/2008-61 - Recorrente: ROJANA CALCADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 35013.003123/2004-70 - Recorrente: FUNDACAO BAHIANA DE CARDIOLOGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 17460.000187/2007-10 - Recorrente: RACRI COMERCIO DE PISCINAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11330.000410/2007-10 - Recorrente: MAPEL - MACAE ASSESSORIA DE PESSOAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
140 - Processo nº: 10580.723949/2010-31 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10580.723953/2010-08 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10580.723954/2010-44 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10580.723952/2010-55 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10580.723959/2010-77 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10580.723956/2010-33 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10580.723957/2010-88 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 18050.003709/2008-01 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10580.723955/2010-99 - Recorrente: ADISERV ASSESSORIA E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
149 - Processo nº: 11845.000027/2009-23 - Recorrente: ESTADO DO TOCANTINS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 12: Contribuições Previdenciárias
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
150 - Processo nº: 16004.001762/2008-99 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 16004.001763/2008-33 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 16004.001764/2008-88 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 16004.001767/2008-11 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 16004.001766/2008-77 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 16004.001765/2008-22 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 16004.001768/2008-66 - Recorrente: CURTIDORA CATANDUVA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 13/08/2021.

Pauta Ordinária (de 10 a 12/08/2021) e Extraordinária (dias 09 e 13/08/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg

3) O julgamento do Processo nº 13603.722995/2013-49 (item 6) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 7. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 7, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 13971.720154/2010-66 (item 8) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 9. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 9, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10725.720313/2019-84 (item 53) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 54 e 55. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 54 e 55, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 15504.726212/2019-35 (item 78) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 79 a 81. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 79 a 81, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10950.727074/2014-15 (item 99) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 100. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 100, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8) O julgamento do Processo nº 10245.720123/2008-15 (item 101) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 102 e 103. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 102 e 103, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

9) O julgamento do Processo nº 10660.724557/2011-81 (item 104) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 105. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 105, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
1 - Processo nº: 15540.720352/2012-97 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SOCIEDADE EDUCACIONAL PLINIO LEITE S/S LTDA
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
2 - Processo nº: 11065.721221/2011-48 - Recorrente: EMBALAGEM CARTON PACK LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
3 - Processo nº: 14367.000164/2010-72 - Recorrente: MANAUS CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
4 - Processo nº: 10920.721963/2012-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE
5 - Processo nº: 14098.720020/2019-91 - Recorrente: OURO VERDE PRODUCAO AGRICOLA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
6 - Processo nº: 13603.722995/2013-49 - Recorrente: JUSA PINTO DE REZENDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
7 - Processo nº: 13603.722996/2013-93 - Recorrente: JUSA PINTO DE REZENDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
8 - Processo nº: 13971.720154/2010-66 - Recorrente: KATZER S/A., AGRICULTURA, AGROPECUARIA E REFLORESTAMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
9 - Processo nº: 13971.720149/2010-53 - Recorrente: KATZER S/A., AGRICULTURA, AGROPECUARIA E REFLORESTAMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
10 - Processo nº: 19515.721033/2018-52 - Recorrente: CONCRESERV CONCRETO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13362.720241/2007-96 - Recorrente: FERNANDO ABOUDIB CAMARGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
12 - Processo nº: 13887.000231/2007-11 - Recorrente: LEME PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13887.000230/2007-77 - Recorrente: LEME PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
14 - Processo nº: 15504.004312/2008-54 - Recorrente: FUNDACAO OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
15 - Processo nº: 11052.000806/2010-99 - Recorrente: SOCIEDADE UNIVERSITARIA GAMA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10120.000130/2008-03 - Recorrente: RESIDENCIAL BELA VISTA UM S/A E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10120.000174/2008-25 - Recorrente: RESIDENCIAL BELA VISTA UM S/A E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10120.000155/2008-07 - Recorrente: RESIDENCIAL BELA VISTA UM S/A E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10120.000153/2008-18 - Recorrente: RESIDENCIAL BELA VISTA UM S/A E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
20 - Processo nº: 10530.720942/2012-15 - Recorrente: BEATRIZ INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
21 - Processo nº: 10950.006593/2010-12 - Recorrente: METAIS RAINHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10950.006592/2010-78 - Recorrente: METAIS RAINHA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
23 - Processo nº: 15504.006013/2009-35 - Recorrente: COMERCIAL MOREIRA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
24 - Processo nº: 19647.010602/2007-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PERNAMBUCO CONSTRUTORA LTDA
25 - Processo nº: 12883.002767/2009-19 - Recorrente: PERNAMBUCO CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
26 - Processo nº: 10746.721400/2016-68 - Recorrente: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10746.721513/2019-14 - Recorrente: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE E DERIVADOS DE GURUPI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
28 - Processo nº: 16682.720357/2018-53 - Recorrente: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16682.720154/2019-48 - Recorrente: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16682.720502/2018-04 - Recorrente: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
31 - Processo nº: 15504.721788/2014-00 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS ARCELORMITTAL BRASIL - ABEB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10680.723208/2011-11 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS ARCELORMITTAL BRASIL - ABEB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 15504.721787/2014-57 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS ARCELORMITTAL BRASIL - ABEB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10680.723209/2011-58 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS ARCELORMITTAL BRASIL - ABEB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
35 - Processo nº: 10805.720378/2014-25 - Recorrente: XTEL SAO CAETANO TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
36 - Processo nº: 35948.002284/2003-14 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
37 - Processo nº: 19726.000776/2009-19 - Recorrente: JAMYR VASCONCELLOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 19726.000489/2009-17 - Recorrente: JAMYR VASCONCELLOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
39 - Processo nº: 10380.012937/2007-39 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MAP SERVICOS TECNICOS LTDA
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
40 - Processo nº: 10880.730090/2017-17 - Recorrente: CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 19515.721410/2012-68 - Recorrente: INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
42 - Processo nº: 10950.000582/2008-12 - Recorrente: CTE-TECNICA DE ELETRICIDADE E TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
43 - Processo nº: 19515.720750/2018-67 - Recorrente: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
44 - Processo nº: 13971.000107/2008-88 - Recorrente: MADESP IND E COM DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13971.003771/2008-89 - Recorrente: MADESP IND E COM DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 12259.001006/2008-17 - Recorrente: TRELSA TRANSP ESP DE LIQUIDOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10283.721284/2012-48 - Recorrente: SAMSUNG INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PARA A INFORMATICA DA AMAZONIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
48 - Processo nº: 10980.005816/2007-71 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
49 - Processo nº: 10283.000273/2008-44 - Recorrente: SONY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10283.000274/2008-99 - Recorrente: SONY BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
51 - Processo nº: 35950.003700/2006-03 - Recorrente: CASA DE REPOUSO BATEL S/C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
52 - Processo nº: 10680.012443/2007-70 - Recorrente: COMERCIAL MINEIRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
53 - Processo nº: 10725.720313/2019-84 - Recorrente: DULCINEIA F DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
54 - Processo nº: 10725.720329/2019-97 - Recorrente: FREITAS GOMES - FABRICACAO DE DOCES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10725.720332/2019-19 - Recorrente: AUTO SERVICOS BREJINHO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
56 - Processo nº: 11176.000229/2007-33 - Recorrente: COTEL COM. E TECNICA DE ELETRIC. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 17546.000177/2007-26 - Recorrente: HOTEIS ROYAL PALM PLAZA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
58 - Processo nº: 13962.000420/2007-44 - Recorrente: METALURGICA VISA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
59 - Processo nº: 14485.003388/2007-94 - Recorrente: PHILIPS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
60 - Processo nº: 14485.000427/2007-00 - Recorrente: TECELAGEM LADY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
61 - Processo nº: 10670.720364/2011-31 - Embargante: COTEMINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): WESLEY ROCHA
62 - Processo nº: 19515.002534/2008-64 - Recorrente: AGENOR LUZ MOREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11080.731997/2012-69 - Recorrente: POLICIANO KONRAD DA CRUZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
64 - Processo nº: 10680.004762/2008-92 - Recorrente: VICENTE DE PAULO DE OLIVEIRA CANDIDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
65 - Processo nº: 13811.722463/2019-41 - Recorrente: JOSE MACIEL DUARTE DE PAIVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10630.720352/2010-01 - Recorrente: JORCELINO CARDOSO LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
67 - Processo nº: 10820.721349/2011-40 - Recorrente: JULIKA CAROLIN WIRTH ZARB e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 19515.003286/2007-98 - Recorrente: SEBASTIAO BIMBATI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
69 - Processo nº: 11516.722448/2011-55 - Recorrente: ANTONIO MOSER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10803.000080/2009-58 - Recorrente: DAGOBERTO TENAGLIA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 11080.001262/2010-45 - Recorrente: ERNANI LUIZ OLIVEIRA PAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
72 - Processo nº: 10830.007180/2004-73 - Recorrente: RICARDO ALVES DE MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10830.001981/2004-25 - Recorrente: RICARDO ALVES MENEZES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
74 - Processo nº: 10665.000894/2010-58 - Recorrente: EVANDRO FREIRE LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
75 - Processo nº: 13864.000468/2010-66 - Recorrente: EZECHIAS PARANHOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
76 - Processo nº: 10680.723486/2011-61 - Recorrente: MARIA MIRTES LEOPOLDINO ALVIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13896.721169/2011-72 - Recorrente: NELSON LOMBARDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA LACERDA DE CASTRO
78 - Processo nº: 15504.726212/2019-35 - Recorrente: CONCEICAO BICALHO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
79 - Processo nº: 15504.726211/2019-91 - Recorrente: CONCEICAO BICALHO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15504.726261/2019-78 - Recorrente: CONCEICAO BICALHO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15504.726264/2019-10 - Recorrente: CONCEICAO BICALHO SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
82 - Processo nº: 11516.721835/2011-74 - Recorrente: CARLOS RODRIGUES BARZAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 17198.720038/2018-72 - Recorrente: HENRIQUE JOAO PRINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10940.720309/2013-86 - Recorrente: HENRIQUE JOAO PRINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2 - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Relator(a): WESLEY ROCHA
85 - Processo nº: 18186.723986/2019-42 - Recorrente: JOSE EDUARDO VIEIRA MEDRADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10166.003185/2010-55 - Recorrente: LUIZA EDUARDO RAMOS DE FRANCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
87 - Processo nº: 15586.720629/2014-17 - Recorrente: WAGNER CARVALHO FRANCA MATTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
88 - Processo nº: 10952.720085/2012-92 - Recorrente: RICARDO SALEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10880.958961/2009-47 - Recorrente: JOAO ARAUJO SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 15463.721077/2018-84 - Recorrente: ROSELI ALVES DA COSTA ESBERARD LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
91 - Processo nº: 10120.009741/2010-23 - Recorrente: PAULO MARCELO DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
92 - Processo nº: 10840.908063/2009-14 - Recorrente: AGUINALDO DE ALMEIDA PRADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 15586.720496/2012-17 - Recorrente: LUCILEIA MARIA UNEIDA ZANON e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
94 - Processo nº: 10240.000670/2003-16 - Recorrente: ISAAC BENAYON SABBA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
95 - Processo nº: 10660.720088/2007-44 - Recorrente: MELHORAMENTOS DE SAO PAULO - ARBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10660.724619/2011-54 - Recorrente: MELHORAMENTOS DE SAO PAULO - ARBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10660.720898/2009-62 - Recorrente: MELHORAMENTOS DE SAO PAULO - ARBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10660.724621/2011-23 - Recorrente: MELHORAMENTOS DE SAO PAULO - ARBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
99 - Processo nº: 10950.727074/2014-15 - Recorrente: AGRO PECUARIA SAO LUIZ REY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
100 - Processo nº: 10950.727075/2014-60 - Recorrente: AGRO PECUARIA SAO LUIZ REY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
101 - Processo nº: 10245.720123/2008-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGNA CELIA DE LIMA VINHAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
102 - Processo nº: 10245.720132/2008-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGNA CELIA DE LIMA VINHAL
103 - Processo nº: 10245.720137/2008-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MAGNA CELIA DE LIMA VINHAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
104 - Processo nº: 10660.724557/2011-81 - Recorrente: JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
105 - Processo nº: 10660.724561/2011-49 - Recorrente: JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
106 - Processo nº: 13830.721706/2011-49 - Recorrente: ORGANIZACAO MOFARREJ AGRICOLA E INDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10980.015292/2007-27 - Recorrente: PETROPAR PETROLEO E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CESAR MACEDO PESSOA
108 - Processo nº: 10183.721986/2014-11 - Recorrente: REGINALDO TOLENTINO CRUVINEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
109 - Processo nº: 10940.720211/2010-86 - Recorrente: MATTOS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10980.013147/2008-92 - Recorrente: UNIAO DOS TRABALHADORES EM RESIDUOS ESPECIAIS E SANEAMENTO AMBIENTAL - UTRESA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
111 - Processo nº: 13896.722671/2012-81 - Recorrente: COMERCIAL AGRICOLA E ADMINISTRADORA MORIANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13896.720074/2010-51 - Recorrente: COMERCIAL AGRICOLA E ADMINISTRADORA MORIANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Relator(a): SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
113 - Processo nº: 10530.722312/2014-47 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10530.722320/2014-93 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10530.722372/2014-60 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10530.722321/2014-38 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10530.722346/2014-31 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10530.722371/2014-15 - Recorrente: RIO GRANDE PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SHEILA AIRES CARTAXO GOMES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 13/08/2021.

Pauta Ordinária (de 10 a 12/08/2021) e Extraordinária (dias 09 e 13/08/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg

3) O julgamento do Processo nº 10950.720290/2008-91 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 2. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 2, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10073.720439/2008-18 (item 3) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 4. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 4, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10920.004458/2010-90 (item 29) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 30. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 30, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10650.721242/2011-09 (item 31) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 32. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 32, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7) O julgamento do Processo nº 10540.721806/2013-12 (item 33) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 34. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 34, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

8) O julgamento do Processo nº 10245.720055/2011-81 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento do processo constante do item 61. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao processo repetitivo de que trata o item 61, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ITR - RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
1 - Processo nº: 10950.720290/2008-91 - Recorrente: FERNANDO YATARO SUZUKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
2 - Processo nº: 10950.720295/2008-14 - Recorrente: FERNANDO YATARO SUZUKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
3 - Processo nº: 10073.720439/2008-18 - Recorrente: CARLOS NUNES CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
4 - Processo nº: 10073.720446/2008-10 - Recorrente: CARLOS NUNES CORDEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
5 - Processo nº: 10680.720497/2008-93 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR
6 - Processo nº: 10680.721100/2007-08 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10680.720496/2008-49 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR
8 - Processo nº: 10680.721413/2007-58 - Recorrente: MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: ITR - GLOSA DE ÁREA DECLARADA
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
9 - Processo nº: 13884.722079/2011-38 - Recorrente: ABRAS DO UNA AGROIND AGRICULTURA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13884.721785/2012-43 - Recorrente: ABRAS DO UNA AGROIND AGRICULTURA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13884.722859/2015-10 - Recorrente: ABRAS DO UNA AGROIND AGRICULTURA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13884.722858/2015-67 - Recorrente: ABRAS DO UNA AGROIND AGRICULTURA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10183.004878/2008-32 - Recorrente: AIRTON NOGUEIRA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10840.720163/2007-59 - Recorrente: JATAI AGRICOLA PECUARIA INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10840.720586/2008-50 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e JATAI AGRICOLA PECUARIA INDUSTRIAL E COM
16 - Processo nº: 10530.726373/2014-83 - Recorrente: OLDAQUIO PEREIRA BOTELHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10183.001176/2006-35 - Recorrente: THOMAGRAN AGROPECUARIA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - RETORNOS DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: RODRIGO LOPES ARAUJO
18 - Processo nº: 10437.722006/2017-11 - Recorrente: LUIZ CLAUDIO FERREIRA LEAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
19 - Processo nº: 18470.728708/2016-23 - Recorrente: HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 18470.728029/2015-73 - Recorrente: HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18470.720230/2016-93 - Recorrente: HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10872.720204/2015-40 - Recorrente: HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10872.720283/2016-70 - Recorrente: HUMBERTO SAMPAIO DE MESQUITA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
24 - Processo nº: 10830.010862/2007-14 - Embargante: JOAO WAINE FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
25 - Processo nº: 10830.006537/2006-68 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WANDERLEI SARAIVA COSTA
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
26 - Processo nº: 11060.722991/2016-62 - Embargante: AFONSO ANTUNES DA MOTTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
27 - Processo nº: 16004.000109/2009-93 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SONIA BUZOLIN MOZAQUATRO e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
28 - Processo nº: 15868.000113/2010-62 - Recorrente: CREUSA APARECIDA ROMANCINE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: ITR - VALOR DA TERRA NUA
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
29 - Processo nº: 10920.004458/2010-90 - Recorrente: NATANOEL MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
30 - Processo nº: 10920.004672/2010-46 - Recorrente: NATANOEL MACHADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
31 - Processo nº: 10650.721242/2011-09 - Recorrente: EMPRESA DE SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA ELETRICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER

32 - Processo nº: 10650.721246/2011-89 - Recorrente: EMPRESA DE SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE ENERGIA ELETRICA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
33 - Processo nº: 10540.721806/2013-12 - Recorrente: JOSE FRANCISCO DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
34 - Processo nº: 10540.721807/2013-59 - Recorrente: JOSE FRANCISCO DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
35 - Processo nº: 10983.721351/2011-56 - Recorrente: AGROPECUARIA RIO CLARO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: IRPF - RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
36 - Processo nº: 10920.003502/2004-04 - Recorrente: MARIA MADALENA ESPINDOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10920.000660/2004-02 - Recorrente: MARIA MADALENA ESPINDOLA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
38 - Processo nº: 18470.721250/2017-62 - Recorrente: MARIO FREDERICO DE MENDONCA GOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
39 - Processo nº: 10865.004015/2008-96 - Recorrente: MAURO MENDONCA FRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
40 - Processo nº: 10120.734809/2018-63 - Recorrente: GEORGE WAGNER BONIFACIO E SOUSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10830.005891/2005-94 - Recorrente: HAROLDO CANALE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
42 - Processo nº: 10830.005928/2005-84 - Recorrente: RAFFAELLO FANTELLI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10830.006414/2004-65 - Recorrente: CLAUDEMIR DE OLIVEIRA ANDRADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
44 - Processo nº: 11516.720682/2017-33 - Recorrente: ELI OLIVEIRA RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: IRPF - DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
45 - Processo nº: 10925.001852/2008-10 - Recorrente: ARI PILAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
46 - Processo nº: 19515.001538/2006-63 - Recorrente: PAULO TULIO ALTMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
47 - Processo nº: 10707.001684/2008-29 - Recorrente: MARTA AMORIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10283.720576/2011-82 - Recorrente: RAIMUNDA GARGANTA KOFOPOULOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
49 - Processo nº: 10283.720932/2010-87 - Recorrente: ANA PAULA LEITE CAMINHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10380.729386/2011-22 - Recorrente: JOSE HELIO PINHEIRO BEZERRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
51 - Processo nº: 11070.720735/2012-98 - Recorrente: JOSE NICOLAU TORRES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
52 - Processo nº: 13603.721798/2010-60 - Recorrente: FRANCISCO JOSE REZENDE DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: CS - RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
53 - Processo nº: 10166.016223/2008-15 - Embargante: ADLER-ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 11080.720114/2018-81 - Embargante: REDEBRASIL GESTAO DE ATIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
55 - Processo nº: 10845.001541/2007-51 - Recorrente: CEUBAN CENTRO ESTUDOS UNIF BANDEIRANTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
56 - Processo nº: 16707.001195/2010-78 - Recorrente: EDUCANDARIO SANTA TERESINHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16707.001194/2010-23 - Recorrente: EDUCANDARIO SANTA TEREZINHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13864.000169/2009-98 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13864.000170/2009-12 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: ITR - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE/DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
60 - Processo nº: 10245.720055/2011-81 - Recorrente: LIGIA MARIA MOSSAMBANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
61 - Processo nº: 10245.720056/2011-26 - Recorrente: LIGIA MARIA MOSSAMBANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
62 - Processo nº: 10530.727074/2014-66 - Recorrente: AD'ORO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10530.720568/2015-09 - Recorrente: AD'ORO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10530.720566/2015-10 - Recorrente: AD'ORO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10530.727073/2014-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AD'ORO S.A.
66 - Processo nº: 10215.720573/2013-14 - Recorrente: BRASIL PISOS INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10183.002859/2006-18 - Recorrente: INDECO INTEGR DESENVOLV E COLONIZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10384.720138/2007-08 - Recorrente: MARIA GENOVEFA DE AGUIAR MORAES CORREIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10540.721519/2013-02 - Recorrente: SILVANA ALMEIDA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10540.721518/2013-50 - Recorrente: SILVANA ALMEIDA DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10735.721179/2013-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E AGROPECUARIOS LTDA

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: CS - RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
72 - Processo nº: 10945.002734/2008-82 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10945.002735/2008-27 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10945.002733/2008-38 - Recorrente: TRANSMATIC TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
75 - Processo nº: 10976.000584/2008-13 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10976.000580/2008-27 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10976.000583/2008-61 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10976.000585/2008-50 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10976.000582/2008-16 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10976.000581/2008-71 - Recorrente: TRANCIL TRANSFORMADORES COM IND LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
81 - Processo nº: 10830.005382/2008-12 - Recorrente: CARIBA EMPREENDIMENTOS E PART LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
82 - Processo nº: 10510.006081/2007-30 - Recorrente: CONDOMINIO SHOPPING RIOMAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
83 - Processo nº: 17883.000336/2008-42 - Recorrente: SCHWEITZER-MAUDUIT DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: CS - EMBARGOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
84 - Processo nº: 10980.009583/2007-86 - Embargante: BRASILSAT LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
85 - Processo nº: 13971.000664/2010-13 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: TOP AUXILIAR SERVICOS DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 35335.000177/2006-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RONDONIA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 11: CS - ENTIDADES BENEFICENTES
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
87 - Processo nº: 15540.000352/2009-71 - Recorrente: ASSOCIACAO NITEROIENSE DOS DEF FISICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 19515.002923/2009-71 - Recorrente: FEBASP ASSOCIACAO CIVIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 19515.002922/2009-26 - Recorrente: FEBASP ASSOCIACAO CIVIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
90 - Processo nº: 13982.001365/2009-33 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13982.001366/2009-88 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13982.001367/2009-22 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: CS - DIVERSOS
93 - Processo nº: 17460.000972/2007-64 - Recorrente: EATON POWER SOLUTION LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
94 - Processo nº: 11634.000091/2009-90 - Recorrente: NIROFLEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11634.000090/2009-45 - Recorrente: NIROFLEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11634.000089/2009-11 - Recorrente: NIROFLEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
97 - Processo nº: 19515.721263/2013-15 - Recorrente: COMPLEX IT SERVICES CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
98 - Processo nº: 14485.001649/2007-31 - Recorrente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10665.000456/2007-94 - Recorrente: C C L CONSTRUTORA CASTRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
100 - Processo nº: 35301.005940/2005-06 - Recorrente: CONCREJATO SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
101 - Processo nº: 35564.004461/2006-54 - Recorrente: REQUIPAM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: CS - DIVERSOS
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
102 - Processo nº: 19647.014437/2008-19 - Recorrente: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 19647.014440/2008-32 - Recorrente: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 19647.014438/2008-63 - Recorrente: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE PERNAMBUCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13982.000856/2009-67 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DA REGIAO DE TANGARA - COOTRATAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13982.000857/2009-10 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DA REGIAO DE TANGARA - COOTRATAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13982.000855/2009-12 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DA REGIAO DE TANGARA - COOTRATAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13982.000858/2009-56 - Recorrente: COOPERATIVA DOS TRANSPORTADORES DE CARGA DA REGIAO DE TANGARA - COOTRATAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
109 - Processo nº: 10925.000987/2008-50 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10925.000984/2008-16 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10925.000983/2008-71 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10925.000985/2008-61 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10925.000986/2008-13 - Recorrentes: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10925.000988/2008-02 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
115 - Processo nº: 10855.721184/2016-13 - Recorrente: DIOGO DE QUEIROZ GADELHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10855.721186/2016-11 - Recorrente: MARIA CLELIA GADELHA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: CS - DIVERSOS
Relator(a): ANDREA VIANA ARRAIS EGYPTO
117 - Processo nº: 15983.720025/2013-15 - Recorrente: S. F. AUGUSTO HENRIQUES AMBIENTES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 15983.720024/2013-62 - Recorrente: S. F. AUGUSTO HENRIQUES AMBIENTES LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
119 - Processo nº: 36202.002114/2007-40 - Recorrente: INBRAC S/A CONDUTORES ELETRICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
120 - Processo nº: 15983.001545/2008-50 - Recorrente: PROCESSA TELECOMUNICACOES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
121 - Processo nº: 10670.001676/2007-66 - Recorrente: MUNICIPIO DE BRASILIA DE MINAS CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
122 - Processo nº: 18108.001306/2007-25 - Recorrente: MASTER SECURITY SEGURANCA PATRIMONIAL LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 15: CS - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
123 - Processo nº: 10380.012102/2008-60 - Recorrente: ACO VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
124 - Processo nº: 14485.001705/2007-38 - Recorrente: AREA PARKING SYSTEM ESTACIONAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
125 - Processo nº: 35217.000158/2006-22 - Recorrente: COLONIA AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10865.003740/2007-66 - Recorrente: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10865.003739/2007-31 - Recorrente: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
128 - Processo nº: 16814.000202/2008-82 - Recorrente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
129 - Processo nº: 12267.000230/2008-92 - Recorrente: GUARDA MOVEIS GATO PRETO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
130 - Processo nº: 13888.005286/2008-99 - Recorrente: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE FIACAO E TECELAGEM ... DE SANTA BARBARA D'OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
131 - Processo nº: 10865.002608/2008-18 - Recorrente: M G COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: CS - Diversos
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
132 - Processo nº: 11516.721812/2011-60 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTAO DO MARUIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11516.721813/2011-12 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTAO DO MARUIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 35011.001829/2007-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A
Relator(a): RODRIGO LOPES ARAUJO
135 - Processo nº: 12045.000225/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 09 a 13/08/2021.

Pauta Ordinária (de 10 a 12/08/2021) e Extraordinária (dias 09 e 13/08/2021) de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em pauta de julgamento em até duas sessões virtuais subsequentes;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço:

https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg

3) O julgamento do Processo nº 13609.901606/2014-71 (item 5) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 6 e 7. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 6 e 7, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

4) O julgamento do Processo nº 10830.903937/2011-81 (item 8) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 9 a 29. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 9 a 29, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10830.900792/2016-71 (item 30) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 31 a 36. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 31 a 36, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada; e

6) O julgamento do Processo nº 13896.900601/2009-75 (item 37) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 38 e 99. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 38 e 99, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13708.001906/2006-20 (item 125) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 126 a 131. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 126 a 131, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
1 - Processo nº: 13116.000750/2010-14 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13116.720115/2010-49 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
3 - Processo nº: 10640.003272/2007-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DROGARIA CARVALHO E CANAAN LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
4 - Processo nº: 16641.000196/2010-15 - Recorrentes: SOCIEDADE EDUCACIONAL MARIO QUINTANA LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PER/DCOMP
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
5 - Processo nº: 13609.901606/2014-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MG MIX CONCRETO LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
6 - Processo nº: 13609.901607/2014-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MG MIX CONCRETO LTDA
7 - Processo nº: 13609.901609/2014-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MG MIX CONCRETO LTDA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
8 - Processo nº: 10830.903937/2011-81 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
9 - Processo nº: 10830.903938/2011-25 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10830.904057/2011-21 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10830.904058/2011-76 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10830.904060/2011-45 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10830.903897/2012-58 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10830.903898/2012-01 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.907295/2012-70 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10830.907605/2011-75 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10830.907606/2011-10 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10830.907607/2011-64 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10830.907608/2011-17 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10830.912941/2012-11 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.912942/2012-65 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.912943/2012-18 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10830.912944/2012-54 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10830.912947/2012-98 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10830.912948/2012-32 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10830.912951/2012-56 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10830.912953/2012-45 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10830.912955/2012-34 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10830.912957/2012-23 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
30 - Processo nº: 10830.900792/2016-71 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
31 - Processo nº: 10830.900793/2016-15 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10830.900795/2016-12 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10830.900796/2016-59 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10830.900797/2016-01 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10830.900798/2016-48 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10830.900799/2016-92 - Recorrente: COMPANHIA SUL PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
37 - Processo nº: 13896.900601/2009-75 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
38 - Processo nº: 13896.900072/2010-43 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13896.900595/2009-56 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13896.900596/2009-09 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13896.900597/2009-45 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13896.900598/2009-90 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13896.900599/2009-34 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13896.900600/2009-21 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13896.900602/2009-10 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13896.901445/2009-60 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13896.901446/2009-12 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13896.901591/2008-12 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13896.901592/2008-59 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13896.902183/2009-51 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13896.902184/2009-03 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13896.902216/2008-81 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13896.902217/2008-26 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13896.902218/2008-71 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13896.902573/2008-40 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13896.902574/2008-94 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13896.902575/2008-39 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13896.902576/2008-83 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13896.902577/2008-28 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13896.903159/2009-39 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13896.903160/2009-63 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13896.903161/2009-16 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13896.903162/2009-52 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13896.903392/2008-31 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13896.903393/2008-85 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13896.903394/2008-20 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13896.903395/2008-74 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13896.903396/2008-19 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13896.903397/2008-63 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13896.903398/2008-16 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13896.903399/2008-52 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13896.903400/2008-49 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13896.903927/2009-54 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13896.903928/2009-07 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13896.904825/2009-56 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13896.906410/2009-17 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13896.906411/2009-61 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13896.906412/2009-14 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13896.906413/2009-51 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13896.907327/2009-65 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13896.907328/2009-18 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13896.907329/2009-54 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13896.907330/2009-89 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13896.907331/2009-23 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13896.907332/2009-78 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13896.907333/2009-12 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13896.907334/2009-67 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13896.907335/2009-10 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13896.907336/2009-56 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13896.907337/2009-09 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13896.907338/2009-45 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13896.908322/2009-50 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13896.908323/2009-02 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13896.908324/2009-49 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13896.908325/2009-93 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13896.908326/2009-38 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13896.908328/2009-27 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13896.909228/2009-18 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13896.915292/2009-38 - Recorrente: NYLOK TECNOLOGIA EM FIXACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
100 - Processo nº: 10183.901713/2008-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA ITAPUA LTDA
101 - Processo nº: 10183.900832/2006-84 - Recorrente: CONSTRUTORA ITAPUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10183.900831/2006-30 - Recorrente: CONSTRUTORA ITAPUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10183.900943/2008-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSTRUTORA ITAPUA LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
104 - Processo nº: 10183.900994/2006-12 - Embargante: TODIMO TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
105 - Processo nº: 10730.911200/2009-45 - Recorrente: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
106 - Processo nº: 13804.002646/2003-79 - Recorrente: DSM SOUTH AMERICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
107 - Processo nº: 16327.000231/2004-11 - Recorrente: ITAU CAPITALIZACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
108 - Processo nº: 10183.900830/2006-95 - Recorrente: CONSTRUTORA ITAPUA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
109 - Processo nº: 10880.900483/2011-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DENTAL RICARDO TANAKA LTDA

DIA 9 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: PER/DCOMP (DIVERSOS)
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
110 - Processo nº: 16682.902216/2011-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BHP BILLITON METAIS SA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
111 - Processo nº: 10120.002882/2005-58 - Recorrentes: CENTAURO GRAFICA E EDITORA LTDA. EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
112 - Processo nº: 10880.940211/2011-33 - Recorrente: PROMON ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 16682.902215/2011-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOUTH32 MINERALS SA
114 - Processo nº: 16327.900345/2009-69 - Recorrente: METLIFE VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
115 - Processo nº: 13609.900231/2015-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MG MIX CONCRETO LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
116 - Processo nº: 16327.720268/2014-22 - Recorrente: BANCO SAFRA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: Deduções/compensações em razão de retenções, antecipações e recolhimentos a maior do imposto
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
117 - Processo nº: 16327.901599/2010-38 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
118 - Processo nº: 16327.001353/2008-40 - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
119 - Processo nº: 13850.000099/2010-61 - Recorrente: EMBRAER S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
120 - Processo nº: 16327.001888/2007-30 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 16327.000452/2008-12 - Recorrente: BANCO ALVORADA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: Base de cálculo negativa de períodos anteriores - compensação indevida de base de cálculo negativa de períodos anteriores
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
122 - Processo nº: 18471.002122/2005-72 - Recorrente: MULTISHOPPING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
123 - Processo nº: 10680.017539/2005-62 - Recorrente: IBR ADMINISTRACAO PARTICIPACAO E COMERCIO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7: BENEFÍCIOS FISCAIS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
124 - Processo nº: 10580.724429/2014-70 - Recorrente: GRAFTECH BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
125 - Processo nº: 13708.001906/2006-20 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
126 - Processo nº: 10070.000116/2007-53 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13708.001905/2006-85 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13708.001907/2006-74 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13708.001908/2006-19 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13708.001910/2006-98 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13708.001911/2006-32 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: OUTRAS RECEITAS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
132 - Processo nº: 13052.000294/2005-29 - Recorrente: CURTUME AIMORE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
133 - Processo nº: 18471.003239/2008-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NC ENERGIA S.A.
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
134- Processo nº: 11065.003456/2006-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CALCADOS TELES LTDA.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
135 - Processo nº: 10972.000114/2009-62 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e FAZENDA NACIONAL
TEMA 9: DEPRECIAÇÃO ACELERADA INCENTIVADA
136 - Processo nº: 10680.726808/2012-12 - Recorrentes: APERAM BIOENERGIA LTDA. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: SUSPENSÃO DA ISENÇÃO/IMUNIDADE
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
137 - Processo nº: 10980.723994/2012-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PARANA CLUBE
TEMA 11: CONHECIMENTO
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
138 - Processo nº: 10768.018460/2002-46 - Recorrente: FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL BRASLIGHT e Interessado: FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: ACRÉSCIMOS LEGAIS
139 - Processo nº: 16327.000738/2004-66 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
140 - Processo nº: 18471.000978/2003-41 - Recorrente: SOTREQ S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: APURAÇÃO REFLEXA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
141 - Processo nº: 13116.722573/2015-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JALLES MACHADO S.A.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
142 - Processo nº: 10803.720082/2012-62 - Recorrentes: SUPERMERCADOS IRMAOS LOPES S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 10 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 15: CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
143 - Processo nº: 18471.001311/2002-85 - Recorrente: EXXON QUIMICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: LUCRO PRESUMIDO/OUTROS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
144 - Processo nº: 10245.003784/2008-74 - Recorrente: PONDEROSA SILVOPASTORIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
145 - Processo nº: 10245.003650/2008-53 - Recorrente: DON CARLOS SILVOPASTORIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
146 - Processo nº: 15374.921730/2009-11 - Recorrente: TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
147 - Processo nº: 10245.003704/2008-81 - Recorrente: CRISTINA SILVOPASTORIL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10245.000576/2009-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AMBRA AGROSILVOPASTORIL LTDA
TEMA 17: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
149 - Processo nº: 10680.014916/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANVIL EMPREENDIMENTOS LTDA.
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
150 - Processo nº: 10480.002598/2003-21 - Recorrente: CLUBE DE MULTIFIDELIZACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
151 - Processo nº: 18471.002008/2004-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA NOVA UNIVERSAL CAMBIO VIAGENS E TURISMO LTDA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
152 - Processo nº: 19515.003540/2005-96 - Recorrente: RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 19515.721793/2013-55 - Recorrente: RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
154 - Processo nº: 13807.012375/00-52 - Recorrente: ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
155 - Processo nº: 19515.001101/2003-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TRILOGIA PARTICIPACOES E NEGOCIOS LTDA
156 - Processo nº: 19515.001576/2010-01 - Recorrente: AGRO PECUARIA E REFLORESTADORA SAO LUIZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
157 - Processo nº: 16561.000045/2006-62 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
158 - Processo nº: 10283.720775/2014-33 - Recorrente: FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 16561.720132/2016-10 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 16561.720096/2014-14 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 19: PENALIDADES
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
161 - Processo nº: 13808.000355/2002-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAFIRA TURISMO, PASSAGENS E SERVICOS LTDA.
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
162 - Processo nº: 12898.001928/2009-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BINGO DA PRAIA LTDA
163 - Processo nº: 16327.002199/2005-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANTANDER S.A. - CORRETORA DE CAMBIO E TITULOS
164 - Processo nº: 19515.001442/2008-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIRANDINHA DO BEBE COMERCIO LTDA - ME
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
165 - Processo nº: 11065.720139/2012-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOGAL SOCIEDADE DE ONIBUS GAUCHA LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
166 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ACCCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS S/A
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
167 - Processo nº: 11020.007734/2008-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRASDIESEL SA COMERCIAL E IMPORTADORA
168 - Processo nº: 19515.002758/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OPTITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTOJOS E BRINDES LTDA
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
169 - Processo nº: 15504.726886/2012-63 - Recorrente: BANCO SEMEAR S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
170 - Processo nº: 10865.003578/2008-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CERAMICA FORMIGRES LTDA.
171 - Processo nº: 10909.003024/2007-25 - Recorrente: DISPET INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
172 - Processo nº: 11516.006082/2008-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BOAVENTURA AUTOMOVEIS LTDA
173 - Processo nº: 18471.003240/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NC ENERGIA S.A.
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
174 - Processo nº: 16327.721008/2012-11 - Recorrentes: BANCO BRADESCO S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
175 - Processo nº: 11020.720724/2011-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SULCROMO REVESTIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
176 - Processo nº: 10980.720436/2008-41 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
177 - Processo nº: 10925.000519/2007-02 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
178 - Processo nº: 13896.002874/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NSCA COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
179 - Processo nº: 10882.721522/2017-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KINGSTAR COLCHOES LTDA.
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
180 - Processo nº: 10435.720100/2007-84 - Recorrente: FERREIRA COSTA & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 19647.000186/2006-23 - Recorrentes: DPM DISTRIBUIDORA S/A. e FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10880.929074/2010-03 - Recorrente: KIMBERLY -CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
183 - Processo nº: 13603.001342/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SILA DO BRASIL LTDA
TEMA 20: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
184 - Processo nº: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RSBF PARTICIPACOES E SERVICOS DE ESCRITORIO S.A.
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
185 - Processo nº: 16327.000792/2004-10 - Recorrente: BANCO BPN BRASIL S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
186 - Processo nº: 10660.721994/2013-12 - Recorrente: ISOFILME INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
187 - Processo nº: 11030.001718/2010-62 - Recorrente: ONIZ DISTRIBUIDORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
188 - Processo nº: 10950.721725/2012-00 - Recorrente: TEXSA DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
189 - Processo nº: 19647.011529/2006-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DPM DISTRIBUIDORA S/A.
TEMA 23: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
190 - Processo nº: 13808.006267/2001-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AMWAY DO BRASIL LIMITADA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
191 - Processo nº: 19515.001598/2004-14 - Recorrente: COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
192 - Processo nº: 19515.002601/2006-89 - Recorrentes: ESCOVAS ROGER COMERCIAL E REPRESENTACOES LIMITADA - ME e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
193 - Processo nº: 13808.000983/99-53 - Recorrente: EUROFARMA DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 24: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
194 - Processo nº: 10830.004865/2005-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANTONIA TEREZA CAMPALDI SIMOSO
195 - Processo nº: 15374.000746/2001-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SEQUIP PARTICIPACOES S A
196 - Processo nº: 19647.100084/2009-50 - Recorrente: SERVICOS E ADMINISTRACAO PERNAMBUCO DA SORTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
197 - Processo nº: 10283.720009/2009-10 - Recorrente: SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: PRELIMINAR/DIVERSOS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
198 - Processo nº: 10880.930070/2006-83 - Recorrente: TESS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 26: PRELIMINAR/NULIDADE
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
199 - Processo nº: 16327.721346/2013-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIFRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
200 - Processo nº: 16327.002083/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIFRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
201 - Processo nº: 10830.006002/2003-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FUNDACAO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICACOES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
202 - Processo nº: 16327.001660/2010-45 - Recorrente: BANCO J. P. MORGAN S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
203 - Processo nº: 16004.720578/2011-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TEREOS DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA
204 - Processo nº: 11516.003905/2006-41 - Recorrente: AGB EMPREITEIRA DE SERVIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 27: PROVA
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
205 - Processo nº: 10630.720227/2006-14 - Recorrente: TOMBENSE FUTEBOL CLUBE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
206 - Processo nº: 18471.000695/2006-42 - Recorrente: CORNING COMUNICACOES OPTICAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
207 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 29: CONHECIMENTO/DIVERSOS
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
208 - Processo nº: 19515.004010/2003-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CHEMIN INCORPORADORA S/A.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
209 - Processo nº: 16561.000194/2007-11 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 30: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
210 - Processo nº: 19515.001220/2004-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUL GERADORA PARTICIPACOES S/A
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
211 - Processo nº: 16327.001698/2001-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FATOR S/A - CORRETORA DE VALORES
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
212 - Processo nº: 16327.721311/2014-77 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BANCO SOFISA S.A.
213 - Processo nº: 12897.000116/2008-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TERMOCABO S.A.

DIA 13 de Agosto de 2021, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 31: SIMPLES
Relator(a): ANDREA DUEK SIMANTOB
214 - Processo nº: 10950.004252/2009-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JENIFFER GREICE GOMES - TORNEIRAS - EPP
TEMA 32: SIMPLES NACIONAL
215 - Processo nº: 13982.721025/2012-28 - Recorrente: FABRICA DE CAMAS E BELICHES MARIFLOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DA 451ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos do inciso II do artigo 20-C do Regimento Interno do CRSFN, com a redação dada pela Portaria nº 211, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 10 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30MIN E EM 11 DE AGOSTO DE 2021, ÀS 09H30MIN,

CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado

001) 10372.100043/2021-52 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: Declaração de falsa identidade

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), J. Alves Corretora de Câmbio Ltda. (69.078.350/0001-77) (Recorrente), José Aparecido Caetano Alves (Recorrente) e Marcio Vidal de Campos Valadares (OAB/DF 55.028) (Advogado).

002) 10372.100084/2021-49 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido) e Globalyeast JV CO Brasil S.A. (19.687.271/0001-95) (Recorrente).

003) 10372.100065/2021-12 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Christian Benoit Jacques Robin (Recorrente) e Gabriel da Costa Manita (OAB/SP 363.304-S) (Advogado).

004) 10372.100091/2021-41 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Maria Helena de Barros Pimentel (Recorrente) e William Akira Minami (OAB/SP 246.841) (Advogado).

Relator: Álvaro Affonso Mendonça

005) 10372.100333/2019-81 - Recurso CVM - Embargos de Declaração

Partes: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Embargado), André Barbieri Perpétuo (Embargante), Terceiros Interessados: Alexej Predtechensky, Fabrizio Dulcetti Neves, Leandro Ecker. Advogado: Ivan Mussolino (OAB/SP 389.632).

Relator: Francisco Papellás Filho

006) 10372.100210/2019-41 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Canopus Administradora de Consórcios S. A. (68.318.773/0001-54) (Recorrente), José Antônio Cicote dos Santos (Recorrente), Marcos Roberto Cruz (Recorrente) e Marcelo Freitas Pereira (OAB/SP 127.546) (Advogado).

007) 10372.100022/2019-12 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Fátima Auxiliadora Bezerra Lima Romi (Recorrente) e Fábio Roberto Lotti (OAB/SP 142.444) (Advogado).

008) 10372.100315/2018-19 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), José Joaquim Paifer (Recorrente) e Paiffer Management Ltda. - ME (10.802.953/0001-27) (Recorrente) e Gabriel Antunes de Carvalho (OAB/SP 273.527) (Advogado).

Relator: Sérgio Cipriano dos Santos

009) 10372.000413/2016-95 - Recurso 14.413 - BCB - Embargos de Declaração

Tipo da Matéria: Boa técnica bancária

Partes: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Embargado), Adriana Francatto (Embargante), Alexsandro Jacinto (Embargante), Amarildo Gonçalo de Almeida (Embargante), Andressa Maria Mantovani (Embargante), Antônio Marino Brandão de Almeida (Embargante), Celso Cardoso (Embargante), Clairson Tagliari (Embargante), Jorge Setoguchi (Embargante), José Carlos Fernandes (Embargante), José Galucci Junior (Embargante), Lorivaldo Filipini (Embargante), Miguel Renato Esperança (Embargante), Roberto Diegues (Embargante). Advogado: José Carlos Fernandes (OAB/SP 122.063).

010) 10372.100118/2018-08 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Negociação/emissão de TVM irregular

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos (Recorrente), Ricardo Bueno Saab (Recorrente) e Fabiano Jantalia Barbosa (OAB/DF 22.232) (Advogado).

011) 10372.100139/2019-04 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Edison Pontes Filho (Recorrente) e Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128.341) (Advogado).

012) 10372.100175/2019-60 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Agostinho Lorini (Recorrente), Andrea Almeida Machado (Recorrente), Camila Totti Trojan (Recorrente), Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Médio Leste de Mato Grosso - SICOOB Primavera MT (05.241.619/0001-01) (Recorrente), Fernando Basso Daltrozo (Recorrente), Hélio Brunetta (Recorrente), Ivo Brunetta (Recorrente), Jair Guariento (Recorrente), Ubirajara José Gheller (Recorrente) e Marília Ferraz Teixeira (OAB/DF 37.623) (Advogada).

013) 10372.100188/2019-39 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Cooperativa de Crédito de Mendes Ltda. - Sicoob Cremendes (incorporada pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro Sicoob Fluminense) (28.572.261/0001-03) (Recorrente) e Jair Carlos Moura Matos (OAB/RJ 96.793 (Advogado).

014) 10372.100252/2019-81 - Recurso CVM - Embargos de Declaração

Partes: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Embargado), Ricardo Lins Portella Nunes (Embargante), Portella Nunes Participações S.A. (91.186.593/0001-88) (Embargante), Sultepa Participações S.A. (91.172.825/0001-49) (Embargante), Terceiros Interessados: Ângelo Lúcio Villarinho da Silva e Astir Brasil Santos e Silva. Advogado: Henrique de Rezende Vergara (OAB/RJ 89.606).

Relator: Thiago Paiva Chaves

015) 10372.100284/2019-87 - Recurso BCB - Embargos de Declaração

Partes: Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (Embargado) e Arthur José Faveret Cavalcanti (Embargante) (OAB/RJ 10.854).

016) 10372.100235/2019-44 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: Descumprir os deveres legais e estatutários de conselho de administração/fiscal

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal no Espírito Santo - Coopsefes. (03.639.902/0001-60) (Recorrente), Dealci Alves Ferreira (Recorrente), Donário Silvio Pavan (Recorrente), José Suzano de Almeida (Recorrente), Marcelo Brandão Teixeira (Recorrente), Mauro Vieira de Carvalho (Recorrente), Ricardo Murilo Hadler Costa (Recorrente), Rosalina Esposito Barbosa da Silva (Recorrente) e Vinicius Bis Lima (OAB/ES 13.258) (Advogado).

Relator: Rui Fernando Ramos Alves

017) 10372.100155/2020-22 - Recurso SUSEP

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

018) 10372.100180/2020-14 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Atuação irregular

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), José Luiz Hirota (Recorrente), MH Inn Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (16.559.115/0001-50) (Recorrente) e Kenneth Ferreira Antunes (OAB/SP 187.791) (Advogado).

Relator: Pedro Frade de Andrade

019) 10372.100048/2020-02 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Carlos Leslie Almiron Hazell (Recorrente), Helio Luiz Fiuza Lima (Recorrente), João Pedro Campos de Andrade Figueira (Recorrente), José Ricardo Tostes Nunes Martins (Recorrente), Nanci Turibio Guimarães (Recorrente), Raphael de Melo Tavora Vargas Franco Neto (Recorrente), Sérgio Augusto Martino Meniconi (Recorrente), Rodrigo Dunshee de Abranches (OAB/RJ 70.914) (Advogado) e Daniel Bar (OAB/RJ 100.702) (Advogado).

020) 10372.100151/2020-44 - Recurso BCB

Tipo de Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido) e Sérgio Alexandre Dexheimer (Recorrente).

Processos com pedido de vista

Relator: Thiago Paiva Chaves

021) 10372.100191/2019-52 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: Empréstimo/operação vedada.

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Icla Consultoria S.A. (sucessora da Icla Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (10.274.584/0001-47) (Recorrente), Júlia Vassalo Maia da Costa (Recorrente), Luiz Eduardo Franco de Abreu (Recorrente), Paulo José de Lima (Recorrente) e Positiva Consult S.A. (sucessora de Positiva Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (40.161.713/0001-51) (Recorrente). Advogado: Igor Fonseca Santos Teixeira (OAB/MG 96.440).

Julgamento suspenso por pedido de vista do Conselheiro Sérgio Cipriano dos Santos na 450ª Sessão de Julgamento.

Total de processos: 21 (vinte e um).

a) ADITAMENTOS / RETIRADA DE PAUTA: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

b) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: Salientamos o disposto no § 3º do art. 22 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

c) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Conforme Portaria nº 7.891, de 20 de março de 2020, na redação dada pela portaria nº 17.304 de 21 de julho de 2020:

"Art. 1 (...)

§2º É indispensável a inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSFN na internet, até 24 horas antes do dia da sessão:

I - das partes, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência;

II - dos interessados em acompanhar a sessão do CRSFN na condição exclusiva de ouvinte, até o limite de capacidade da ferramenta de tecnologia utilizada pelo CRSFN, dispensando-se tal providência caso seja divulgado na página do CRSFN na internet link para a transmissão da sessão em tempo real pela internet.;

§3º Os pedidos de sustentação oral e de acompanhamento da sessão serão atendidos na ordem cronológica de recebimento do formulário, devidamente preenchido, de que trata §2º.

§4º Não será necessário o deslocamento presencial dos inscritos para a realização de sustentação oral ou para o acompanhamento da sessão.

§5º As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSFN, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.

§6º São de exclusiva responsabilidade do inscrito ou ouvinte as condições das linhas de comunicação, o acesso a seu provedor da internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas."

d) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços> Envio de Memorial", conforme Portaria nº 7.891, de 20 de março de 2020, na redação dada pela portaria nº 17.304 de 21 de julho de 2020:

"Art. 1 (...)

§7º Os memoriais escritos deverão ser enviados através do formulário eletrônico disponível no site do CRSFN, preferencialmente até 48 horas antes do dia da sessão.

§8º Não haverá reuniões presenciais para entrega de memoriais, facultando-se aos interessados a solicitação de reuniões por videoconferência para tal finalidade, que deverá ser endereçada à Secretaria Executiva, e estará condicionada à disponibilidade de agenda dos membros do CRSFN."

(https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/servicos/envio-de-memorial/)

Brasília-DF, 27 de julho de 2021.
TATIANA BARCELLOS VASCO
Secretária-Geral
Substituta

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 50, DE 27 DE JULHO DE 2021

Prorroga prazo de consulta pública para manifestação do setor privado brasileiro a respeito da proposta de Portaria que dispõe sobre as petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto no 1.751, de 19 de dezembro de 1995, no Decreto no 9.107, de 26 de julho de 2017, no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, na Resolução CAMEX no 63, de 17 de agosto de 2010 e detalha metodologias para o cálculo do montante de subsídios.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 91 e no art. 95, I, II, IV, VIII e IX do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 do Decreto no 9.745, de 8 de abril de 2019, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a importância de contar com o maior número possível de manifestações do setor privado sobre a proposta de Portaria que dispõe sobre as petições relativas a investigações originais, revisões e outros procedimentos previstos no Decreto no 1.751, de 19 de dezembro de 1995, no Decreto no 9.107, de 26 de julho de 2017, no Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio - GATT/1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, na Resolução CAMEX no 63, de 17 de agosto de 2010 e detalha metodologias para o cálculo do montante de subsídios;, resolve:

1. Fica prorrogado, por 30 (trinta) dias o prazo previsto na Circular SECEX nº 38, de 31 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2021.

3. Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

CIRCULAR Nº 51, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, considerando o estabelecido no Art. 2º da Resolução CAMEX nº 6, de 16 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17 de fevereiro de 2017, que homologou, nos termos constantes de seu Anexo I, item 4, o compromisso de preços para amparar as importações brasileiras de batatas congeladas, comumente classificadas no código 2004.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias da França e dos Países Baixos, fabricadas pelas empresas McCain Alimentaire SAS e McCain Foods Holland B.V., torna público que:

1. De acordo com o disposto no tópico D do item 4 do Anexo I da Resolução CAMEX nº 6, de 2017, o ajuste do preço a ser praticado pela McCain do Brasil nas suas revendas do produto objeto do compromisso de preços importado da McCain Alimentaires SAS e da McCain Foods Holland B.V deve ser realizado com base: na variação do Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) - Produtos Industriais, aplicada ao preço de revenda em reais ou na variação do HICP (Harmonized Index of Consumer Prices - Overall Index) da Europa aplicada ao preço de revenda em euros e convertido para reais com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste; o que resultar no preço reajustado mais elevado.

2. Do mencionado preço de revenda reajustado, devem ser deduzidos: o percentual de 50,5% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e o percentual de 18,4% a fim de se apurar o preço de exportação reajustado a ser praticado pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os preços encontrados devem ser convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste.

3. Nos termos previstos, a variação dos índices IPA-OG e HICP foi calculada por meio da comparação entre o índice médio do período de reajuste anterior (junho de 2020 a novembro de 2020) e o índice médio do novo período de reajuste (dezembro de 2020 a maio de 2021). Cabe ressaltar que, para a variação do HICP, foi considerado, em ambos os períodos, o índice relativo a "European Union (27 countries)", uma vez que o índice utilizado nos ajustes de preços anteriores, "European Union (28 countries)" não se encontra disponível a partir de fevereiro de 2020. Constatou-se variação positiva de 21,0% do IPA-OG e variação positiva de 1,2% do HICP.

4. O preço reajustado foi apurado a partir da aplicação da variação do HICP ao preço de revenda em euros, convertido para reais. Deste preço foram deduzidos os percentuais previstos para apuração dos preços a serem praticados pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland para a McCain do Brasil e pela McCain Argentina para clientes independentes no Brasil. Os respectivos preços foram convertidos em euros com base na média da taxa de câmbio do período de reajuste (1º de dezembro de 2020 a 31 de maio de 2021).

5. Assim, observados os termos do compromisso que previram o reajuste dos preços a serem praticados, bem como as fórmulas previstas, determina-se que:

5.1. O preço de revenda de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain do Brasil para o primeiro comprador independente no Brasil deverá ser igual ou superior a R$ 8.542,57/t (oito mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos por tonelada), na condição ex fabrica, que, convertido com base na taxa de câmbio média do período de reajuste (1º de dezembro de 2020 a 31 de maio de 2021), equivale a € 1.309,74/t (hum mil, trezentos e nove euros e setenta e quatro centavos por tonelada), líquido de impostos (PIS, CONFINS e ICMS), descontos, abatimentos e frete interno.

5.2. O preço de exportação de batatas congeladas a ser praticado pela McCain Alimentaire e pela McCain Holland em suas exportações para a McCain do Brasil deverá ser igual ou superior a € 648,32/t (seiscentos e quarenta e oito euros e trinta e dois centavos por tonelada), na condição CIF, para as exportações originárias da França e dos Países Baixos.

5.3. O preço de exportação de batatas congeladas fabricadas pela McCain Alimentaire ou pela McCain Holland a ser praticado pela McCain Argentina para os clientes independentes no Brasil deverá ser igual ou superior a € 1.068,75/t (hum mil e sessenta e oito euros e setenta e cinco centavos por tonelada), na condição CIF.

6. Esta Circular entra em vigor em um prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação no D.O.U.

LUCAS FERRAZ

PORTARIA SECEX Nº 103, DE 27 DE JULHO DE 2021

Regulamenta o processo administrativo eletrônico relativo às investigações e aos procedimentos de defesa comercial amparados pelos Decretos nº 1.488, de 11 de maio de 1995, nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e nº 9.107, de 26 de julho de 2017, na Portaria SECEX nº 41, de 27 de julho de 2018, e pelos acordos comerciais em vigor no Brasil, e às avaliações de interesse público amparadas pela Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020, e altera a Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, observado o disposto no art. 17 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e no art. 1º da Portaria ME nº 294, de 4 de agosto de 2020, e no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 91 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia utilizará o Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME para produzir, editar, assinar, tramitar, receber e concluir os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial e às avaliações de interesse público.

§ 1º . As disposições da Portaria ME nº 294, de 2020, serão aplicáveis aos processos da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público a que faz referência o caput, resguardadas as disposições específicas previstas nesta Portaria.

§ 2º . O disposto nos artigos 2º, 3º e 9º desta Portaria não se aplica às avaliações de interesse público amparadas pela Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020.

Art. 2º O acesso aos processos e o envio de documentos pelas partes interessadas serão feitos por meio de representante legal habilitado junto à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§ 1º A intervenção nos processos de representantes legais que não estejam habilitados junto à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público somente será permitida na execução dos seguintes atos:

I - submissão de documentação pertinente para habilitação como representante legal de parte interessada;

II - solicitação de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários;

III - apresentação de respostas aos questionários e manifestações sobre modelos de produto;

IV - solicitação de habilitação de outras partes que se considerem interessadas;

V - submissão de proposta de terceiro país de economia de mercado alternativo;

VI - manifestações sobre a seleção de produtores ou exportadores, importadores ou tipos de produto; e

VII - manifestações sobre a decisão da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público de habilitar a produção nacional de determinado produto como indústria fragmentada, nos termos do art. 12 da Portaria SECEX nº 41, de 2018.

§ 2º A regularização da habilitação dos representantes que realizarem os atos descritos nos incisos II a VII do parágrafo anterior deverá ser feita no prazo previsto no ato da Secretaria de Comércio Exterior que der início à investigação correspondente, sem possibilidade de prorrogação.

§ 3º A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos no parágrafo anterior fará com que os atos sejam havidos por inexistentes.

Art. 3º Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no caput, é suficiente que apenas a petição de juntada, desde que contenha lista de todos os documentos protocolados e anexados, seja assinada digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME.

§ 2º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público presumirá que a submissão dos documentos foi realizada em conformidade com o disposto no caput, cabendo às demais partes interessadas arguirem eventual irregularidade formal.

§ 3º Caso os documentos submetidos não estejam em conformidade com o disposto no caput, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público requisitará a reapresentação do mesmo documento, o qual deverá ser entregue no prazo de dois dias, contato da data de ciência.

§ 3º Caso o responsável pelos documentos indicados no parágrafo anterior não atenda a requisição da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no prazo especificado no parágrafo anterior, tais documentos serão desconsiderados.

§ 4º Nos casos em que for solicitada a reapresentação dos documentos será considerada a data do primeiro protocolo para fins de cumprimento de prazos processuais.

Art. 4º Os autos das investigações de defesa comercial (confidenciais e restritos) e os autos das avaliações de interesse público (confidenciais e públicos) a que faz referência o art. 1º serão mantidos em processos eletrônicos distintos no SEI/ME.

§ 1º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de defesa comercial serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e terão nível de acesso "restrito", nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020.

§ 2º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de interesse público serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e terão nível de acesso "restrito", nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020.

§ 3º Os processos eletrônicos contendo os autos restritos de defesa comercial serão acessíveis à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e aos representantes legais habilitados das partes interessadas da investigação ou procedimento correspondente e terão nível de acesso "restrito", nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020.

§ 4º Os processos eletrônicos contendo os autos públicos de interesse público serão acessíveis ao público em geral e terão nível de acesso "público", nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020.

§ 5º O usuário externo deverá submeter com nível de acesso "restrito" no SEI-ME os documentos confidenciais e restritos no âmbito dos processos eletrônicos confidenciais e restritos referentes às investigações e procedimentos a que fazem referencia os parágrafos 1º, 2º e 3º do caput, bem como com o nível de acesso "público" no SEI-ME os documentos públicos referentes a investigações a que faz referência o §4º.

§6º O acesso dos representantes legais habilitados aos processos eletrônicos contendo os autos restritos será concedido pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, mediante solicitação e apresentação da documentação pertinente.

Art. 5º Adicionalmente às responsabilidades previstas na Portaria nº 294, de 2020, é de responsabilidade do usuário externo o correto protocolo dos documentos nos processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos a que faz referência o art. 1º.

§1º No caso de inconsistência entre o teor do documento enviado e natureza confidencial, restrita ou pública dos autos no qual o documento foi protocolado no SEI/ME, prevalecerá a natureza dos autos no qual o documento foi protocolado pelo usuário externo.

§2º A divulgação de informação confidencial por erro na protocolização ou na classificação do documento no SEI/ME é de responsabilidade exclusiva do usuário externo que o submeteu.

Art. 6º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, sempre que julgar necessário, poderá requisitar o documento original que tenha sido apresentado digitalizado, o qual deverá ser entregue no prazo especificado na comunicação de solicitação.

§ 1º Caso o detentor do documento indicado no parágrafo anterior não atenda à requisição da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no prazo especificado, o documento digitalizado poderá ser desconsiderado.

§ 2º Os originais dos documentos digitalizados que forem submetidos à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público deverão ser preservados pelo seu detentor até que ocorram os prazos prescricionais e decadenciais estabelecidos nas leis próprias.

Art. 7º Para viabilizar a apresentação de amostras de produtos à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, o representante legal habilitado da parte interessada deverá descrever pormenorizadamente a amostra e submeter a descrição por meio do SEI/ME.

§ 1º Após o envio da descrição indicada no caput, o produto deverá ser apresentado no Protocolo Central do Ministério da Economia no prazo de cinco dias úteis.

§ 2º Caso a amostra apresentada não corresponda à descrição submetida, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público desconsiderará o documento submetido eletronicamente e descartará a amostra apresentada.

§ 3º As partes interessadas terão acesso às amostras entregues à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público mediante solicitação prévia a ser protocolada nos autos do processo correspondente e em data, hora e local a ser estabelecido pela Subsecretaria.

§ 4º Amostras entregues à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público no curso de um processo de defesa comercial serão restituídas à parte interessada que as apresentou, mediante solicitação realizada no prazo de cinco dias úteis após o encerramento da investigação.

§ 5º Caso a parte interessada não efetue o pedido de restituição no prazo especificado no parágrafo anterior, as amostras serão descartadas.

Art. 8º Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de impossibilidade técnica do SEI/ME serão automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte ao do restabelecimento do sistema, nos termos do § 2º do art. 24 da Portaria nº 294, de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput será registrada nos autos das investigações e procedimentos em curso.

Art. 9º A partir de 1º de setembro de 2021, os processos eletrônicos referentes às investigações e procedimentos de defesa comercial a que faz referência o art. 1º deverão ser protocolados diretamente no SEI/ME e tramitarão unicamente nesse sistema.

§1º As novas investigações e procedimentos de defesa comercial protocolados a partir da data referida no caput tramitarão unicamente no SEI/ME.

§2º As investigações e procedimentos de defesa comercial já protocolados e/ou em curso até a data referida no caput terão seus autos transferidos para o SEI/ME pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, conforme art. 4º desta Portaria, até a data referida no caput, e suas respectivas partes interessadas serão notificadas e os número dos correspondentes novos processos eletrônicos que tramitarão no SEI/ME serão registrados nos autos do processo no Sistema Decom Digital - SDD.

§3º Os autos das investigações e procedimentos de defesa comercial conduzidos no Sistema Decom Digital - SDD encerrados até a data referida no caput serão transferidos para o SEI de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.

§4º O Sistema Decom Digital - SDD permanecerá ativo apenas para fins de consulta pelas partes interessadas e habilitadas até a transferência completa dos autos para o SEI.

Art. 10. A Portaria nº 13, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§1º Os peticionários da investigação de defesa comercial poderão apresentar no SEI/ME, desde o protocolo da sua petição nesse sistema, informações a respeito da avaliação de interesse público, conforme Questionário de Interesse Público disponibilizado na página da internet deste Ministério.

....." (NR)

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 30, de 7 de junho de 2018 da Secretaria de Comércio Exterior.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 27, DE 27 DE JULHO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/PMPF nº 25/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ,

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO as solicitações das Secretarias de Fazenda dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina, recebidas por meio de mensagens eletrônicas no dia 27.07.2021, registradas no SEI nº 12004.100673/2021-41, torna público:

Art. 1º Os itens 18, 19 e 24 do Ato COTEPE/PMPF nº 25, de 22 de julho de 2021, referentes às unidades federadas supracitadas, passam a vigorar com as seguintes redações:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
18	PR	*5,1100	*7,7400	*4,1000	*4,0700	*5,6000	*5,6000	-	*4,2700	-	-	-	-
19	RJ	*6,3370	*6,4630	*4,6260	*4,5470	-	*6,4715	2,4456	**5,2120	**3,9200	-	-	-
24	SC	*5,4000	*7,8300	*4,2100	*4,1600	*7,1600	*7,1600	-	*4,8400	3,5000	-	-	-

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Notas Explicativas:

a) * valores alterados de PMPF; e

b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 48, DE 27 DE JULHO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 05/20, que divulga relação de contribuintes credenciados pelas Unidades Federadas para usufruir dos benefícios fiscais previstos no Convênio ICMS nº 03/18.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 3, de 16 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no dia 26 de julho de 2021, na forma do inciso I do § 3º da cláusula nona do Convênio ICMS nº 03/18, registrada no Processo SEI nº 12004.100012/2020-34, torna público:

Art. 1º O campo referente ao Estado do Rio de Janeiro fica acrescido, com o item 1, ao Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS nº 05, de 10 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

Unidade Federada: RIO DE JANEIRO				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
1	RJ	01.598.794/0001-08	85.915.657	ADKL ZELLER ELETRO SISTEMAS LTDA

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 53, DE 27 DE JULHO DE 2021

Publica Convênios ICMS aprovados na 335ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23.07.2021.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 35, 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 335ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 23 de julho de 2021, foram celebrados os seguintes atos normativos:

CONVÊNIO ICMS Nº 119, DE 23 DE JULHO DE 2021

Autoriza a concessão de crédito presumido do ICMS correspondente ao preço pago pelos selos fiscais efetivamente utilizados nos vasilhames acondicionadores de água mineral natural, água natural ou água adicionada de sais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 335ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 23 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Os Estados do Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte, São Paulo e Santa Catarina ficam autorizados a conceder aos contribuintes envasadores crédito presumido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - para fins de compensação com o tributo devido na apuração do imposto a recolher no valor correspondente ao preço pago pelos Selos Fiscais de Controle e Qualidade efetivamente utilizados nos vasilhames retornáveis de água mineral natural, água natural ou água adicionada de sais comercializados em cada período de apuração.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2022.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 120, DE 23 DE JULHO DE 2021

Altera o Convênio ICMS nº 83/00, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com energia elétrica não destinada à comercialização ou à industrialização.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 335ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 23 de julho de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) resolve celebrar o seguinte:

CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula primeira-A fica acrescida ao Convênio ICMS nº 83, de 15 de dezembro de 2000, com a seguinte redação:

"Cláusula primeira - A O Estado de Alagoas fica autorizado a não aplicar o disposto neste convênio na entrada interestadual de energia elétrica:

I - adquirida por meio de contrato de compra e venda firmado em ambiente de contratação livre, nos termos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

II - destinada a consumo por estabelecimento situado no agreste alagoano, com atividade econômica principal de extração de minério de metais preciosos, Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - 0724301.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 121, DE 23 DE JULHO DE 2021

Altera o Convênio ICMS nº 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 335ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 23 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O § 8º da cláusula quinta do Convênio ICMS nº 79, de 2 de setembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 8º Ficam os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte, autorizados a estender o prazo disposto no § 2º desta cláusula até 31 de dezembro de 2021.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 122, DE 23 DE JULHO DE 2021

Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas prestações internas de serviços de telecomunicações a consumidor final realizadas por Prestadoras de Pequeno Porte.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 335ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 23 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado de Santa Catarina fica autorizado a conceder redução da base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas prestações internas de serviços de telecomunicações a consumidor final, de modo que a carga tributária final seja equivalente a, no mínimo, 17% (dezessete por cento) do valor da prestação, desde que o contribuinte, cumulativamente, atenda as seguintes condições:

I - se enquadre na condição de Prestadora de Pequeno Porte, assim considerado como tal nos termos de resolução da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL;

II - possua sede no Estado.

§ 1º A concessão do benefício previsto nesta cláusula fica condicionada:

I - à inclusão no preço total do serviço de telecomunicação cobrado pelo contribuinte de todos os valores referentes aos procedimentos, meios e equipamentos necessários à prestação dos serviços por ele executados ou fornecidos;

II - à que o preço do serviço de telecomunicação, quando ofertado para contratação em conjunto com serviços não sujeitos ao ICMS, seja igual ou maior que o preço do mesmo serviço praticado pelo contribuinte na hipótese de contratação de forma avulsa.

§ 2º O contribuinte será excluído do benefício a partir do primeiro dia do mês subsequente que deixar de ser considerada como Prestadora de Pequeno Porte.

Cláusula segunda A legislação da unidade federada poderá estabelecer outras condições para fruição do benefício de que trata este convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CONVÊNIO ICMS Nº 123, DE 23 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a adesão do Estado da Bahia e altera o Convênio ICMS nº 53/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2).

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 335ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 23 de julho de 2021, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira O Estado da Bahia fica incluído nas disposições do Convênio ICMS nº 53, de 13 de dezembro de 2019.

Cláusula segunda A cláusula primeira do Convênio ICMS nº 53/21, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados da Bahia, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul autorizados a reduzir a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas prestações de serviço de transporte intermunicipal de pessoas, passageiros ou não, em até 100% (cem por cento), no âmbito das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento à pandemia causada pelo novo agente do Coronavírus (SARS-CoV-2), conforme os Decretos Estaduais de calamidade pública em decorrência da Covid-19.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ - Bruno Funchal, em exercício; Acre - Breno Geovane Azevedo Caetano, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos, Amazonas - Dario José Braga Paim, Bahia - João Batista Aslan Ribeiro, Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, Distrito Federal - Marcelo Ribeiro Alvim, Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim, Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Maranhão - Magno Vasconcelos Pereira, Mato Grosso - Fábio Fernandes Pimenta, Mato Grosso do Sul - Lauri Luiz Kener, Minas Gerais - Luiz Cláudio Fernandes L. Gomes, Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior, Pernambuco - Abílio Xavier de Almeida, Piauí - Antônio Luiz Soares Santos, Rio de Janeiro - Nelson Monteiro da Rocha, Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier, Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso, Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva, Roraima - Manoel Sueide Freitas, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Tomás Bruginski de Paula, Sergipe - Marco Antônio Queiroz, Tocantins - Marco Antônio da Silva Menezes.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 31414/2021/ME resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.109223/2021-12 de interesse do Sindicato dos Taxistas da região do Litoral Norte do Estado da Paraíba - Sintaxi/Litoral Norte/PB, CNPJ 24.566.066/0001-01, com fundamento no art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 33734/2021/ME (17330317), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.109683/2021-32, de interesse do SECI - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE ITAPERUNA , CNPJ 26.680.410/0001-02, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º MSCiv 0000283-39.2021.5.10.0016, procedente da 16ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, ao qual determinou o prosseguimento dos autos, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34955/2021/ME (17495998), resolve: DESARQUIVAR e PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 08015.003945/2019-44, de interesse do SINPROERP - Sindicato dos Profissionais de Educação da Rede de Ensino do Município de Ribeira do Pombal-BA, CNPJ 22.396.333/0001-14, para representação da categoria dos Professores, Auxiliares de Ensino, Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Ribeira do Pombal-BA, com abrangência municipal e base territorial no município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34936/2021/ME (SEI 17492742), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46213.006841/2018-63, de interesse do Sindicato SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IPOJUCA - STRAFI-PE, CNPJ 27.584.156/0001-13, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos/as ou aposentados/as, proprietários/as ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Ipojuca, no Estado do Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35113/2021/ME (SEI 17512945), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46208.000136/2015-89, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de

Santa Fé de Goiás - SSPM, CNPJ n.º 07.354.297/0001-32, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999, art. 22, inciso I e XI e art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35072/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 14021.178980/2021-54, de interesse do STPMO - SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÓBIDOS - PA, CNPJ n.º 23.061.872/0001-65, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 8.896, DE 23 DE JULHO DE 2021

Estabelece Processo Produtivo Básico para "PAINEL DE INSTRUMENTOS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS", industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo nº 19687.104261/2021-97, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Estabelecer, para o produto "PAINEL DE INSTRUMENTOS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS", industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - injeção, moldagem, impressão 3D, ou outro processo de conformação plástica do visor, conforme aplicável, das carcaças e gabinetes;

II - fabricação do velocímetro/hodômetro, conforme aplicável, compreendendo as seguintes etapas:

a) impressão do mostrador, conforme aplicável (para motocicletas e motonetas com cilindrada até 450 cm³);

b) fixação do mostrador no mecanismo velocímetro/hodômetro, conforme aplicável;

c) inserção do ponteiro, conforme aplicável;

d) inserção do pino de descanso do ponteiro, conforme aplicável;

e) montagem dos componentes elétricos e eletrônicos na placa de circuito impresso, conforme aplicável; e

f) fixação da placa de circuito impresso de controle, conforme aplicável.

III - fabricação do tacômetro e/ou medidor de combustível, compreendendo as seguintes etapas:

a) impressão do mostrador, conforme aplicável;

b) fixação do mostrador no mecanismo do tacômetro ou tacômetro/medidor de combustível, conforme aplicável;

c) inserção de ponteiro, conforme aplicável;

d) inserção do pino de descanso do ponteiro do tacômetro, conforme aplicável; e

e) fixação da placa de circuito impresso montada, conforme aplicável.

IV - montagem final das partes e peças.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma delas que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º Ficam dispensadas as etapas estabelecidas no inciso I e alínea "a" do inciso III para motocicletas e motonetas com cilindrada superior a 450 cm³.

§ 4º Fica dispensado o cumprimento das etapas de produção descritas na alínea "a" dos incisos II e III do caput deste artigo, e na alínea "e" do inciso II do caput deste artigo, desde que limitado a 20% (vinte por cento) da produção no ano-calendário.

§ 5º Fica dispensado o cumprimento da etapa de produção descrita no inciso I do caput deste artigo, exclusivamente para o visor sobreinjetado na carcaça, desde que limitado a 20% (vinte por cento) da produção no ano-calendário.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 3º Fica revogado o processo produtivo básico estabelecido pelo inciso XX - PAINEL DE INSTRUMENTOS do art. 9º do CAPÍTULO V - DAS PARTES E PEÇAS ELÉTRICAS, da Portaria Interministerial nº 171, de 1º de julho de 2016, que estabelece o Processo Produtivo Básico para Partes e Peças de Ciclomotores, Motonetas, Motocicletas, Triciclos e Quadriciclos, industrializados na Zona Franca de Manaus.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 8.899, DE 23 DE JULHO DE 2021

Altera o Processo Produtivo Básico para "APARELHO ELETROMECÂNICO PARA PREPARAÇÃO INSTANTÂNEA DE BEBIDAS DIVERSAS, COM OU SEM GÁS, EM DOSES INDIVIDUAIS, A PARTIR DE CÁPSULAS", industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo nº 19687.102701/2021-71 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico do produto APARELHO ELETROMECÂNICO PARA PREPARAÇÃO INSTANTÂNEA DE BEBIDAS DIVERSAS, COM OU SEM GÁS, EM DOSES INDIVIDUAIS, A PARTIR DE CÁPSULAS, industrializado na Zona Franca de Manaus, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular um total de pontos por ano-calendário, conforme o seguinte cronograma:

I - 2020: 40 (quarenta) pontos;

II - 2021: 40 (quarenta) pontos;

III - 2022: 50 (cinquenta) pontos;

IV - 2023: 60 (sessenta) pontos; e

V - 2024 em diante: 70 (setenta) pontos.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil.

§ 3º As etapas do Processo Produtivo Básico descritas nas etapas XXII, XXIII, XXIV, XXV deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, enquanto as demais etapas poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§ 4º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas XXIV e XXV, que não poderão ser terceirizadas.

§ 5º A pontuação indicada em cada etapa produtiva será a pontuação máxima atingível pela empresa habilitada na referida etapa, sendo admitida a proporcionalidade.

§ 6º A pontuação atingida em cada etapa produtiva será determinada pelo número de realizações desta etapa em relação ao número total da produção ou em relação ao número desta etapa produtiva realizada na produção total, o que for maior.

§ 7º As etapas realizadas devem ser aplicáveis e compatíveis com a produção incentivada.

§ 8º Atendidos os requisitos estabelecidos nos Processos Produtivos Básicos, elaborados por metodologia de pontuação ou não, consideram-se atendidas as etapas produtivas respectivas.

Art. 2º A comprovação do cumprimento do Processo Produtivo Básico será feita considerando os termos vigentes no momento da ocorrência do faturamento incentivado.

Art. 3º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser realizado na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

§ 1º O investimento em PD&I a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de PD&I do ano calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 34, de 23 de maio de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	PONTUAÇÃO
I	Projeto e Desenvolvimento no País.	10
II	Investimento em PD&I, valendo 2 pontos para cada 1% investido em PD&I, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Usinagem ou outro processo de conformação, soldagem e agregação das partes mecânicas do motocompressor.	8
IV	Conformação do tanque de água.	4
V	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, do sistema de carbonatação.	6
VI	Estampagem, extrusão ou outro processo de conformação e soldagem dos trocadores de calor.	3
VII	Montagem e soldagem de todos os componentes da placa fonte.	6
VIII	Montagem e soldagem de todos os componentes da placa de controle.	6
IX	Montagem e soldagem de todos os componentes da placa de interface touch ou tact.	5
X	Injeção, impressão 3D, moldagem ou outro processo de conformação das partes que compõem o gabinete externo do produto, excetuando o painel frontal.	10

XI	Injeção, impressão 3D, moldagem ou outro processo de conformação do bloco estrutural (base e contra base do bloco térmico).	4
XII	Injeção, impressão 3D, moldagem ou outro processo de conformação do nicho porta copos.	2
XIII	Corte, dobra, estampagem ou outro processo de conformação do suporte do compressor.	2
XIV	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes do conjunto espremedor de cápsula.	5
XV	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes do bloco térmico.	7
XVI	.Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes da bomba de circulação.	5
XVII	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes do sistema de filtragem.	4
XVIII	Trefilação e recozimento do fio de cobre do chicote elétrico ou cabo de força.	4
XIX	Montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes do sistema de distribuição de fluidos e execução de testes.	6
XX	Montagem do conjunto cilindro de carbonatação.	3
XXI	Injeção, impressão 3D, moldagem ou outro processo de conformação da isolação térmica do corpo do tanque de carbonatação.	2
XXII	Impressão de manuais, etiquetas, logomarcas, logotipos e afins.	2
XXIII	Injeção, impressão 3D, moldagem, corte, dobra ou outro processo de conformação dos itens de embalagem do produto.	2
XXIV	Integração das partes e peças, montadas de acordo com as etapas acima, na formação do produto final.	6
XXV	Testes ou ajustes finais.	2
	TOTAL	124

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 35, DE 27 DE JULHO DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de ETIQUETA INTELIGENTE ("SMART LABEL") e "DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 027/21 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA ETIQUETA INTELIGENTE ("SMART LABEL") e "DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA - RFID", ESTABELECIDO PELAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 1.298 E Nº 1.299, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

1) Inclusão de novo parágrafo ao Art. 1º das Portarias Interministeriais SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 1.298 e nº 1.299, de 02 de fevereiro de 2021, que estabelece a pontuação mínima exigida por ano-calendário, conforme a seguir:

Art. 1º.....

.....

§ 3º Excepcionalmente no ano de 2021 e 2022, os pontos totais atribuídos a cada etapa de produção realizada a que se refere o § 1º deste artigo, deverá acumular no mínimo 36 (trinta e seis) pontos por ano-calendário.

PORTARIA SDIC/SEPEC/ME Nº 9.018, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 9º da Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Credenciar a firma de auditoria CONSULCAMP AUDITORIA, (CNPJ 09.286.707/0001-80), conforme processo nº 19687.106735/2021-35, de 23 de julho de 2021, para fins de verificação do atendimento dos compromissos e requisitos exigidos pela Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 2º A firma de auditoria credenciada está sujeita à verificação do cumprimento do disposto na Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ DE LIMA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 68, DE 26 DE JULHO DE 2021

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720793/2021-16 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca Volvo, modelo XC 90, ano 2017, cor marrom, chassi YV1LFA2D4J1202637, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 17/1763371-6, de 13/10/2017, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade de Shen Yuan, CPF 084.656.601-07.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 157, DE 23 DE JULHO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo de nº 207/2012 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.722453/2013-40, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 01.166.372/0008-21, filial da pessoa jurídica de CNPJ nº 01.166.372/0001-55, a qual é sucessora por incorporação de LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 00.801.450/0001-83, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a fabricação de "digital vídeo disc - dvd record/play combinado com videocassete".

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 162, DE 27 DE JULHO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo de nº 045/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10283.720717/2018-33, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 84.590.892/0003-80, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM relativo ao serviço de "transbordo de fertilizantes" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 163, DE 27 DE JULHO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo de nº 044/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10283.720716/2018-99, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 84.590.892/0003-80, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM relativo ao serviço de "transporte dos produtos grãos (soja e milho)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 164, DE 27 DE JULHO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 08/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720323/2021-82, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 07.637.620/0001-85, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM para a produção de "conversor ca/cc para máquina automática de processamento de dados digital, portátil - "notebook"" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2014 e término no ano-calendário de 2023.

Art. 2º Revoga-se o Ato Declaratório Executivo (ADE) n° 51, de 23 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, em 26 de agosto de 2019, respeitados os direitos adquiridos, de acordo com o art. 53 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 165, DE 27 DE JULHO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 09/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720322/2021-38, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 07.637.620/0001-85, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM para a produção de "carregador de bateria para telefone celular" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2014 e término no ano-calendário de 2023.

Art. 2º Revoga-se o Ato Declaratório Executivo (ADE) n° 51, de 23 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, em 26 de agosto de 2019, respeitados os direitos adquiridos, de acordo com o art. 53 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

RETIFICAÇÃO

No .ADE Nº 54., de 25 de Junho de 2020., publicado no DOU de 21/07/2021., Seção 1 , páginas 318.

Onde se lê: Ato Administrativo nº 10380.721.236/2020-61

Leia-se: Ato Administrativo nº 10380.721.235/2020-17

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 26 DE JULHO DE 2021

Inclusão de Inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 12, parágrafo único da IN-RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
4.A.0733	Marcone Santos do Nascimento	038 550 014 - 99	19378.720180/2021-22

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN-RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE JULHO DE 2021

Inscreve contribuinte no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 290, caput, e 299, inciso III, da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e o despacho exarado no processo nº 10271.233007/2021-11, declara:

Art. 1º - Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 04301/0082, como PRODUTOR, o estabelecimento da empresa 2I INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ sob o n° 35.339.919/0001-99, situado em Fazenda São Pedro, SN - Zona Rural, Areia/PB.

Art. 2º - Este Registro Especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo o mesmo cumprir todas as orientações contidas na Instrução Normativa SRF 1432/2013, bem como nos demais atos legais e normativos pertinentes, sob pena de cancelamento do registro especial.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 26 DE JULHO DE 2021

Inscreve contribuinte no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 290, caput, e 299, inciso III, da Portaria nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso II, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e o despacho exarado no processo nº 10271.233007/2021-11, declara:

Art. 1º - O estabelecimento da empresa 2I INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 35.339.919/0001-99, situado na Fazenda São Pedro, SN, Bairro Zona Rural, Areia/PB, CEP: 58397-000, está inscrito no Registro Especial sob nº 04301/0083, como estabelecimento ENGARRAFADOR de Aguardente de Cana e outras bebidas quentes.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo de Recipiente	Capacidade (ml)
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	275
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	355
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	600
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	750
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	900
Cachaca Tradicional	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	1000
Cachaca Jequitibá Rosa	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Jequitibá Rosa	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Jequitibá Rosa	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	900
Cachaca Bálsamo	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Bálsamo	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Bálsamo	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	900
Cachaca Carvalho	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Carvalho	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Carvalho	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	900
Cachaca Umburana	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	250
Cachaca Umburana	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	500
Cachaca Umburana	Boa do Brejo	22084000	Não Retornavel	900

Art. 3º - Este Registro Especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo o mesmo cumprir todas as orientações contidas na Instrução Normativa SRF 1432/2013, bem como nos demais atos legais e normativos pertinentes, sob pena de cancelamento do registro especial.

Art. 4º - O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancela Registro Especial na atividade de produtor de bebidas alcoólicas, prevista na IN RFB/1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto o no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo fiscal nº 10640.002833/2001-12, declara:

Art.1º. Cancelado o Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas sob o nº 06104/053, da empresa DESTILARIA DOS MENDES LTDA, CNPJ 03.999.286/0001-59, situado na estrada Capão da Cerca, s/nº, Zona Rural, Fazenda Chapada Alegre, Antônio Carlos - MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 14, de 30 de abril de 2003.

Art. 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 14, publicado na Seção 1 do DOU de 7 de maio de 2003.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO COUTO SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancela Registro Especial na atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas, prevista na IN RFB/1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 360 e o inciso III do §1º do Art. 299 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria

ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo fiscal nº 10640.002833/2001-12, declara:

Art.1º. Cancelado o Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas sob o nº 06104/034, da empresa. DESTILARIA DOS MENDES LTDA, CNPJ 03.999.286/0001-59, situado na estrada Capão da Cerca, s/nº, Zona Rural, Faz. Chapada Alegre, Antônio Carlos - MG, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 7, de 7 de fevereiro de 2002.

Art. 2º. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7, publicado na Seção 1 do DOU de 13 de fevereiro de 2002.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO COUTO SOBRAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 24, DE 19 DE JULHO DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
SABRINA COSTA DA SILVA	142.826.677-10	10715.720429/2021-57

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 22 DE JULHO DE 2021

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 43, inciso II, § 2º, da IN RFB nº 1.863/2018, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme e no artigo 43, inciso II, § 2º, da IN RFB nº 1.863/2018, em virtude de não ter sido localizada em seu domicílio tributário:

EMPRESA: DOMDOCA ESMALLTERIA EIRELI

CNPJ: 37.407.367/0001-34

PROCESSO: 10715.720517/2021-59

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 97, DE 23 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.492469/2021-81, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para navegação de apoio marítimo CBO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ 08.795.463/0001-07, até 15/04/2025 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Total E&P do Brasil Ltda., CNPJ 02.461.767/0001-43.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 98, DE 24 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.515551/2021-91 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para Pesquisa/Exploração AK OPERAÇÕES DO BRASIL LTDA, CNPJ 08.778.180/0001-49, até 31/12/2022, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 99, DE 24 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.516550/2021-63, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para navegação de apoio marítimo BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ 07.864.634/0001-31 e suas filiais 0002-12, 0003-01, 0004-84, 0006-46 e 0007-27, até 31/12/2040 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Enauta Energia S.A., CNPJ 11.253.257/0001-71.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 100, DE 24 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.519936/2021-27, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ 07.864.634/0001-31 e suas filiais 0002-12, 0003-01, 0004-84, 0006-46 e 0007-27, até 24/03/2040 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Karoon Petróleo e Gás Ltda, CNPJ 09.347.916/0001-97.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art.4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 74, de 21 de agosto de 2020.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 101, DE 25 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.532814/2021-26, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e

de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços OCEANPACT GEOCIÊNCIAS LTDA, CNPJ 16.492.411/0001-81e suas filiais 0002-62, 0003-43, até 05/03/2025 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 102, DE 25 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.536540/2021-44, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária com dispensa do pagamento dos tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para Pesquisa/Exploração, prestação de serviços e navegação de apoio marítimo FUGRO BRASIL SERVIÇOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA, CNPJ 03.595.293/0001-95, até 31/12/2024 , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, CNPJ 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 122, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Distribuidor.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.258/2020-45, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de Distribuidor habilitado a operar com papel imune sob o nº DP-07108/00171, concedido através do ADE nº 0259/2010, de 25/06/2010, publicado no DOU de 01/07/2010, da pessoa jurídica SAMAB - COMPANHIA DE COMÉRCIO DE PAPEL, CNPJ nº 33.220.849/0006-34.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 123, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Importador.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.258/2020-45, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de Importador habilitado a operar com papel imune sob o nº IP-07108/00170, concedido através do ADE nº 0258/2010, de 25/06/2010, publicado no DOU de 01/07/2010, da pessoa jurídica SAMAB - COMPANHIA DE COMÉRCIO DE PAPEL, CNPJ nº 33.220.849/0006-34.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 124, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Gráfica.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.262/2020-11, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de gráfica habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-07108/00079, concedido através do ADE nº 0178/2010, de 25/06/2010, publicado no DOU de 01/07/2010, da pessoa jurídica MASTERGRAPH GRÁFICA, COMUNICAÇÃO E EDITORA CAMPOS NEVES LTDA., CNPJ nº 02.645.164/0001-00.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 125, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Gráfica.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.305/2020-51, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de gráfica habilitada a operar com papel imune sob o nº GP-07102/00094, concedido através do ADE nº 0117/2009, de 14/12/2009, publicado no DOU de 30/12/2009, da pessoa jurídica BLUE PRINT GRÁFICA EDITORA LTDA., CNPJ nº 06.014.938/0001-47.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 126, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Importador.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.305/2020-51, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de importador habilitado a operar com papel imune sob o nº GP-07102/00093, concedido através do ADE nº 0117/2009, de 14/12/2009, publicado no DOU de 30/12/2009, da pessoa jurídica BLUE PRINT GRÁFICA EDITORA LTDA., CNPJ nº 06.014.938/0001-47.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 127, DE 27 DE JULHO DE 2021

Cancelamento de ofício de Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) - na qualidade de Usuário.

A Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Niterói, no uso da competência estabelecida pelo art. 11 da IN RFB nº 1817, de 20/07/2018 (DOU de 24/07/2018) e considerando o despacho decisório emitido no processo administrativo nº 10348-722.305/2020-51, declara:

Art. 1º. Cancelado o registro especial de usuário habilitado a operar com papel imune sob o nº GP-07102/00092, concedido através do ADE nº 0117/2009, de 14/12/2009, publicado no DOU de 30/12/2009, da pessoa jurídica BLUE PRINT GRÁFICA EDITORA LTDA., CNPJ nº 06.014.938/0001-47.

Art. 2º. Fica vedada, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do cancelamento, a concessão de novo Regpi à pessoa jurídica que incorrer na hipótese prevista no inciso IV ou no inciso V do art. 11 da referida IN.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VÂNIA SANT'ANNA SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 232, DE 26 DE JULHO DE 2021

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 13 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.411383/2021-55, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), sob o número de inscrição GP-08111/00141, ao seguinte estabelecimento e atividade específica:

Estabelecimento: 36.164.665/0001-88
Razão Social: INOVAPRINT EDITORA E GRÁFICA LTDA
Endereço: Rua Iporã, 125 - Vila Florindo
CEP: 08574-060 - Itaquaquecetuba - SP
Atividade: Gráfica

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 233, DE 26 DE JULHO DE 2021

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 13 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei

nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.411569/2021-12, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 3 anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), sob o número de inscrição UP-08111/00143, ao seguinte estabelecimento e atividade específica:

Estabelecimento: 36.164.665/0001-88
Razão Social: INOVAPRINT EDITORA E GRÁFICA LTDA
Endereço: Rua Iporã, 125 - Vila Florindo
CEP: 08574-060 - Itaquaquecetuba - SP
Atividade: Usuário

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 234, DE 26 DE JULHO DE 2021

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no DOU de 15/09/2020, e pela Portaria DRF/SOR nº 38, de 07/10/2020, publicada no DOU de 13/10/2020 e tendo em vista o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.325018/2021-29, declara:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	LATICÍNIOS SCHNEIDER LTDA
CNPJ:	69.153.435/0001-72
Processo MAPA:	000014.0577980/2021
Prazo de execução:	01/04/2021 a 29/03/2024

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 235, DE 27 DE JULHO DE 2021

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro 2020, e pela Portaria DRF/SOR n° 38, de 13 de outubro de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 13032.388693/2021-69, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-08107/00171, ao estabelecimento: EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A., CNPJ: 59.963.488/0001-03, AVENIDA: JOÃO BATISTA VETORAZZO Nº 50, DISTRITO INDUSTRIAL - CEP: 15035-470 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP), para a atividade específica de gráfica, assim considerado o estabelecimento impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária.

Art. 2º O REGPI é concedido ao estabelecimento indicado e não à pessoa jurídica e limitada à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º No período de 3 (três) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, o estabelecimento identificado no art. 1º poderá realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos com a imunidade prevista na alínea d do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

Art. 4º A pessoa jurídica detentora do registro deverá observar os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 24 de julho de 2018.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 87, DE 21 DE JULHO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA, CNPJ nº 58.158.395/0001-35, devido ao não auferimento de receita bruta por mais de nove meses consecutivos, nos períodos de julho/2016 a junho/2018 e de dezembro/2018 a dezembro/2019, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso XI, da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000. A exclusão produzirá efeitos a partir de 01/04/2017, nos termos do art. 9º, II da Resolução CGRefis nº 9/2001, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo 10845.727189/2020-55.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

PORTARIA Nº 88, DE 21 DE JULHO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1 ºExcluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica BIRIGUI SERVICE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 52.917.077/0001-24, devido ao não cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso I, c.c. o art. 3º, V, ambos da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000. A exclusão produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte do ato que o excluir do Programa, nos termos do art. 9º, I da Resolução CGRefis nº 9/2001, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo 10820.724875/2021-33.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 28, DE 27 DE JULHO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe são conferidas pelo artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno RFB, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 132.480 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos as POs, Proformas Invoice, especificações e quantidades abaixo indicadas:

PO	Profoma Invoice	Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
306	7653393	7.260	605	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
306	7653393	3.240	540	JD Single Barrel Personal Collection G6	Uísque americano, 47% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
307	7653395	7.920	660	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
307	7653395	2.970	495	JD Single Barrel Personal Collection G6	Uísque americano, 47% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
308	7654098	11.220	1.870	Gentleman Jack SS	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml cada.
309	7654100	11.220	1.870	Gentleman Jack SS	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml cada.
310	7654101	5.610	935	Gentleman Jack SS	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml cada.
310	7654101	6.480	1.080	Jack Daniel´s Single Barrel	Uísque americano, 47% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
311	7654091	33.120	1.380	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 375 ml cada.
312	7654092	20.160	840	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 375 ml cada.
312	7654092	10.080	420	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 200 ml cada.
313	7654095	6.600	1.100	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
314	7654102	6.600	1.100	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 60, DE 26 DE JULHO DE 2021

Inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e nas Portarias SRRF09 nº 839, de 28 de outubro de 2020 e ALF/CTA nº 03, de 12 de fevereiro de 2021, declara:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

CPF	NOME	PROCESSO
091.776.189-80	GUSTAVO CELESTINO WILL	10909.720605/2021-83

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO EUDES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BORJA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 23 DE JULHO DE 2021

Aplica a sanção administrativa de advertência a interveniente em operações de comércio exterior.

O INSPETOR DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BORJA-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 366 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284,de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no inciso I do "caput", alínea "k" e do inciso I do §8º, ambos do Art. 76 da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, combinado com o art. 735, inciso III, alínea "k", do Decreto n° 6.759/2009, de 05 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º Aplicar a sanção administrativa de advertência, prevista no art. 76, inciso I, º, alínea "k", da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, combinado com o art. 735, inciso III, alínea "k", do Decreto n° 6.759/2009, de 05 de fevereiro de 2009, à empresa COOPERCARGA S/A, inscrita no CNPJ sob o n° 81.800.849/0001-41, conforme decisão proferida nos autos do processo administrativo n° 11077.720052/2021-61.

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de publicação.

ALEXANDRE ZORZO RIGHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 27 DE JULHO DE 2021

Declara habilitada ao regime previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, artigos 541 a 552, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 547 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13033.567949/2021-92, declara:

Artigo único. Que a pessoa jurídica Universal Leaf Tabacos Ltda., CNPJ nº 82.638.644/0001-74, faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, à aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem com suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), observadas as disposições contidas nos artigos 541 a 544 e 548 a 552 dessa Instrução Normativa.

EDUARDO GODOY CORREA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 27 DE JULHO DE 2021

Nº 18.940 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FREDERICO SETUBAL CARRAMASCHI, CPF nº 295.514.948-90, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.941 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, torna sem efeito o Ato Declaratório CVM Nº 18.898, de 9 de julho de 2021, publicado na página 26, da seção 1, do DOU de 12 de julho de 2021, que cancelou, por decisão administrativa, a autorização concedida a REFERÊNCIA GESTÃO E RISCO LTDA, CNPJ nº 14.261.603, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.942 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza KARINE VEIGA PEREIRA, CPF nº 146.516.017-58, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 18.943 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza HENRIQUE FELIPE MEURER RENNER, CPF nº 025.902.080-06, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 484, DE 23 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006802/2020-21, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano de Benefícios de Contribuição Definida Citibank , sob o CNPB nº 2021.0017-92 , administrado pela Citiprevi Entidade Fechada de Previdência Complementar , e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade comunique o início de funcionamento do Plano à Previc.

Art. 2º Aprovar os Convênios de Adesão das empresas Citibank, N.A., CNPJ nº 33.042.953/0001-71, Banco Citibank S.A, CNPJ nº 33.479.023/0001-80, CITI Brasil Comércio e Participações Ltda, CNPJ nº 10.626.048/0001-63, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, CNPJ nº 33.868.597/0001-40 e Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A, CNPJ nº 33.709.114/0001-64.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 485, DE 23 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002926/2021-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios CEMAT - OP, CNPB nº 1998.0067-19, administrado pela EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 493, DE 26 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002934/2021-65, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Sergipe CD, CNPB nº 2008.0044-65, administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR SUSEP Nº 637, DE 27 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre os seguros do grupo responsabilidades.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alínea "b", do Decreto-lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e no artigo 34, inciso II, do Regulamento anexo ao Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, bem como o que consta no Processo Susep nº 15414.613805/2020-85, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os seguros do grupo de responsabilidades.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins desta Circular, são adotadas as seguintes definições:

I - seguro de responsabilidade civil à base de ocorrências (occurrence basis): tipo de contratação em que a indenização a terceiros, pelo segurado, obedece aos seguintes requisitos:

a) os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice; e

b) o segurado apresente o pedido de indenização à seguradora durante a vigência da apólice ou nos prazos prescricionais em vigor;

II - seguro de responsabilidade civil à base de reclamações (claims made basis): tipo de contratação em que a indenização a terceiros, pelo segurado, obedece aos seguintes requisitos:

a) os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; e

b) o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido no contrato de seguro;

III - seguro de responsabilidade civil à base de reclamações (claims made basis) com notificações: tipo de contratação em que a indenização a terceiros obedece aos seguintes requisitos:

a) os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; ou

b) o segurado tenha notificado fatos ou circunstâncias ocorridas durante a vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; e

c) na hipótese "a", o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido na apólice; ou

d) na hipótese "b", o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais legais.

IV - seguro de responsabilidade civil à base de reclamações (claims made basis) com primeira manifestação ou descoberta: tipo de contratação em que a indenização a terceiros obedece aos seguintes requisitos:

a) os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; e

b) o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido na apólice; ou

c) o segurado apresente o aviso à sociedade seguradora do sinistro por ele descoberto ou manifestado pela primeira vez durante a vigência da apólice, ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido na apólice.

V - custos de defesa: compreendem as custas judiciais ou de outros meios de solução de conflitos, os honorários advocatícios e periciais, assim como as despesas necessárias para apresentar a defesa e/ou os recursos do segurado, relativos a reclamações em seguros de responsabilidade civil, conforme o contrato de seguro;

VI - data limite de retroatividade ou data retroativa de cobertura: data igual ou anterior ao início da vigência da apólice à base de reclamações, a ser pactuada pelas partes por ocasião da contratação inicial ou da renovação do seguro, e que marca o início do período de retroatividade da cobertura;

VII - limite máximo de garantia (LMG): limite máximo de responsabilidade da sociedade seguradora aplicado ao conjunto das coberturas do contrato de seguro;

VIII - limite máximo de indenização por cobertura contratada (LMI): limite máximo de responsabilidade da sociedade seguradora, por cobertura, relativo a reclamação ou série de reclamações de sinistros, decorrentes do mesmo risco garantido pelo contrato de seguro;

IX - limite agregado (LA): valor total máximo indenizável, por cobertura, considerada a soma de todas as indenizações e demais gastos ou despesas relacionados aos sinistros indenizados durante a vigência da apólice;

X - notificação: ato por meio do qual o tomador ou o segurado comunicam à sociedade seguradora, nos seguros à base de reclamações com notificações, exclusivamente durante a vigência da apólice, fatos ou circunstâncias, potencialmente danosos, ocorridos entre a data limite de retroatividade e o término de vigência da apólice, os quais poderão levar a uma reclamação no futuro;

XI - período de retroatividade: intervalo de tempo entre a data limite de retroatividade e a data de início de vigência de um seguro à base de reclamações;

XII - prazo adicional: prazo extraordinário em que estarão cobertas as reclamações apresentadas ao segurado, por terceiros, contratado junto à sociedade seguradora, com ou sem cobrança de prêmio, conforme estabelecido no contrato de seguro;

XIII - reclamação: manifestação de terceiro, pedindo indenização ao segurado, alegando sua responsabilidade civil por ato possivelmente danoso;

XIV - tomador do seguro de responsabilidade civil: é a pessoa física ou jurídica que contrata o seguro em benefício dos segurados e que se responsabiliza, junto à sociedade seguradora, a atuar em nome destes com relação às condições contratuais do seguro, inclusive no pagamento dos prêmios, comunicação sinistros e de suas expectativas.

§ 1º A sociedade seguradora deve incluir, nos seus planos de seguro de responsabilidade civil registrados junto à Susep, glossário com todas as palavras ou expressões neles empregadas, que demandem interpretação técnica ou jurídica.

§ 2 º Devem constar dos contratos de seguro apenas as palavras e expressões efetivamente utilizadas em seu conteúdo.

§ 3º Admite-se o uso de definições equivalentes às mencionadas nos incisos do caput.

CAPÍTULO II

ASPECTOS GERAIS

Art. 3º No seguro de responsabilidade civil, a sociedade seguradora garante o interesse do segurado, quando este for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

§ 1º A forma de garantir o interesse do segurado a que se refere o caput deve estar claramente expressa nas condições contratuais dos seguros de responsabilidade civil, seja por indenização direta ao segurado ou outra forma definida entre as partes.

§ 2º A sociedade seguradora poderá incluir, entre as hipóteses a que se refere o caput, a decisão administrativa do Poder Público que obrigue os segurados a indenizar os terceiros prejudicados.

§ 3º A sociedade seguradora poderá oferecer outras coberturas, além daquela descrita no caput, inclusive para os custos de defesa dos segurados, e a cobertura de multas e penalidades impostas aos segurados.

§ 4º Se a contratação de uma cobertura, por razões técnicas, exigir a contratação prévia de outra cobertura, deve haver menção detalhada sobre este fato na proposta, nas condições contratuais, na nota técnica atuarial, e em quaisquer peças publicitárias ou manuais que tratem do assunto.

§ 5º A garantia está condicionada a que tenham sido atendidas as disposições do contrato de seguro, em particular as datas de ocorrência dos danos, de apresentação das reclamações pelos terceiros, de apresentação das notificações pelo segurado ou do aviso de sinistro pelo segurado, conforme o tipo de contrato.

§ 6º O seguro de responsabilidade civil cobre, também, as despesas emergenciais efetuadas pelo segurado ao tentar evitar e/ou minorar os danos causados a terceiros, atendidas as disposições do contrato, até o seu LMG, independentemente da contratação de cobertura específica para tais situações.

Art. 4º Os seguros de responsabilidade civil são classificados, conforme a natureza dos riscos a serem cobertos, nos seguintes ramos:

I - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada ao exercício, pelo segurado, de cargos de direção ou administração em empresas são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores de Empresas (RC D&O);

II - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada à prestação de serviços profissionais, objeto da atividade do segurado, são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Profissional (RC Profissional);

III - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada aos danos ambientais são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Riscos Ambientais (RC Riscos Ambientais);

IV - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada a incidentes cibernéticos (danos aos equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, às suas informações ou à sua segurança) são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Compreensivo Riscos Cibernéticos (RC Riscos Cibernéticos); e

V - riscos decorrentes da responsabilização civil, que não possuam ramo específico, são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RC Geral).

Art. 5º O seguro de responsabilidade civil pode ser contratado à base de reclamações, à base de reclamações com notificações, à base de reclamações com primeira manifestação ou descoberta ou à base de ocorrências.

Parágrafo único. As condições contratuais deverão conter descrição detalhada do modelo adotado, entre as opções do caput, especificando claramente seus elementos característicos e seu funcionamento.

Art. 6º No seguro de responsabilidade civil, não podem ser excluídos da garantia os danos atribuídos ao segurado causados por:

I - atos ilícitos culposos ou dolosos praticados por seus empregados ou pessoas a estes assemelhados;

II - atos ilícitos culposos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante legal de um ou de outro, se o segurado for pessoa física; ou

III - atos ilícitos culposos praticados pelos sócios controladores, dirigentes, administradores legais, beneficiários, subcontratados e respectivos representantes legais, se o segurado for pessoa jurídica.

Art. 7º Nos seguros de responsabilidade civil, a garantia prevalece até o LMG, podendo ser estipulado, para cada cobertura, um LMI aplicável coletivamente a todos os segurados, e um LA.

Parágrafo único. Quando estipulados o LMI ou o LA, as condições contratuais devem estabelecer que:

I - em coberturas distintas, o LMI e o LA de cada cobertura são independentes, não se somam nem se comunicam com os das demais;

II - não há reintegração do LMI das coberturas contratadas, sendo possível o aumento deste, mediante acordo entre as partes; e

III - a cobertura será extinta se o pagamento de indenizações, vinculadas à mesma, esgotar o respectivo LA.

Art. 8º São vedadas referências a qualquer tipo de legislação estrangeira, quando o âmbito geográfico do seguro de responsabilidade civil for o território nacional.

Parágrafo único. É permitido o uso de expressões estrangeiras nos seguros de Responsabilidade Civil, desde que a definição conste do glossário do seguro.

Art. 9º Nas condições contratuais dos seguros de responsabilidade civil, deve haver expressa menção sobre:

I - a personalidade jurídica dos contratantes (pessoas físicas ou jurídicas);

II - a possibilidade de livre escolha ou da utilização de profissionais referenciados, pelos segurados, no caso de ser comercializada cobertura para os custos de defesa; e

III - o direito de ressarcimento da sociedade seguradora por valores adiantados ao segurado ou ao tomador, nos casos de comercializada cobertura para os custos de defesa, quando os danos causados a terceiros tenham decorrido de atos ilícitos dolosos.

CAPÍTULO III

ASPECTOS ESPECÍFICOS

Seção I

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (RC D&O)

Art. 10. Para fins desta Circular, consideram-se as seguintes definições nos seguros de RC D&O:

I - segurado: são as pessoas físicas que contratam, ou em benefício das quais uma pessoa jurídica contrata o seguro, as quais, durante o período de vigência do seguro, ou do período de retroatividade, nela, em suas subsidiárias ou em suas coligadas, ocupem, passem a ocupar ou tenham ocupado:

a) cargo de Diretor, Administrador, Conselheiro ou qualquer outro cargo executivo, para os quais tenham sido eleitas e/ou nomeadas, condicionado a que, se legalmente exigido, a eleição e/ou nomeação tenham sido ratificadas por órgãos competentes; ou

b) cargo de gestão, no qual tenham sido investidas, em relação aos atos e decisões praticados no exercício de suas funções;

II - segurado (por extensão da cobertura): são pessoas físicas ou jurídicas que passam à condição de segurados em razão de ter sido contratada extensão de cobertura específica do seguro para as mesmas;

III - subsidiária: sociedade controlada, direta ou indiretamente, por outra sociedade, sendo que o controle deve estar estabelecido antes ou no início da vigência da apólice; e

IV - coligada: sociedade na qual a investidora tenha influência significativa, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. No seguro de RC D&O, a sociedade seguradora deve garantir o interesse do segurado que for responsabilizado por danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados no exercício das funções para as quais tenha sido nomeado, eleito ou contratado, e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

§ 1º A garantia não cobre os danos causados a terceiros, pelos quais a sociedade tenha sido responsabilizada, exceto se contratada cobertura adicional específica.

§ 2º As sociedades seguradoras não podem atuar concomitantemente como tomador e segurador em seguro de RC D&O que garanta seus próprios executivos, de suas subsidiárias ou de suas coligadas.

Art. 12. Além de outras exclusões previstas em lei, o seguro de RC D&O não cobre os riscos de responsabilização civil dos segurados em decorrência de danos causados a terceiros, quando fora do exercício de seus cargos no tomador, em suas subsidiárias ou em suas coligadas.

Parágrafo único. Devem ser enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Geral, os seguros destinados a garantir apenas o interesse específico das pessoas jurídicas responsabilizadas pelos danos causados a terceiros, em consequência de atos ilícitos culposos praticados por pessoa física, que exerça ou tenha exercido cargos executivos de administração ou de gestão.

Art. 13. As sociedades seguradoras podem oferecer outras coberturas, além daquela descrita no art. 11, inclusive as que estendam a condição de segurado a outras pessoas, tais como:

I - as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam, passem a exercer ou tenham exercido funções executivas, cargos de administração ou de gestão no tomador, em suas subsidiárias ou coligadas;

II - as pessoas físicas ou jurídicas que assessorem, tenham assessorado ou venham a assessorar segurados, prestando serviços profissionais;

III - a pessoa jurídica que realize adiantamento de valores, ou assuma o compromisso de indenizar pessoas que exerçam funções executivas ou cargos de administração, conforme definido em instrumento próprio;

IV - o tomador, garantindo a sociedade por atos ilícitos culposos praticados pelo segurado; e

V - os familiares ou as pessoas relacionadas legalmente com os segurados, tais como herdeiros, representantes legais, espólio de segurado, cônjuges ou companheiros.

Seção II

Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RC Geral)

Art. 14. O seguro de RC Geral constitui um ramo específico que cobre os riscos de responsabilização civil por danos causados a terceiros, abrangendo, como segurados:

I - as pessoas jurídicas, por força dos produtos ou serviços a elas vinculados;

II - as pessoas físicas; e

III - outros tipos de sociedades em comum.

Art. 15. No seguro de RC Geral, a sociedade seguradora deve garantir o interesse do segurado que for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

CAPÍTULO IV

SEGUROS DE RESPONSABILIDADE CIVIL À BASE DE RECLAMAÇÕES

Art. 16. Os seguros de responsabilidade civil à base de reclamações destinam-se àqueles sujeitos a risco de latência prolongada ou a sinistros com manifestação tardia.

Art. 17. As apólices dos seguros à base de reclamações devem indicar, expressamente, em destaque, além de sua vigência, o período ou data limite de retroatividade da apólice, ou de cada cobertura, quando couber, sem prejuízo de outras informações exigidas pelas normas em vigor.

Art. 18. As condições contratuais devem conter cláusula de garantia estabelecendo que, em um seguro à base de reclamações, são condições necessárias para que o segurado possa pleitear a indenização, sem prejuízo das demais disposições do contrato:

I - que o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante o período de vigência da apólice ou durante o prazo adicional, quando cabível; e

II - que as reclamações estejam vinculadas a danos ou fatos geradores ocorridos durante a vigência da apólice ou durante o período de retroatividade.

Art. 19. As condições contratuais devem conter cláusula de prazo adicional, à qual se aplicará, no mínimo, nas seguintes hipóteses:

I - se a seguro não for renovado;

II - se o seguro à base de reclamações for transferido para outra sociedade seguradora que não admita, integralmente, o período de retroatividade da apólice precedente;

III - se o seguro, ao final de sua vigência, for transformado em um seguro à base de ocorrência na mesma sociedade seguradora ou em outra; ou

IV - se o seguro for extinto, desde que a extinção não tenha ocorrido por determinação legal, por falta de pagamento do prêmio ou por esgotamento do limite máximo de garantia do contrato com o pagamento das indenizações.

§ 1º As condições contratuais podem prever a extensão do prazo adicional de que trata o caput.

§ 2º Deve ainda estar claramente expresso nas condições contratuais:

I - que o prazo adicional não se aplica àquelas coberturas cujo pagamento de indenizações tenha esgotado o respectivo limite agregado ou limite máximo de garantia do contrato de seguro;

II - que o prazo adicional também se aplica às coberturas previamente contratadas e que não foram incluídas na renovação do seguro, desde que estas não tenham sido extintas por determinação legal ou por falta de pagamento do prêmio;

III - o prazo adicional pactuado;

IV - a data limite fixada para o segurado exercer o direito de extensão de prazo adicional e a data limite para efetuar, na hipótese de cobrança de prêmio adicional, o respectivo pagamento;

V- os prêmios adicionais correspondentes, quando cobrados; e

VI - a informação de que a contratação do prazo adicional não acarreta, em hipótese alguma, a ampliação do período de vigência do contrato de seguro.

Art. 20. O seguro de responsabilidade civil deve conter cláusula de transformação do seguro apenas se o segurado contratar, junto à sociedade seguradora, a possibilidade de transformação do seguro à base de reclamações para seguro à base de ocorrências, durante a vigência da primeira.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a vigência da apólice à base de ocorrência deve compreender a vigência e o período de retroatividade da apólice à base de reclamações.

§ 2º Caso o segurado contrate a possibilidade de transformação do seguro a que se refere o caput, as condições contratuais devem prever expressamente:

I - o prêmio adicional correspondente, quando cobrado;

II - a data limite para o segurado exercer o direito de transformação, bem como a data limite para efetuar o pagamento do prêmio correspondente, se for o caso; e

III - a informação de que a opção do segurado será efetuada mediante endosso ao contrato de seguro em vigor.

§ 3º O plano de seguro registrado junto à Susep deverá conter a cláusula a que se refere o caput, caso a sociedade seguradora decida comercializá-la.

Art. 21. A cláusula de aumento do limite máximo de indenização, caso aceito pela sociedade seguradora, deve ser expressa em relação às coberturas que alcança e ao critério temporal.

§ 1º Em relação ao critério temporal, deve constar claramente se estarão garantidos os danos ocorridos durante o período de retroatividade ou da vigência da apólice, ou se estarão restritos aos danos que venham a ocorrer a partir de sua implementação.

§ 2º Podem constar nas condições contratuais outros critérios, além dos previstos no caput, mediante acordo entre as partes.

Art. 22. Na hipótese de renovações sucessivas com uma mesma sociedade seguradora, é obrigatória a concessão do período de retroatividade correspondente à vigência da apólice imediatamente anterior.

Parágrafo único. Fica facultada, mediante acordo entre as partes, a fixação de período anterior àquele previsto no caput.

Art. 23. Na hipótese de transferência do seguro à base de reclamações para outra sociedade seguradora, haverá assunção dos riscos compreendidos no seguro precedente, mediante acordo entre as partes.

§ 1º Uma vez fixada data limite de retroatividade igual ou anterior à do seguro precedente, a sociedade seguradora que transferiu o risco ficará isenta da obrigatoriedade de conceder prazo adicional.

§ 2º Caso a data limite de retroatividade fixada no novo seguro seja posterior à data limite de retroatividade do seguro precedente, o segurado terá direito à concessão de prazo adicional pela sociedade seguradora que transferiu o risco.

§ 3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, a aplicação do prazo adicional ficará restrita às reclamações de terceiros relativas aos danos ou fatos geradores ocorridos no período entre a data limite de retroatividade precedente e a nova data limite de retroatividade.

Art. 24. Os seguros à base de reclamações com notificações devem apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I - que tais seguros cobrem, inclusive, reclamações futuras de terceiros prejudicados, relativas a fatos ou circunstâncias ocorridos entre a data limite de retroatividade e o término de vigência da apólice, desde que tenham sido notificados pelo segurado, durante a vigência da apólice;

II - que a entrega de notificação à sociedade seguradora, dentro do período de vigência da apólice, garante que as condições desta serão aplicadas às reclamações futuras de terceiros, vinculadas ao fato ou à circunstância notificados pelo segurado;

III - que mesmo quando contratada, a cláusula de notificações somente produzirá efeitos se o segurado tiver apresentado, durante a vigência da apólice, a notificação relacionada ao fato, ou à circunstância que gerou a reclamação efetuada pelo terceiro prejudicado; e

IV - as notificações devem ser apresentadas tão logo o segurado tome conhecimento de fatos ou circunstâncias relevantes, potencialmente danosos, que possam acarretar uma reclamação futura por parte de terceiros, nelas indicando, da forma mais completa possível, informações do evento ocorrido, do terceiro atingido, da natureza dos danos ou lesões corporais, e suas possíveis consequências.

Art. 25. Os seguros à base de reclamações com primeira manifestação ou descoberta devem apresentar, no mínimo, as seguintes informações adicionais:

I - tais seguros cobrem, inclusive, sinistro avisado pelo segurado à sociedade seguradora e por ele descoberto ou que tenha se manifestado pela primeira vez durante a vigência da apólice ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido no contrato de seguro;

II - a garantia não alcança os sinistros ocorridos em data anterior à data limite de retroatividade prevista no contrato de seguro;

III - o aviso de sinistro deve ser apresentado à sociedade seguradora tão logo o segurado descubra o sinistro ou quando ele se manifestar pela primeira vez, indicando, da forma mais completa possível, as características do evento ocorrido, a natureza dos danos ou das lesões corporais, entre outras informações que identifiquem a ocorrência;

IV - o aviso de sinistro de que trata o inciso I, caso seja apresentado durante o prazo adicional, terá como base a presunção de que o evento ocorreu no último dia de vigência da apólice.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Os planos de seguros de responsabilidade civil registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 27. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 336, de 22 de janeiro de 2007;

II - a Circular Susep nº 348, de 1º de agosto de 2007;

III - a Circular Susep nº 437, de 14 de junho de 2012;

IV - a Circular Susep nº 476, de 16 de setembro de 2013; e

V - a Circular Susep nº 553, de 23 de maio de 2017.

Art. 28. Esta Circular entra em vigor em 1º setembro de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 588, DE 26 DE JULHO DE 2021

Suspensão dos incentivos fiscais concedidos à empresa CALLIDUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PLACAS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA LTDA. pela inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia no ano 2016.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.607600/2017-47, os termos da Nota Técnica nº 161/2021 - COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa CALLIDUS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS DE PLACAS E COMPONENTES DE INFORMATICA LTDA., produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano 2016; e

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24, § 1º da Resolução nº 71, de 6 de maio 2016, sem que a empresa se pronunciasse sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 2º do art. 33 do Decreto n° 6.008, de 2006, disciplinado pelo § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos às linhas dos produtos de informática, abaixo listados, da empresa CALLIDUS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PLACAS E COMPONENTES DE INFORMÁTICA LTDA., beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deixou de realizar investimentos em P&D conforme dispõe o art. 5º do Decreto n° 6.008, de 2006.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO /CÓDIGO SUFRAMA	DOCUMENTO APROBATÓRIO
PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO (DE USO EM INFORMÁTICA) /0361	Portaria nº 486 de 14/10/2016

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS, com ressarcimento previsto no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 2006, relativo aos tributos do período de inadimplemento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN

BANCO DO BRASIL S/A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

BB CORRETORA DE SEGUROS ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/A

CNPJ/MF: 27.833.136/0001-39
NIRE: 5330000467-6 2021/13

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

Em trinta de abril de dois mil e vinte e um, às 19 horas, na sede da Companhia, sob a presidência do Diretor-Presidente, Sr. Leonardo Ambrosio Gosling, realizou-se reunião virtual da Diretoria da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ("BB Corretora" ou "Companhia"), participando o Diretor Vice-Presidente, Sr. Charlles Willian Lopes Ferreira e o Diretor-Gerente, Sr. Daniel Kegler. A Diretoria analisou os assuntos a seguir, sobre os quais assim se manifestou: - DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO - Em atendimento ao disposto no art. 14 do Estatuto Social da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A., a Diretoria designa como Responsável Técnico para representar a Companhia relativamente aos atos de corretagem, dentre outras atribuições constantes nos normativos e legislação aplicáveis, o Diretor Presidente. DIRETOR-PRESIDENTE: LEONARDO AMBROSIO GOSLING, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade 10948690, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, inscrito no CPF sob o nº 014.365.016-52. Endereço: SQSW 301, bloco F, apartamento 205, Sudoeste, Brasília (DF), CEP: 70.673-106. O Sr. Leonardo se absteve de manifestação no assunto. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Diretor-Presidente deu por encerrada a reunião virtual, da qual eu, (André Francisco Ferreira Adnet), secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Srs. membros da Diretoria. Ass.) Leonardo Ambrosio Gosling, Diretor-Presidente, Charlles Willian Lopes Ferreira, Diretor Vice-Presidente e Daniel Kegler, Diretor Gerente. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 55 FOLHA 14. Leonardo Ambrosio Gosling - Diretor-Presidente. André Francisco Ferreira Adnet - Secretário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 14.06.2021 sob o nº 1697366 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S/A

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2021

(Subsidiária integral da BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.)

I. DATA, HORA, LOCAL: Em 06 de julho de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A. ("BB Seguros" ou "Companhia") (CNPJ 11.159.426/0001-09; NIRE: 5330001069-2), na sede social da Empresa, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Ed. Banco do Brasil - Brasília (DF). A reunião foi realizada virtualmente. II. PRESENÇA: BB Seguridade Participações S.A., única acionista, representada por seu Diretor, Sr. Pedro Bramont, observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. Para atender o disposto no artigo 164 da Lei nº 6.404/76, a Sra. Lucinéia Possar, Presidente do Conselho Fiscal da BB Seguros Participações S.A., esteve à disposição para responder a pedidos de informações formulados pelo acionista. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Rafael Augusto Sperendio, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A. que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. André Francisco Ferreira Adnet para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a eleição do Diretor-Presidente em complementação ao mandato 2021/2023. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista elegeu o Sr. Ullisses Christian Silva Assis para o cargo de Diretor-Presidente, em complementação ao mandato 2021/2023, em razão da renúncia do Sr. Márcio Hamilton Ferreira: ULLISSES CHRISTIAN SILVA ASSIS, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 4.230.875, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 821.549.101-49, com endereço no Superquadra Norte 211, Bloco E, Apto 616, Asa Norte, Brasília (DF), CEP 70.863-050. Prazo de mandato: 07.2021 a 04.2023. Esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias e que não cabe fixar remuneração aos membros da Diretoria Colegiada da BB Seguros, uma vez que estes já são remunerados por suas funções no Controlador, conforme definido na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A., da qual eu, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 06 de julho de 2021. Ass.) Rafael Augusto Sperendio, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A., Presidente da Assembleia, e Pedro Bramont, Representante da Acionista. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE N° 5 FOLHAS 7 A 8. Rafael Augusto Sperendio - Presidente da Assembleia. André Francisco Ferreira Adnet - Secretário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 22.07.2021 sob o nº 1711657 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DECISÃO DE 26 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 23000.012101/2015-13
Interessado: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
Assunto: APLICAÇÃO DE PENALIDADE EXECUÇÃO DO FIES

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições previstas no Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, acolhendo integralmente a Nota Técnica nº 329/2021/CGPES/DIPPES/SESU/SESU inclusive como motivação, nos termos do art. 50, inciso II e § 1º, da Lei nº 9.784, de 1996, e com fundamento na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), nos termos do art. 3º e art. 4º, §5º, incisos I, II e III, torna pública a aplicação de penalidade ao Centro Universitário Una com código e-MEC 344, mantido por Brasil Educação S/A, código e-MEC 3052, inscrita no CNPJ sob o nº 05.648.257/0001-78 por comprovada irregularidade na execução do Fies, com:

a) a aplicação da penalidade prevista no art. 4º, §5º, inciso II da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, ao Centro Universitário Una, com código e-MEC 344, mantido por Brasil Educação S/A, código e-MEC 3052, inscrita no CNPJ sob o nº 05.648.257/0001-78, determinando o ressarcimento ao Fies dos encargos educacionais indevidamente cobrados dos estudantes contidos da relação 0074684, os quais financiaram, por meio do Fies, a prática de horas de voo, devendo ser a presente determinação executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), agente financeiro à época dos fatos, conforme previsto no Art. 30, §§ 4º e 4º A, incisos I e II, da Portaria Normativa MEC nº 1, de 22 de janeiro de 2010, modificada pela Portaria Normativa nº 10, de 31 de julho de 2015.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

PORTARIA Nº 175, DE 27 DE JULHO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPar, nomeado pela Portaria nº 2.120, de 10 de dezembro de 2019, do Ministério da Educação - MEC, no uso de suas atribuições legais, e considerando o processo eletrônico nº 23855.001496/2021-68, o Edital nº 03, de 1º de junho de 2021, e, ainda, as Leis nº 8745/93; 9849/99 e 10667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar Nível I, TI-40, com lotação no Curso de Engenharia de Pesca, do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, da forma como se segue:

Ordem	Nome	Resultado
1º lugar	Alex Souza Lira	Habilitado/Classificado
2º lugar	Priscila Costa Rezende	Habilitada
3º lugar	Thais Daniele Santos Araújo	Habilitada
4º lugar	Jonatas da Silva Castro	Habilitado
5º lugar	Francisco Edmar Moreira de Lima Neto	Habilitado
6º lugar	João Marcos Antônio Rodrigues da Costa	Não Habilitado
7º lugar	Fabiana da Silva Pessoa	Não Habilitada
8º lugar	Nilmara Rodrigues Machado	Não Habilitada

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

PORTARIA Nº 1.473, DE 27 DE JULHO DE 2021

O Reitor em exercício da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, resolve:

Art. 1º - DELEGAR COMPETÊNCIA ao Diretor do Campus de Itabira para autorizar, emitir e assinar portarias para os servidores conduzirem veículos oficiais de transporte individual de passageiros pertencentes à UNIFEI.

Art. 2º - A presente delegação é extensiva aos substitutos legais.

Art. 3º - Todas as práticas delegadas deverão ser exercidas em estrita consonância com a legislação federal, normas e instruções dos órgãos competentes e normativos internos da Universidade Federal de Itajubá.

Art. 4º - A presente delegação implica submeter-se às competências dos Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração Pública.

Art. 5º - A autoridade delegada responde perante o Tribunal de Contas da União e aos Órgãos de Controle e Fiscalização, pelas práticas de atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, em desacordo com os preceitos das leis e normativos internos de órgãos superiores ou a qual esteja vinculado, aplicáveis à matéria.

Art. 6º - As competências ora estabelecidas, a qualquer tempo, poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme o interesse, conveniência e atendimento às prerrogativas legais da Administração Pública.

Art. 7º - A delegação de competência não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO CARLOS ANCELOTTI JUNIOR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.161, DE 27 DE JULHO DE 2021

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 008, de 16/03/2021, publicado no D.O.U. em 17/03/2021, retificado no D.O.U em 22/03/2021, 24/03/2021, 09/04/2021, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Lista*	Candidato	Classificação
ICET	Engenharia Sanitária VII	Auxiliar, Nível 1, 40 h	AC	MATHEUS DA SILVA FERREIRA	1º
				HIGOR EISTEN FRANCISCONI LORIN	2º
				MAURO DA SILVA ALVES	3º
				SORAIA PAGANINI	4º

*AC: Ampla Concorrência *PCD: Pessoa Com Deficiência

Art. 2º. ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da Instituição e mediante iniciativa da Unidade Acadêmica.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA CSHNB/UFPI Nº 56, DE 26 DE JULHO DE 2021

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo para Professor Substituto na área de Administração

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo N° 23111.002100/2021-08., o Edital n° 05/2021, publicado no Diário Oficial da União n° 60, Seção 3, páginas79 a 84, de 30 de Março de 2021, Edital 08/2021 de retificação, publicado no Diário Oficial da União nº 71, Seção 3, p. 97 de 16 de Abril de 2021 e o Edital 11/2021 publicado no Diário Oficial da União n° 122, Seção 3, página 107, de 01 de Julho de 2021, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral-40h, com lotação na Coordenação do Curso de Administração do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos-PI, da forma como segue:

Área de Administração - habilitar os candidatos: CIBELLI DE SÁ PINHEIRO NOBRE (1º lugar); RENAN GOMES DE MOURA (2º lugar); JOSE EDEMIR DA SILVA ANJO (3º lugar); ROGÉRIO PALES QUARESMA (4º lugar); PEDRO ALEXANDRE CABRAL DEOLIVEIRA (5º lugar); JOSÉ AGNAYO BORGES VERA (6º lugar); POLIANA MORAES FERREIRA DE OLIVEIRA (7º lugar); RAFAELA SOUSA DE OLIVEIRA (8º lugar); ALACIR CÂMARA FERREIRA (9º lugar), e classificar para contratação o primeiro, segundo, terceiro e quarto colocados.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 5.541, DE 21 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.023861/2021-33, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 01) do operador Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A., CNPJ nº 33.919.741/0001-20, responsável pela operação do Aeroporto Orlando Bezerra de Menezes (SBJU), em Juazeiro do Norte/CE (código CIAD: CE0002), nos termos do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda 02, e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão E (IS nº 107-001E), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-1

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.679/SIA, de 2 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 8 de julho de 2020, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 5.566, DE 26 DE JULHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso V da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.025858/2021-65, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Gian Carlo Nercolini, CRM/SC 3977, MC 243, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Jornalista Manoel Menezes, 115, sl. 305, Itacorubi, Florianópolis (SC), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 5.567, DE 26 DE JULHO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso V da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.066754/2018-13, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, a médica Dra. Patrícia de Freitas Dotto, CRM/SC 30771, MC 217, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua João Pessoa, 1236, Santo Antônio, Joinville (SC), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Fica revogada a Portaria nº 5106, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2021, Seção 1, página 113.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 189, DE 27 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011293/2021-87 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Informar à SUPERINTENDÊNCIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (SUPRG) não serem necessárias novas autorizações desta Agência voltadas à realização de operações eventuais de embarque ou desembarque de equipamentos de grande porte destinados a ESTALEIROS DO BRASIL LTDA - EBR, cuja finalidade se relacione com o objeto do Contrato de Cessão de Uso Onerosa 1012/2019 - SUPRG, desde que cercadas de todas as medidas de segurança aplicáveis.

Art. 2º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 192, DE 27 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004603/2021-15 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 10/2020-Antaq, relativa ao certame licitatório do arrendamento do terminal portuário destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, localizado no Porto Organizado de Santos/SP, denominado área STS11.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura para realização dos ajustes necessários nos estudos e nas minutas de Edital e de Contrato de Arrendamento, mediante os resultados obtidos das análises das contribuições recebidas, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Encaminhar os presentes autos à Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários - CPLA para consolidação dos documentos pertinentes e adoção das providências subsequentes.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 47, DE 18 DE JUNHO DE 2021

Processo nº 50300.012430/2020-10. Fiscalizada: NAVEMAR TRANSPORTES E COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA., CNPJ nº 14.386.593/0001-80. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno DECIDO por conhecer a Defesa (SEI 1250924) interposta, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, julgando subsistente o Auto de Infração nº 004728-7 (SEI 1227855) e, por consequência, aplicando a penalidade de advertência à empresa pela prática da infração prevista no artigo 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

DESPACHO Nº 79, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 50300.003554/2018-90. Fiscalizado: LA BULL SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 06.985.236/0001-00. Objeto e Fundamento legal, julgo pela subsistência do Auto de Infração nº 3239-5 (SEI nº 0510318), em que restou configurada a autoria e materialidade das infrações tipificadas no art. 26, inciso II, e no art. 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, decidindo assim, pela aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 26.950,00 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta reais).

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 244, DE 23 DE JULHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEM - 046, de 13 de julho de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.020125/2020-45, delibera:

Art. 1º Detalhar os descumprimentos legais e contratuais no âmbito da exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Centro-Leste, concedida à concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S/A - FCA, e fixar-lhe prazos para a correção.

Art. 2º As medidas corretivas e respectivos prazos para saneamento dos descumprimentos legais e contratuais constam do Anexo I.

Art. 3º O acompanhamento dos prazos se dará nos termos definidos pela Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER, e observará:

I - comprovada a execução de todas as medidas corretivas nos prazos e na forma a ser estabelecida pela Diretoria da ANTT, a Agência atestará o seu cumprimento, providenciando, de ofício, o arquivamento do Processo nº 50500.020125/2020-45;

II - comprovado o não cumprimento pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S/A - FCA das obrigações estabelecidas nesta Deliberação, bem como a continuidade, a ampliação ou a ocorrência de novos descumprimentos, a ANTT adotará as providências necessárias à instauração do processo administrativo de que trata o § 2º, art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

III - para todos os casos, a Concessionária deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido para as correções, documentação comprobatória de execução da medida saneadora estabelecida; e

IV - os prazos de que trata esta Deliberação contam-se em meses, a partir de sua publicação.

Art. 4º A devolução dos trechos constantes do Anexo II deverá ser considerada no processo de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO I

Tabela 1: Medidas corretivas e prazos para saneamento

Item	Item/Trecho	Obrigação	Prazo
1	Todos os trechos/Irregularidades	Apresentar plano de trabalho detalhado de todas as obrigações.	3 meses
2	Trecho Três Rios - Sapucaia	Reestruturação para a operação de trem turístico com capacidade máxima de 18 toneladas por eixo e velocidade máxima autorizada de 20 km/h, conforme parâmetros de via permanente estabelecidos na NBR 16.387/2020.	18 meses
3	Irregularidades na Via Permanente	Correção das seguintes irregularidades: Trecho São Félix - Monte Azul: PNSS (kms 244 e 244+400); Ponte sem espaçador (kms 301, 310 e 319); e Deslocamento de blocos de rocha do maciço rochoso (kms 786 a 795). Trecho São Francisco - Petrolina: Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilho (kms 357, 357,7, 371,8, 449 e 550); e Roçada e capina (km 439 a 568).	3 meses
4	Irregularidades na Via Permanente	Correção das irregularidades indicadas na **Tabela 2** abaixo.	9 meses
5	Irregularidades na Via Permanente	Correção das juntas no trecho S. Francisco - Bonfim -Campo Formoso.	18 meses
6	Irregularidades em Edificações (NBPs 451176, 451167, 451170, 451172, 451173, 451181, 450699, 450684, 450686, 450688, 450708, 2201477 e 2200781)	Protocolar pedido de devolução dos bens, nos termos do ACT ANTT-DNIT.	6 meses
7	Irregularidades em Edificações (NBPs 451169 e 450576)	Ajuizar ação de reintegração de posse dos bens.	3 meses
8	Irregularidades em Edificações (NBP 451177)	Concluir reforma para atingimento de bom estado de conservação.	9 meses
9	Irregularidades em Material Rodante	Retirar o Vagão TCC 711205 do local.	6 meses
10	Invasões na faixa de domínio	Ajuizar as ações de reintegração de posse das invasões localizadas nos trechos Boa Vista Nova - Aguaí - Bauxita (Pátio Aguaí e Pátio Poços de Caldas) e São Francisco - Petrolina (kms 200, 207, 229, 280, 357,7, 386, 387, 466 e 523).	6 meses
11	Irregularidades em Obras próprias e de terceiros	Regularizar as seguintes obras: Trecho São Francisco - Petrolina: km 370 - Pátio construído por cliente; km 441, 8 - Travessia subterrânea de tubulação em execução pela Prefeitura de Sr. Do Bonfim; e km 560 - Linhas de alta tensão cruzando sobre a ferrovia. São Félix - Monte Azul: km 852 - Pátio Mamonas-linhas desativada.	6 meses

12	Trecho Engenheiro Bhering - Varginha	Recapacitação para a circulação de veículos ferroviários de inspeção com capacidade máxima de 18 toneladas por eixo e velocidade máxima autorizada de 25 km/h, conforme parâmetros de via permanente.	30 meses
13	Invasões no ramal de Ferrugem	Ajuizar ação de reintegração de posse.	9 meses

Tabela 2: Irregularidades da Via Permanente constantes da medida corretiva nº 4

Trecho	Localização	Descrição	Intervenções de manutenção
P. Menicucci - Eng. Bhering	457	Lastro contaminado	Limpeza de lastro
P. Menicucci - Eng. Bhering	393+800	Lastro contaminado	Limpeza de lastro
P. Menicucci - Eng. Bhering	484+200	Lastro contaminado	Limpeza de lastro
São Félix - Monte Azul	308	Ponte sem espaçador	Assentamento de espaçador
São Francisco - Petrolina	229	Graves problemas de drenagem e água retida na plataforma	Limpeza de corte
São Francisco - Petrolina	464,4	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	466,2	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	469,2	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Substituição de dormentes e assentamento de contratrilho
Divinópolis - P. Menicucci	555+400	Erosão de talude de corte com contaminação de lastro	Limpeza de lastro
Divinópolis - P. Menicucci	562+600	Lastro contaminado	Limpeza de lastro
P. Menicucci - Eng. Bhering	438+400	Erosão no talude de corte	Remoção de barreira
P. Menicucci - Eng. Bhering	439+100	Erosão no talude de corte	Remoção de barreira
P. Menicucci - Eng. Bhering	496+600	Instabilidade de talude de corte com queda de material sobre a linha	Remoção de barreira e Limpeza de lastro
P. Menicucci - Eng. Bhering	528+400	Erosão de talude de corte e lastro contaminado	Remoção de barreira
P. Menicucci - Eng. Bhering	540+400	Erosão de talude de corte	Remoção de barreira
P. Menicucci - Eng. Bhering	542+900	Erosão de talude de corte	Remoção de barreira
São Félix - Monte Azul	567	Ponte sem espaçador	Assentamento de espaçador
São Félix - Monte Azul	713	Ponte sem contra trilho	Assentamento de contratrilho
São Félix - Monte Azul	714	Lastro contaminado e excesso vegetação	Limpeza de lastro, descarga de brita e saneamento vegetal
São Félix - Monte Azul	810	Entulhos, lixo e bota-fora na faixa de domínio	Retirada de entulhos
São Félix - Monte Azul	569+400	Drenagem assoreada -lixo	Retirada de entulhos
P. Menicucci - Eng. Bhering	526	Flambagem	Alívio de tensões térmicas
P. Menicucci - Eng. Bhering	444+600 a 444+300	Presença de duas PNs próximas, e ambas sem sinalização	Instalação de sinalização vertical
P. Menicucci - Eng. Bhering	500 a 499	Patinação e desgaste do boleto externo	Substituição de trilho
São Félix - Monte Azul	242	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	534	Excesso de vegetação -2ª linha	Roçada
São Félix - Monte Azul	557	Substituição dormentes inservíveis	Substituição de dormentes inservíveis
São Félix - Monte Azul	791	Erosão talude de corte e lastro contaminado	Remoção de barreira
São Félix - Monte Azul	806	Erosão talude de corte e lastro contaminado	Remoção de barreira
São Félix -Monte Azul	830	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	237+700	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	241+800	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	291+900	Ponte sem espaçador.	Assentamento de espaçador
São Félix - Monte Azul	584+600	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	589+600	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	594+600	Ponte sem contra trilho	Assentamento de contratrilho
São Félix - Monte Azul	724+800	PNSS	Instalação de sinalização vertical
São Félix - Monte Azul	815+300	Erosão talude de corte e lastro contaminado	Remoção de barreira
São Francisco - Petrolina	274	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Substituição de dormentes e assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	316,9	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Substituição de dormentes e assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	318,02	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contratrilhos	Substituição de dormentes e assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	439 a 568	Excesso de vegetação	Roçada e capina
São Francisco - Petrolina	550	Ponte com dormentes inservíveis e faltantes e sem contra-trilhos	Substituição de dormentes e assentamento de contratrilho
São Francisco - Petrolina	Todo o trecho	Diversas passagens em nível não sinalizadas e/ou clandestinas.	Instalação de sinalização vertical e/ou erradicação de PN

ANEXO II

Tabela 3: Trechos a serem considerados no processo de prorrogação antecipada do Contrato de Concessão, para fins de devolução.

Trechos
Três Rios a Barão de Camargos
Recreio a Campos dos Goytacazes
Varginha a Três Corações
Três Corações a Eng. Bhering
Petrolina a Senhor do Bonfim
Visconde de Itaboraí ao Pátio de Argolas, junto ao Porto Velho (Vila Velha)
Barra Mansa a Angra dos Reis
São Francisco a Propriá
Pirapora a Buritizeiro
Biagípolis a Evangelina

DELIBERAÇÃO Nº 245, DE 23 DE JULHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEM - 045, de 13 de julho de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.057950/2021-86, delibera:

Art. 1º Extinguir, mediante renúncia, o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 00.2577, concedido à empresa João do Fogão: Locadora, Viagens e Turismo Ltda, CNPJ nº 33.418.323/0001-59.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inciso II.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 247, DE 23 DE JULHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMM - 046, de 12 de julho de 2021, e no que consta do Processo nº 50520.000529/2019-41, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela empresa Auto Viação Venâncio Ltda, CNPJ nº 98.593.668/0001-94, protocolo 50500.019248/2021-14, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Decisão SUPAS nº 65, de 26 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 392, DE 26 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.067621/2021-43, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para a implantação dos mercados de TRÊS CORAÇÕES (MG) e CAMBUQUIRA (MG) para APARECIDA (SP), TAUBATÉ (SP) e SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) como seções da linha BELO HORIZONTE (MG) - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), prefixo 06-0273-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 393, DE 26 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.068094/2021-94, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para a implantação da linha ALFENAS (MG) - RIO DE JANEIRO (RJ), via POUSO ALEGRE (MG), prefixo 06-0500-00, com os mercados a seguir como seções:

I - De: ALFENAS (MG) e VARGINHA (MG) Para: CRUZEIRO (SP), RESENDE (RJ), BARRA MANSA (RJ) e RIO DE JANEIRO (RJ); e

II - De: POUSO ALEGRE (MG) e SANTA RITA DO SAPUCAI (MG) Para: RESENDE (RJ), BARRA MANSA (RJ) e RIO DE JANEIRO (RJ).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO SUPAS Nº 394, DE 26 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.069326/2021-21, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA, CNPJ nº 78.586.674/0001-07, para a implantação da linha LONDRINA (PR) - PRESIDENTE PRUDENTE (SP), prefixo 09-0516-00

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 121, DE 14 DE JULHO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da CRFB, o art. 6º do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 08011.000054/2019-76, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Gabinete do Ministro, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e suas alterações, é o constante do Anexo VI à Portaria MJSP nº 821, de 31 de outubro de 2019.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MJSP nº 1.176, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Gabinete do Ministro é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, nos termos do art. 2º, inciso I, alínea "e", do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 2019.

Parágrafo único. As competências do Gabinete do Ministro estão definidas no art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 9.662, de 2019.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

1. Divisão de Apoio Institucional - DAI;
2. Divisão de Acompanhamento de Projetos Estratégicos - DAPE;
3. Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGAB:
3.1. Divisão de Segurança - DIVISEG;
3.1.1. Setor Administrativo e de Logística - SEAL; e
3.1.2. Setor de Operações de Segurança - SEOS;
3.2. Coordenação de Gestão Processual - CGP:
3.2.1. Divisão de Gestão Processual - DGP;
3.2.1.1. Serviço de Redação - SRED;
3.2.1.2. Serviço de Revisão - SERV; e
3.2.1.3. Serviço de Publicação - SPUB;
3.3. Coordenação de Análise Técnica - CAT:
3.3.1. Divisão de Análise Técnica - DAT;
3.4. Coordenação de Gestão Administrativa e Patrimonial - CGAP:
3.4.1. Divisão de Gestão Administrativa e Patrimonial - DGAP; e
3.5. Coordenação de Gestão Orçamentária, Financeira, de Diárias e Passagens - COFDIP:
3.5.1. Divisão de Apoio - DOFDIP;
4. Coordenação-Geral de Agenda e Cerimonial - CGAC:
4.1. Divisão de Agenda e Cerimonial - DAC;
4.1.1. Serviço de Agenda e Cerimonial - SAC;
5. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM:
5.1. Coordenação Institucional - COINST:
5.1.1. Serviço de Apoio Administrativo - SAD;
5.1.2. Serviço de Publicidade e Promoção - SEPP; e
5.1.3. Serviço de Mídia Digital e Audiovisual - SMA;
5.2. Coordenação de Imprensa - COIMP:
5.2.1. Serviço de Divulgação - SEDIV; e
5.2.2. Divisão de Imprensa - DIMP;
6. Ouvidoria-Geral - OUVG:
6.1. Coordenação de Transparência e Acesso à Informação - CTAI:
6.1.1. Divisão de Análise de Dados e Estatística - DTAD; e
6.1.2. Divisão de Ouvidoria - DOUV; e
7. Corregedoria-Geral - COGER:
7.1. Divisão de Apoio à Atividade Correcional - DAAC;
7.2. Divisão de Correição - DICOR; e
7.3. Divisão de Instrução Prévia e Admissibilidade - DIPAD.

Art. 3º O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe de Gabinete; a Assessoria por Chefe de Assessoria; as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais; a Ouvidoria-Geral por Ouvidor-Geral; a Corregedoria-Geral por Corregedor-Geral; as Coordenações por Coordenadores; e as Divisões, os Serviços e os Setores, por Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Divisão de Apoio Institucional compete auxiliar o Chefe de Gabinete do Ministro nas atividades administrativas de sua competência.

Art. 6º À Divisão de Acompanhamento de Projetos Estratégicos compete auxiliar o Chefe de Gabinete do Ministro no acompanhamento de políticas e projetos estratégicos.

Art. 7º À Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro compete:

I - assistir o Ministro de Estado e o Chefe de Gabinete nos assuntos afetos às suas áreas de competência;

II - orientar e supervisionar as atividades de elaboração e revisão dos expedientes e atos administrativos sujeitos a despachos do Ministro de Estado e do Chefe de Gabinete;

III - examinar o cumprimento dos aspectos jurídicos, em observância às recomendações da Consultoria Jurídica, e a forma dos atos propostos ao Ministro de Estado, podendo devolver aos órgãos de origem aqueles que estejam em desacordo com as normas vigentes;

IV - planejar, supervisionar e gerir as atividades administrativas e os recursos humanos lotados no Gabinete do Ministro, ressalvadas as competências da Secretaria-Executiva;

V - planejar, orientar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à gestão documental do Gabinete do Ministro;

VI - planejar e supervisionar as atividades relacionadas à emissão de diárias e passagens do Gabinete do Ministro;

VII - planejar e supervisionar as atividades relativas à programação e execução orçamentária e financeira do Gabinete do Ministro; e

VIII - planejar e supervisionar as atividades relativas à gestão administrativa e patrimonial do Gabinete do Ministro.

Art. 8º À Divisão de Segurança compete:

I - planejar e coordenar as atividades relacionadas com a Segurança Pessoal e Orgânica do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, mantendo em caráter sigiloso assuntos institucionais tratados em sua presença;

II - articular com a Polícia Federal e os demais órgãos de segurança pública e inteligência federais, estaduais e municipais, as medidas necessárias à segurança do Ministro de Estado;

III - coordenar, planejar, orientar e acompanhar a execução das atividades de segurança descritas no inciso II;

IV - solicitar apoio de pessoal e material à Polícia Federal, bem como aos demais órgãos de segurança pública e de inteligência, federais, estaduais e municipais, e aos órgãos fisco-aduaneiros, às adidâncias ou representações diplomáticas, sempre que necessário ao cumprimento de sua missão institucional; e

V - orientar e recomendar, à unidade competente para a segurança orgânica do Ministério, ações e atividades necessárias ao cumprimento do disposto no inciso I.

Art. 9º Ao Setor Administrativo e de Logística compete:

I - realizar o levantamento de dados necessários ao planejamento das atividades de segurança do Ministro de Estado, suas instalações e da frota;

II - manter e executar o controle administrativo necessários ao cumprimento das atividades de segurança do Ministro de Estado;

III - manter intercâmbio com os demais órgãos do sistema de segurança pública e inteligência visando à coleta e o compartilhamento de dados de inteligência para o cumprimento de suas atribuições; e

IV - atualizar o plano de segurança da autoridade em âmbito nacional e no âmbito do Ministério da Justiça.

Art. 10. Setor de Operações de Segurança compete:

I - realizar o levantamento de dados necessários ao planejamento das atividades operacionais;

II - manter intercâmbio com órgãos do sistema de segurança pública, visando à correta aplicação dos meios de segurança em consonância com o disposto no inciso I do art. 8º;

III - organizar treinamentos periódicos para a capacitação do efetivo à disposição da Divisão;

IV - desenvolver e atualizar os Procedimentos Operacionais Padrão - POP relativos às atividades da Divisão, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 8º;

V - manter atualizado o controle de equipamentos e materiais relacionados à segurança do Ministro de Estado; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

Art. 11. À Coordenação de Gestão Processual compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - coordenar as atividades de produção, recebimento, tramitação, uso, avaliação, publicação e arquivamento de documentos;

II - coordenar os serviços de elaboração de respostas das correspondências e dos documentos da Coordenação-Geral e da Chefia de Gabinete; e

III - assegurar o uso adequado dos sistemas de gestão documental.

Art. 12. À Divisão de Gestão Processual compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - executar e monitorar as atividades de produção, recebimento, tramitação, uso, avaliação, publicação e arquivamento de documentos;

II - receber, classificar, autuar, cadastrar e distribuir os documentos destinados ao Ministro e às demais unidades da Chefia de Gabinete do Ministro;

III - monitorar o uso adequado dos sistemas de gestão documental;

IV - monitorar os serviços de elaboração de respostas das correspondências e dos documentos;

V - providenciar a expedição, física ou eletrônica, de expedientes e atos; e

VI - monitorar a tramitação e prestar informações sobre os documentos de interesse do Gabinete do Ministro.

Art. 13. Ao Serviço de Redação compete, no âmbito da Chefia de Gabinete:

I - executar:

a) as atividades de produção de documentos; e

b) as atividades de elaboração de respostas das correspondências e dos documentos da Coordenação-Geral e da Chefia de Gabinete.

Art. 14. Ao Serviço de Revisão compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - executar:

a) as atividades de revisão de documentos; e

b) as atividades de revisão de respostas das correspondências e dos documentos da Coordenação-Geral e da Chefia de Gabinete.

Art. 15. Ao Serviço de Publicação compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - publicar expedientes e atos assinados pelo Ministro e por autoridades da Chefia de Gabinete; e

II - prestar informações sobre a publicação de atos normativos do Ministro de Estado, quando solicitado.

Art. 16. À Coordenação de Análise Técnica compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - coordenar as atividades de elaboração, análise e revisão dos expedientes e atos administrativos sujeitos à assinatura do Ministro de Estado; e

II - supervisionar o exame dos aspectos técnicos e jurídicos e a forma dos atos propostos ao Ministro de Estado, podendo devolver aos órgãos de origem aqueles que estejam em desacordo com as normas vigentes.

Art. 17. À Divisão de Análise Técnica compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - executar as atividades de elaboração, análise e revisão dos expedientes e atos administrativos sujeitos à assinatura do Ministro de Estado; e

II - examinar os aspectos técnicos, jurídicos e a forma dos atos propostos ao Ministro de Estado, podendo devolver aos órgãos de origem aqueles que estejam em desacordo com as normas vigentes.

Art. 18. À Coordenação de Gestão Administrativa e Patrimonial compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - coordenar, acompanhar e monitorar as atividades relativas à conformidade e gestão dos contratos administrativos sob a responsabilidade da Chefia de Gabinete do Ministro;

II - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas aos serviços gerais e de apoio logístico;

III - supervisionar e monitorar a instrução dos processos de contratação demandados pela Chefia de Gabinete do Ministro;

IV - coordenar, monitorar e orientar as atividades de gestão de material, controle patrimonial e de recursos humanos; e

V - apoiar as atividades da Divisão de Segurança do Ministro de Estado.

Art. 19. À Divisão de Gestão Administrativa e Patrimonial compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - analisar a conformidade administrativa e financeira das contratações de interesse da Chefia de Gabinete do Ministro;

II - analisar a conformidade dos planos de trabalho sujeitos a aprovação da Chefia de Gabinete;

III - executar as atividades de gestão administrativa e de pessoal, de serviços gerais, gestão de material e de patrimônio da Chefia de Gabinete do Ministro;

IV - acompanhar e orientar as atividades relacionadas à frequência, lotação, movimentação, posse, capacitação e férias dos servidores e dos estagiários da Chefia de Gabinete do Ministro;

V - providenciar e monitorar a execução das atividades de serviços gerais prestados por empresas terceirizadas nas dependências da Chefia de Gabinete do Ministro;

VI - providenciar a manutenção do material em uso e propor ao órgão competente a troca, cessão ou baixa do material inservível;

VII - requisitar ao órgão competente o material necessário aos serviços da Chefia de Gabinete do Ministro; e

VIII - controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Chefia de Gabinete do Ministro, e acompanhar a realização do inventário anual.

Art. 20. À Coordenação de Gestão Orçamentária, Financeira, de Diárias e Passagens compete, no âmbito da Chefia de Gabinete do Ministro:

I - coordenar, supervisionar e apoiar as atividades de elaboração da proposta orçamentária e financeira do Gabinete do Ministro e acompanhar a sua execução;

II - coordenar e supervisionar a emissão de bilhetes aéreos e a execução das atividades relativas à diárias e passagens;

III - supervisionar o processo de prestação de contas de viagens;

IV - coordenar e supervisionar a elaboração do relatório de gestão e relatório de prestação de contas do Gabinete do Ministro, solicitados pela Presidência da República; e

V - acompanhar recomendações, determinações e planos de providências oriundos dos órgãos de controle.

Art. 21. À Divisão de Apoio compete auxiliar a Coordenação de Gestão Orçamentária, Financeira, de Diárias e Passagens nas atividades administrativas de sua competência.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Agenda e Cerimonial compete:

I - coordenar, organizar e executar as atividades relativas à agenda e aos compromissos oficiais do Ministro de Estado;

II - coordenar, orientar e gerir as atividades de cerimonial do Ministro de Estado;

III - dar suporte técnico aos eventos do Ministério, quando solicitado, zelando pela observância das normas do cerimonial público;

IV - promover, em cooperação com as unidades e entidades vinculadas ao Ministério, eventos e datas comemorativas; e

V - efetuar a guarda e a escrita do Livro de Honra ao Mérito da Segurança Pública e Defesa Social, previsto na Portaria MJSP nº 38, de 18 de janeiro de 2021, e a guarda do material relacionado a esta honraria.

Art. 23. À Divisão de Agenda e Cerimonial compete:

I - prestar apoio e suporte nas atividades relativas à agenda, aos compromissos oficiais e ao cerimonial do Ministro de Estado; e

II - apoiar a Coordenação-Geral de Agenda e Cerimonial no suporte técnico aos eventos do Ministério, quando solicitado, zelando pela observância das normas do cerimonial público.

Art. 24. Ao Serviço de Agenda e Cerimonial compete:

I - executar as atividades relativas à agenda e cerimonial do Ministro de Estado;

II - executar as atividades de apoio logístico aos eventos promovidos pelo Gabinete do Ministro e às viagens nacionais e internacionais do Ministro; e

III - apoiar a organização dos eventos oficiais internos e externos realizados pelas unidades subordinadas e entidades vinculadas em que o Ministro esteja presente.

Art. 25. À Assessoria de Comunicação Social, órgão setorial do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, compete:

I - planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério, conforme as diretrizes de comunicação da Presidência da República;

II - elaborar o planejamento anual das atividades da Assessoria;

III - promover o relacionamento do Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério com os veículos de comunicação;

IV - assistir o Ministro de Estado e as demais autoridades do Ministério nos assuntos de comunicação social, imprensa, eventos e nas ações de comunicação que utilizem os meios eletrônicos internet e intranet;

V - assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério em assuntos relativos à comunicação social, quanto à repercussão das ações do Ministério nos meios de comunicação;

VI - receber, analisar e processar as informações e as solicitações encaminhadas pelos veículos de comunicação;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a produção e divulgação dos conteúdos de notícias, site do Ministério e perfis das mídias digitais na internet, extranet e intranet, conforme os padrões, os critérios, as regras e os procedimentos estabelecidos pela Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República;

VIII - planejar a linha editorial e o posicionamento estratégico de comunicação do Ministério;

IX - acompanhar junto à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, a aprovação das campanhas publicitárias a serem executadas pelo Ministério;

X - exercer a gestão orçamentária dos contratos, convênios, contratos de repasse, ajustes, acordos, termos de execução descentralizada e demais instrumentos congêneres, firmados no âmbito de sua competência; e

XI - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência, no âmbito de sua competência.

Art. 26. À Coordenação Institucional compete:

I - coordenar a elaboração, revisão e organização de conteúdos, peças gráficas e peças informativas institucionais sobre as ações do Ministério em suas áreas de atuação, em conformidade com as demandas e determinações das autoridades do Ministério e órgãos vinculados;

II - coordenar as atividades relacionadas à publicidade institucional do Ministério, mediante prévia aprovação da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República;

III - coordenar a execução das demandas definidas no planejamento anual de publicidade;

IV - supervisionar o estudo, planejamento, concepção e aprovação dos materiais gráficos, publicitários, audiovisuais e de web produzidos para execução interna e externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação;

V - promover a consolidação, inserção e divulgação das informações apresentadas pelas unidades do Ministério na internet, extranet, intranet e redes sociais, em conformidade com os padrões e regras definidos pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República;

VI - coordenar a edição e formatação de material audiovisual sobre ações do Ministério, para efeito de divulgação;

VII - coordenar e gerenciar a produção de roteiros, vídeos, podcasts, cobertura de reuniões online;

VIII - organizar e manter, em consonância com os demais setores do Ministério, a página do Ministério na internet e nas redes sociais, e a rede interna de comunicação;

IX - definir os padrões de identidade visual do Ministério e zelar pela sua correta aplicação; e

X - gerir e fiscalizar os contratos celebrados para o desenvolvimento das atividades de comunicação do Ministério.

Art. 27. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete executar as atividades administrativas da Assessoria de Comunicação Social.

Art. 28. Ao Serviço de Publicidade e Promoção compete:

I - propor, desenvolver e executar atividades relacionadas à publicidade institucional do Ministério, com aprovação da Coordenação Institucional;

II - planejar as ações de divulgação, publicidade e mobilização para as ações do Ministério;

III - providenciar a produção de material gráfico e audiovisual destinado às ações promocionais e institucionais do Ministério;

IV - desenvolver campanhas educativas, preventivas e de serviços; e

V - acompanhar a gestão e execução dos contratos celebrados para o desenvolvimento da atividade de publicidade.

Art. 29. Ao Serviço de Mídia Digital e Audiovisual compete:

I - organizar e manter, em consonância com os demais setores do Ministério, a página do Ministério na internet e nas redes sociais;

II - fornecer suporte audiovisual aos eventos, às reuniões e às solenidades do Ministério, quando necessário;

III - registrar áudios das coletivas de imprensa e demais reuniões que houver necessidade;

IV - manter o arquivo de som do Ministério; e

V - zelar pelos equipamentos de áudio e vídeo, sob a guarda do Gabinete, que sejam utilizados pela unidade.

Art. 30. À Coordenação de Imprensa compete:

I - coordenar a elaboração, revisão e organização de conteúdos e peças informativas jornalísticas para divulgação no site do Ministério, nas mídias impressa, radiofônica, eletrônica e digital, em conformidade com as demandas e determinações das autoridades do Ministério e órgãos vinculados;

II - receber, analisar e processar as informações e responder às solicitações encaminhadas pelos veículos de comunicação;

III - promover a cobertura jornalística dos eventos realizados pelo Ministério e dos eventos externos em que o Ministro de Estado e demais autoridades participem;

IV - acompanhar as entrevistas concedidas à imprensa pelo Ministro de Estado e pelas demais autoridades do Ministério;

V - coordenar, monitorar e acompanhar assuntos de interesse do Ministério e das entidades vinculadas, quanto à repercussão de ações nos meios de comunicação;

VI - executar o planejamento de comunicação do Ministério; e

VII - coordenar o trabalho, com a imprensa nacional e regional, nos assuntos relacionados ao Ministério.

Art. 31. Ao Serviço de Divulgação compete:

I - realizar a cobertura fotográfica dos eventos do Ministério;

II - acompanhar o Ministro de Estado em eventos, reuniões e viagens para a realização de cobertura fotográfica;

III - realizar tratamento de imagens para divulgação; e

IV - organizar e manter atualizado o banco de imagens do Ministério.

Art. 32. À Divisão de Imprensa compete:

I - atender e acompanhar as solicitações de informações dos meios de comunicação e responder demandas relacionadas às ações do Ministério;

II - auxiliar a Coordenação de Imprensa no acompanhamento de assuntos e entrevistas coletivas de interesse do Ministério;

III - criar e promover instrumentos de divulgação das ações do Ministério; e

IV - produzir, organizar e divulgar conteúdos informativos e jornalísticos sobre as ações e atividades do Ministério, para divulgação externa.

Art. 33. À Ouvidoria-Geral compete:

I - exercer a função de Ouvidoria-Geral do consumidor e das polícias federais, conforme o inciso VII do art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 9.662, de 2019, e das demais áreas afetas à Pasta, na qualidade de órgão central de ouvidoria;

II - planejar, coordenar, supervisionar, desenvolver e orientar tecnicamente a rede de transparência e acesso à informação do Ministério, mediante articulação com as unidades subordinadas, entidades vinculadas e com órgãos afetos ao tema;

III - planejar, coordenar, supervisionar, desenvolver e orientar tecnicamente a rede de representantes de ouvidoria do Ministério, mediante articulação com as unidades subordinadas, entidades vinculadas e órgãos afetos ao tema;

IV - requerer as informações necessárias ao desempenho de suas funções;

V - fornecer aos dirigentes do órgão informações e dados, sugerindo-lhes formas de aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo Ministério, com o objetivo de proporcionar ao cidadão maior segurança e satisfação em relação à atuação institucional;

VI - promover a interlocução do público interno e externo com o Ministério, suas unidades subordinadas e entidades vinculadas, bem como mediar conflitos na busca de soluções;

VII - manter articulação e integração com os órgãos e as entidades da estrutura organizacional do Ministério;

VIII - fomentar pesquisas de satisfação sobre os serviços públicos oferecidos pelo Ministério;

IX - promover a transparência da gestão pública, o controle social, o acesso à informação e a abertura de dados;

X - fomentar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e orientar as unidades do Ministério e suas entidades vinculadas, sempre que necessário, acerca do tratamento dos documentos sigilosos ou com restrição de acesso;

XI - assessorar o Ministro de Estado e seu suplente nas reuniões da Comissão Mista de Reavaliação da Informação - CMRI; e

XII - promover e fomentar as atividades dos sistemas de ouvidorias referentes às políticas e serviços públicos prestados pelo Ministério.

Art. 34. À Coordenação de Transparência e Acesso à Informação compete:

I - promover a transparência da gestão pública, o controle social, o acesso à informação e a abertura de dados, no âmbito do Ministério;

II - manter a integração com os representantes da Transparência e o acesso à informação nas unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério;

III - manter o menu "Acesso à Informação" do Portal do Ministério, em conformidade com os artigos 7º e 8º do Decreto nº 7.724, de 2012;

IV - fomentar ações de participação social e de articulação com a sociedade;

V - identificar e relatar oportunidades de aprimoramento dos procedimentos para acesso à informação adotados no âmbito do Ministério;

VI - receber, registrar, analisar, encaminhar, monitorar e responder aos pedidos de acesso à informação junto ao Ministério;

VII - gerir e monitorar a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão, na qualidade de SIC Central;

VIII - coordenar a organização e a análise de dados e a produção de informações sobre as manifestações de acesso à informação e manifestações de ouvidoria recebidas, submetendo ao Ouvidor-Geral proposta de adoção de medidas para o aprimoramento das atividades exercidas no Ministério; e

IX - prestar assistência à autoridade designada para a apreciação dos recursos e das reclamações de que tratam o art. 17 da Lei nº 12.527, de 2011, o parágrafo único do art. 21 e os artigos. 22 e 37 do Decreto nº 7.724, de 2012, quando determinado pelo Ouvidor-Geral.

Art. 35. À Divisão de Análise de Dados e Estatística compete:

I - promover a abertura de dados no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante a elaboração do Plano de Dados Abertos, nos termos do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;

II - manter o menu "Acesso à Informação" do Portal do Ministério, em conformidade com os artigos 7º e 8º do Decreto nº 7.724, de 2012;

III - produzir conhecimento a partir da análise de bases de dados do Ministério;

IV - estimular o aperfeiçoamento da disponibilização dos dados do Ministério, com vistas a facilitar a sua utilização pelos interessados; e

V - subsidiar a elaboração da pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços internos.

Art. 36. À Divisão de Ouvidoria compete:

I - receber, registrar, analisar, encaminhar, monitorar e responder denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões do público interno e externo junto ao Ministério;

II - orientar o público interno e externo sobre as atividades exercidas pelo Ministério, seus órgãos vinculados, agentes públicos e sobre os órgãos competentes para responder as demandas, caso o assunto não seja de competência da Pasta;

III - organizar e analisar dados e produzir informações sobre as manifestações de ouvidoria recebidas para propor a adoção de medidas de aprimoramento das atividades exercidas no Ministério; e

IV - manter a integração com os pontos focais de ouvidoria existentes na estrutura organizacional do Ministério.

Art. 37. À Corregedoria-Geral, unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sob supervisão técnica da Controladoria-Geral da União, ressalvada a competência das unidades específicas de correição de órgãos e entidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, compete:

I - planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à conduta disciplinar dos servidores;

III - proceder à análise de admissibilidade de representações, denúncias, comunicados de irregularidade e demandas de órgãos de controle, e decidir pela instauração de procedimento correcional ou arquivamento;

IV - requisitar informações e documentos necessários ao esclarecimento de possíveis infrações praticadas por servidores do Ministério, visando subsidiar a análise de admissibilidade de que trata o inciso III;

V - propor às unidades do Ministério medidas para inibir ou reprimir a prática de faltas ou irregularidades, identificar situações de risco e recomendar providências saneadoras, inclusive de cunho gerencial;

VI - instaurar procedimentos administrativos correcionais para apuração de responsabilidade por irregularidades praticadas no Ministério, ressalvada a competência das unidades específicas de correição de órgãos e entidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VII - julgar e aplicar as penalidades de advertência e suspensão por até trinta dias, em processos administrativos disciplinares e sindicâncias punitivas, e decidir pelo arquivamento de procedimentos correcionais, ressalvados os casos cuja competência seja exclusiva.

VIII - propor o encaminhamento dos processos administrativos disciplinares cuja sanção seja de suspensão superior a trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para julgamento pelo Ministro de Estado e Secretário-Executivo do Ministério, respeitados os eventuais normativos de delegação de competência;

IX - celebrar e homologar Termo de Ajustamento de Conduta com servidores do Ministério, nos termos da Instrução Normativa CGU nº 4, de 21 de fevereiro de 2020, e monitorar seu cumprimento;

X - requisitar e designar servidores do Ministério para compor comissões processantes;

XI - planejar ações estratégicas para sua atuação voltadas à supervisão, ao gerenciamento, ao acompanhamento e à orientação dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões processantes, bem como manter registro gerencial dos processos administrativos conduzidos em seu âmbito de atuação; e

XIII - propor ao Órgão Central do Sistema de Correição medidas que visem ao aperfeiçoamento, à padronização, à racionalização e à normatização da atividade correcional.

Parágrafo único. À Corregedoria-Geral, no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete ainda:

I - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem a definição, aperfeiçoamento, padronização, sistematização racionalização e normatização da atividade de correicional e das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

II - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

III - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

IV - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição; e

V - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição.

Art. 38. À Divisão de Apoio à Atividade Correcional compete:

I - prestar apoio técnico-administrativo às atividades da Corregedoria-Geral;

II - apoiar, propor e acompanhar o desenvolvimento de mecanismos de inovação e modernização da unidade;

III - promover o suporte logístico das atividades desenvolvidas na Corregedoria-Geral;

IV - realizar o cadastramento de procedimentos correcionais no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD e no Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ, nos termos das Portarias CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, e nº 1.196, de 23 de maio de 2017;

V - manter atualizada a página da Corregedoria-Geral, no site do Ministério;

VI - dar encaminhamento aos pedidos de acesso à informação direcionadas à Corregedoria-Geral;

VII- apoiar a elaboração do planejamento das atividades, ações e projetos da Corregedoria-Geral; e

VIII - promover atos de gestão dos servidores lotados na unidade.

Art. 39. À Divisão de Correição compete:

I - conduzir procedimentos correcionais, instaurados no âmbito do Ministério, ressalvada a competência das unidades de correição própria dos órgãos e entidades vinculados;

II - assessorar o Corregedor-Geral na obtenção, consolidação e elaboração de informação acerca de procedimentos concluídos e em curso na unidade, bem como nos demais atos relacionados aos processos conduzidos pela Corregedoria-Geral;

III - acompanhar, coordenar e supervisionar os processos em curso, visando à celeridade e uniformização;

IV - emitir manifestação técnica prévia ao encaminhamento de relatórios conclusivos em processos correcionais, bem como à remessa da proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta à autoridade competente;

V - monitorar o cumprimento das obrigações firmadas em Termo de Ajustamento de Conduta, e dar conhecimento ao Corregedor-Geral em caso de seu descumprimento;

VI - utilizar mecanismos e sistemas de controles relativos à unidade; e

VII - promover atos de gestão dos servidores lotados na unidade.

Art. 40. À Divisão de Instrução Prévia e Admissibilidade compete:

I - apurar a admissibilidade de denúncias, de comunicados de irregularidades, de representações das unidades internas do Ministério e de demandas externas;

II - realizar diligências prévias, mediante a solicitação de esclarecimentos, informações, documentos e processos, visando subsidiar a instrução de procedimento próprio;

III - emitir manifestação técnica conclusiva acerca da admissibilidade dos fatos apurados, com proposta de arquivamento, instauração de procedimento correcional ou celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, e posterior encaminhamento à autoridade instauradora;

IV - propor ao Corregedor-Geral a recomendação de medidas de gestão às unidades do Ministério, no que couber; e

V - utilizar mecanismos e sistemas de controles relativos aos processos da unidade.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 41. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro de Estado em sua representação política e social;

II - manter contato com os titulares das demais unidades e entidades vinculadas ao Ministério para solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro, e monitorar o cumprimento das determinações do Ministro, pelos Secretários e Assessores Especiais;

III - orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Gabinete do Ministro e de suas unidades;

IV - praticar atos de administração orçamentária e financeira e de administração geral, no âmbito do Gabinete do Ministro;

V - responsabilizar-se pelos assuntos de interesse direto do Ministro, bem como pela preparação de sua agenda e viagens;

VI - acompanhar a tramitação de documentos e processos no âmbito do Gabinete do Ministro;

VII - coordenar os agendamentos, os atendimentos e as audiências concedidas pelo Ministro; e

VIII - assistir o Ministro nos assuntos a serem tratados nos comitês por ele coordenados ou que tenha participação.

Art. 42. Ao Chefe de Assessoria incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Assessoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da Assessoria, mantendo o Chefe de Gabinete informado sobre o andamento dos trabalhos;

III - orientar o serviço no âmbito da Assessoria; e

IV - submeter ao Chefe de Gabinete as solicitações que importem a realização de despesas.

Art. 43. Ao Coordenador-Geral incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à sua área de competência ou a outras tarefas por eles designadas;

II - planejar e coordenar as atividades da respectiva Coordenação-Geral, mantendo a chefia imediata informada sobre os andamentos do trabalho; e

III - organizar e processar os documentos relacionados às atividades da Coordenação-Geral, submetendo-os à chefia imediata.

Art. 44. Ao Ouvidor-Geral incumbe:

I - prestar assistência direta ao Ministro, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes quanto aos temas afetos à unidade, além de fornecer-lhes informações e dados para o aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pela Pasta;

II - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da unidade e exercer outras atribuições que lhes forem designadas, em sua área de competência;

III - representar o Ministério, interna e externamente, em atividades relacionadas aos temas de sua competência;

IV - desempenhar as atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, na apreciação de recursos e reclamações de que tratam o art. 17 da Lei nº 12.527, de 2011, o parágrafo único do art. 21 e os arts. 22 e 37 do Decreto nº 7.724, de 2012;

V - promover, de forma permanente, a articulação e a integração com as unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério;

VI - requerer informações para o desempenho de suas atribuições, bem como recomendar às unidades que adotem providências para sanar ou dirimir problemas identificados, sempre com vistas à melhoria dos serviços públicos ou da transparência e acesso à informação;

VII - exercer as funções de Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos do inciso III do art. 23 e art. 41 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

VIII - avaliar e comunicar ao Ministro ou ao Chefe de Gabinete assuntos de elevada relevância ou risco, de que tenha tido conhecimento, ou aos órgãos correicionais sobre assuntos que possam estar relacionados a esta natureza.

Art. 45. Ao Corregedor-Geral incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Corregedoria-Geral;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da Corregedoria-Geral, mantendo o Chefe de Gabinete e o Ministro informados sobre o andamento dos trabalhos;

III - instaurar procedimentos administrativos correcionais, no âmbito de sua competência, bem como decidir pelo arquivamento de denúncias e representações em sede de juízo de admissibilidade, nos termos do inciso III do art. 37 deste Regimento Interno;

IV - julgar os procedimentos administrativos correcionais referidos no inciso VII do art. 37 e aplicar as respectivas penalidades, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;

V - celebrar e homologar Termo de Ajustamento de Conduta com servidores do Ministério, nos termos da Instrução Normativa CGU nº 4, de 2020;

VI - expedir recomendações às unidades do Ministério, como previsto no inciso V do art. 37 desta Portaria;

VII - convocar, mediante acordo com o Chefe de Gabinete, servidores em exercício no Ministério, ou em qualquer dos órgãos de sua estrutura, para atuarem em procedimentos correcionais; e

VIII - representar ao Ministro pelo afastamento do exercício do cargo, ou do exercício em outro setor ou órgão, de servidor que responda a processo disciplinar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sempre que o acusado oferecer risco para a devida apuração da irregularidade ou para a segurança dos demais servidores.

Parágrafo único. Fica facultado ao Corregedor-Geral o encaminhamento dos procedimentos administrativos correcionais para manifestação do órgão de assessoramento jurídico do Ministério, visando subsidiar decisão de arquivamento ou a aplicação das penalidades de advertência e suspensão por até trinta dias.

Art. 46. Aos Coordenadores incumbe:

I - orientar, coordenar e supervisionar as atividades afetas a sua respectiva Coordenação;

II - realizar estudos sobre assuntos pertinentes à respectiva área de competência;

III - representar, quando designados, a autoridade superior; e

IV - praticar atos de administração necessários à execução de suas atividades.

Art. 47. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - orientar, supervisionar e acompanhar os trabalhos da respectiva Divisão;

II - realizar estudos com vistas a subsidiar as decisões das chefias imediatas;

III - elaborar planos e programas de trabalho; e

IV - fornecer dados para elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira do Gabinete do Ministro, e do relatório anual de atividades, quando for o caso.

Art. 48. Aos Chefes de Serviço e de Setores incumbe:

I - gerir a execução das atividades afetas ao respectivo Serviço ou Setor;

II - emitir parecer sobre assuntos pertinentes à respectiva área de competência;

III - elaborar relatório dos trabalhos realizados pelo Serviço ou Setor;

IV - praticar atos de administração necessários à execução de suas atividades;

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Aos servidores com funções não especificadas neste Regimento Interno caberá executar as atribuições que lhes forem designadas por seus superiores imediatos.

Art. 50. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento Interno, outras poderão ser designadas aos órgãos e servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir a finalidade do Gabinete do Ministro.

Art. 51. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

PORTARIA MJSP Nº 322, DE 27 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 150, de 8 de abril de 2021, e o contido nos Processos Administrativos nº 08020.005106/2020-25 e nº 08000.055006/2020-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Amazonas, na 1ª Edição da Operação Arpão I (Médio Solimões), em ações de combate ao crime organizado, ao narcotráfico e aos crimes ambientais, na calha do Rio Negro e Solimões, no Estado do Amazonas, em atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado, por cento e vinte dias, no período de 11 de agosto de 2021 a 8 de dezembro de 2021.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme disposto no inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 328, DE 27 DE JULHO DE 2021

Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional do Índio na Terra Indígena Apyterewa, no Estado do Pará.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, a Portaria MJSP nº 74, de 11 de fevereiro de 2021, e o contido nos Processos Administrativos nº 08620.002691/2017-47 e nº 08001.002543/2019-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Fundação Nacional do Índio, nas ações de segurança pública com vistas a garantir a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio público, na Terra Indígena Apyterewa, no Estado do Pará, em caráter episódico e planejado, por cento e oitenta dias, no período de 16 de agosto de 2021 a 11 de fevereiro de 2022.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o disposto no inciso I do § 3º do art. 4º do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 4.633, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/29634 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASEGUR SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 03.606.079/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1420/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.634, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/31678 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0010-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1218/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.635, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/33409 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 79.929.774/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1188/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.636, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/35885 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 71.755.201/0004-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1164/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.637, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37270 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NÓRCIA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 11.393.595/0002-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 1196/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.638, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37407 - DPF/PDE/SP, resolve:

a) Revogar o Alvará nº 4358, publicado no D.O.U. de 09/07/2021;

b) Conceder autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0007-90, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados116 (cento e dezesseis) cartuchos de lançamento de dardos energizados 6m.

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.639, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38370 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0132-70 para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1242/2021 (CNPJ nº 33.000.167/0132-70); nº 1431/2021 (CNPJ nº 33.000.167/0156-48) e nº 1299/2021 (CNPJ nº 33.000.167/0256-00).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.640, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38699 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.867.848/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1251/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.641, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38727 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0002-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1252/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.642, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte

interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39003 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SIDERURGICA J.L. ALIPERTI S.A, CNPJ nº 61.156.931/0001-78 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1404/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.643, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39087 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 87.020.517/0001-20 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1467/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.644, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39912 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA DE CANETAS COMPACTOR, CNPJ nº 30.742.555/0001-70 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.645, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40094 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59.104.422/0001-50 para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1405/2021 (CNPJ nº 59.104.422/0057-04) e nº 1353/2021 (CNPJ nº 59.104.422/0024-46).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.646, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40164 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A., CNPJ nº 11.507.415/0001-72 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.647, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40333 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA TÁTICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 13.739.782/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1486/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.648, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40337 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO RESIDENCIAL ALDEBARAN ALFA, CNPJ nº 12.953.709/0001-90 para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1409/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.649, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40349 - DPF/CCM/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGILANCIA SETUP EIRELI, CNPJ nº 15.019.484/0001-98, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.650, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/40980 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0009-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1468/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.651, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41311 - DPF/MGA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE MARINGA, CNPJ nº 05.484.180/0001-48 para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1358/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.652, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41316 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA INDUSTRIAL TÊXTIL, CNPJ nº 14.674.839/0001-10 para atuar em Sergipe.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.653, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41323 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIOFORTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 17.324.127/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1487/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.654, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41356 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL-ALCOOLQUIMICA, CNPJ nº 11.699.378/0007-37 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1389/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.655, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41551 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTE FENIX SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.141.200/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1397/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.656, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42685 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0011-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1484/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.657, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42739 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA BOM JESUS S/A, CNPJ nº 10.785.202/0001-40 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1390/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.658, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42991 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REFERENCIAL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 24.154.455/0002-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 1411/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.659, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43060 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0005-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1356/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.660, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43410 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0011-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1424/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.661, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43448 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO NAÇÕES SHOPPING, CNPJ nº 32.994.401/0001-09 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.662, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43492 - DPF/SAG/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COOP. DISTR. GER. DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES, CNPJ nº 97.081.434/0001-03 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1469/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.663, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43959 - DPF/RPO/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO FRANCA SHOPPING CENTER, CNPJ nº 68.323.609/0001-35 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.664, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43967 - DPF/CXA/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRIMEX S.A - AGROINDUSTRIAL MERCANTIL EXCELSIOR, CNPJ nº 28.142.800/0019-95 para atuar no Maranhão.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.665, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43970 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO BOA VISTA SHOPPING, CNPJ nº 06.261.948/0001-87 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.666, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43974 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TUCUMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, CNPJ nº 00.930.450/0001-83 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.667, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44049 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0009-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1335/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.668, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44154 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0009-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1440/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.669, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44219 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0006-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1435/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.670, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44400 - DPF/JFA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, CNPJ nº 17.080.078/0001-66 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1422/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.671, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44539 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAR SEC CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 10.423.118/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 1491/2021 (CNPJ nº 10.423.118/0001-86) e nº 1492/2021 (CNPJ nº 10.423.118/0002-67).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.672, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46135 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VSG VIGILANCIA E SEGURANÇA EM GERAL LTDA, CNPJ nº 31.276.470/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança

Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1465/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.673, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46175 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa STRONGER SEGURANÇA & VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 27.672.679/0002-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1466/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.674, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46291 - DPF/MII/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0111-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente TRANSVIP - TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.445.414/0001-50:

1 (um) Revólver calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.675, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46648 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa DESTILARIA AUTONOMA PORTO ALEGRE LIMITADA - EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ nº 12.411.864/0002-66, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.676, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46656 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa INDUSTRIAL PORTO RICO S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ nº 12.217.832/0002-24, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.677, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46687 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTVILLE VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ nº 20.430.168/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1500/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.678, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46721 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXCELÊNCIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.561.947/0001-83, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1478/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.679, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46966 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa HER SECURITY PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.423.761/0001-35, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MERITO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 13.014.370/0001-20:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.680, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47146 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RAIZEN ENERGIA S.A., CNPJ nº 08.070.508/0065-32, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.681, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47352 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO NORTH WAY SHOPPING, CNPJ nº 22.424.335/0001-70 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.682, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47631 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 87.060.331/0002-86, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1487 (uma mil e quatrocentas e oitenta e sete) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.683, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47939 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa CASTELO VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 14.151.949/0001-05, sediada no Piauí, para adquirir:

Da empresa cedente CET SEG SEGURANCA ARMADA LTDA, CNPJ nº 08.644.690/0001-23:

33 (trinta e três) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.684, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47946 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.685, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48024 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa J. GUSMAO & CIA LTDA., CNPJ nº 70.002.480/0001-05 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.686, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48196 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FRONTEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 19.666.425/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1471/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.687, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48256 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa CETREL-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 17.019.775/0001-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
17420 (dezessete mil e quatrocentas e vinte) Munições calibre 38
19320 (dezenove mil e trezentas e vinte) Espoletas calibre 38
6000 (seis mil) Estojos calibre 38
5120 (cinco mil e cento e vinte) Gramas de pólvora
19320 (dezenove mil e trezentos e vinte) Projéteis calibre 38
432 (quatrocentas e trinta e duas) Espoletas calibre .380
432 (quatrocentos e trinta e dois) Estojos calibre .380
432 (quatrocentos e trinta e dois) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.688, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48331 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SPORTSCENTER ESCOLA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 03.659.585/0001-44, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.689, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48336 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa ALCANCY CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇAS, CNPJ nº 07.028.291/0002-56, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20000 (vinte mil) Munições calibre .380
6000 (seis mil) Munições calibre 12
120000 (cento e vinte mil) Munições calibre 38
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
6000 (seis mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.690, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48338 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAFEWEB SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 01.579.286/0001-74 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.691, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48439 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ALVO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 34.298.631/0001-50, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
30 (trinta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.692, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48463 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa VIGI SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA, CNPJ nº 08.093.178/0001-36, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
23 (vinte e três) Revólveres calibre 38
260 (duzentas e sessenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.693, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48524 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa MAX FORCE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.566.333/0001-45, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
3000 (três mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.694, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48546 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POJUCA S.A, CNPJ nº 13.250.998/0001-24 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.695, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48591 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa AR15 ESCOLA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
26409 (vinte e seis mil e quatrocentas e nove) Munições calibre .380
13612 (treze mil e seiscentas e doze) Munições calibre 12
90000 (noventa mil) Munições calibre 38
45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
11664 (onze mil e seiscentos e sessenta e quatro) Gramas de pólvora
45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
20 (vinte) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
20 (vinte) Armas de choque elétrico de contato direto
20 (vinte) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
20 (vinte) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
20 (vinte) Granadas fumígenas de sinalização
20 (vinte) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
20 (vinte) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
20 (vinte) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
5 (cinco) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.696, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48616 - DPF/JTI/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa SEGURANÇA E VIGILANCIA MACHADOS SEG LTDA, CNPJ nº 09.410.303/0001-57, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
30 (trinta) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.697, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48625 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa ORSEGUPS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 75.092.593/0013-04, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3760 (três mil e setecentas e sessenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.698, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48638 - DPF/DRS/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAIZEN CAARAPÓ AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ nº 09.538.989/0001-66 para atuar no Mato Grosso do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.699, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48730 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0028-89, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
8 (oito) Pistolas calibre .380

432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre .380
84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.700, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48734 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0003-20, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
8 (oito) Pistolas calibre .380
432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre .380
84 (oitenta e quatro) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.701, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48736 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0021-02, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre .380
42 (quarenta e duas) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.702, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48746 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0005-92, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Espingardas calibre 12
16 (dezesseis) Pistolas calibre .380
864 (oitocentas e sessenta e quatro) Munições calibre .380
168 (cento e sessenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.703, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49030 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
10 (dez) Pistolas calibre .380
8000 (oito mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
35000 (trinta e cinco mil) Munições calibre 38
35000 (trinta e cinco mil) Espoletas calibre 38
6000 (seis mil) Gramas de pólvora
8000 (oito mil) Espoletas calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.704, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49034 - DPF/PDE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VITAPELLI LTDA, CNPJ nº 03.582.844/0001-86 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.705, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49239 - DPF/AQA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SARGENT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 26.782.339/0001-80, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.706, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49281 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização, à empresa KAOA - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 33.967.211/0001-57, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.707, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49282 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 16.328.205/0003-00, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0006-09:
1 (uma) Munição calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.708, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49302 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa N. C. VIGILANCIA LTDA-EPP, CNPJ nº 14.531.173/0003-02, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
259 (duzentas e cinquenta e nove) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.709, DE 26 DE JULHO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49330 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa BELÉM RIO SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.433.496/0001-90, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
10 (dez) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 548/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.004271/2021-04 REPRESENTANTE: ABIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ("ABIA") REPRESENTADA: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. ("CARREFOUR") Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas. Ante exposto, e acolhendo os fundamentos constantes da NOTA TÉCNICA nº 57/2021/CSASENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (SEI 15327496), determina-se, cautelarmente, à parte representada CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA que suspenda, imediatamente, a disponibilização da ferramenta de seu app "Meu Carrefour", denominada "Nutri Escolha", no que tange especificamente à classificação e à rotulação de alimentos. Como consequência dessa medida, deverá o representado cessar qualquer tipo de veiculação de publicidade ou informações referentes ao modelo de classificação e rotulação de alimentos "Nutri Escolha", em suas unidades físicas, sítio eletrônico e app, devendo ser imediatamente retiradas, abstendo-se de divulgar qualquer tipo de informação a respeito de tal ferramenta ao consumidor. Em tempo, isso não impede que o representado possa continuar a sugerir produtos ao consumidor final que lhe possam ser mais vantajosos por serem mais baratos ou por algum outro motivo, desde que não faça qualquer recurso a utilização de ferramentas de nutri-score e não faça alegações adicionais de propriedades dos alimentos e bebidas embalados para além daqueles que estejam na sua própria rotulagem. A medida deverá ser a data em que a RDC nº 429/2020 da Anvisa completa um ano de vigência, de modo que se tenha certeza de que a concorrência de padrões informacionais alimentares não gere processos de desinformação no consumidor brasileiro. Após o quinto dia, contado da ciência da presente decisão, incidirá multa diária (astreintes), a ser arbitrada no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), caso não cumprida a determinação acima referida, em desfavor do representado, uma vez que este dispõe de grande capacidade econômica, sem prejuízo de que sejam aplicadas, posteriormente, demais sanções administrativas e penais, nos termos da legislação de regência. À COARI para que expeça ofício dando conhecimento da presente decisão, e dos Documentos aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor para fins de fiscalização de cumprimento da presente medida. À CSA para que: 01) expeça ofício ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para conhecimento e adoção das providências cabíveis no que tange a supostas práticas anticoncorrenciais, com cópia da presente decisão; 02) expeça ofício à ANVISA para que tome ciência da presente Decisão a fim de que adote as providências necessárias, bem como forneça informações atualizadas sobre o andamento do procedimento aberto em desfavor do ora representada, no âmbito de sua jurisdição; 03) Intime representante e representada. Caso o representado opte expressamente por não apresentar qualquer resistência (judicial ou administrativa) à presente decisão no prazo de quinze dias úteis, encaminhe-se os autos à CGCTSA para avaliação de eventual possibilidade de arquivamento do feito por perda de objeto. Publique-se a presente decisão no Diário Oficial da União.

FREDERICO FERNANDES MOESCH
Diretor
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.585, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.011688/2015-50, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MARTIENS PELZER, de nacionalidade sul-africana, filho de Dawie Pelzer e de Marihaan, nascido República da África do Sul, em 2 de fevereiro de 1991, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 7 (sete) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.586, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08500.034289/2014-45, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ABDULLAH AYOUBI, de nacionalidade síria, filho de Ayoub Ayoubi e de Amal Adnan, nascido na República Árabe da Síria, em 3 de janeiro de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 8 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.587, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.007273/2014-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ADRIAN ALEXANDER HURTADO CACERES, de nacionalidade venezuelana, filho de Adriano Hurtado Mosquero e de Diocelina Caceres Sanabria, nascido na República Bolivariana da Venezuela, em 12 de julho de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.588, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010757/2013-57, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NNAMDI IFEANYI CHUKWU OKEREKE, de nacionalidade nigeriana, filho de Pius Okereke e de Grace Okereke, nascido na República Federal da Nigéria, em 27 de fevereiro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 7 (sete) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.589, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.011540/2008-96, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, FRANCISCO RAMON PENA GONZALEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Alberto Pena Maldonado e de Firmina Gonzalez Alarcon, nascido na República do Paraguai, em 10 de outubro de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.590, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

EL HADJI BABA CISSE - G116097-A, natural de Senegal, nascido em 15 de janeiro de 1986, filho de Dijim Momar e de Fatoumata Ndiaye, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.000777/2020-57);

JACINTO BIGNA NHAFE - G485111-L, natural de Guiné Bissau, nascido em 22 de novembro de 1988, filho de Mario Nhafe e de Maria da Silva, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.000545/2020-07);

MANAR ANDRAWES - G078664-0, natural da Síria, nascida em 10 de abril de 2001, filho de Chaher Andrawes e de Mari Jabali, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.006537/2020-66);

MARIAMA BA - G249097-7, natural de Cabo Verde, nascida em 19 de janeiro de 1988, filha de Alahadji Ba e de Dijiba Oury Bah, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.014191/2019-36);

MIGUEL GOMEZ BERMUDEZ - V871952-1, natural da Espanha, nascido em 23 de setembro de 1977, filho de Antonio Gomez Gomez e de Concepcion Bermudez Meneses, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.009586/2020-51) e

YASER HAWA - G136767-G, natural da Síria, nascido em 02 de janeiro de 1981, filho de Zakareya Hawa e de Adiibeh Chouchara, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.008016/2020-43).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.591, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABASS ALAEDIN - G168507E, natural do Líbano, nascido em 28 de agosto de 1981, filho de Fadlalah Alaedin e Leila Alaedin, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 235881.0006910/2020);

ALAA ALASWAD - G367207-H, natural da Síria, nascido em 12 de março de 1988, filho de Dalal Nassar e de Riad Alaswad, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 235881.0009290/2020);

CHAHER KALACH - G096913-2, natural da Síria, nascido em 30 de agosto de 1972, filho de Matel Milane Kalach e de Youssef Kalach, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0024412/2021);

DIEGO ALEJANDRO WAINBERG - V251763-L, natural da Argentina, nascido em 28 de março de 1987, filho de Miriam Del Valle Castillo de Wainberg e de Hector Alejandro Wainberg, residente no Estado do Paraná (Processo n° 235881.0008089/2020);

MARWAN SALAH - G261206J, natural do Estado da Palestina, nascido em 01 de janeiro de 1991, filho de Ahmad Salah e Dalal Rwdaine, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 235881.0006961/2020);

OLGA MBUYAMBA NTANGA - V572061F, natural da República Democrática do Congo, nascida em 08 de setembro de 1989, filha de Billy Mbuyamba Matolu e Thethe Mwanza Mbuyi, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 235881.0003210/2020) e

WILDER JEAN BATARD - G014921-0, natural do Haiti, nascido em 05 de abril de 1982, filho de Madelene Wilcinot e de Albert Jean Batard, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 235881.0017404/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.592, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

GALO CARLOS LOPEZ NORIEGA - V2519861, natural do Peru, nascida em 18 de janeiro de 1971, filho de Galo Carlos Lopez Garagatti e Maria Noriega de Lopez, residente no Estado de São Paulo (Processo 235881.0005878/2020).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.593, DE 27 DE JULHO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

CHRISTINA LIOGALI OSUNGELA - F299631-S, natural da República Democrática do Congo, nascida em 23 de novembro de 2010, filha de Baena Guelord Osungela e de Beti Vita, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0028271/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 98/2021

Despacho nº 98/2021/DNN_Perda_de _Nacionalidade/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
PROCESSO: 08018.017799/2021-29
INTERESSADO(A): SÉRGIO GABRIEL ALEJANDRO VIDAL LOPES
ARQUIVAMENTO DO PEDIDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria MJSP Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, resolve:

Arquivar o processo de Perda da Nacionalidade de SÉRGIO GABRIEL ALEJANDRO VIDAL LOPES, tendo em vista a falta de interesse no seu prosseguimento, haja vista o não atendimento da intimação para complementar a documentação necessária à apreciação do seu pleito, na forma do Art. 40, da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 2816/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0027800/2021
Interessado: Duglis María Hurtado Rojas

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 2817/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEAN VILMA SEMERVIL
Processo: 235881.0027134/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado legalizado de antecedentes criminais do país de origem, comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas, e o documento consistente da comprovação de sua residência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2818/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEAN ERNSO SIMONICE
Processo: 235881.0017742/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu, comprovantes de residência, bem como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2819/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: BENITHO HENRY
Processo: 235881.0017338/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu, bem como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2820/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEANISE LEFRANC
Processo: 235881.0016898/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu, comprovantes de residência, bem como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2821/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0015801/2020
Interessado(a): HUBERSON OCCENAC

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 2822/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009948/2020
Interessado(a): MYRIAME VINCENT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 2823/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Marlene Rosario Garcia Mayaute
Processo: 235881.0008009/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu, comprovantes de residência, bem como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2824/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0006572/2020
Interessado: ASHRAF ABDULKHALEQ AHMED QAID

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por aproximadamente 05 meses do Brasil e portanto não atende as exigências contidas no inciso II, art. 65 c/c art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017, e §2º, art. 233, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 2813/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.004308/2019-37
Interessado(a): ALBERTO GALVAN BELLIDO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende as exigências dos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 1645/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.001876/2020-56
Interessado: FLAVIO PETTERSON BINJA DOS SANTOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017 c/c inciso I, do art. 237, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 2459/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.009135/2020-13
Interessado: HERBERTO CELIO DE CAMPOS DA SILVA NETO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 237 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 2368/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.000892/2020-21
Interessado(a): TERESA SA CA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende as exigências do inciso II do art. 65 c/c inciso II do art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017, além do art. 237 do decreto 9.199/2017.

Despacho nº 2348/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 08361.001266/2020-34
Interessado(a):ARIEL ACOSTA NUNEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 2262/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: ABED AL RAHMAN AL JOUIDI ABO LISAN
Processo: 08505.009750/2020-20

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do requisito da fixação de residência em território nacional, conforme previsto no art. 70 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 2497/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08295.006177/2020-15
Interessado(a): AKRAM MOHAMMED ABDANABI MADI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende as exigências contidas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 2510/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: URIPIDES MARTINEZ SILEGA
Processo: 08270.007806/2020-11

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, pela falta de cumprimento de exigências, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria 623/2020, e Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 2345/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08457.004016/2018-72
Interessado: NOBERT MICHEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 2261/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: TOUFIC AL JOUIDIABO LISAN
Processo: 08505.009782/2020-25

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do requisito da fixação de residência em território nacional, conforme previsto no art. 70 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 2359/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08505.008279/2020-52
Interessado(a): BASEL CHAHOUD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o(a) requerente não atende à exigência contida no inciso III, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 1281/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08280.000874/2020-21
Interessado(a): ABBAS HUSSEIN DIAB

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 5146/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08460.003487/2019-95
Interessado(a): FABRICIO DOMINGOS TANDU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 424, DE 23 DE JULHO DE 2021

Institui a Base Operacional Nova Iguaçu enquanto infraestruturas de apoio à gestão do NGI ICMBio Teresópolis (processo SEI nº 02126.001079/2020-57)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 20 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 451 do Ministério do Meio Ambiente de 21 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2020.

Considerando as informações constantes no processo SEI nº 02126.001079/2020-57, resolve:

Art. 1° Enquanto infraestrutura de apoio à gestão, o NGI ICMBio Teresópolis dispõe da seguinte Base Operacional - BAP:

I - BAP Nova Iguaçu, localizada na Reserva Biológica do Tinguá, município de Nova Iguaçu/RJ.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria ICMBio nº 426, de 11 de maio de 2020 e Portaria n° 740, de 18 de junho de 2020.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 285, de 11 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 24 de maio de 2021, Edição 96, Seção 1, páginas 58 e 59:

Onde se lê: "Art. 9º. Ficam permitidos a pesca, a captura, a retenção a bordo, o transporte, o beneficiamento e a comercialização do budião desde que os exemplares apresentem o comprimento entre: I - Mínimo de trinta e nove e máximo de sessenta e sessenta e seis centímetros para a espécie budião-azul (Scarus trispinosus).",

Leia-se: "Art. 9º. Ficam permitidos a pesca, a captura, a retenção a bordo, o transporte, o beneficiamento e a comercialização do budião desde que os exemplares apresentem o comprimento entre: I - Mínimo de trinta e nove e máximo de sessenta e seis centímetros para a espécie budião-azul (Scarus trispinosus)."

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 27 DE JULHO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, e o que consta no Processo nº 00000.728128/1976-40, resolve:

I - deferir, nos termos dos arts. 4º e 5º do Decreto nº 9.158, de 21 de setembro de 2017, o Pedido de Prorrogação do Prazo da Outorga da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Rio Timbó, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.SC.028744-0.01, outorgada à Companhia Bom Sucesso de Eletricidade, por meio do Decreto nº 90.190, de 12 de setembro de 1984; e

II - informar o valor anual de R$ 52.170,70 (cinquenta e dois mil, cento e setenta reais e setenta centavos), ajustado pelo prazo remanescente de vinte e três anos da outorga, referente à data-base de abril de 2021, a ser pago em favor da modicidade tarifária a título de Uso de Bem Público - UBP da PCH Rio Timbó.

BENTO ALBUQUERQUE

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATOS DE 23 DE JULHO DE 2021

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)

Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

48404.840013/2009 - Portaria Nº 211/SGM/MME - Minergypsum Extração de Gipsita Ltda. - Gipsita - Ouricuri - Pernambuco - 243,27 hectares.

48403.830579/2007 - Portaria Nº 212/SGM/MME - Varginha Mineração e Loteamentos Ltda. - Minério de Alumínio - Poços de Caldas - Minas Gerais - 114,32 hectares.

27203.830061/2005 - Portaria Nº 213/SGM/MME - Mineradora Octacílio Carlos de Souza Ltda. - Quartzo e Saibro - Espera Feliz - Minas Gerais - 45,50 hectares.

27202.820513/2000 - Portaria Nº 214/SGM/MME - Fonte Laís de Água Mineral Ltda. ME - Água Mineral - Serra Negra - São Paulo - 9,48 hectares.

48403.832916/2008 - Portaria Nº 215/SGM/MME - Agropecuária Empreendimentos Cristais Ltda. ME - Água Mineral - Bom Despacho - Minas Gerais - 49,00 hectares.

48413.827043/2013 - Portaria Nº 216/SGM/MME - Água Mineral São João Eireli - Água Mineral - Ourizona - Paraná - 49,46 hectares.

27202.821735/1999 - Portaria Nº 217/SGM/MME - Fonte da Lagoa Comércio e Exploração de Águas Ltda. - Água Mineral - Cotia - São Paulo - 8,53 hectares.

48402.821329/2014 - Portaria Nº 218/SGM/MME - Águas de Olímpia Mineradora Ltda. - Água Mineral - Olímpia - São Paulo - 14,99 hectares.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária-Adjunta

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES HOMOLOGATÓRIAS DE 27 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 2.903. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - Cernhe, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia - ESS, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural da Região de Novo Horizonte - Cernhe, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021.

Nº 2.904. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Ltda - Cermissões, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2021 da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Ltda - Cermissões, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.905. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - Castro-DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Copel Distribuição S.A. - Copel-Dis, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - Castro-DIS, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.906. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Fontoura Xavier - Cerfox, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia Fontoura Xavier - Cerfox, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências

Nº 2.907. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios Ltda - Certhil, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios Ltda - Certhil, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021 e dá outras providências.

Nº 2.908. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - Ceral DIS, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, COPEL Distribuição S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti - Ceral DIS, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.909. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - Cooperluz, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE SUL Distribuidora de Energia S.A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2021 da Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste - Cooperluz, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.910. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra - Ceris, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Enel SP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação da Região de Itapecerica da Serra - Ceris, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.911. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai - Creral, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai - Creral, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.912. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Coprel Cooperativa de Energia - Coprel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica - CEEE-GT, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2021 da Coprel Cooperativa de Energia - Coprel, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.913. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda - Celetro, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, Nova Palma Energia Ltda. - Unhepal, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda - Celetro, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.914. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacui - Certaja, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S/A - RGE, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica - CEEE-GT, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2021 da Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacui - Certaja, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.915. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia - Creluz-D, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S/A, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia - Creluz-D, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.916. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - Certel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, RGE Sul Distribuidora de Energia S/A, Vineyards Transmissora de Energia S/A, Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica - CEEE-GT, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - Certel, a vigorar a partir de 30 de juLho de 2021, e dá outras providências.

Nº 2.917. Processo nº 48500.005052/2020-10. Interessados: Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - Ceriluz, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica - CEEE GT, RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. - RGE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2021 da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - Ceriluz, a vigorar a partir de 30 de julho de 2021, e dá outras providências.

A íntegra destas Resoluções e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.110, DE 8 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002483/2020-24, decide declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do Pedido de Reconsideração interposto pela Stima Energia Ltda., nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.131, de 13 de julho de 2021, constante no Processo nº 48500.003161/2018-88, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, publicado no DOU nº 133, de 16 de julho de 2021, Seção 1, p. 52, onde se lê: "no mérito, dar-lhe provimento para autorizar o ressarcimento dos custos e dispêndios incorridos para implantação do SEP necessário à entrada em operação da EOL Dois Riachos.", leia-se: "no mérito, negar-lhe provimento para autorizar o ressarcimento dos custos e dispêndios incorridos para implantação do SEP necessário à entrada em operação da EOL Dois Riachos.".

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 2.259, DE 27 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANEEL nº 6.510, de 15 de setembro de 2020, considerando o que consta do Processo nº 48500.005153/2020-91 e o disposto no item 10.16 do Edital do Leilão nº 1/2021-ANEEL (Leilão de Transmissão), decide habilitar as Proponentes Vencedoras, relacionadas no Quadro a seguir:

LOTE	**PROPONENTES VENCEDORAS HABILITADAS**	CNPJ
1	EDP - Energias do Brasil S.A.	03.983.431/0001-03
2	Shanghai Shermar Power Holdings Co. Ltd.	35.405.519/0001-34
3	MEZ Energia e Partcipações Ltda.	37.027.275/0001-29
4	Energisa Transmissão de Energia S.A.	28.201.130/0001-01
5	MEZ Energia e Partcipações Ltda.	37.027.275/0001-29

ANDRÉ PATRUS AYRES PIMENTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.246, DE 26 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 48500.003351/2021-09. Interessado: BDE Energia Holding Importadora Limitada. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Mirabela, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.253, DE 26 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 48500.003256/2021-05. Interessado: Açucareira Quatá S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO da Central Geradora Termelétrica - UTE São José 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UTE.AI.SP.051535-3.01, com 50.000 kW de Potência Instalada, utilizando bagaço de cana de açúcar como combustível, localizada no município de Macatuba, estado de São Paulo, em favor da empresa Açucareira Quatá S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 60.855.574/0001-73. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.254, DE 26 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 48500.003252/2021-19. Interessado: Enercom Energias Renováveis Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Padre Bernardo, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.257, DE 26 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 48500.003352/2021-45. Interessado: BDE Energia Holding Importadora Limitada. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de Manga, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.258, DE 27 DE JULHO DE 2021

Processos nº: 48500.001977/2020-91 e 48500.004976/2020-07. Interessadas: PEC Energia S/A. e Neoenergia Renováveis S.A. Decisão: alterar a titularidade dos Despachos de Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Eólicas - EOL Serra da Gameleira VI e Serra da Gameleira XVI. A íntegra deste despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.262, DE 27 DE JULHO DE 2021

Processo nº: 48500.003350/2021-56. Interessado: Grande Sertão São Romão de Energia Fotovoltaica Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo I deste Despacho, visando à Produção Independente de Energia Elétrica, localizadas no município de São Romão, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE JULHO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 28 de julho de 2021.

Nº 2.264. Processo nº: 48500.001062/2019-42. Interessados: Diamantino Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: CGH Diamantino. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.500,00 kW cada. Localização: Município de Mineiros, no estado de Goiás.

Nº 2.265. Processo nº: 48500.000671/2020-18. Interessados: Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV São Gonçalo 14. Unidades Geradoras: UG9 a UG12, de 1.793,00 kW cada. Localização: Município de São Gonçalo do Gurguéia, no estado do Piauí.

Nº 2.266. Processo nº: 48500.001868/2020-74. Interessados: Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Vila Espírito Santo I (Antiga Potiguar B21). Unidades Geradoras: UG6, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.267. Processo nº: 48500.002125/2014-73. Interessados: Celesc Geração S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: PCH Celso Ramos. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 4.149,50 kW cada. Localização: Município de Faxinal dos Guedes, no estado de Santa Catarina.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.188, de 16 de julho de 2021, publicado em resumo no DOU nº 134, de 19/07/2021, Seção 1, p. 132, v. 159, onde se lê: "3.401,00 kW cada, totalizando 27.208,00 kW", leia-se: "3.401,64 kW cada, totalizando 27.213,11 kW".

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.189, de 16 de julho de 2021, publicado em resumo no DOU nº 134, de 19/07/2021, Seção 1, p. 132, v. 159, onde se lê: "3.400,00 kW cada, totalizando 74.800,00 kW", leia-se: "3.401,64 kW cada, totalizando 74.836,06 kW".

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 2.190, de 16 de julho de 2021, publicado em resumo no DOU nº 134, de 19/07/2021, Seção 1, p. 132, v. 159, onde se lê: "3.401,00 kW cada, totalizando 40.812,00 kW", leia-se: "3.401,64 kW cada, totalizando 40.819,67 kW".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.260, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000108/2015-82, decide conhecer e dar provimento à solicitação da Engie Brasil Energia S.A., com o objetivo de (i) aprovar os Custos Variáveis Unitários - CVU do complexo termelétrico Jorge Lacerda, para operação em carga plena e em carga reduzida, conforme constam na Tabela 2, a serem aplicados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da próxima revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (ii) determinar ao ONS que informe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para a devida recontabilização dos valores, a potência, os montantes de geração e o período do despacho em carga reduzida ocorridos desde 20/10/2020; e (iii) determinar à CCEE que proceda à recontabilização para conformidade do item "ii" considerando os valores de CVU conforme os marcos temporais da Tabela 1 e da Tabela 2.

Tabela 1 - validade a partir de 20/10/2020

Usina	I	II	III	IV
CEG	UTE.CM.SC.001260-2.01	UTE.CM.SC.001260-2.01	UTE.CM.SC.027093-8.01	UTE.CM.SC.027094-6.01
CVUcarga plena	285,69	258,47	257,93	218,74
CVUcarga reduzida	311,29	290,47	277,00	238,16

Tabela 2 - validade a partir de 29/4/2021

Usina	I	II	III	IV
CEG	UTE.CM.SC.001260-2.01	UTE.CM.SC.001260-2.01	UTE.CM.SC.027093-8.01	UTE.CM.SC.027094-6.01
CVUcarga plena	304,61	278,38	271,21	229,27
CVUcarga reduzida	324,50	303,68	290,33	250,08

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 2.256, DE 26 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003603/2021-91, decide indeferir o pedido da ARGO Energia Empreendimentos e Participações S.A. de postergação até 6/9/2021 do prazo para atendimento aos requisitos de teleassistência estabelecidos por meio da Resolução Normativa nº 864, de 10 de dezembro de 2019.

TITO RICARDO VAZ DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 2.261, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48500.003425/2021-07, resolve aprovar o Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCE500LP celebrado entre a compradora Cooperativa de Eletrificação Anita Garibaldi - CERGAL e a vendedora MATRIX Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MATRIX, pactuado em decorrência do resultado de processo licitatório correspondente ao LEILÃO CERGAL 2021/01, ressalvado que as cláusulas contratuais relacionadas a preço, prazos, montantes da energia elétrica comercializados, suspensão de fornecimento e resolução do contrato apresentam eficácia condicionada ao rito discricionário de Aprovação estabelecido pela Resolução Normativa nº 783/2017.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 210/2021

Fase de Requerimento de Lavra
O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pelo Decreto nº 9.587/2018, resolve:(2132)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 327/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 832.617/2009 -LIBERDADE MINERADORA LTDA - GRANITO - Municipio(s) de LIBERDADE/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 338/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 832.666/2013 -OTAVIO RODRIGUES FILHO MINERACAO LTDA - AREIA - Municipio(s) de MONTE BELO/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 322/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 832.783/2006 -PEDREIRA BRITA MINAS LTDA ME - GRANITO - Municipio(s) de CONSELHEIRO PENA/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 339/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 833.971/2013 -COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO BAEPENDI LTDA - AREIA - Municipio(s) de BAEPENDI/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 344/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 871.096/2014 -VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO - QUARTZITO - Municipio(s) de ÉRICO CARDOSO/BA, PARAMIRIM/BA
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 323/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 800.241/2007 -MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME - QUARTZITO - Municipio(s) de SANTA QUITÉRIA/CE
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 319/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 871.325/2003 -QUARTZOMIX MINERAIS LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de ANAGÉ/BA, PLANALTO/BA, VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 320/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 871.963/2005 -QUARTZOMIX MINERAIS LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de ANAGÉ/BA, PLANALTO/BA
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 317/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 896.417/2002 -RC MINERACAO LTDA - GRANITO - Municipio(s) de AFONSO CLÁUDIO/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 345/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 810.160/2015 -NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO - AREIA - Municipio(s) de MANOEL VIANA/RS
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 346/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 810.161/2015 -NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO - AREIA - Municipio(s) de MANOEL VIANA/RS
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 325/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 868.301/2007 -INTTERPLAN EMPREENDIMENTOS LTDA - CALCÁRIO DOLOMÍTICO, CALCÁRIO CALCÍTICO - Municipio(s) de CORUMBÁ/MS
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 336/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 834.466/2011 -JULIO CESAR DE RESENDE CPF 000.310.056-16 ME - AREIA - Municipio(s) de ITUTINGA/MG, NAZARENO/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 333/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.564/2011 -PORTO DE AREIA BRASIL CAMPOS GERAIS EIRELI - AREIA - Municipio(s) de PALMEIRA/PR, PONTA GROSSA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 334/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.729/2011 -G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - AREIA - Municipio(s) de PONTA GROSSA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 335/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.959/2011 -ITATINGA CALCÁRIO E CORRETIVOS LTDA - CALCÁRIO - Municipio(s) de CASTRO/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 337/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.839/2012 -CERÂMICA SILVA PRADO LTDA ME - ARGILA - Municipio(s) de SAPOPEMA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 340/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 868.125/2013 -MINERACAO CALBON LTDA - CALCÁRIO DOLOMÍTICO - Municipio(s) de MIRANDA/MS
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 343/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 848.243/2014 -LUIZA DE MARILAC MATOS NEVES SILVEIRA - AREIA, ARGILA - Municipio(s) de GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 347/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.590/2015 -CHAMA MINERACAO E COMERCIO LTDA - AREIA - Municipio(s) de PONTAL DO PARANÁ/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 348/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 896.034/2016 -JMC MINERAÇÃO LTDA. - ARGILA - Municipio(s) de JAGUARÉ/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 349/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.059/2017 -INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAPIVARI LTDA. - DOLOMITO - Municipio(s) de COLOMBO/PR, RIO BRANCO DO SUL/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 321/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 830.047/2006 -JUBITA BRITAGEM LTDA - QUARTZITO - Municipio(s) de PATROCÍNIO/MG
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 332/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.127/2011 -J.M.C. PALU MINERADORA EIRELI - SAIBRO - Municipio(s) de QUITANDINHA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 316/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 890.413/1990 -MINERACAO COLODETTI EIRELI - GRANITO - Municipio(s) de MUNIZ FREIRE/ES, CONCEIÇÃO DO CASTELO/ES
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 326/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.316/2009 -MINERADORA CAVALLIERE E CIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de FRANCISCO ALVES/PR, TERRA ROXA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 318/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.367/2003 -MINERADORA CAVALLIERE E CIA LTDA - AREIA - Municipio(s) de GUAÍRA/PR, TERRA ROXA/PR, ALTÔNIA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 330/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.409/2010 -MINERAÇÃO ILHA GRANDE PARANA LTDA - EPP - AREIA - Municipio(s) de ICARAÍMA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 329/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.408/2010 -MINERAÇÃO ILHA GRANDE PARANA LTDA - EPP - AREIA - Municipio(s) de ICARAÍMA/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 324/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 815.676/2007 -COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA - ARGILA - Municipio(s) de IÇARA/SC
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 328/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 815.764/2010 -COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA - ARGILA - Municipio(s) de IÇARA/SC
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 342/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.460/2014 -DIAMANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - CAULIM - Municipio(s) de COLOMBO/PR
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 331/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 815.914/2011 -MINERAÇÃO RIO DO VALE LTDA. ME - SAIBRO, ARGILA - Municipio(s) de URUSSANGA/SC
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 341/2021, de 27 DE JULHO DE 2021 - Processo nº 826.322/2014 -F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA - BASALTO - Municipio(s) de CORONEL VIVIDA/PR

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 211/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
873.083/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
873.084/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza o aditamento de substância mineral(2914)
002.429/1935-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE PRATA-Portaria de Lavra N°302, DOU de 26/02/1936
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
808.572/1975-COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE- Portaria N°760- DOU de 1980
808.572/1975-COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE- Portaria N°760- DOU de 23/06/1980
808.574/1975-COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE- Portaria N°962- DOU de 22/07/1980
808.575/1975-COMPANHIA INDUSTRIAL AMAZONENSE- Portaria N°963- DOU de 22/07/1980
Fase de Lavra Garimpeira
Da provimento ao recurso interposto(1263)
866.684/2009-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.375/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.376/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.377/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
867.189/2013-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
867.107/2014-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do direito de requerer a lavra.(1788)
826.326/2011- G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
831.559/1988-MONTE VERDE INCORPORACOES LTDA.
831.561/1988-MONTE VERDE INCORPORACOES LTDA.
831.563/1988-MONTE VERDE INCORPORACOES LTDA.
831.564/1988-MONTE VERDE INCORPORACOES LTDA.
862.359/2007-RICK & MILLA ESCAVAÇÕES LTDA
848.433/2011-PEDREIRA JP LTDA EPP
830.741/2000-VIANA E MATOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Nega provimento ao recurso interposto(1222)
831.503/2016-GERCINO SOUSA SANTOS
831.652/2016-GERCINO SOUSA SANTOS
831.806/2016-GERCINO SOUSA SANTOS
866.310/2011-PAULO CAVALCANTI TRAVEN
866.316/2011-PAULO CAVALCANTI TRAVEN
866.317/2011-PAULO CAVALCANTI TRAVEN
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
830.853/2016-PAULO CESAR BATTESTIM ME
866.650/2013-MÁRCIO JOSÉ DIAS LOPES
831.068/2014-MONTEIRO & PEDROSA LTDA ME
831.292/2017-F.A DE SOUZA CPF 055.239.096 88
831.586/2013-CERAMICA FERRAZ & LOPES LTDA
833.630/2013-MIRIAN RODRIGUES DA CUNHA
Da provimento ao recurso interposto(1171)
806.020/2018-JAM EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME
Fase de Requerimento de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(188)
866.171/2019-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.183/2019-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 212/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
873.083/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- DOU de 09/08/2019
873.084/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- DOU de 09/08/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 213/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
873.083/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-ALVARÁ N°10473/2016
873.084/2015-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-ALVARÁ N°10474/2016
Fase de Lavra Garimpeira
Da provimento ao recurso interposto contra multa-RAL(1755)
866.083/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.092/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.365/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.685/2009-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
867.102/2014-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
867.475/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.611/2010-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.487/2011-DARCY WINTER
866.515/2014-DARCY WINTER
866.516/2014-DARCY WINTER

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 214/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho publicado(2297)
866.684/2009-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020
866.375/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020
866.376/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020
866.377/2011-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020
867.189/2013-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020
867.107/2014-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA- DOU de 18/06/2020

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

DESPACHO
Relação nº 215/2021

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de lavra(695)
832.698/2003-BELMONT MINERAÇÃO LTDA- DOU de 02/06/2021

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 28/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
820.693/2015-IMOBILIARIA PARAMIRIM S/A.-AI N°2693/2021/DIREM-SP/ANM
820.694/2015-IMOBILIARIA PARAMIRIM S/A.-AI N°2694/2021/DIREM-SP/ANM
820.695/2015-IMOBILIARIA PARAMIRIM S/A.-AI N°2695/2021/DIREM-SP/ANM
821.179/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME-AI N°2696/2021/DIREM-SP/ANM
821.180/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME-AI N°2697/2021/DIREM-SP/ANM
821.196/2015-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP-AI N°2698/2021/DIREM-SP/ANM
821.197/2015-MINERAÇÃO MOGI GUAÇU LTDA EPP-AI N°2699/2021/DIREM-SP/ANM
821.199/2015-MINERADORA INCOPISOS LTDA-AI N°2700/2021/DIREM-SP/ANM
821.216/2015-PEDREIRA MARIA TERESA LTDA.-AI N°2701/2021/DIREM-SP/ANM
821.202/2015-JOSÉ HENRIQUE SANTICHOLLI ME-AI N°2702/2021/DIREM-SP/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
821.097/1997-MINERADORA SERRA AZUL GENUINA LTDA.- AI N° 2570/2021/DIFAM-SP/ANM
821.097/1997-MINERADORA SERRA AZUL GENUINA LTDA.- AI N° 2571/2021/DIFAM-SP/ANM
820.498/2002-HS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.- AI N° 2587/2021/DIFAM-SP/ANM
820.164/1994-NIJHUS MINERAÇÃO LTDA EPP- AI N° 2601/2021/DIFAM-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 32/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.709/2017-ROCHA BAHIA MINERACAO LTDA
820.083/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.085/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.081/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.082/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.084/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.086/2018-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.631/2011-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.634/2011-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
820.632/2011-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.111/2014-MTO REAL ESTATE PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°22713/2021/DIREM-SP/ANM
820.176/2014-MTO REAL ESTATE PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°22714/2021/DIREM-SP/ANM
820.175/2014-MTO REAL ESTATE PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°22717/2021/DIREM-SP/ANM
820.293/2003-CIVIL OBRAS CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°22718/2021/DIREM-SP/ANM
820.533/2009-ANA LUCIA BENASSI KAWASHIMA-OF. N°22720/2021/DIREM-SP/ANM
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
820.563/2007-MARCIA ANTONIA SEMEGHINI PREVATO -Alvará N°9235/2007
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.818/2002-EMERSON LUIS MUTINELLI ME- Registro de Licença N° 2.931/2006 - Vencimento em 27/7/2020
820.509/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.741/2002 - Vencimento em 15/5/2022
820.594/1989-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. EPP- Registro de Licença N° 2.376/2000 - Vencimento em
820.687/2014-PORTO NOVA ERA LTDA- Registro de Licença N° 3.410/2015 - Vencimento em
821.007/2003-MIGLIATO & MIGLIATO LTDA- Registro de Licença N° 2.845/2005 - Vencimento em
821.008/2003-MIGLIATO & MIGLIATO LTDA- Registro de Licença N° 2.846/2005 - Vencimento em
821.064/2001-EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA- Registro de Licença N° 2.921/2005 - Vencimento em
821.065/2001-EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA- Registro de Licença N° 3.176/2011 - Vencimento em
820.880/2010-COPLAN CONSTRUTORA PLANALTO LTDA- Registro de Licença N° 3.690 /2019 - Vencimento em
820.510/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 3.398/2015 - Vencimento em 15/5/2022
821.084/2008-FLÁVIA ROMIO MARCHIONNO ME- Registro de Licença N° 3.128/2009 - Vencimento em
820.079/2010-PORTO DE AREIA SOL NASCENTE LTDA.- Registro de Licença N° 3.145/2011 - Vencimento em
820.515/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.272/1999 - Vencimento em 15/5/2022
820.514/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.271/1999 - Vencimento em 15/5/2022
820.512/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.270/1999 - Vencimento em 15/5/2022
820.511/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.269/1999 - Vencimento em 15/5/2022
820.507/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 2.267/1999 - Vencimento em 15/5/2022
820.506/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 3.724/2012 - Vencimento em 15/5/2022
820.505/1994-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA.- Registro de Licença N° 1.924/1998 - Vencimento em 15/5/2022
820.711/1998-PASSA CINCO EXTR E COM DE MINERIOS LTDA ME- Registro de Licença N° 1.987/1998 - Vencimento em
820.106/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.329/1999 - Vencimento em 28/12/2020
820.105/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.326/1999 - Vencimento em
820.104/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.328/1999 - Vencimento em
820.200/2001-PORTO DE AREIA LARGO DA PRAIA LTDA.- Registro de Licença N° 2.994/2006 - Vencimento em 14/5/2021
820.103/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.327/1999 - Vencimento em
820.097/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.085/1998 - Vencimento em
820.099/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.086/1998 - Vencimento em
820.098/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.083/1998 - Vencimento em
821.517/1999-PORTO DE AREIA ALIANCA LTDA- Registro de Licença N° 2.354/2000 - Vencimento em
820.102/1990-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.325/1999 - Vencimento em
821.549/1999-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.613/2001 - Vencimento em
821.550/1999-EMPRESA DE MINERACAO CASTILHO LTDA- Registro de Licença N° 2.214/2001 - Vencimento em
821.059/2010-V DE C MOISES TREMEMBÉ ME- Registro de Licença N° 3.223/2012 - Vencimento em
821.083/2010-VALE DO BUQUIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N° 3.247/2013 - Vencimento em
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
820.853/2001-CERÂMICA TEZOTTO LTDA EPP- Cessionário:CERÂMICA POR DO SOL LTDA.- CNPJ 69.067.304/0001-72- Registro de Licença N° 2.008/2007- Vencimento da Licença: 28/02/2023
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
821.067/2012-PEDREIRA NOVA FORTALEZA LTDA-OF. N°23218/2021/DIFAM-SP/ANM
821.067/2012-PEDREIRA NOVA FORTALEZA LTDA-OF. N°23219/2021/DIFAM-SP/ANM
821.117/2015-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23224/2021/DIFAM-SP/ANM
820.289/2009-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23227/2021/DIFAM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.245/2012-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23221/2021/DIFAM-SP/ANM
820.793/2010-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23222/2021/DIFAM-SP/ANM
821.117/2015-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23225/2021/DIFAM-SP/ANM
820.289/2009-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°23228/2021/DIFAM-SP/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
820.163/2018-COMERCIO VAREJISTA DE AREIA DE ITAPIRA LTDA ME-Registro de Licença N° 43/2021 - Vencimento em 25/2/2023

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 300/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
FERNANDO IVAN PEREIRA - 831239/2016 - Not. Adm. 108/2019 - R$ 389,82.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 301/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Mineração Rio Claro M.v. Ltda. - 830765/2018 - Not. Adm. 495/2019 - R$ 8.473,73.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 308/2021

No Despacho referente à Relação nº 299/2021, publicado no DOU em 23/07/2021, Seção 1, página 138, onde lê-se "Janio Alves Leite, Gerente"; leia-se "Suzane Santos Vilela, Chefe da DIRAR 1-MG".

SUZANE SANTOS VILELA
Chefe de Divisão

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 350/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5348/2021-860.786/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5347/2021-860.784/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5346/2021-860.783/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5344/2021-860.781/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5343/2021-860.780/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI-
5345/2021-860.782/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5342/2021-860.779/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
5341/2021-860.777/2021-COOPERATIVA DE MINERADORES E GARIMPEIROS DA REGIAO DE NIQUELANDIA - COOPERMINI-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 355/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
886.053/2017-CENTRAIS ELÉTRICAS CESAR FILHO LTDA.-CALCÁRIO DOLOMITICO-PARECIS/RO

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 365/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5349/2021-868.171/2019-MARCOS DE FREITAS PINHEIRO-

JOTAVIO BORGES GOMES
Substituto

DESPACHO
Relação nº 366/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
868.351/2016-PEDREIRA TRÊS LAGOAS LTDA-ALVARÁ N° 6519 Publicado DOU de 18/08/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 875,23 ha...''; Leia-se: ''... numa área de 785,62 ha...''
866.640/2010-MINERAÇÃO APOENA S A-ALVARÁ N° 6192 Publicado DOU de 07/07/2014- Onde se lê:'' ... numa área de 9919,99 ha...''; Leia-se: ''... numa área de 2097,57 ha...''
866.685/2015-MARCOS JOSE MARTINS FERNANDES-ALVARÁ N° 3158 Publicado DOU de 12/04/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 162,55 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 39,81 ha...''
866.389/2020-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA-ALVARÁ N° 1467 Publicado DOU de 10/03/2021- Onde se lê:'' ... numa área de 2516,61 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 2202,67 ha...''
864.036/2018-MINERACAO JOELBA LTDA-ALVARÁ N° 5904 Publicado DOU de 02/08/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 9077,89 ha...''; Leia-se: ... numa área de 9027,88 ha...''

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação nº 67/2021

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
848.132/2016-EVILASIO DE ARAUJO SOUTO - PLG N°75/2021 - Prazo 5 anos
871.283/2019-MARIO DE SOUZA GONZAGA FILHO - PLG N°76/2021 - Prazo 2 anos

JOSE JAIME SZNELWAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 836, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP Nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP Nº 43, de 06 de dezembro de 2007, considerando o que consta nos Processos nº 48610.201933/2019-89 e 48610.218412/2020-02, resolve:

Revogar a aprovação da Descrição da Unidade Marítima (DUM) e do Relatório de Informações do Concessionário (RIC) relativos à instalação FPSO POLVO/ Contrato 48610.003888/2000.

Motivação: Término das operações e aprovação do programa de descomissionamento da instalação.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 447, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.211325/2021-05, resolve: autorizar a empresa TRANSPORTADORA VALE DA SERRA LTDA., CNPJ nº 15.024.193/0007-83, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada na Avenida Industrial, nº 66, Bairro Industrial I - Água Boa/MT; CEP: 78.635-000. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -14:04:03,20; -52:09:08,00 ; S: (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo
02	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo
03	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo
04	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo
05	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo
06	2,26	5,26	20,00	II e III	Horizontal Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 448, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.211309/2021-12, resolve: autorizar a filial da empresa WATT- DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ 03.908.643.0007-11, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 835, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao TOP GAS DF DISTRIBUIDORA, REVENDEDORA E TRANSPORTADORA DE GLP E AGUA MINERAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 30.892.504/0001-24, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 10363029320214013400.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 837, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0212204	APM AUTO POSTO LTDA	40.328.546/0001-90	48610.212072/2021-89
PR/CE0212205	J P L COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	39.493.717/0001-58	48610.212842/2021-93
PR/MT0212296	PETROSANTOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	40.842.583/0001-12	48610.211549/2021-17
PR/PB0212206	POSTO DE COMBUSTIVEIS SENHOR DO BONFIM EIRELI	34.146.144/0001-72	48610.212819/2021-07
PR/BA0212207	POSTO DUAS IRMAS LTDA	30.159.359/0001-77	48610.209491/2021-33
PR/BA0212256	POSTO MIAMI DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	38.254.930/0001-44	48610.206642/2021-00
PR/MA0212276	SANTOS & MARTINS LTDA	28.117.082/0001-78	48610.211044/2021-44

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 838, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPMG0383393	ABC DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	38.097.538/0001-39	48610.212191/2021-31
GLPAM0383439	ANDERSON PEREIRA DA SILVA	41.362.194/0001-52	48610.212990/2021-16
GLPMG0383397	BRENO JUSTINO RIBEIRO	39.556.326/0001-35	48610.000755/2021-95
GLPPR0383409	CATARATAS COMERCIO DE GAS LTDA	03.644.940/0007-05	48610.209131/2021-31
GLPMS0383368	CELSO RODRIGUES DA SILVA	41.888.796/0001-48	48610.212821/2021-78
GLPMG0383406	CLAUDIO AUGUSTO FERREIRA	40.731.586/0001-89	48610.212867/2021-97
GLPDF0383424	COMERCIAL ESTRELA DO GAS LTDA	12.760.702/0001-52	48610.212898/2021-48
GLPAL0383377	D M DE OLIVEIRA BELO EIRELI	41.081.965/0001-33	48610.212833/2021-01
GLPMA0383426	E. F. MATOS BEBIDAS	24.209.508/0001-62	48610.212896/2021-59
GLPSP0383343	FORT-GAS COMERCIO LTDA	40.884.335/0001-34	48610.212799/2021-66
GLPRS0383411	GAS BEIRA RIO LTDA	42.088.395/0001-76	48610.212862/2021-64
GLPMA0383422	I S COSTA LEVGAS	39.951.154/0001-02	48610.212895/2021-12
GLPSP0383383	IVAN CARLOS MENDES GAS	41.911.482/0001-19	48610.212154/2021-23
GLPMA0383366	J. D. M. DA CONCEICAO	26.598.816/0001-52	48610.212815/2021-11
GLPMA0383373	J R S BRAIDE & CIA LTDA	09.652.800/0001-61	48610.212831/2021-11
GLPMG0383360	JOAO DONIZETE FILHO 87990784653	32.203.452/0001-67	48610.212812/2021-87
GLPGO0383381	MARIA JOSE F DA SILVA EIRELI	35.061.493/0001-54	48610.211235/2021-14
GLPCE0383428	MARIA PATRICIA SILVA PAULA	31.754.157/0002-17	48610.212908/2021-45
GLPSP0383370	MICHELA DE OLIVEIRA MERCADO	05.867.831/0001-89	48610.212828/2021-90
GLPTO0383435	N M RODRIGUES ALMEIDA	39.713.089/0001-79	48610.212977/2021-59
GLPRO0383386	OLIVEIRA & GARCIA COMERCIO DE GAS LTDA	40.471.209/0001-58	48610.212727/2021-19
GLPES0383433	OLIVEIRA & LANNA COMERCIO DE GAS LTDA	32.621.185/0001-48	48610.212936/2021-62
GLPPR0383389	PAZ BOBATO & CIA LTDA	11.641.546/0001-48	48610.000987/2021-43
GLPPI0383418	R. N. DO NASCIMENTO MARTINS	41.230.275/0001-07	48610.212889/2021-57
GLPTO0383364	R P NASCIMENTO EIRELI	35.694.169/0001-73	48610.212814/2021-76
GLPTO0383362	R PROPERCIO LIRA COMERCIO DE GAS	37.989.930/0002-00	48610.212813/2021-21
GLPPA0383416	SAGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	16.729.885/0012-57	48610.212887/2021-68
GLPRS0383413	SUPERMERCADO NECKEL & BATALHA LTDA	32.720.593/0001-57	48610.212884/2021-24
GLPGO0383404	SUPERMERCADO PADRAO LTDA	26.729.855/0002-22	48610.212859/2021-41
GLPCE0383437	T F MACIEL COMERCIO DE GAS LTDA	41.935.408/0001-32	48610.212986/2021-40
GLPPI0383395	THALES RODRIGUES DA SILVA	31.164.313/0002-90	48610.212847/2021-16
GLPGO0383431	VW DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS EIRELI	24.195.840/0001-15	48610.212918/2021-81
GLPMG0383391	WENDEL LEONARDO VIEIRA LTDA	40.610.053/0001-49	48610.208247/2021-53
GLPPR0383375	WILLIAN FERNANDO DOS SANTOS - GAS	37.616.980/0001-61	48610.212832/2021-58

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 839, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no disposto no inciso II, do art. 30, da Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a revogação da autorização nº GLP/GO0216584 para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, pertencente ao COMERCIAL DE GÁS E AGUA MINERAL P. VIEIRA LTDA-ME, com inscrição no CNPJ sob o nº 15.167.308/0001-01, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.209714/2019-48.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 840, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO FREI DAMIAO LTDA, CNPJ nº 08.547.432/0007-14, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 08057773920214058400.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 445, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.205764/2021-71, resolve:

Art. 1º Fica autorizada ao exercício da atividade de produção de etanol a UPI SÃO LUIS LTDA., CNPJ nº 38.278.706/0001-92, localizada na Fazenda São Luiz, Setor A, Zona Rural, Pirassununga - SP.

Art. 2º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 446, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso IV do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.205764/2021-71, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da UPI SÃO LUIS LTDA., CNPJ nº 38.278.706/0001-92, com capacidade de produção de 600 m³/dia de etanol hidratado e 200 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda São Luiz, Setor A, Zona Rural, Pirassununga - SP.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 168, de 2/3/2018, publicada no DOU de 5/3/2018.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 449, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso II do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.216178/2020-71, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de biodiesel da CAIBIENSE GRAN VITA LTDA., CNPJ nº 75.817.163/0007-56, com capacidade de produção de 250 m³/d, localizada na Rua Cruz e Souza 325, Parte Norte do Lote 7-B, Gleba 7-B, Pavilhão 01, Jardim Rui Barbosa, Rondonópolis - MT, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 606, de 01/12/2009, publicada no DOU de 02/12/2009.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

DESPACHO SPC-ANP Nº 831, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.217128/2020-19, resolve:

Ficam REVOGADAS as Autorizações ANP nºs 802, de 23/08/2018, publicada no DOU em 24/08/2018 e 279, de 03/04/2018, publicada no DOU em 04/04/2018, outorgadas à CHS AGRONEGÓCIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 05.492.968/0010-97, referente à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 1 m³/d de etanol hidratado, localizada na Estrada da Palma, S/N, km 8, Distrito de Palma, São Vicente do Sul - RS, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 27, inciso I, da Resolução ANP nº 734/2018.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

DESPACHO SPC-ANP Nº 832, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.202339/2021-20, resolve:

Ficam REVOGADAS as Autorizações ANP nºs 1.264, de 31/12/2018, publicada no DOU em 02/01/2019 e 1.265, de 31/12/2018, publicada no DOU em 02/01/2019, outorgadas à COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL DE GOIANA, CNPJ nº 10.319.853/0001-44, referente à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 280 m³/d de etanol hidratado e 250 m³/d de etanol anidro, localizada na Engenho Bujari S/N, Fabrica, Goiana - PE, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 27, inciso I, da Resolução ANP nº 734/2018.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

DESPACHO SPC-ANP Nº 833, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.202490/2021-68, resolve:

Ficam REVOGADAS as Autorizações ANP nºs 1.135, de 06/11/2018, publicada no DOU em 07/11/2018 e 1.136, de 06/11/2018, publicada no DOU em 07/11/2018, outorgadas à USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A., CNPJ nº 60.892.098/0001-60, referente à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 450 m³/d de etanol hidratado, localizada no Conjunto Industrial Usina Ester, s/n, Zona Rural, Cosmópolis - SP, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 27, inciso I, da Resolução ANP nº 734/2018.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

DESPACHO SPC-ANP Nº 834, DE 27 DE JULHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.202491/2021-11, resolve:

Ficam REVOGADAS as Autorizações ANP nºs 980, de 26/12/2019, publicada no DOU em 27/12/2019 e 981, de 26/12/2019, publicada no DOU em 27/12/2019, outorgadas à USINA AÇUCAREIRA FURLAN S.A., CNPJ nº 56.723.257/0002-07, referente à instalação produtora de etanol, com capacidade de produção de 600 m³/d de etanol hidratado, localizada na Rodovia Presidente Castelo Branco, km 254, Fazenda das Flores, Avaré - SP, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 27, inciso I, da Resolução ANP nº 734/2018.

HELOISA HELENA MOREIRA PARAQUETTI

Ministério da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 783, DE 22 DE JULHO DE 2021

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente Hospitalar São Salvador, com sede em Salvador do Sul (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 376/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.207403/2018-46, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospitalar São Salvador, CNPJ nº 04.706.431/0001-29, com sede em Salvador do Sul (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de dezembro 2018 a 05 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 1.104, de 02 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 236, de 10 dezembro de 2020, Seção 1, página nº 172.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 784, DE 23 DE JULHO DE 2021

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 11 21 SP 05
I - denominação: Instituto Jundiaiense Luiz Braille Unidade I
II - CNPJ: 50.958.859/0001-86
III - CNES: 2701561
IV - endereço: Avenida Dr. Sebastão Mendes Silva, nº 539, Bairro: Anhangabau, Jundiai/SP, CEP: 13.208-090.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 12 21 SP 06
I - denominação: Beneficencia Nipo Brasileira de Sao Paulo / Hospital Nipo Brasileiro
II - CNPJ: 60.992.427/0006-50
III - CNES: 2089777
IV - endereço: Rua Pistoia, nº 100, Bairro: Parque Novo Mundo, São Paulo/SP, CEP: 02.189-000.

Nº do SNT: 2 12 21 SP 07
I - denominação: Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico / Hospital Unimed Ribeirão Preto
II - CNPJ: 45.232.246/0019-56
III - CNES: 7965192
IV - endereço: Rua Auxiliar Chácaras Olhos D'água, nº 105, Bairro: Country Village, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.110-000.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 21 SP 23
I - responsável técnico: Brenno Signorelli, oftalmologista, CRM 148620 - SP;
II - membro: Andre Tenorio Teixeira, oftalmologista, CRM 102816 - SP;
III - membro: Lucas Ruiz Storti, oftalmologista, CRM 145593 - SP;
IV - membro: Eloisa Helena Pedroso Penna, oftalmologista, CRM 111766 - SP;
V - membro: Andre Domingos Pinto Ruppert, oftalmologista, CRM 169897 - SP.

Art. 4º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 12 21 SP 24
I - responsável técnico: Leonardo Addeo Ramos, ortopedista e traumatologista, CRM 101483 - SP;
II - membro: Jorge Liozi Yamashita, ortopedista e traumatologista, CRM 40636 - SP;
III - membro: Bruno Asprino Ciancio, ortopedista e traumatologista, CRM 129993 - SP.

Nº do SNT: 1 12 21 SP 25
I - responsável técnico: Arthur Tomotaka Sugo, ortopedista e traumatologista, CRM 112525 - SP;
II - membro: Christian Yugo Nagao, ortopedista e traumatologista, CRM 101283 - SP;
III - membro: Claudio Kawasaki Alcantara Barreto, ortopedista e traumatologista, CRM 121206 - SP;
IV - membro: Nickson Russo Junior, ortopedista e traumatologista, CRM 67517 - SP;
V - membro: Renato Bellini Dalio, ortopedista e traumatologista, CRM 125678 - SP;
VI - membro: Rian Souza Vieira, ortopedista e traumatologista, CRM 134289 - SP;
VII - membro: Rodrigo Salim, ortopedista e traumatologista, CRM 112762 - SP;
VIII - membro: Thiago Jose Mari, ortopedista e traumatologista, CRM 125723 - SP;
IX - membro: Vinicius Jorge Sugano, ortopedista e traumatologista, CRM 126052 - SP;
X - membro: Joao Batista Manzoli Torres, ortopedista e traumatologista, CRM 130085 - SP.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 11 99 RS 05
I - responsável técnico: Italo Mundialino Marcon, oftalmologista, CRM 3424 - RS;
II - membro: Alexandre Seminoti Marcon, oftalmologista, CRM 23564 - RS;
III - membro: Christine Cioba, oftalmologista, CRM 39300 - RS;
IV - membro: Caroline Fabris, oftalmologista, CRM 25713 - RS;
V - membro: Gustavo Antonio Widholzer Rey, oftalmologista, CRM 33736 - RS;

VI - membro: Mariana Thomé Cavalheiro, oftalmologista, CRM 39391 - RS;
VII - membro: Ruy Rafael Fernandes Miorim, oftalmologista, CRM 34857 - RS;
VIII - membro: Terla Nunes de Castro, oftalmologista, CRM 22717 - RS.

Art. 6º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - aos estabelecimentos e equipes de saúde especializadas - terão validade de quatro anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 785, DE 23 DE JULHO DE 2021

Concede renovação de autorização a estabelecimento e equipe de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
PARANÁ

Nº do SNT: 2 41 13 PR 03
I - denominação: Hospital do Coração de Londrina LTDA
II - CNPJ: 04.762.301/0001-03
III - CNES: 2758083
IV - endereço: Rua Paes Leme, nº 1.351, Bairro: Vila Ipiranga, Londrina/PR, CEP: 86.010-610.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
PARANÁ

Nº do SNT: 1 41 13 PR 03
I - responsável técnico: Gualter Sebastiao Pinheiro Junior, cirurgião cardiovascular, CRM 13332 - PR;
II - membro: Arnaldo Akio Okino, cirurgião cardiovascular, CRM 15159 - PR;
III - membro: Cristhiane Ikeda Bavoso, cardiologista pediátrica, CRM 13351 - PR;

Art. 3º As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - ao estabelecimento e equipe de saúde especializada - terão validade de dois anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 786, DE 23 DE JULHO DE 2021

Concede autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica nº 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes (CET), resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM: 24.08
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 2 01 21 RJ 13
I - denominação: Hospital Norte Dor de Cascadura SA / Hospital Norte Dor
II - CNPJ: 09.578.217/0001-58
III - CNES: 6681573
IV - endereço: Rua Carolina Machado, nº 38, Bairro: Cascadura, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.351-021.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PULMÃO: 24.10
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 2 04 21 RJ 14
I - denominação: Esho Empresa De Servicos Hospitalares S.A / Hospital Pro Cardiaco
II - CNPJ: 29.435.005/0051-98
III - CNES: 3187837
IV - endereço: Rua Dona Mariana, nº 217, Bairro: Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.280-020.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 01 21 RJ 19
I - responsável técnico: Onofre de Oliveira Barros Junior, nefrologista, CRM 828645 - RJ;
II - membro: Isabela Pereira de Alcântara Ossaille, nefrologista, CRM 1020293 - RJ;
III - membro: Priscilla Cardim Fernandes, nefrologista, CRM 917664 - RJ;
IV - membro: Lucas Demetrio Domingues de Souza, cirurgião geral, CRM 856215 - RJ;
V - membro: Romolo Guida, urologista, CRM 80370 - RJ;
VI - membro: Thiago Pereira Bellinha, cirurgião geral, CRM 865079 - RJ;
VII - membro: Lucio Filgueiras Pacheco Moreira, cirurgião geral, CRM 597798 - RJ.

Art. 4º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de pulmão à equipe de saúde a seguir identificada:

PULMÃO: 24.10
RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 04 21 RJ 20
I - responsável técnico: Alexandre Siciliano Colafranceschi, cirurgião cardiovascular, CRM 627259 - RJ;
II - membro: Bruno Miranda Marques, cirurgião cardiovascular, CRM 743321 - RJ;
III - membro: Marcelo Ramalho Fernandes, anestesiologista, CRM 584519 - RJ;
IV - membro: Gilberto Paulozzi Junior, cirurgião cardiovascular, CRM 910317 - RJ;
V - membro: Caio César Bianchi de Castro, cirurgião geral e cirurgião torácico, CRM 996700 - RJ;
VI - membro: Anderson Fontes, cirurgião torácico, CRM 696722 - RJ;
VII - membro: Marina Caiado Paulozzi, anestesiologista, CRM 1031430 - RJ;
VIII - membro: Fernando Borges Rodriguez, intensivista, CRM 769673 - RJ;
IX - membro: Ana Luiza Ferreira Sales, intensivista, CRM 760056 - RJ;
X - membro: Fernando Hauaji Chacur, intensivista, CRM 538169 - RJ;
XI - membro: Larissa Vieira Tavares dos Reis, pneumologista, CRM 992429 - RJ;
XII - membro: Luiz Claudio Lazzarini de Oliveira, pneumologista, CRM 518132 - RJ.

Art. 5° As autorizações concedidas por meio desta Portaria - para estabelecimentos e equipes de saúde especializadas - terão validade de um ano, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 787, DE 23 DE JULHO DE 2021

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada no art. 11 da Portaria SAS/MS nº 1.675, de 27 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 210, de 1º de novembro de 2017, Seção 1, páginas 58, 59 e 60, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
PARANÁ

Nº do SNT: 1 11 01 PR 21
XV - membro: Ana Laura Burger Vianello, oftalmologista, CRM 46883 - PR.

Art. 2º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada no art. 10 da Portaria SAS/MS nº 1.307, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2018, Seção 1, páginas 139 e 140, os membros a seguir:

RIM: 24.08
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 01 06 MG 14
XVI - membro: Silverio Leonardo Macedo Garcia, cirurgião geral, 34373 - MG;
XVII - membro: Ana Flávia Vieira Ferreira, nefrologista, 68366 - MG;
XVIII - membro: Anna Paula Correa Gomes, nefrologista, 70656 - MG;
XIX - membro: Bernardo Duarte Pessoa de Carvalho Silva, nefrologista, 67579 - MG;
XX - membro: Clarissa Silva Ribeiro, nefrologista, 64894 - MG;
XXI - membro: Cristiane Andrade Yunes, nefrologista, 41154 - MG;
XXII - membro: Julia Drumond Parreiras de Morais, nefrologista, 64754 - MG;
XXIII - membro: Alisson Barbosa Ferreira, cirurgião geral, 66531 - MG;
XXIV - membro: Cláudio Almeida Parra, cirurgião cardiovascular, 47646 - MG;
XXV - membro: Denilson Santos Custodio, urologista, 36818 - MG;
XXVI - membro: Juliano Felix Castro, cirurgião geral, 47951 - MG;
XXVII - membro: Ricardo de Castro Gontijo, cirurgião geral, 34252 - MG.

Art. 3º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada no art. 4º da Portaria SAES/MS nº 744, de 12 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 16 de julho de 2021, Seção 1, páginas 70 e 71, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
GOIÁS

Nº do SNT: 1 21 21 GO 01
IV - membro: Fernanda de Souza Meireles Kluthcouski, hematologista e hemoterapeuta, CRM 12271 - GO;
V - membro: Reginara Dias Fernandes, hematologista e hemoterapeuta, CRM 7536 - GO;

VI - membro: Tathiana Maia Ferreira Al Rubaie, hematologista e hemoterapeuta, CRM 8188 - GO;
VII - membro: Pollyana Pinheiro Inácio, hematologista e hemoterapeuta, CRM 16493 - GO.

Art. 4º Fica incluído na equipe de transplante habilitada no art. 9º da Portaria SAS/MS nº 1.841, de 20 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2018, Seção 1, páginas 139 e 140, o membro a seguir:

RIM: 24.08

CEARÁ

Nº do SNT: 1 01 99 CE 01
XIII - membro: Daniel Costa Cavalcante Aragão, cirurgião geral e urologista, CRM 11089 - CE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 788, DE 23 DE JULHO DE 2021

Exclui membro de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica n° 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00, resolve:

Art. 1º Fica excluído da equipe de transplante habilitada no art. 9º da Portaria SAS/MS nº 571, de 13 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 17 de maio de 2019, Seção 1, páginas 123 e 124, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 02 SP 83
III - membro: Guy Soares de Sordi, oftalmologista, CRM 60689 - SP.

Art. 2º Ficam excluídos da equipe de transplante habilitada no art. 10 da Portaria SAS/MS nº 1.307, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2018, Seção 1, páginas 139 e 140, os membros a seguir:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 01 06 MG 14
II - responsável técnico: Euler Pace Lasmar, nefrologista, CRM 4900 - MG;
III - membro: Marcus Faria Lasmar, nefrologista, CRM 35726 - MG;
VI - membro: Luiz Flávio Couto Giordano, nefrologista, CRM 30541 - MG;
IX - membro: Hemerson Paul Vieira Marques, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 35291 - MG;
X - membro: Luis Gustavo de Freitas Trindade, nefrologista, CRM 46416 - MG.

Art. 3º Fica excluído da equipe de transplante habilitada no art. 18 da Portaria SAS/MS nº 637, de 28 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 104, de 31 de maio de 2019, Seção 1, páginas 62, 63 e 64, o membro a seguir:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS

GOIÁS

Nº do SNT: 1 71 14 GO 03
XI - membro: Jean Frederico de Araujo, cirurgião geral, CRM 11200 - GO.

Art. 4º Fica excluído da equipe de transplante habilitada no art. 12 da Portaria SAS/MS nº 303, de 7 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 50, de 14 de março de 2019, Seção 1, páginas 93 e 94, o membro a seguir:

PÂNCREAS: 24.04

CEARÁ

Nº do SNT: 1 32 13 CE 01
II - responsável técnico: Elam Vasconcelos de Aquino, cirurgião geral, CRM 10484 - CE.

Art. 5º Fica excluído da equipe de transplante habilitada no art. 20 da Portaria SAS/MS nº 1.578, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 10 de outubro de 2018, Seção 1, páginas 63, 64 e 65, o membro a seguir:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

CEARÁ

Nº do SNT: 1 31 10 CE 04
II - responsável técnico: Elam Vasconcelos de Aquino, cirurgião geral, CRM 10484 - CE.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 789, DE 23 DE JULHO DE 2021

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que trata da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 78/2021-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.108660/2021-00, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico Euler Pace Lasmar, nefrologista, CRM 4900 - MG, constante no art. 10 da Portaria SAS/MS nº 1.307, de 23 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 165, de 27 de agosto de 2018, Seção 1, páginas 139 e 140, conforme nº de SNT 1 01 06 MG 14, e nomeado como responsável técnico pela equipe Patrícia Vasconcelos Lima, nefrologista, 20732 - MG.

Art. 2º Fica substituído o responsável técnico Elam Vasconcelos de Aquino, cirurgião geral, CRM 10484 - CE, constante do art. 12 da Portaria SAS/MS nº 303, de 7 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 50, de 14 de março de 2019, Seção 1, páginas 93 e 94, conforme nº de SNT 1 32 13 CE 01, e nomeada como responsável técnica pela equipe Ivelise Regina Canito Brasil, cirurgiã geral, CRM 6205 - CE.

Art. 3º Fica substituído o responsável técnico Elam Vasconcelos de Aquino, cirurgião geral, CRM 10484 - CE, constante do art. 20 da Portaria SAS/MS nº 1.578, de 3 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 196, de 10 de outubro de 2018, Seção 1, páginas 63 e 65, conforme nº de SNT 1 31 10 CE 04, e nomeada como responsável técnica pela equipe Ivelise Regina Canito Brasil, cirurgiã geral, CRM 6205 - CE.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 790, DE 26 DE JULHO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Cultural e Científica Virvi Ramos, com sede em Caxias do Sul (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 505/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.035999/2016-12, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Cultural e Científica Virvi Ramos, CNPJ nº 88.665.914/0001-12, com sede em Caxias do Sul (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de março de 2016 a 17 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

RETIFICAÇÃO

No Art. 13 da Portaria SAES/MS n° 1.117, de 24 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 189, de 30 de setembro de 2019, Seção 1, páginas 99 a 101,

Onde se lê:

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 31 15 PR 10

Leia-se:

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 31 15 PR 08

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 103, DE 26 DE JULHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD nº 699/2021, de 21 de julho de 2021, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: A.A.J LOURENCO & CIA LTDA.
CNPJ: 05.619.593/0001-92
Número do Processo: 25351.903533/2019-12
Expediente: SEI 1495596
Data do protocolo: 20/04/2021
Prazo máximo para decisão: 17/10/2021
Recorrente: A. F ANDRADE SERGIO ME
CNPJ: 26.113.505/0001-56
Número do Processo: 25351.399996/2021-83
Expediente: 1962264/21-1
Data do protocolo: 21/05/2021
Prazo máximo para decisão: 17/11/2021
Recorrente: ABIOCON COMERCIAL LTDA.
CNPJ: 10.734.999/0001-56
Número do Processo: 25351.236848/2018-53
Expediente: 2103090/21-7
Data do protocolo: 31/05/2021
Prazo máximo para decisão: 27/11/2021
Recorrente: ABS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME
CNPJ: 24.155.878/0001-64
Número do Processo: 25351.493589/2021-61
Expediente: 2438511/21-4
Data do protocolo: 23/06/2021

Prazo máximo para decisão: 20/12/2021
Recorrente: ACESSA FARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA.
CNPJ: 32.760.255/0001-49
Número do Processo: 25351.075618/2021-15
Expediente: 0957449/21-2
Data do protocolo: 11/03/2021
Prazo máximo para decisão: 07/09/2021
Recorrente: ADRIANO G CALHEIROS DA SILVEIRA E CIA LTDA.
CNPJ: 41.013.597/0001-96
Número do Processo: 25351.542000/2021-66
Expediente: 2276377/21-5
Data do protocolo: 12/06/2021
Prazo máximo para decisão: 09/12/2021
Recorrente: AEROJET QUIM IND LTDA.
CNPJ: 33.152.885/0001-01
Número do Processo: 25351.560547/2020-62
Expediente: 2062626/21-6
Data do protocolo: 26/05/2021
Prazo máximo para decisão: 22/11/2021
Recorrente: APOLO HOSPITALAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. ME
CNPJ: 13.917.345/0001-56
Número do Processo: 25351.463711/2015-14
Expediente: 0515430/21-8
Data do protocolo: 08/02/2021
Prazo máximo para decisão: 07/08/2021
Recorrente: AVENCA INDÚSTRIA COSMÉTICA EIRELI
CNPJ: 17.910.635/0001-29
Número do Processo: 25351.481742/2013-41
Expediente: 1765293/21-9
Data do protocolo: 07/05/2021
Prazo máximo para decisão: 03/11/2021
Recorrente: BELFAR LTDA.
CNPJ: 18.324.343/0001-77
Número do Processo: 25000.006736/90-05
Expediente: 2465332/21-2
Data do protocolo: 24/06/2021
Prazo máximo para decisão: 21/12/2021
Recorrente: BELLE PROFESSIONAL COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 26.090.760/0001-20
Número do Processo: 25351.990868/2020-98
Expediente: 1696003/21-1
Data do protocolo: 03/05/2021
Prazo máximo para decisão: 30/10/2021
Recorrente: BRASIL INSTRUMENTOS CIRURGICOS EIRELI
CNPJ: 29.474.075/0001-96
Número do Processo: 25351.464830/2021-45
Expediente: 2214384/21-0
Data do protocolo: 08/06/2021
Prazo máximo para decisão: 05/12/2021
Recorrente: C M SANTOS FARMACIA BOA SAUDE LTDA.
CNPJ: 23.519.412/0001-38
Número do Processo: 25351.295575/2021-84
Expediente: 1733379/21-2
Data do protocolo: 05/05/2021
Prazo máximo para decisão: 01/11/2021
Recorrente: C M SANTOS FARMACIA BOA SAUDE LTDA.
CNPJ: 23.519.412/0001-38
Número do Processo: 25351.295575/2021-84
Expediente: 1735704/21-7
Data do protocolo: 05/05/2021
Prazo máximo para decisão: 01/11/2021
Recorrente: C R DOS SANTOS E CIA LTDA.
CNPJ: 34.317.989/0001-83
Número do Processo: 25351.316690/2021-08
Expediente: 2029693/21-9
Data do protocolo: 26/05/2021
Prazo máximo para decisão: 22/11/2021
Recorrente: C&C MANTOVANI SOLUCOES LOGISTICAS LTDA.
CNPJ: 39.668.292/0001-70
Número do Processo: 25351.333700/2021-61
Expediente: 1921549/21-1
Data do protocolo: 18/05/2021
Prazo máximo para decisão: 14/11/2021
Recorrente: CENTRO OESTE COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS E UTI
CNPJ: 29.573.676/0001-56
Número do Processo: 25351.931438/2020-34
Expediente: SEI 1497096
Data do protocolo: 20/04/2021
Prazo máximo para decisão: 17/10/2021
Recorrente: CHAIN SERVIÇOS DE LOGÍSTICA LTDA.
CNPJ: 37.240.328/0001-95
Número do Processo: 25351.658459/2020-08
Expediente: 1397272/21-0
Data do protocolo: 12/04/2021
Prazo máximo para decisão: 09/10/2021
Recorrente: CHINERVA IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
CNPJ: 31.802.632/0001-00
Número do Processo: 25351.535914/2021-71
Expediente: 2367968/21-9
Data do protocolo: 18/06/2021
Prazo máximo para decisão: 15/12/2021
Recorrente: COMERCIO DE MEDICAMENTOS POPULAR LTDA.
CNPJ: 18.231.855/0004-31
Número do Processo: 25351.258547/2014-57
Expediente: 2426158/21-1
Data do protocolo: 23/06/2021
Prazo máximo para decisão: 20/12/2021
Recorrente: COMERCIO DE MEDICAMENTOS POPULAR LTDA.
CNPJ: 18.231.855/0004-31
Número do Processo: 25351.258547/2014-57
Expediente: 2478583/21-1
Data do protocolo: 26/06/2021
Prazo máximo para decisão: 23/12/2021
Recorrente: COSTA VERDE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 36.489.846/0001-84
Número do Processo: 25351.075810/2021-01
Expediente: 1024208/21-4
Data do protocolo: 16/03/2021
Prazo máximo para decisão: 12/09/2021
Recorrente: DAVILLA COMERCIAL ATACADISTA DE ALIMENTOS E MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 26.806.267/0001-64
Número do Processo: 25351.540061/2020-16
Expediente: 2121737/21-9
Data do protocolo: 01/06/2021
Prazo máximo para decisão: 28/11/2021
Recorrente: DEVALDO SOUSA FEITOSA ME
CNPJ: 06.011.518/0001-07
Número do Processo: 25351.143622/2021-13
Expediente: 1398248/21-6
Data do protocolo: 12/04/2021
Prazo máximo para decisão: 09/10/2021
Recorrente: DROGARIA DE SALES EIRELI
CNPJ: 34.833.019/0001-30
Número do Processo: 25351.629108/2019-48
Expediente: 1447056/21-0
Data do protocolo: 15/04/2021
Prazo máximo para decisão: 12/10/2021
Recorrente: DROGARIA DR. LUIZ LTDA.
CNPJ: 39.418.684/0002-62
Número do Processo: 25351.121323/2021-10
Expediente: 1104840/21-9
Data do protocolo: 22/03/2021
Prazo máximo para decisão: 18/09/2021
Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA MOREIRA CARNEIRO LTDA.
CNPJ: 06.294.259/0001-79
Número do Processo: 25351.450914/2014-72
Expediente: 2255795/21-4
Data do protocolo: 11/06/2021
Prazo máximo para decisão: 08/12/2021
Recorrente: ELITECH LATINO AMERICA LTDA.
CNPJ: 03.611.875/0001-18
Número do Processo: 25351.557674/2021-65
Expediente: 2362370/21-5
Data do protocolo: 18/06/2021
Prazo máximo para decisão: 15/12/2021
Recorrente: EMS SIGMA PHARMA LTDA.
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Número do Processo: 25351.678136/2010-61
Expediente: 2539520/21-9
Data do protocolo: 30/06/2021
Prazo máximo para decisão: 27/12/2021
Recorrente: EMS SIGMA PHARMA LTDA.
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Número do Processo: 25351.678136/2010-61
Expediente: 2539869/21-1
Data do protocolo: 30/06/2021
Prazo máximo para decisão: 27/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A
CNPJ: 61.190.096/0008-69
Número do Processo: 25351.877292/2020-74
Expediente: 2263275/21-1
Data do protocolo: 11/06/2021
Prazo máximo para decisão: 08/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2404391/21-6
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2404421/21-2
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2404948/21-1
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2405204/21-5
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2405406/21-7
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2405549/21-2
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Número do Processo: 25351.222724/2002-23
Expediente: 2405559/21-8
Data do protocolo: 21/06/2021
Prazo máximo para decisão: 18/12/2021
Recorrente: FARMÁCIA CENTRAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 39.497.133/0001-50
Número de Processo: 25351.000121/2021-35
Expediente: 0958709/21-8
Data do protocolo: 11/03/2021
Prazo máximo para decisão: 07/09/2021
Recorrente: FARMACIA E DROGARIA CATARINA LTDA
CNPJ: 39.348.185/0001-65
Número de Processo: 25351.238176/2021-16
Expediente: 1443782/21-1
Data do protocolo: 15/04/2021
Prazo máximo para decisão: 12/10/2021
Recorrente: FARMÁCIA LIMA LTDA.
CNPJ: 15.001.625/0001-45
Número do Processo: 25351.754440/2013-54
Expediente: 2246675/21-4
Data do protocolo: 10/06/2021
Prazo máximo para decisão: 07/12/2021
Recorrente: FARMÁCIA MADRE PAULINA LTDA. - ME
CNPJ: 85.341.386/0001-58
Número do Processo: 25351.374572/2014-87
Expediente: 2015049/21-1
Data do protocolo: 25/05/2021
Prazo máximo para decisão: 21/11/2021
Recorrente: FARMÁCIA MADRE PAULINA LTDA. - ME
CNPJ: 85.341.386/0001-58

Número do Processo: 25351.374572/2014-87
Expediente: 2015660/21-0
Data do protocolo: 25/05/2021
Prazo máximo para decisão: 21/11/2021
Recorrente: FARMÁCIA SUA SAÚDE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 39.845.411/0001-13
Número do Processo: 25351.424027/2021-78
Expediente: 1967717/21-1
Data do protocolo: 21/05/2021
Prazo máximo para decisão: 17/11/2021
Recorrente: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA.
CNPJ: 74.036.112/0001-39
Número do Processo: 25351.485418/2021-69
Expediente: 2247033/21-6
Data do protocolo: 10/06/2021
Prazo máximo para decisão: 07/12/2021
Recorrente: FOREVER LIVING PRODUCTS BRASIL LTDA.
CNPJ: 74.036.112/0001-39
Número do Processo: 25351.485874/2021-17
Expediente: 2247031/21-0
Data do protocolo: 10/06/2021
Prazo máximo para decisão: 07/12/2021
Recorrente: FORTALEZA NEGOCIOS E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 40.631.470/0001-78
Número do Processo: 25351.290086/2021-36
Expediente: 1825128/21-9
Data do protocolo: 12/05/2021
Prazo máximo para decisão: 08/11/2021
Recorrente: G. XAVIER DA SILVA - FARMACIA
CNPJ: 11.346.039/0001-81
Número do Processo: 25351.430011/2021-02
Expediente: 2076838/21-9
Data do protocolo: 29/05/2021
Prazo máximo para decisão: 25/11/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25000.006645/98-09
Expediente: 2520780/21-5
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25000.006645/98-09
Expediente: 2522826/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25000.006645/98-09
Expediente: 2523297/21-3
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25000.006645/98-09
Expediente: 2523656/21-3
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25000.006645/98-09
Expediente: 2524151/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Número do Processo: 25351.398558/2021-06
Expediente: 2213277/21-4
Data do protocolo: 08/06/2021
Prazo máximo para decisão: 05/12/2021
Recorrente: GLAUCIO F DA SILVA SOARES & CIA- LTDA.
CNPJ: 21.597.290/0001-72
Número do Processo: 25351.316666/2021-61
Expediente: 1963205/21-9
Data do protocolo: 21/05/2021
Prazo máximo para decisão: 17/11/2021
Recorrente: HOMY INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODS QUIMICOS LTDA.
CNPJ: 43.085.349/0001-86
Número do Processo: 25000.039199/99-73
Expediente: 1850888/21-3
Data do protocolo: 13/05/2021
Prazo máximo para decisão: 09/11/2021
Recorrente: IBIZA COMERCIO IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA.
CNPJ: 39.226.300/0001-29
Número do Processo: 25351.154470/2021-76
Expediente: 1832247/21-0
Data do protocolo: 12/05/2021
Prazo máximo para decisão: 08/11/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187916/2016-61
Expediente: 2520311/21-5
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187916/2016-61
Expediente: 2521758/21-3
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187929/2016-61
Expediente: 2519884/21-5
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187929/2016-61
Expediente: 2521762/21-1
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187943/2016-30
Expediente: 2520056/21-5
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187943/2016-30
Expediente: 2521743/21-6
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187953/2016-51
Expediente: 2519361/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187953/2016-51
Expediente: 2520284/21-8
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187953/2016-51
Expediente: 2521807/21-4
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187971/2016-37
Expediente: 2520178/21-3
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.187971/2016-37
Expediente: 2521775/21-5
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.191533/2016-76
Expediente: 2520324/21-0
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.191533/2016-76
Expediente: 2521813/21-4
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.191582/2016-36
Expediente: 2520419/21-1
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.191582/2016-36
Expediente: 2521816/21-3
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207453/2016-61
Expediente: 2520436/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207453/2016-61
Expediente: 2521913/21-9
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207457/2016-78
Expediente: 2520457/21-0
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207457/2016-78
Expediente: 2521916/21-8
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207463/2016-83
Expediente: 2521287/21-1
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207463/2016-83
Expediente: 2521938/21-1
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021

Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207465/2016-31
Expediente: 2520552/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207465/2016-31
Expediente: 2521948/21-7
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207470/2016-18
Expediente: 2521259/21-7
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.207470/2016-18
Expediente: 2522015/21-4
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213082/2016-41
Expediente: 2521268/21-6
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213082/2016-41
Expediente: 2522022/21-1
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213095/2016-40
Expediente: 2521273/21-0
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213095/2016-40
Expediente: 2522027/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213095/2016-40
Expediente: 2522033/21-2
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213113/2016-51
Expediente: 2521373/21-4
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213113/2016-51
Expediente: 2521934/21-6
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213181/2016-26
Expediente: 2521398/21-7
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: ICONACY ORTHOPEDIC IMPLANTS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 07.372.557/0001-00
Número do Processo: 25351.213181/2016-26
Expediente: 2522057/21-9
Data do protocolo: 29/06/2021
Prazo máximo para decisão: 26/12/2021
Recorrente: INDEOV LTDA.
CNPJ: 28.802.188/0001-00
Número do Processo: 25351.199355/2021-21
Expediente: 2299277/21-4
Data do protocolo: 14/06/2021
Prazo máximo para decisão: 11/12/2021
Recorrente: KOSMETIK INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA.
CNPJ: 11.508.408/0001-95
Número do Processo: 25351.313512/2019-01
Expediente: 0566516/21-7
Data do protocolo: 11/02/2021
Prazo máximo para decisão: 10/08/2021
Recorrente: LABRA REGENERA COMERCIO E INDUSTRIA DE NUTRIMENTOS SAUDAVEIS LTDA.
CNPJ: 35.634.256/0001-35
Número do Processo: 25351.290683/2021-61
Expediente: 2469249/21-2
Data do protocolo: 25/06/2021
Prazo máximo para decisão: 22/12/2021
Recorrente: LABRA REGENERA COMERCIO E INDUSTRIA DE NUTRIMENTOS SAUDAVEIS LTDA.
CNPJ: 35.634.256/0001-35
Número do Processo: 25351.439609/2021-59
Expediente: 2346200/21-1
Data do protocolo: 17/06/2021
Prazo máximo para decisão: 14/12/2021
Recorrente: LIFETRONIK MEDICAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
CNPJ: 11.668.411/0002-57
Número do Processo: 25351.502024/2021-82
Expediente: 2351663/21-1
Data do protocolo: 17/06/2021
Prazo máximo para decisão: 14/12/2021
Recorrente: LOGMED RIO ARMAZENAGEM E TRANSPORTE LTDA.
CNPJ: 22.044.907/0001-95
Número do Processo: 25351.486298/2021-17
Expediente: 2114854/21-3
Data do protocolo: 01/06/2021
Prazo máximo para decisão: 28/11/2021
Recorrente: LUCAS KIYOSHI KISHIMA
CNPJ: 16.455.372/0001-42
Número do Processo: 25351.205246/2021-50
Expediente: 1447306/21-0
Data do protocolo: 15/04/2021
Prazo máximo para decisão: 12/10/2021
Recorrente: M.H.L DROGARIA LTDA.
CNPJ: 09.396.401/0004-20
Número do Processo: 25351.089901/2013-14
Expediente: 1055667/21-2
Data do protocolo: 18/03/2021
Prazo máximo para decisão: 14/09/2021
Recorrente: MARIA LUISA RODRIGUES DE OLIVEIRA
CPF: 015.***.***-42
Número de Processo: 25351.092491/2021-91
Expediente: 0719524/21-1
Data do protocolo: 23/02/2021
Prazo máximo para decisão: 22/08/2021
Recorrente: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 05.343.029/0001-90
Número do Processo: 25351.365819/2021-01
Expediente: 2082225/21-6
Data do protocolo: 29/05/2021
Prazo máximo para decisão: 25/11/2021
Recorrente: MHE9 LOGISTICA LTDA.
CNPJ: 28.736.063/0001-20
Número do Processo: 25351.451816/2021-81
Expediente: 2000691/21-8
Data do protocolo: 24/05/2021
Prazo máximo para decisão: 20/11/2021
Recorrente: MOOBBILE ELETRIC CORP COMERCIAL ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS
CNPJ: 01.586.961/0001-92
Número do Processo: 25351.661653/2021-43
Expediente: 2504577/21-4
Data do protocolo: 28/06/2021
Prazo máximo para decisão: 25/12/2021
Recorrente: NEO VIDA COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA.
CNPJ: 12.966.706/0001-91
Número do Processo: 25351.792252/2020-53
Expediente: 2364539/21-8
Data do protocolo: 18/06/2021
Prazo máximo para decisão: 15/12/2021
Recorrente: NEO VIDA COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA.
CNPJ: 12.966.706/0001-91
Número do Processo: 25351.957998/2020-19
Expediente: 2364535/21-2
Data do protocolo: 18/06/2021
Prazo máximo para decisão: 15/12/2021
Recorrente: NOVELTY COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS CIRURGICOS E ORTOPEDICOS LTDA.
CNPJ: 21.787.033/0001-01
Número do Processo: 25351.431834/2020-66
Expediente: 2416994/21-2
Data do protocolo: 22/06/2021
Prazo máximo para decisão: 19/12/2021
Recorrente: O.S.S. INDUSTRIA E COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 05.678.757/0001-52
Número de Processo: 25351.011371/2020-10
Expediente: 1517100/21-6
Data do protocolo: 20/04/2021
Prazo máximo para decisão: 17/10/2021
Recorrente: OSVALDO FLORENCIO DE BARROS
CNPJ: 09.196.075/0001-64
Número de Processo: 25351.575904/2008-09
Expediente: 1036253/21-3
Data do protocolo: 17/03/2021
Prazo máximo para decisão: 13/09/2021
Recorrente: PHARMACIAS AQUI TEM ECONOMIA LTDA
CNPJ: 05.287.080/0001-21
Número de Processo: 25351.438300/2014-12
Expediente: 1445365/21-7
Data do protocolo: 15/04/2021
Prazo máximo para decisão: 12/10/2021
Recorrente: RAPHAEL DE SOUZA COSTA
CPF: 736.***.***-49
Número de Processo: 25351.585056/2021-13
Expediente: 2196142/21-2
Data do protocolo: 07/06/2021
Prazo máximo para decisão: 04/12/2021
Recorrente: ROBERTO APRILE TAYAR
CPF: 174.***.***-12
Número de Processo: S/N
Expediente: 2068979/21-7
Data do protocolo: 28/05/2021
Prazo máximo para decisão: 24/11/2021
Recorrente: SA FABRICA DE TECIDOS SAO JOAO EVANGELISTA
CNPJ: 21.555.008/0001-94
Número do Processo: 2476497
Expediente: 2246466/21-1
Data do protocolo: 10/06/2021
Prazo máximo para decisão: 07/12/2021
Recorrente: STANLEY DE ALMEIDA ARAUJO
CPF: 054.***.***-07
Número de Processo: S/N
Expediente: 1718662/21-1
Data do protocolo: 04/05/2021
Prazo máximo para decisão: 31/10/2021
Recorrente: TOP PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 07.556.851/0001-64
Número do Processo: 25351.557936/2021-91

Expediente: 2438905/21-2
Data do protocolo: 23/06/2021
Prazo máximo para decisão: 20/12/2021
Recorrente: TOPLIMP CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA EIRELE
CNPJ: 02.959.357/0001-27
Número do Processo: 25351.269797/2021-41
Expediente: 1933350/21-1
Data do protocolo: 19/05/2021
Prazo máximo para decisão: 15/11/2021
Recorrente: UNIAO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
CNPJ: 17.442.709/0001-40
Número do Processo: 25351.929396/2020-71
Expediente: 0672468/21-2
Data do protocolo: 19/02/2021
Prazo máximo para decisão: 18/08/2021
Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA.
CNPJ: 30.222.814/0001-31
Número do Processo: 25351.387344/2021-04
Expediente: 2192974/21-2
Data do protocolo: 04/06/2021
Prazo máximo para decisão: 01/12/2021
Recorrente: YAH SHENG CHONG COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
CNPJ: 60.675.865/0001-80
Número do Processo: 25351.508446/2021-61
Expediente: 2198615/21-5
Data do protocolo: 07/06/2021
Prazo máximo para decisão: 04/12/2021

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

DESPACHO Nº 104, DE 27 DE JULHO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 695/2021, de 20 de julho de 2021, resolve:

Art. 1° Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lote de produto para diagnóstico in vitro registrado conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Adapt Produtos Oftalmológicos LTDA.
CNPJ: 96.382.429/0001-60
NÚMERO DO PROCESSO: 25351.576812/2020-24
NÚMERO DO EXPEDIENTE: 2669320/21-8
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: KIT DE TESTE RÁPIDO COVID-19 IgG/IgM
NÚMERO DO REGISTRO: 80192010076
LOTE NÃO APROVADO: 20200805

1ª DIRETORIA
GERÊNCIA DE SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS E ÓRGÃOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.918, DE 26 DE JULHO DE 2021

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 120, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n. 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições referentes a ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Nome da empresa solicitante: Biomarin Brasil Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 08.002.360/0001-34
Número do processo: 25351.713134/2017-91; 25351.708426/2017-11
Expediente: 2297906/17-9; 2291143/17-0
CE/Documento de importação: Atualização do CE 2001/18

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE GESTÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHO DA GERÊNCIA Nº 33, DE 26 DE JULHO DE 2021

O Gerente de Gestão da Arrecadação, Substituto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 104 aliado com o inciso IV e § 4º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, publicado na seção 1, do DOU nº. 237, de 11 de dezembro 2018, alterada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 315, de 11 de outubro de 2019, publicada na Seção 1, do DOU nº. 199, de 14 de outubro de 2019, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ASTRO INTERNACIONAL S/A CNPJ/CPF: 05.360.244/0001-07
25752.344809/2016-80 - AIS:2271571/16-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: AS2 COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP CNPJ/CPF: 13.598.814/0001-11
25759.384990/2017-45 - AIS:1417067/17-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.398039/2015-50 - AIS:0575859/15-9 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.397943/2015-91 - AIS:0575716/15-9 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.398010/2015-74 - AIS:0575813/15-1 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.397844/2015-11 - AIS:0575589/15-1 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.397984/2015-97 - AIS:0575767/15-3 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.232919/2015-71 - AIS:0335873/15-9 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CARLOS HENRIQUE RAMOS DE VASCONCELLOS CNPJ/CPF: 10.519.740/0001-92
25751.478044/2019-06 - AIS:2007445/19-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL CNPJ/CPF: 33.042.730/0115-72
25752.360240/2015-71 - AIS:0519045/15-2 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: DIVICLEAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 64.360.712/0001-02
25351.648267/2018-61 - AIS:0898888/18-9 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: E.B DE CASTRO JUNIOR CAFETERIA E INFORMÁTICA -EPP CNPJ/CPF: 08.289.545/0001-71
25757.789353/2015-58 - AIS:1127610/15-0 - GGPAF.D/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.378.779/0008-85
25742.811134/2018-33 - AIS:1141346/18-8 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: NAVEGACAO ALIANCA LTDA CNPJ/CPF: 92.691.609/0001-72
25751.497040/2019-19 - AIS:2060170/19-1 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: ORTOPROX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS EIRELI ME CNPJ/CPF: 16.843.288/0001-04
25351.569625/2018-70 - AIS:0790055/18-4 - GGFIS/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO CNPJ/CPF: 02.709.449/0001-59
25752.229940/2013-69 - AIS:0325362/13-7 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: TRADELINE IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP CNPJ/CPF: 10.887.088/0001-69
25757.532848/2017-38 - AIS:1994810/17-7 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
.AUTUADO: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 43.426.626/0001-77
25351.102213/2017-29 - AIS:0296245/17-4 - GGFIS/ANVISAPENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: BRASQUIL QUIMICA BRASILEIRA LTDA CNPJ/CPF: 00.493.562/0001-14
25351.214725/2017-19 - AIS:0662860/17-5 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.398113/2015-66 - AIS:0575959/15-5 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.202983/2016-27 - AIS:2063774/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
AUTUADO: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE CNPJ/CPF: 33.592.510/0001-54
25752.177531/2016-01 - AIS:2007272/16-4 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. CNPJ/CPF: 44.734.671/0001-51
25351.538803/2017-30 - AIS:2004106/17-3 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
AUTUADO: ELI LILLY DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 43.940.618/0001-44
25351.136013/2017-89 - AIS:0398939/17-9 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA
AUTUADO: ICL BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 03.353.785/0003-36
25351.121088/2017-51 - AIS:0357300/17-1 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
AUTUADO: KADMOS AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 18.492.040/0001-63
25752.122040/2016-99 - AIS:1907786/16-6 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: KADMOS AGENCIA MARITIMA LTDA CNPJ/CPF: 18.492.040/0001-63
25752.122041/2016-18 - AIS:1907810/16-2 - GGPAF.D/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE
AUTUADO: LAPON INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - EPP CNPJ/CPF: 35.356.799/0001-38
25351.384938/2017-50 - AIS:1416862/17-6 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MERCK S/A CNPJ/CPF: 33.069.212/0001-84
25351.383664/2017-78 - AIS:1413472/17-1 - GGFIS/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)
AUTUADO: ANDRADE SERVIÇOS GERAIS EIRELI -EPP
25741.189224/2018-46 - AIS:0267193/18-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
25752.310600/2015-81 - AIS:0445516/15-9 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: GESHA CAFES DE ORIGEM LTDA EPP
25751.200012/2019-99 - AIS:0306268/19-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: GUINMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA ME
25752.218537/2015-31 - AIS:0315703/15-2 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: GUINMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA ME
25752.217220/2015-01 - AIS:0314011/15-3 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: modec serviços de petroleo do brasil ltda
25752.399083/2015-81 - AIS:0577335/15-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: phz indústria e comércio de produtos naturais ltda

25351.592149/2018-91 - AIS:0820249/18-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.
25752.378012/2015-42 - AIS:0545652/15-5 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: Sobrare Servemar Ltda
25752.340165/2015-55 - AIS:0489036/15-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: VGR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA-ME
25752.415170/2015-41 - AIS:0601533/15-6 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Prescrito
AUTUADO: AGUSS INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA -ME
25351.679076/2019-21 - AIS:3250313/19-0 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
25752.246549/2017-10 - AIS:0808051/17-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR)
25745.138985/2017-92 - AIS:0406024/17-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: COOPERATIVA POPULAR AMIGOS DO MEIO AMBIENTE LTDA
25752.376470/2016-03 - AIS:2319016/16-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: DISACRE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25351.084789/2016-42 - AIS:1804881/16-1 - GGFIS.D/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: ELI LILLY DO BRASIL LTDA
25759.155245/2016-23 - AIS:1958941/16-7 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: FARSTAD SHIPPING LTDA
25752.421054/2016-68 - AIS:2387092/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: GALAXIA MARITIMA S.A.
25752.329006/2016-42 - AIS:2248439/16-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: GOIAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI
25351.084822/2016-52 - AIS:1804929/16-0 - GGFIS.D/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: GOL LINHAS AEREAS
25742.094240/2018-41 - AIS:0134926/18-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência)
AUTUADO: GUARAFLEX PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
25351.650221/2019-92 - AIS:3103261/19-3 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA
25351.042821/2020-16 - AIS:0205000/20-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)
AUTUADO: JFC BRASIL IMPORTADORA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
25767.991518/2016-19 - AIS:1543168/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
25752.577969/2016-32 - AIS:2621085/16-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: NATUCID LIFESCIENCE INDUSTRIA QUIMICA EIRELI
25351.675301/2019-51 - AIS:3223054/19-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência)
AUTUADO: NEOMEX HOSPITALAR LTDA
25761.093561/2016-41 - AIS:1840122/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: Portofer Transporte Ferroviário Ltda
25767.024180/2016-18 - AIS:1632531/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: REM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.024804/2017-92 - AIS:0076924/17-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 64.000,00 (Sessenta e quatro mil reais)
AUTUADO: SCHARLAB BRASIL MATERIAL PARA LABORATÓRIO S/A
25759.123062/2016-96 - AIS:1914799/16-6 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: Soap Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda - ME
25351.288007/2016-42 - AIS:2187567/16-7 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: sorriso supermercados ltda
25351.675277/2019-50 - AIS:3223048/19-6 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: sunnyday industria manipulacao e comercio de cosmeticos ltda)
25351.130399/2017-18 - AIS:0379366/17-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: TOTALMIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25351.615059/2017-02 - AIS:2158311/17-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)
AUTUADO: ZIMEX BRASIL REPRESENTACOES, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
25351.719929/2019-75 - AIS:3446608/19-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: APRZ RESTAURANTE EIRELI EPP CNPJ/CPF: 23.937.185/0001-60
25751.507632/2017-94 - AIS:1889171/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 124.000,00 (Cento e vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA. CNPJ/CPF: 54.858.014/0001-70
25759.294961/2016-68 - AIS:2197596/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: H.T.C.G. PRODUTOS NATURAIS LTDA CNPJ/CPF: 07.526.400/0001-84
25351.666159/2018-70 - AIS:0924658/18-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: Multilog Brasil S.A. CNPJ/CPF: 60.526.977/0203-66
25751.151962/2020-16 - AIS:3433484/20-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)
AUTUADO: SOLSTAD OFFSHORE LTDA CNPJ/CPF: 10.708.419/0001-56
25752.446828/2016-71 - AIS:2423827/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)
AUTUADO: antares brasil indústria e comércio de alimentos ltda
25752.535145/2016-51 - AIS:2550368/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.150858/2016-75 - AIS:1947666/16-3 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.150857/2016-46 - AIS:1947624/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.230062/2016-59 - AIS:2106682/16-5 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.230066/2016-65 - AIS:2106695/16-7 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.106669/2016-41 - AIS:1868709/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
25752.377038/2016-18 - AIS:2320163/16-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
25752.315493/2016-71 - AIS:2226751/16-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.
25761.014095/2017-02 - AIS:0044925/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: FUN COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA
25351.631006/2019-92 - AIS:2653817/19-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: GRU AIR SIDE HOTELARIA S.A.
25759.200649/2019-13 - AIS:0307458/19-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: LABORATORIO CATARINENSE LTDA
25351.178207/2016-99 - AIS:2008729/16-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A
25351.094350/2016-03 - AIS:1841396/16-0 - GGFIS.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: RESPIRATORY CARE HOSPITALAR LTDA
25351.511895/2016-04 - AIS:2518173/16-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: RICARDO MAIA REMIGIO - ME
25351.669008/2017-92 - AIS:2235687/17-8 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AUTUADO: SEGULAH SUSHI RESTAURANTE E BAR LTDA - EPP
25752.484007/2017-57 - AIS:1794186/17-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: SWISSPORT BRASIL LTDA
25761.300407/2017-85 - AIS:1063137/17-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: TRANSHIP TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.295389/2016-56 - AIS:2198278/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A
25752.295152/2016-98 - AIS:2197995/16-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.513600/2016-13 - AIS:2520955/16-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA
25752.187630/2016-71 - AIS:2032354/16-9 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
25752.597819/2016-19 - AIS:2667370/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais)
AUTUADO: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A
25752.197586/2016-16 - AIS:2052595/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
25752.429688/2016-85 - AIS:2400518/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
25752.630756/2015-78 - AIS:0903209/15-6 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: Cavo serviços e meio ambiente s.a.
25767.525375/2016-61 - AIS:2539196/16-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: C.B.S MÉDICO CIENTÍFICA S/A
25351.274000/2019-11 - AIS:0416169/19-6 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: companhia brasileira de offshore
25752.441210/2016-83 - AIS:2416040/16-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)
AUTUADO: CONCESSIONARIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S.A.
25752.235889/2016-59 - AIS:2115544/16-5 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
25759.585329/2016-18 - AIS:2634638/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: DHL EXPRESS (BRASIL) LTDA
25759.513740/2017-26 - AIS:1913369/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: FAMADER FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
25351.732176/2019-93 - AIS:3510906/19-8 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÀO S.A
25759.055967/2017-62 - AIS:0165202/17-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA
25351.129417/2014-41 - AIS:0175673/14-7 - GFIMP.D/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.
25752.404557/2016-16 - AIS:2363723/16-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S. A.
25752.670779/2012-64 - AIS:0960645/12-9 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: wilson, sons offshore s.a
25752.295158/2016-52 - AIS:2198018/16-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: astromaritima navegação s/a
25752.570574/2016-80 - AIS:2608198/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A
25752.681398/2017-56 - AIS:2253814/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: CARREFOUR COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA
25767.436373/2016-18 - AIS:2409931/16-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DA PARAIBA

25755.203244/2017-05 - AIS:0612321/17-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: ECOPLAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
25752.833707/2018-61 - AIS:1174632/18-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - iNFRAERO
25742.151807/2017-08 - AIS:0453011/17-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: LOGUS COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - EPP
25759.446909/2016-80 - AIS:2424009/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
25351.295718/2017-18 - AIS:1038625/17-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.
25767.168042/2016-36 - AIS:1987974/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: PHZ IND. E COM. DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
25351.091213/2020-35 - AIS:0418057/20-7 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: PW LUB COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA
25351.290792/2019-63 - AIS:0441620/19-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: SOLSTAD OFFSHORE LTDA
25752.344547/2016-75 - AIS:2271343/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais)
AUTUADO: SWEY QUÍMICA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-EPP
25351.675737/2018-69 - AIS:0939088/18-0 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: UNIVERSAL CHEMICAL LTDA
25351.479632/2017-08 - AIS:1785827/17-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: wilson, sons offshore s.a
25752.475117/2019-90 - AIS:1999622/19-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. CNPJ/CPF: 61.082.426/0016-02
25351.347490/2017-37 - AIS:1255514/17-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: MEDNUTRITION INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E ALIMENTICIA LTDA - ME CNPJ/CPF: 11.635.599/0001-56
25351.078696/2019-49 - AIS:0119523/19-9 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
AUTUADO: RZ Comércio Internacional LTDA CNPJ/CPF: 13.553.502/0001-91
25748.467098/2016-80 - AIS:2450464/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS SA CNPJ/CPF: 02.012.862/0022-94
25759.589371/2018-23 - AIS:0816661/18-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: ACAMIN NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARITIMOS LTDA. CNPJ/CPF: 08.924.999/0001-77
25752.075682/2017-15 - AIS:0217617/17-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)
AUTUADO: CACTUS INDUSTRIAL LTDA - ME CNPJ/CPF: 35.476.126/0001-11
25351.638586/2017-87 - AIS:2191537/17-7 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.069896/2017-65 - AIS:0204049/17-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.215172/2016-08 - AIS:2084870/16-6 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA CNPJ/CPF: 00.649.990/0001-93
25752.215173/2016-21 - AIS:2084889/16-7 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: companhia brasileira de offshore CNPJ/CPF: 13.534.284/0001-48
25752.392753/2016-55 - AIS:2345692/16-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 02.630.719/0001-31
25752.422101/2016-00 - AIS:2389033/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: GARI TRANSPORTES E LIMPEZA LTDA CNPJ/CPF: 51.643.054/0001-06
25767.525313/2016-09 - AIS:2539089/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
AUTUADO: HUGO DO COUTO LANCHONETE E CAFETERIA CNPJ/CPF: 26.474.119/0001-90
25752.571216/2016-07 - AIS:2608973/16-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 09.098.215/0001-61
25752.322306/2016-75 - AIS:2237396/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: NORSKAN OFFSHORE LIMITADA CNPJ/CPF: 04.023.447/0002-18
25752.208223/2016-58 - AIS:2073978/16-8 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: sertrading br ltda CNPJ/CPF: 04.626.426/0007-00
25748.469920/2017-92 - AIS:1742847/17-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: subsea7 do brasil serviços ltda CNPJ/CPF: 04.954.351/0001-92
25752.509860/2016-41 - AIS:2513835/16-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA CNPJ/CPF: 04.754.815/0001-17
25752.376414/2016-09 - AIS:2318958/16-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA CNPJ/CPF: 00.423.733/0013-72
25752.474859/2019-06 - AIS:1997270/19-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: AGROWAY AGRONEGÓCIOS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.595.960/0001-77
25351.340010/2017-53 - AIS:1227680/17-4 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: astromaritima navegação s/a CNPJ/CPF: 42.487.983/0001-82
25752.056837/2016-23 - AIS:1727134/16-7 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06
25759.579974/2018-17 - AIS:0803598/18-9 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65
25351.305027/2017-01 - AIS:1076953/17-6 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
AUTUADO: EMS SIGMA PHARMA LTDA CNPJ/CPF: 00.923.140/0001-31
25351.670901/2017-61 - AIS:2237999/17-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)
AUTUADO: ESM COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 10.285.191/0001-39
25767.953552/2016-66 - AIS:1405770/16-1 - GGPAF.D/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 51.780.468/0002-68
25351.219850/2017-40 - AIS:0698261/17-1 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)
AUTUADO: LABORATORIO SIMOES LTDA. CNPJ/CPF: 33.379.884/0001-96
25351.099049/2018-90 - AIS:0141504/18-2 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)
AUTUADO: LINKED STORE BRASIL CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA CNPJ/CPF: 16.932.748/0001-62
25351.611943/2019-21 - AIS:2560123/19-7 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência
AUTUADO: PASSAREDO TRANSPORTE AEREO LTDA CNPJ/CPF: 00.512.777/0001-35
25759.268639/2016-21 - AIS:2160079/16-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO CNPJ/CPF: 02.709.449/0049-01
25757.464068/2016-68 - AIS:2446827/16-4 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO SA CNPJ/CPF: 33.000.167/1111-08
25757.497023/2016-84 - AIS:2491498/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)
AUTUADO: R.M. NUTRIÇÃO ESPORTIVA LTDA -EPP CNPJ/CPF: 21.800.655/0001-14
25351.249432/2017-02 - AIS:0826172/17-5 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
AUTUADO: IULLIA POMIGALOVA CNPJ/CPF: 711.598.854-43
25351.581604/2019-11 - AIS:2384738/19-7 - GGFIS/ANVISA
Penalidade de Nulidade/Insubsistência

CARLOS ALESSANDRO GENEROSO TRIPODE

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 2.923, DE 27 DE JULHO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

---

i3 latin america brasil serviços de pesquisa clínica ltda - 08.190.722/0001-68
Vacina para COVID-19 de partícula semelhante ao coronavírus (CoVLP)
34/2021
25351.284168/2021-41 2829115/21-8
12103 - ENSAIOS CLÍNICOS - Análise Simplificada de Emenda Substancial ao Protocolo Clínico
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
Obinutuzumabe
39/2016
25351.394944/2021-11 1626596/21-3
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolviment

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 2.926, DE 27 DE JULHO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BEIERSDORF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 01.786.983/0001-04
NIVEA SUN TRIPLE PROTECT EXTRA RADIANCE &SMOOTH SPF 50 / TRIPLA PROTEÇÃO &PELE RADIANTE FPS 50
25351.295090/2021-91 / 227210754
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 1327127/21-1
NIVEA SUN TRIPLE PROTECT ACNE OIL CONTROL SPF 50 / TRIPLA PROTEÇÃO &ANTIACNE FPS 50

25351.295142/2021-29 / 227210755
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 1327186/21-7
NIVEA SUN TRIPLE PROTECT ANTI WRINKLE SPF 50 / TRIPLA PROTEÇÃO &ANTISSINAIS FPS 50
25351.295176/2021-13 / 227210756
2871 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Importado / 1327222/21-3

BOTANIC DO BRASIL COSMÉTICOS LTDA ME / 16.872.196/0001-44
PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO FPS 50 DERMACREAM
25351.315985/2020-78 / 267620005
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1019553/21-9
PROTETOR SOLAR CORPO E ROSTO FPS 30 DERMACREAM
25351.316622/2020-50 / 267620007
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1020079/21-5
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 50 DERMACREAM
25351.324178/2020-46 / 267620006
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1020016/21-3

COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA / 85.080.836/0001-04
Loção Hidratante Repelente Advanced Red Apple
25351.254081/2021-40 / 216760195
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1198792/21-3

GONÇALVES E HIDAKA LTDA / 12.620.075/0001-54
ÁLCOOL GEL 70 REAL LIMP
25351.557371/2019-28 / 265360001
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 1099889/21-9

Isdin Produtos Farmaceuticos Ltda / 10.817.114/0001-82
FOTOPROTECTOR ISDIN FUSION WATER COLOR
25351.801961/2020-37 / 253860048
255 - REG. COSMÉTICOS - Retificação de Publicação de Registro / 2874432/21-1

JOHNSON &JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. / 59.748.988/0001-14
NEUTROGENA SUN FRESH DERM CARE MORENA FPS 70
25351.140864/2020-66 / 200921387
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0904111/21-1
NEUTROGENA SUN FRESH DERM CARE NEGRA FPS 70
25351.140870/2020-13 / 200921389
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0904136/21-3
Neostrata Minesol Oil Control FPS 70 Médio Claro
25351.380842/2021-18 / 200921400
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1588918/21-1

LABORATÓRIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA LTDA / 33.524.950/0001-74
ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% CORINTHIANS SEM ESSÊNCIA
25351.225672/2020-29 / 212770057
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3550063/20-2

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 48.561.369/0001-08
ADA TINA SUNSEC FPS 50
25351.237637/2021-33 / 206640920
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1148620/21-4

RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA / 59.557.124/0001-15
SPRAY SBP
25351.109961/2016-90 / 203451012
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 1034926/21-7
SPRAY SBP KIDS
25351.109993/2016-00 / 203451013
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 1035170/21-3
SBP REPELENTE PRO SPRAY
25351.290594/2017-50 / 203451022
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 0968015/21-2
SBP REPELENTE PRO SPRAY KIDS
25351.290602/2017-40 / 203451023
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 0967885/21-3

THE BODY SHOP BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 02.138.397/0001-08
THE BODY SHOP ÁLCOOL GEL HIGIENIZADOR PARA AS MÃOS SAKURA NO KI
25351.210805/2021-43 / 246720021
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1067875/21-2
THE BODY SHOP ÁLCOOL GEL HIGIENIZADOR PARA AS MÃOS LEITE DE BAOBÁ
25351.211044/2021-47 / 246720022
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1068172/21-5

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 2.924, DE 27 DE JULHO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a medida cautelar publicada em desfavor da empresa HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA, CNPJ: 01.571.702/0001-98, publicada na Resolução-RE nº 1.234, de 10 de maio de 2017, no Diário Oficial da União nº 89, de 11 de maio de 2017, Seção 1, pág. 94, devido a insubsistência de recolhimento de lote vencido à época da publicação desta minuta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 2.925, DE 27 DE JULHO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: BRILHARTE COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 17309728000100
Produto - (Lote): TODOS OS PRODUTOS SANEANTES (Todos);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 2873419/21-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.494, DE 24 DE JUNHO DE 2021 (*)

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de credenciamento na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Motivação
Murilo Galhardo Ferreira	1710102217	Calçada Antares, 248 Conj 11 - Alphaville	Santana de Parnaíba/SP	18.044.207/0001-23	Descumprimento do art 5º e do art. 8º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 390/2020

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 124, de 5-7-2021, Seção 1, pág. 97, com incorreção.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.809, DE 15 DE JULHO DE 2021 (*)

O Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir a solicitação de alteração, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), do escopo do(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIERME GONÇALVES DA SILVA

ANEXO

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Motivação
149	Microlab - Laboratório de Análises Microbiológicas e Ambientais	1744843/21-0	Av. C-104, Quadra 355 Lote 15, Sala 01 a 05, nº 1445 - Jardim América	Goiânia/GO	05.691.252/0001-28	Descumprimento dos artigos 3º e 8º da RDC nº 390/2020

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 134, de 19-7-2021, Seção 1, pág. 173, com incorreção.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.810, DE 15 DE JULHO DE 2021 (*)

O Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação inicial na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) do(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIERME GONÇALVES DA SILVA

ANEXO

Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Motivação
Microambiental Laboratório Comércio e Serviços em Água	2552948219	Rua José Ferrari, 99 - Santo Antônio	São Caetano do Sul/SP	68.312.032/0001-66	Descumprimento do art 3°, inciso XIX, da RDC nº 390/2020
Fundação Paulista de Tecnologia e Educação	2622503211	Av. Nicolau Zarvos, 1625 - Jardim Aeroporto	Lins/SP	51.665.727/0001-29	Descumprimento do Art. 4º, inciso VII, da RDC nº 390/2020

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 134, de 19-7-2021, Seção 1, pág. 173, com incorreção.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.877, DE 22 DE JULHO DE 2021 (*)

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ
002	Ortofarma Laboratório de Controle de Qualidade Ltda.	2231256215	BR 040, próximo ao Km 800, número 39 - Empresarial Park Sul	Matias Barbosa/MG	70.976.741/0001-98
015	Laboratórios Ecolyzer Ltda.	2708770217	Rua Romão Puiggari, 898 - Vila das Merces	São Paulo/SP	02.752.024/0001-22

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 139, de 26-7-2021, Seção 1, pág. 177, com incorreção.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.878, DE 22 DE JULHO DE 2021 (*)

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018 e considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

Nome do Laboratório	Expediente	Endereço	Cidade/UF	CNPJ	Motivação
Renylab Laboratório de Controle de Qualidade Ltda	2707837211	Rua Baronesa Maria Rosa, 68 Loja - Boa Morte	Barbacena/MG	07.258.038/0001-08	Descumprimento do art 7º, inciso II da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390/2020

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU nº 139, de 26-7-2021, Seção 1, pág. 177, com incorreção.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÕES DE 27 DE JULHO DE 2021

Nº 80 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente Instituto Buriti, CNPJ nº 08.278.116/0001-07, nos autos do Processo nº 01400.024649/2012-18, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas e restituição dos valores devidos ao erário do projeto cultural "Cinema no Ar Fase 3", Pronac n. 12-7709, com base nas razões contidas na Análise n. º 54/2021/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, bem como no Parecer Jurídico nº 00370/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho nº 01040/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

Nº 81 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente, a BERLIM GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL LTDA-ME, CNPJ nº 18822068/0001-11, nos autos do Processo nº 01400.070492/2015-45, e NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a REPROVAÇÃO da prestação de contas do projeto cultural, nos termos das razões contidas na Análise Técnica nº 21/2021/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, no Parecer nº 00126/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e nos Despachos nº 00324/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e nº 00331/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo.

Nº 82 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente, MARCIA REGINA CORDEIRO, CPF nº XXX.755.909-XX, nos autos do Processo nº 01400.014920/2013-98, e NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas na Nota Técnica nº 25/2021/COAOB/CGARE/DFIND/SEFIC/SECULT, Parecer nº 00208/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e despacho nº 00567/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e nº 00568/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo.

Nº 83 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente, a ARTELL PROMOÇÕES ARTISTICAS E EDITORA LTDA, CNPJ nº 02545460/0001-20, nos autos do Processo nº 01400.021215/2009-61, e RATIFICO A REPROVAÇÃO da prestação de contas do projeto cultural, com a restituição dos recursos ao Fundo Nacional de Cultura - FNC, conforme teor das razões contidas no Ofício nº 302/2021/DIPC/CGPC/SGFT/GSE, Parecer nº 0128/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e no Despacho nº 00319/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo.

Nº 84 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente, a CAPITAL MARKETING LTDA, CNPJ nº 07.663.7021/0001-02, nos autos do Processo nº 01400.015456/2013-57, e NEGO-LHE PROVIMENTO ao recurso, para RATIFICAR A REPROVAÇÃO da prestação de contas do projeto cultural, com a devolução dos recursos ao Fundo Nacional de Cultura - FNC, nos termos das razões contidas na Análise Técnica nº 15/2021/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, Parecer nº 0129/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e nos Despachos nº 00326/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo.

Nº 85 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente, CNPJ nº 38.894.796/0001-46, nos autos do Processo nº 01400.057913/2015-42, e CONCEDO-LHE PROVIMENTO, para considerar aprovada a prestação de contas do projeto Orquestra e Fundação Abrinq III, Pronac 15-4963, com base nas razões contidas na Análise nº 35/2021/CAEPP/CGARE/CGPC/SGFT/GSE, da Secretária-Executiva, bem como no Parecer n. 00235/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho n.º 00616/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

Nº 86 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do recurso interposto pela proponente, a RETRATO BRASILEIRO INTERARTES PROMOÇÕES E EVENTOS MUSICAIS- ME, CNPJ nº 09295931/0001-39, nos autos do Processo nº 01400.000052/2010-16, e DOU PROVIMENTO ao recurso, para aprovar a prestação de contas do projeto cultural, com base nas razões contidas na Análise nº 27/2021/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferência do Ministério do Turismo, no Parecer nº 00236/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, e Despacho nº 614/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

Nº 87 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, NÃO CONHEÇO do pedido de revisão apresentado pelo proponente Instituto de Promoção Cultural Antônia Diniz Dumont - ICAD, CNPJ nº 06.968.431/0001-22, nos autos do Processo nº 72031.005366/2020-71, com a devida ratificação da reprovação da prestação de contas e restituição dos valores devidos ao erário do projeto cultural "Reedição do Livro ABC do Rio São Francisco", Pronac nº 05-10027, com base nas razões contidas na Nota Técnica nº 22/2020/COAOB/CGARE/DFIND/SEFIC/SECULT, da Secretaria Especial de Cultura, no Parecer Jurídico nº 00290/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho nº 00781/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

Nº 88 - Nos termos do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o consignado no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, NÃO CONHEÇO do recurso interposto pelo proponente Educação e Entretenimento Infantil no Brasil LTDA, CNPJ nº 11.678.940/0001-50, nos autos do Processo nº 01400.014592/2014-19, ratificando a reprovação da prestação de contas e a restituição dos valores devidos ao erário do projeto cultural "Diverte Teatro Viajante", Pronac nº 14-4836, com base nas razões contidas no Ofício n.º 524/2021/DIPC/CGPC/SGFT/GSE, no Parecer Jurídico n. 00245/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho n. 00658/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

MARCOS JOSÉ PEREIRA
Ministro

PORTARIA MTUR Nº 25, DE 20 DE JULHO DE 2021

Homologa o tombamento do Centro Histórico de Manaus, no município de Manaus, no estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal; pela Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975; e tendo em vista a manifestação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 69ª reunião, realizada no dia 26 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica homologado, para os efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Centro Histórico de Manaus, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, a que se refere o Processo nº 1.614 - T - 10 (Processo nº 01450.012718/2010-93).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 424, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a aprovação do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211381 - SOMOS COMUNIDADE LABORATORIO CULTURAL
Coreto Cultural Comunicação e Produção Ltda. ME
CNPJ/CPF: 14.653.368/0001-63
Processo: 01400001381202137
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 3.270.853,00
Prazo de Captação: 28/07/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de um laboratório cultural composto por 06 OFICINAS ARTISTICAS, DE GESTÃO E PRODUÇÃO CULTURAL E DE TÉCNICAS DE CENA, em área de risco social e de maneira co-criada com a comunidade, resultando na montagem de 01 MOSTRA DE ARTES CÊNICAS, desenvolvida com participantes das oficinas e artistas desta comunidade.

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º)
210460 - Música a domicílio
D. MARIN DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 08.430.920/0001-51
Processo: 01400000460202121
Cidade: Passo Fundo - RS;
Valor Aprovado: R$ 915.612,50
Prazo de Captação: 28/07/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar apresentação de Música Instrumental, com palco móvel passando pelas ruas de diversas cidades do país, com interpretação de diversos estilos musicais feitas por um pianista e seu piano de cristal e workshops de música para estudantes e professores de Escolas Públicas, como Contrapartidas Sociais.

210462 - Arautos do Gueto - Formando com arte e cultura
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARAUTOS DO GUETO
CNPJ/CPF: 04.027.134/0001-57
Processo: 01400000462202110
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.995,23
Prazo de Captação: 28/07/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto Arautos do Gueto - Formando com Arte e Cultura consiste na atuação da Associação Cultural Arautos do Gueto de atendimento à comunidade do Morro das Pedras e a continuidade da oferta de oficinas, oferecendo além das oficinas de música (musicalização, violão e canto, percussão), uma oficina de Multimídia - vídeo e fotografia, Grafittti e danças urbanas. Haverá uma apresentação de fim de ano com os alunos, na sede da associação e como Contrapartida social, um bate papo dos oficineiros do projeto com os professores e alunosda rede pública, com o objetivo de despertar o interesse dos alunos pelas artes em geral e nortear os professores para didáticas passíveis de serem aplicadas no cotidiano da escola.

211010 - JVL JAZZ & BLUES
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400001010202155
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 535.550,40
Prazo de Captação: 28/07/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização do JVL JAZZ & BLUES com apresentações de artistas do blues e do jazz, sejam locais, nacionais ou internacionais. Paralelamente, serão promovidas master classes com temáticas variadas direcionadas a estudantes e profissionais de música da cidade e serão disponibilizadas 5 (cinco) bolsas de estudo para alunos da rede pública de ensino, com 1 (um) ano de ensino musical em escolas privadas ou públicas de música do município.

ANEXO II

211051 - MPB Festival ANO III
SONIQUE PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.602.556/0001-01
Processo: 01400001051202141
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 468.786,15
Prazo de Captação: 28/07/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de um festival de música popular brasileira, conectando artistas da cena local paraense a grandes nomes já consagrados nacionalmente em shows com ingressos a preços populares. Haverá também uma etapa classificatória, onde bandas do Pará concorrerão para abrir a noite do festival e oficinas sobre a História da Música Brasileira para alunos de escolas e universidades públicas.

PORTARIA Nº 425, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
200055 - SUELEN NARA IAN - TURNÊ
CONSTELAR - ARTE, DIVERSAO E CULTURA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 13.584.611/0001-76
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/07/2021 à 31/12/2021

201634 - O Pescador e a Estrela
PALAVRA Z GESTAO E PLANEJAMENTO DE PRJETOS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.075.103/0001-25
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/03/2021 à 31/12/2021

201906 - Circulação Espetáculos Infantis da Cia Solas de Vento
SOLAS DE VENTO PRODUÇÃO CULTURAL E ARTISTICA S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.917.731/0001-12
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

202536 - O JOGO
MILAH PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 36.766.744/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/06/2021 à 31/12/2021

202812 - O QUE ELA DISSE - MONTAGEM E TEMPORADA
Casa Forte SP Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 20.297.314/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/07/2021 à 31/12/2021
Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

204541 - ILHAS DA MEMÓRIA
PRISCILA SANSON MARTINS
CNPJ/CPF: 299.587.419-20
Cidade: Colombo - PR;
Prazo de Captação: 01/07/2021 à 31/12/2021

ANEXO II

Área: 3 MúSICA (Artigo 26 , § 1º)
205111 - CD Thatband
DENIO DE PAULA E SOUZA
CNPJ/CPF: 320.905.011-20
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 09/07/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 426, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 184598 - Viva Xerém! 2019 - Villa-Lobos, uma viagem pelo Brasil, publicado na portaria nº 0719/18 de 19/11/2018, no D.O.U. em 20/11/2018, para Viva Xerém! Villa-Lobos, uma viagem pelo Brasil.

PRONAC: 185572 - JOÃO DO VALE, O MUSICAL - Projeto de Circulação Nacional, publicado na portaria nº 0768/18 de 13/12/2018, no D.O.U. em 14/12/2018, para "MUSICAL JOÃO DO VALE (O GÊNIO IMPROVÁVEL) - NAS TRILHAS DO MARANHÃO"..

PRONAC: 191296 - A Caixa do Tempo II / 2019, publicado na portaria nº 0415/19 de 15/07/2019, no D.O.U. em 16/07/2019, para A Caixa do Tempo II / 2022.

PRONAC: 193671 - Festival de Inverno de Sabará 2021, publicado na portaria nº 0723/19 de 11/12/2019, no D.O.U. em 12/12/2019, para Festival de Inverno de Sabará 2022.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 83-E, DE 27 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

16-0011 CORAÇÕES E MENTES - ESCOLAS QUE TRANSFORMAM
Processo: 01580.085003/2015-89
Proponente: MARIA FARINHA FILMES E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 12.396.390/0001-40
Valor total aprovado: de R$ 1.184.620,00 para R$ 202.571,81
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 325.389,00 para R$ 192.443,22
Aprovado no âmbito do Circuito Deliberativo nº. 41-E, encerrado em 06/07/2021
Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 2º Aprovar as análises complementares dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

18-0694 O RELATÓRIO OTA DO SEXO
Processo: 01416.009588/2018-85
Proponente: LUCIANA GOMES DA SILVA DRUZINA ME
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 13.100.305/0001-17
Valor total aprovado: de R$ 975.000,00 para R$ 793.891,11
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 400.000,00 para R$ 204.196,55
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 125.000,00 para R$ 150.000,00
Aprovado no âmbito do Circuito Deliberativo nº. 5-E, encerrado em 26/11/2020
Prazo de captação: até 31/12/2021

17-0501 DISPOSIÇÕES AMORÁVEIS
Processo: 01416.024037/2017-61
Proponente: IYÁ OMIN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.261.948/0001-75
Valor total aprovado: de R$ 2.340.000,00 para R$ 2.313.244,73
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.223.000,00 para R$ 2.197.582,49
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2020

Art. 3º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

MAURO GONÇALVES DE SOUZA

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA SAÚDE

PORTARIA Nº 14, DE 27 DE JULHO DE 2021

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.026560/21-12, que tem como interessada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referente a: Apurar todas as circunstâncias das irregularidades envolvendo a incineração de kits de testagem de Covid-19, realizada no Depósito de Medicamentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

CLAYTON DA SILVA GERMANO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 417, DE 27 DE JULHO DE 2021

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS NO ESTADO DE SERGIPE - SEEB/SE (CNPJ 13.040.795/0001-03), autuada sob o número 000082.2021.20.000/1, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO DURANTE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE NACIONAL (PANDEMIA DE COVID-19); e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor do BANCO BRADESCO S.A. (CNPJ 60.746.948/0001-12). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume. Publique-se.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Defensoria Pública da União

CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA CGDPU Nº 7, DE 26 DE JULHO DE 2021

O CORREGEDOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 13, inciso I, da Lei Complementar nº 80/1994 e artigo 4º, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado pela Resolução CSDPU nº 73/2013, resolve:

Art. 1º. Tornar público o seguinte calendário de correições ordinárias e inspeções funcionais em unidades da Defensoria Pública da União:

Volta Redonda / RJ	13 e 14 de setembro de 2021
Niterói / RJ	16 e 17 de setembro de 2021
Vitoria / ES	27 e 28 de setembro de 2021
Linhares / ES	20 e 30 de setembro de 2021

FABIANO CAETANO PRESTES

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 1.286, DE 23 DE JULHO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA SEI 14397/2020, resolve:

Art. 1º Remanejar/Transformar as Funções Comissionadas e Cargos em Comissão, abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

item	código CJ/FC	nível, descrição e origem CJ/FC	nível, descrição e destino CJ/FC
1	5939	FC-05 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - AJA	FC-05 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
2	5938	FC-05 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - AJA	FC-05 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
3	5937	FC-05 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - AJA	FC-05 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
4	5936	FC-05 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - AJA	FC-05 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
5	5935	FC-05 da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência - AJA	FC-05 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
6	5942	CJ-02 da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência - AJA	CJ-02 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
7	5941	CJ-02 da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência - AJA	CJ-02 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
8	5940	CJ-02 da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência - AJA	CJ-02 da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
9	5943	CJ-03 de Assessor da Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência - AJA	CJ-03 de Consultor Chefe, da Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA
10	6380	FC-05 da Secretaria de Assistência e Benefícios - SEAB	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software VIII - NUSOF8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 591, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dá publicidade externa à Instrução Eleitoral do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06, para o mandato de janeiro de 2022 a janeiro de 2026.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros Federais presentes na 378ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 11 de junho de 2021; resolve:

Art. 1º É dada publicidade externa à Instrução Eleitoral que regulamenta o processo para eleição e posse dos Conselheiros do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06, para o mandato de janeiro de 2022 a janeiro de 2026.

Parágrafo único. Cópia da íntegra da Instrução Eleitoral encontra-se na sede do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06, e no site do CRBio-06: www.crbio06.gov.br, à disposição dos interessados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EDUARDA LACERDA DE LARRAZÁBAL DA SILVA
Presidente do Conselho

INSTRUÇÃO ELEITORAL QUE REGULAMENTA O PROCESSO PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 6ª REGIÃO - CRBio-06 PARA O MANDATO DE 12 DE JANEIRO DE 2022 A 11 DE JANEIRO DE 2026

O Conselho Federal de Biologia - CFBio a teor do disposto no inciso III do art. 6º do seu Regimento, resolve baixar a seguinte Instrução Eleitoral, que regulamenta o processo de eleição e posse dos membros do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06 com jurisdição nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, para o mandato referente ao período de 12 de janeiro de 2022 a 11 de janeiro de 2026.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A eleição dos membros do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06 obedecerá ao disposto nesta Instrução Eleitoral, sem prejuízo das demais normas legais.

Art. 2º Serão eleitos dez Conselheiros Efetivos e igual número de respectivos Suplentes.

§ 1º Os Conselheiros cumprirão um mandato com duração de quatro anos.

§ 2º O prazo do mandato contar-se-á a partir da investidura dos Conselheiros na data de posse, registrada por ato formal em livro próprio.

Art. 3º Adotar-se-á para a eleição o sistema de voto direto eletrônico, obrigatório, secreto e pessoal, na forma desta Instrução Eleitoral.

Art. 4º A eleição será convocada pelo Presidente do Conselho Regional de Biologia, por Aviso de Eleição publicado no Diário Oficial da União - DOU, no site do CRBio-06: www.crbio06.gov.br, bem como, afixado na sede do CRBio-06 dele constando obrigatoriamente:

I - os cargos a serem preenchidos e o período do mandato;

II - as formalidades para apresentação dos pedidos de inscrição de chapas, nos termos do art. 13 desta Instrução Eleitoral;

III - a informação de que cada chapa poderá indicar um fiscal para acompanhar a apuração;

IV - o período em que a Comissão Eleitoral receberá os pedidos de inscrição de chapas;

V - a informação de que a presente Instrução Eleitoral encontra-se à disposição dos interessados na sede e no site do CRBio;

VI - a data e o local da apuração dos votos;

VII - a obrigatoriedade do voto, com referência às condições para seu exercício e à multa eleitoral, conforme art. 8º da Lei nº 6.684/79 e art. 19 do Decreto nº 88.438/83.

§ 1º O Aviso de Eleição será publicado no Diário Oficial da União - DOU, até o dia 20 de agosto de 2021.

§ 2º A Portaria que cria a Comissão Eleitoral, bem como o Aviso de Eleição serão afixados em local visível na sede e divulgados no site do CRBio, até o dia 20 de agosto de 2021.

§ 3º A senha provisória de votação será enviada por correspondência, a ser postada até o dia 19 de novembro de 2021, e também poderá ser obtida pelo Biólogo através do Sistema de Eleição constante no site do CRBio até o último dia de votação.

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 5º O CRBio editará Portaria própria, até 27 de agosto de 2021, criando a Comissão Eleitoral e nomeando seus membros efetivos e suplentes, que será afixada em local visível na sede e divulgada no site do CRBio.

Art. 6º A Comissão Eleitoral será composta por cinco Biólogos, sendo três efetivos, um primeiro suplente e um segundo suplente, todos com registro definitivo, em dia com as suas obrigações, inclusive com a Tesouraria.

§ 1º A Comissão Eleitoral será formada por Coordenador, Secretário e Mesário, indicados dentre os três efetivos, sendo que os suplentes serão convocados no caso de impedimento dos efetivos.

§ 2º Ficam impedidos de compor a Comissão Eleitoral os candidatos a Conselheiro, bem como seus parentes até terceiro grau e por afinidade.

§ 3º Ocorrendo inscrição de chapa composta por cônjuge ou parente de membro da Comissão Eleitoral, este será imediatamente destituído da função e substituído.

Art. 7º Compete à Comissão Eleitoral:

I - tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Instrução Eleitoral, assegurando a regularidade do processo eleitoral;

II - receber, processar e julgar os pedidos de inscrição de chapa(s);

III - receber, processar e julgar os recursos apresentados;

IV - requisitar à Diretoria do CRBio o material necessário à votação e a apuração;

V - adotar as providências necessárias para execução do processo de votação e executar a sua apuração, podendo requisitar tantos auxiliares quantos forem necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VI - como último ato, entregar ao Presidente do CRBio duas vias do relatório do resultado do processo eleitoral;

VII - praticar todos e quaisquer atos inerentes ao processo eleitoral.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral receberá o pedido de inscrição de chapa(s), por meio físico, protocolado no CRBio, devidamente acompanhado da documentação exigida nesta Instrução Eleitoral.

DOS ELEITORES

Art. 8º Estão habilitados para votar os Biólogos:

I - com registro definitivo no CRBio, ativo/regular, homologado até a data da convocação das eleições, através do Aviso de Eleição - 24 de agosto de 2021;

II - com registro provisório no CRBio, ativo/regular, homologado até a data da convocação das eleições, através do Aviso de Eleição - 24 de agosto de 2021.

§ 1º Adimplentes até trinta dias antes da data final de votação, quando serão transferidos os dados de ativos/regulares para o Sistema de Votação, onde permanecerão inalterados até o término e homologação da Eleição.

§ 2º Não perderá a condição de eleitor o Biólogo com registro provisório, que solicitar a transferência do seu registro para definitivo.

Art. 9º Não estão habilitados para votar os Biólogos:

I - com registro secundário no CRBio;

II - licenciados;

III - com registro suspenso;

IV - com registro cancelado.

Art. 10. Não poderão votar os Biólogos que estiverem em débito com a Tesouraria, sob pena de incidirem na multa eleitoral prevista no art. 32 desta Instrução Eleitoral.

Parágrafo único. Os Biólogos que estiverem em débito com a Tesouraria deverão regularizar sua situação junto ao CRBio até trinta dias antes da data final de votação, para poder exercer o direito ao voto.

DOS CANDIDATOS, DAS CHAPAS E DAS INSCRIÇÕES

Art. 11. A candidatura dos Biólogos somente será possível através da participação em chapas completas.

Art. 12. São condições para deferimento do pedido de inscrição das chapas:

I - a indicação de dez candidatos para os cargos efetivos e dez candidatos para os respectivos cargos suplentes, registrados e domiciliados na jurisdição;

II - a apresentação integral, de uma só vez, da documentação indicada no § 2º, do art. 13 desta Instrução Eleitoral;

III - a apresentação do pedido de inscrição da chapa, na sede do CRBio, por meio físico, no período de 10 de setembro até 01 de outubro de 2021, no horário de atendimento público, exceto sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único. Considera-se apresentado o pedido de inscrição de chapa na data do seu recebimento na sede do CRBio, por meio físico, quer seja efetuado pessoalmente ou por remessa postal, respeitando-se o período indicado no inciso III acima.

Art. 13. As inscrições serão feitas mediante solicitação do candidato representante da chapa em ofício endereçado ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que será recebido mediante protocolo.

§ 1º O protocolo mencionará a data e o horário do recebimento do pedido de inscrição, expedindo-se imediatamente declaração do ato, em duas vias, sendo uma entregue ao representante da chapa requerente e a outra ao Coordenador da Comissão Eleitoral, devendo ser juntada ao Processo Eleitoral do CRBio.

§ 2º Do pedido de inscrição constará obrigatoriamente o nome da chapa, e será acompanhado dos seguintes documentos:

a) listagem única em que conste o nome, o número e a data da homologação do registro no Sistema CFBio/CRBios, de todos os componentes da chapa, mencionando os candidatos a Conselheiros efetivos e respectivos suplentes;

b) declaração do CRBio informando a situação de todos os candidatos indicados, nos termos do art. 14, desta Instrução Eleitoral, podendo ser apresentada em listagem única;

c) declaração firmada de próprio punho pelo candidato indicado declarando satisfazer as condições de elegibilidade nos termos do art. 14, bem como de não incorrer em inelegibilidade prevista no art. 15, e que, se eleita a chapa, aquele se compromete a assumir como Conselheiro Efetivo ou Suplente, nos termos dos Anexos I e II, que ficam fazendo parte desta Instrução Eleitoral;

d) sumário, de no máximo cinco linhas, sobre a formação acadêmica e atividades profissionais de cada candidato indicado, sendo certo que o excedente será desconsiderado;

e) plataforma eleitoral da chapa, com no máximo dez linhas, contendo filosofia de ação e metas a serem atingidas, para melhor orientação dos eleitores.

§ 3º Todos os documentos exigidos no § 2º deste artigo serão entregues ao protocolo do CRBio dentro de envelope lacrado, assinado pelo candidato representante da chapa que será numerado e rubricado pelo responsável do protocolo.

Art. 14. Somente poderão se candidatar os Biólogos com registro definitivo, ativo/regular, e que:

I - sejam cidadãos brasileiros;

II - estejam em pleno gozo de seus direitos profissionais, civis e políticos, mediante declaração firmada de próprio punho nos termos dos anexos I e II da presente Instrução Eleitoral;

III - sejam domiciliados na jurisdição do CRBio;

IV - no ato da inscrição da chapa estejam em dia com a Tesouraria do CRBio, inclusive com o pagamento da anuidade do ano corrente;

V - estejam inscritos no Sistema CFBio/CRBios há pelo menos cinco anos, podendo ser computado o tempo de Registro Provisório.

Art. 15. São impedidos de se candidatar os Biólogos que:

I - sejam integrantes da Comissão Eleitoral;

II - tenham sido escolhidos para atuar como auxiliar no processo eleitoral;

III - tenham sido condenados em processo criminal com sentença transitada em julgado, nos últimos cinco anos contados da data deste trânsito;

IV - tenham sido apenados, em processo ético disciplinar, com decisão transitada em julgado, na via administrativa, nos últimos cinco anos contados da data deste trânsito;

V - estejam em débito com suas obrigações junto a Tesouraria do CRBio;

VI - estejam no gozo de licença, ou com registro suspenso/cancelado, até a data da publicação do Aviso de Eleição no DOU, pelo CRBio;

VII - sejam assessores ou empregados do Sistema CFBio/CRBios.

Art. 16. Será indeferido, por despacho sintético e fundamentado da Comissão Eleitoral, o pedido de inscrição da chapa:

I - que vier desacompanhado de qualquer um dos documentos indicados no art. 13 desta Instrução Eleitoral;

II - que indicar candidato já inscrito em outra chapa, prevalecendo a inscrição que primeiro for apresentada;

III - verificada a falta de requisitos de elegibilidade, ou o impedimento de qualquer dos candidatos, até o momento da inscrição.

Parágrafo único. O despacho que negar a inscrição da(s) chapa(s) será encaminhado ao candidato representante da chapa interessada e afixado na sede do CRBio.

Art. 17. A relação da(s) chapa(s) regularmente inscrita(s) e de seus candidatos será publicada no Diário Oficial da União - DOU, no site do CRBio e afixada na sede do CRBio, até o dia 15 de outubro de 2021.

Art. 18. Os representantes das chapas poderão interpor recurso à Comissão Eleitoral face à negativa da inscrição da sua chapa ou para questionar chapa inscrita, até às 17h do dia 21 de outubro de 2021, o qual será decidido da seguinte forma.

§ 1º O recurso será encaminhado, por escrito, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, acompanhado de toda a documentação necessária ao seu julgamento.

§ 2º A Comissão Eleitoral julgará, até o dia 28 de outubro de 2021, os recursos apresentados, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos ao representante de chapa.

§ 3º Após o julgamento dos recursos, e havendo qualquer alteração na lista anteriormente publicada, a nova lista, em caráter definitivo, será publicada no Diário Oficial da União - DOU, em até cinco dias após o julgamento pela Comissão Eleitoral, devendo ser afixada em local visível na sede e divulgada no site do CRBio, até o término da apuração.

§ 4º Da decisão da Comissão Eleitoral, referida nos §§ 2º e 3º deste artigo não caberá outro recurso.

DA VOTAÇÃO

Art. 19. A Comissão Eleitoral enviará aos Biólogos Eleitores expediente com orientações para votação e a senha provisória para acesso ao sistema de votação, até o dia 19 de novembro de 2021.

Parágrafo único. A senha provisória para acesso ao sistema de votação também poderá ser obtida no site do CRBio www.crbio06.gov.br.

Art. 20. O processo de votação se dará exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o site do CRBio, sendo inválido o voto por qualquer outro meio.

§ 1º O Coordenador da Comissão Eleitoral dará início, depois de retirada da zerésima, à abertura da votação.

§ 2º A votação ocorrerá eletronicamente tendo início às 09h do dia 01 de dezembro de 2021 com encerramento às 17h do dia 06 de dezembro de 2021, horário de Brasília.

§ 3º Para votação eletrônica via internet, o Biólogo deverá acessar a página do CRBio e seguir para o link de votação.

§ 4º Caso o Biólogo não tenha recebido a senha, deverá entrar no site do CRBio, acessar o link de votação para gerar sua senha.

§ 5º O eleitor deverá seguir as instruções para confirmação de seu voto. Após a votação terá a opção de imprimir o comprovante com data e hora.

§ 6º O CRBio disponibilizará aos Biólogos, em sua sede, no período de votação, um computador para votação eletrônica.

§ 7º A divulgação do procedimento que trata este artigo será efetuada no site do CRBio.

DA APURAÇÃO

Art. 21. A Comissão Eleitoral procederá a apuração dos votos na sede do CRBio, no dia 06 de dezembro de 2021, iniciando-se os trabalhos a partir das 17h05, horário de Brasília.

Art. 22. Caberá à Comissão Eleitoral:

I - validar o relatório final da votação eletrônica com o resultado da eleição, emitido pela empresa responsável;

II - registrar em ata o resultado da eleição, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral, pelos representantes ou fiscais de chapas e demais presentes, que assim o desejarem.

Art. 23. Caberá a uma empresa de auditoria independente validar o processo eleitoral e emitir um laudo de auditoria, em até dois dias úteis, a contar do encerramento da eleição.

Art. 24. Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos, assim declarada pela Comissão Eleitoral, cuja divulgação será feita até 13 de dezembro de 2021 publicada no Diário Oficial da União - DOU, afixada na sede e divulgada no site do CRBio.

Art. 25. No Processo Eleitoral Eletrônico não é admitida a recontagem dos votos, principalmente por não haver registro do voto, garantindo-se a isenção e a confidencialidade do processo de votação, uma vez que o sistema é objeto de auditoria externa.

Art. 26. Da decisão da Comissão Eleitoral que declarar a chapa eleita caberá recurso, por escrito, contendo de forma clara as razões, a ser interposto perante a Comissão Eleitoral, em até quatro dias após a publicação no Diário Oficial da União - DOU, que será decidido na seguinte conformidade:

§ 1º Recebido o recurso, a Comissão Eleitoral poderá, em até dois dias úteis, reconsiderar ou confirmar a sua decisão quanto à declaração da chapa eleita, em despacho fundamentado que será publicado nos mesmos termos do previsto no art. 17 podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos do representante de qualquer das chapas concorrentes, ou a terceiros.

§ 2º Da decisão da Comissão Eleitoral referida no § 1º deste artigo não caberá outro recurso à Comissão Eleitoral ou ao CRBio.

Art. 27. Verificado o empate entre duas chapas, será considerada eleita a chapa cuja soma do tempo de inscrição de seus membros no Sistema CFBio/CRBios seja maior.

Parágrafo único. Persistindo o empate, será considerada eleita a chapa cuja soma das idades de seus membros seja maior.

Art. 28 O resultado da eleição será comunicado, por escrito, ao Presidente do CRBio em até quatro dias úteis, após o prazo final de interposição de recurso.

§ 1º A entrega ao Presidente do CRBio do relatório do processo eleitoral, já organizado e rubricado pelo Coordenador da Comissão Eleitoral, formaliza esta comunicação.

§ 2º O Presidente do CRBio realizará imediatamente a proclamação do resultado, publicando no Diário Oficial da União - DOU, afixando-o em local visível na sede e divulgando no site do CRBio, até 27 de dezembro de 2021.

DA POSSE

Art. 29. Ao CRBio competirá publicar o resultado do processo eleitoral, bem como tomar as devidas providências de comunicação dos resultados da eleição aos Biólogos e informações sobre a posse aos eleitos.

Art. 30. Os Conselheiros eleitos tomarão posse em sessão solene, a ser realizada no dia 12 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. Em caso de reeleição do Presidente para Conselheiro Efetivo, a posse será dada pelo Vice-Presidente e, caso este, pelo Conselheiro Secretário e, no caso deste, pelo Conselheiro Tesoureiro. Caso todos sejam eleitos Conselheiros, o Conselheiro Decano e não eleito, da gestão anterior, dará posse aos novos Conselheiros do CRBio.

Art. 31. Uma vez empossados, os Conselheiros Efetivos procederão à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Os cargos de Conselheiro Secretário e de Conselheiro Tesoureiro serão indicados pelo Presidente eleito e referendados pelo Plenário do CRBio.

MULTA ELEITORAL

Art. 32. Aos Biólogos que deixarem de exercer o dever do voto será imposta uma multa no valor correspondente a vinte por cento do valor da anuidade, nos termos do art. 8º, da Lei nº 6.684/79 e Resolução específica do CFBio.

Art. 33. O Biólogo que deixar de exercer o dever do voto poderá, até noventa dias após a sessão solene de posse dos Conselheiros eleitos, justificar sua ausência ao processo eleitoral, sob um dos seguintes fundamentos:

I - doença comprovada por atestado emitido por profissional legalmente habilitado que o impeça do exercício do direito ao voto;

II - outros motivos considerados relevantes, a critério do Presidente e do Vice-Presidente do CRBio.

Art. 34. Não constituem motivos justificadores:

I - a declaração de não recebimento pelo Biólogo do expediente com as orientações e senha provisória, por motivo de cadastro desatualizado no banco de dados do CRBio;

II - o não exercício do voto pelo Biólogo em débito com a Tesouraria.

Parágrafo único. O Presidente do CRBio poderá nomear comissão especial para analisar e emitir parecer em relação às justificativas e recursos apresentados quanto à multa eleitoral.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Não será permitido qualquer tipo de propaganda das chapas inscritas nas dependências do CRBio.

Art. 36. As chapas poderão indicar, mediante comunicação por escrito, um fiscal para acompanhar a apuração dos votos, até o dia 19 de outubro de 2021.

§ 1º Qualquer Biólogo Eleitor poderá ser indicado como fiscal.

§ 2º Para acompanhar a apuração dos votos o fiscal indicado pela chapa, devidamente credenciado, deverá comparecer à sede do CRBio, no dia da apuração dos votos, eximindo-se o Conselho Regional de Biologia de quaisquer despesas.

§ 3º Não sendo indicado um fiscal pela chapa o benefício instituído no parágrafo anterior será deferido ao representante da chapa, desde que solicite por escrito.

Art. 37. Não havendo inscrição de chapa, ou ocorrendo qualquer causa de nulidade, o processo eleitoral será considerado encerrado, cabendo ao CRBio a convocação de nova eleição.

Parágrafo único. Implicará em nulidade do processo eleitoral a desobediência de qualquer disposição contida nesta Instrução Eleitoral.

Art. 38. Os casos omissos, dúbios ou especiais referentes ao processo eleitoral serão analisados e resolvidos pela Comissão Eleitoral ad referendum da Diretoria do CRBio.

Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente à presente Instrução Eleitoral, a Lei nº 6.684/79, o Decreto nº 88.438/83, o Regimento do CRBio e demais normas pertinentes.

Art. 39. A critério da Comissão Eleitoral poder-se-á dar publicidade dos atos referidos, por outros meios além daqueles já especificados nesta Instrução Eleitoral.

Art. 40. Esta Instrução Eleitoral entra em vigor na data da publicação de Resolução editada pelo Conselho Federal de Biologia - CFBio, dando-lhe publicidade externa.

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, registrado sob nº. _____, DECLARO, para atender aos termos do disposto do art. 13, § 2º, letra "c" que satisfaço as condições de elegibilidade para concorrer às eleições para membro do Conselho Regional de Biologia 6ª Região - CRBio-06, estando em pleno gozo dos meus direitos profissionais, civis e políticos, não incorrendo em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 15, da Instrução Eleitoral, para o mandato de 12 de janeiro de 2022 a 11 de janeiro de 2026 e que, se eleita a chapa, assumirei como Conselheiro Efetivo.

_____
Local e data

_____
Nome por extenso

_____
Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, registrado sob nº. _____, DECLARO, para atender aos termos do disposto do art. 13, § 2º, letra "c" que satisfaço as condições de elegibilidade para concorrer às eleições para membro do Conselho Regional de Biologia 6ª Região - CRBio-06, estando em pleno gozo dos meus direitos profissionais, civis e políticos, não incorrendo em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 15, da Instrução Eleitoral, para o mandato de 12 de janeiro de 2022 a 11 de janeiro de 2026 e que, se eleita a chapa, assumirei como Conselheiro Suplente.

_____
Local e data

_____
Nome por extenso

_____
Assinatura

CALENDÁRIO ELEITORAL ELEIÇÃO CRBio-06
Mandato de 12 de janeiro de 2022 a 11 de janeiro de 2026

Ref.	Descrição	Data
1	Publicação no DOU da Resolução CFBio dando publicidade a Instrução Eleitoral que regulamenta o processo para eleição e posse dos Conselheiros do CRBio-06	Até 20/08/2021 (sexta-feira)
2	Divulgação nos sites do CFBio e do CRBio-06 de cópia da íntegra da Instrução Eleitoral	Até 20/08/2021 (sexta-feira)
3	Publicação no DOU do Aviso de Eleição pelo CRBio-06	Até 24/08/2021 (terça-feira)
4	Portaria CRBio-06 nomeando a Comissão Eleitoral	Até 27/08/2021 (sexta-feira)
5	Prazo para inscrição de chapas ao pleito	De 10/09 (sexta-feira) à 01/10/2021 (sexta-feira)
6	Reunião da Comissão Eleitoral - Análise da(s) chapa(s)	Até 11/10/2021 (segunda-feira)
7	Publicação no DOU da(s) chapa(s) deferida(s)	Até 15/10/2021 (sexta-feira)
8	Indicação de Fiscal de Chapa	Até 19/10/2021 (terça-feira)
9	Recebimento de Recursos pela Comissão Eleitoral	Até às 17h de 21/10/2021 (quinta-feira)
10	Julgamento dos Recursos pela Comissão Eleitoral	Até 28/10/2021 (quinta-feira)
11	Publicação Final das Chapas homologadas, no DOU, em caso da ocorrência de recurso	Até 02/11/2021 (terça-feira)
12	Comissão Eleitoral: Envio de Material Eleitoral com senha provisória	Até 19/11/2021 (sexta-feira)
13	Biólogo: Votação Eletrônica no site www.crbio06.gov.br	Das 9h do dia 01/12 (quarta-feira) até 17h do dia 06/12/2021 (segunda-feira)
14	Apuração - sede do CRBio-06	Às 17h05 do dia 06/12/2021 (segunda-feira)
15	Publicação no DOU do resultado da eleição	Até 13/12/2021 (segunda-feira)
16	Recebimento de Recursos pela Comissão Eleitoral	Até 17/12/2021 (sexta-feira) às 17h
17	Decisão final da Comissão Eleitoral	21/12/2021 (terça-feira)
18	Publicação do resultado final no DOU, em caso da ocorrência de recurso	Até 27/12/2021 (segunda-feira)
19	Sessão solene de posse	12/01/2022 (quarta-feira)
20	Falta do exercício do voto: apresentação de justificativa.	Até 12/04/2022 (terça-feira)

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

RETIFICAÇÃO

No acórdão nº 049714, publicado no DOU, de 25 de maio de 2021, Seção 1, página 222, onde se lê: "049714. Processo nº 000312/2020. Nº Originário:7871/2018. Recorrente: STEFANI GARCIA REZENDE. Recorrido: CRF-GO. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. Ementa: Constitui infração ética manter farmácia ou drogaria sem observar as normas sanitárias e farmacêuticas. Violação aos preceitos de ordem ética. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de suspensão por três meses do exercício profissional, por infração aos artigos 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 12 incisos III, VII, VIII e XIV; 14 incisos IV, VI, XI, XXIII, XXVII, XXIX, XXXII, XXXVI e XXXIX do anexo I, com fundamento no artigo 20 inciso III do anexo I e artigo 9º incisos III, V, X e XIV do anexo III, todos do Código de Ética da Profissão Farmacêutica."; leia-se: "049714. Processo nº 000312/2020. Nº Originário:7871/2018. Recorrente: STEFANI GARCIA REZENDE. Advogado: Gustavo Machado Soares - OAB/GO 27.893. Recorrido: CRF-GO. Relator: GERSON ANTÔNIO PIANETTI. Ementa: Constitui infração ética manter farmácia ou drogaria sem observar as normas sanitárias e farmacêuticas. Violação aos preceitos de ordem ética. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade, em conhecer do recurso para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de suspensão por três meses do exercício profissional, por infração aos artigos 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 12 incisos III, VII, VIII e XIV; 14 incisos IV, VI, XI, XXIII, XXVII, XXIX, XXXII, XXXVI e XXXIX do anexo I, com fundamento no artigo 20 inciso III do anexo I e artigo 9º incisos III, V, X e XIV do anexo III, todos do Código de Ética da Profissão Farmacêutica."

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº CFO-238, DE 23 DE JULHO DE 2021

Institui o Plano Nacional de Fiscalização para o Sistema CFO/CRO's.

A Diretoria do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando o disposto no artigo 4º, alínea "e" da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que estabelece a atribuição do Conselho Federal de Odontologia de promover quaisquer diligências ou verificações relativas ao funcionamento dos Conselhos de Odontologia, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências convenientes a bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de diretoria provisória.

Considerando o disposto no artigo 4º, alínea "g" da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que estabelece a atribuição do Conselho Federal de Odontologia de expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais.

Considerando o disposto no artigo 11, alínea "b" da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que estabelece a competência dos Conselhos Regionais de Odontologia para fiscalizar o exercício da profissão, em harmonia com os órgãos sanitários competentes.

Considerando a necessidade de regulamentar o procedimento de fiscalização no âmbito dos Conselhos Regionais de Odontologia.

Considerando que cabe aos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia a disciplina e a fiscalização da Odontologia em todo o País, a defesa do livre exercício da profissão, bem como o julgamento das infrações à Lei e à Ética.

Considerando a necessidade de assegurar a uniformidade das ações relativas à atividade de fiscalização dos Conselhos Regionais de Odontologia.

Considerando a necessidade de regulamentar a apresentação de projetos e a alocação de recursos destinados a melhorar a eficiência e a eficácia nas atividades de fiscalização do exercício profissional, a fim de que os Conselhos Regionais de Odontologia cumpram a sua missão institucional, resolve,

Art. 1º. Instituir o Plano Nacional de Fiscalização do Sistema CFO/CRO's, com a finalidade de fomentar a fiscalização do exercício das profissões odontológicas e nortear as ações de fiscalização, visando o cumprimento da legislação vigente

Art. 2º. O Plano Nacional de Fiscalização do Sistema CFO/CRO's realiza a padronização de relatórios, procedimentos, documentos e processos, assegurando a efetividade da atribuição dos Conselhos de Odontologia.

Art. 3º. As principais diretrizes para fomentar as atividades da fiscalização são:

I. Orientar os gestores dos Conselhos Regionais para promover uma fiscalização efetiva;

II. Orientar o planejamento, desenvolvimento, monitoramento e avaliação das ações do processo de fiscalização;

III. Recomendar parâmetros mínimos de recursos humanos e materiais; e

IV. Incentivar o aprimoramento técnico-científico da equipe de fiscalização.

Art. 4º. Cabe aos Conselhos Regionais de Odontologia criar e estruturar o setor de fiscalização, organizando e desenvolvendo ações de acordo com diretrizes definidas para o Sistema CFO/CRO's.

§1º. A estrutura mínima de pessoal do setor de fiscalização em cada Conselho Regional será constituída por:

a - 01 (um) Supervisor de Fiscalização;

b - 01 (um) Fiscal;

c - 01 (um) Apoio Administrativo.

§2º. A função de supervisor de fiscalização poderá ser desempenhada por Conselheiro Efetivo ou Suplente ou Cirurgião-Dentista devidamente inscrito na sua jurisdição, designado pela Diretoria do CRO com função honorífica ou funcionário do CRO.

§3º. O ato de fiscalização deverá ser desempenhado por funcionário do Conselho Regional de Odontologia, sendo vedado o exercício da função por Conselheiro Efetivo ou Suplente do Conselho Regional ou Federal de Odontologia.

Art. 5º. Cabe ao Setor de Fiscalização desenvolver as atividades do planejamento anual de fiscalização, atender às denúncias, assegurar o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão, sob a orientação do supervisor de fiscalização, garantindo que os serviços odontológicos sejam prestados dentro dos preceitos éticos.

Art. 6º. O Conselho Federal de Odontologia poderá regulamentar programa para concessão de recursos financeiros para custeio das atividades de fiscalização dos Conselhos Regionais de Odontologia e sua temporalidade.

Parágrafo único. A não adesão ao programa para concessão de recursos financeiros para custeio das atividades de fiscalização dos Conselhos Regionais de Odontologia não desobriga o Conselho Regional do cumprimento dos termos desta Resolução.

Art. 7º. Cada Conselho Regional de Odontologia deverá elaborar o seu Planejamento Anual de Fiscalização e encaminhar ao Conselho Federal de Odontologia, até o dia 15 de agosto de cada ano, contendo este as seguintes informações:

I. Quantidade de profissionais/entidades ativos inscritos em 31/12 (ano anterior), de forma individualizada por categoria (CD, EPAO, TPD, LB, TSB, ASB e APD);

II. Meta de fiscalização, em percentual, de forma individualizada por categoria (CD, EPAO, TPD, LB, TSB, ASB e APD), para o ano vindouro;

III. Total de funcionários do Conselho Regional;

IV. Quantidade de fiscais do Conselho Regional;

V. Quantidade de veículos destinados à fiscalização; e

VI. Previsão de orçamento destinado à fiscalização.

Art. 8º. O Relatório Anual de Fiscalização é o documento de conclusão da execução das atividades de fiscalização do ano anterior, o qual deverá ser encaminhado ao Conselho Federal de Odontologia, até 15 de fevereiro do ano subsequente e deverá conter, necessariamente, as seguintes informações:

I. Número total de profissionais e entidades fiscalizados, indicando o quantitativo de pessoas físicas e pessoas jurídicas, individualizados por categoria (CD, EPAO, TPD, LB, TSB, ASB e APD);

II. Número total de fiscalizações realizadas, indicando o quantitativo referente às proativas (decorrentes do planejamento de fiscalização) e às reativas (decorrentes de denúncias, solicitações ou representações);

III. Número total de denúncias recebidas no CRO;

IV. Percentual do resultado obtido por categoria, com as metas de fiscalização dispostas no Planejamento Anual de Fiscalização;

V. Total de ações realizadas com outros órgãos;

VI. Total de fiscalizações referentes ao exercício ilegal da profissão;

VII. Total de processos referentes ao exercício ilegal da profissão encaminhados ao Ministério Público;

VIII. Comparativo entre o orçamento previsto para o exercício da fiscalização e o executado;

IX. Número total de notificações; e

X. Total de fiscalizações on-line (Internet, mídias sociais).

Art. 9º. Cabe ao Conselho Federal de Odontologia elaborar o manual de fiscalização com a finalidade de orientar e sistematizar o processo de fiscalização em todo território nacional, sugerindo boas práticas para o aperfeiçoamento do fluxo de trabalho e a padronização de procedimentos operacionais, considerando as peculiaridades de cada região brasileira.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO YUKIO MIYAKE
Secretário-Geral

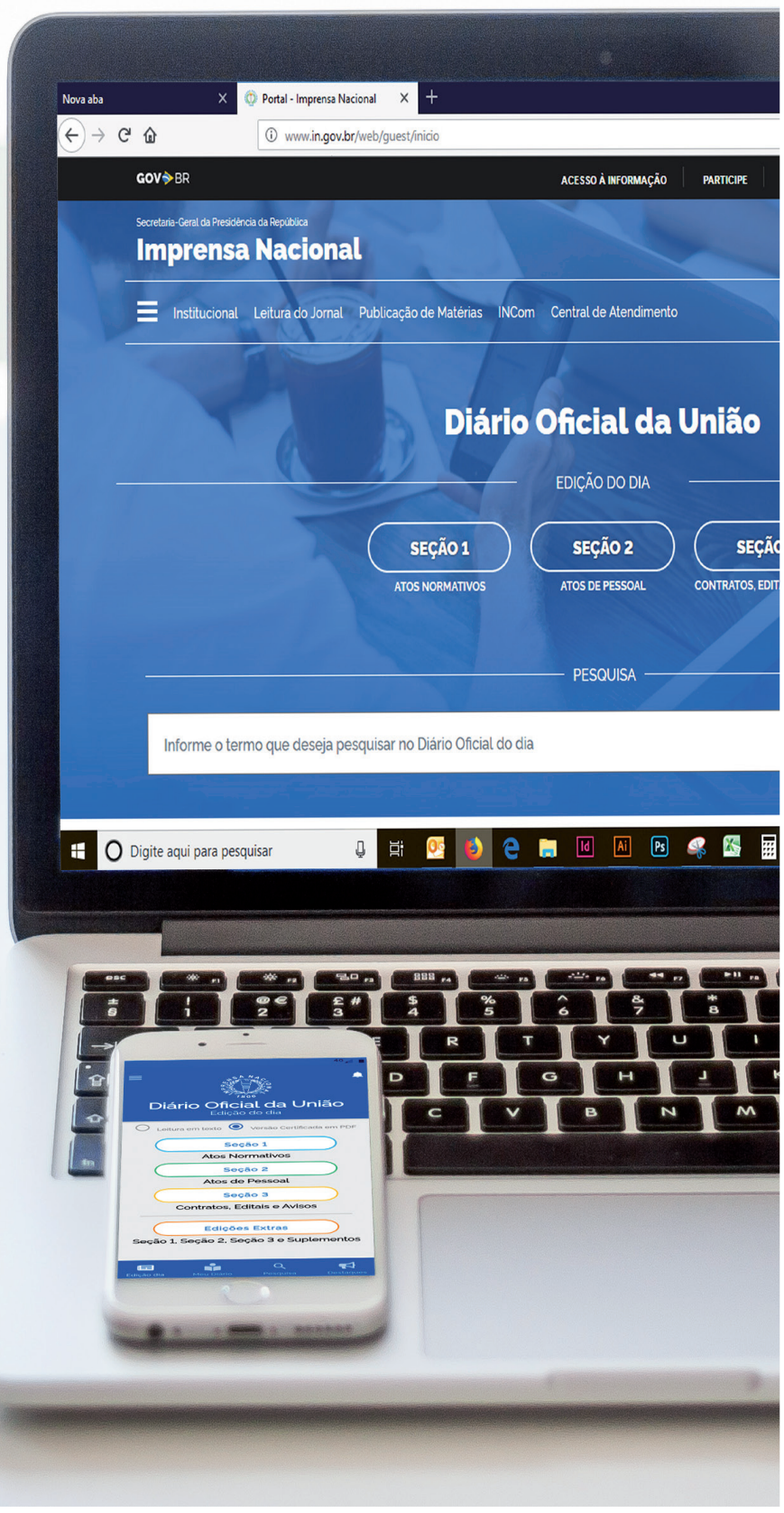
JULIANO DO VALE
Presidente do Conselho

Diário Oficial da União Digital

A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

- Acesso **livre** e **gratuito** às edições
- **Disponibilidade imediata** no momento da publicação
- **Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.
- Edições **completas** e **certificadas**
- Disponibilizado em **diferentes formatos de leitura** (*pdf*, *html*) e em **dados abertos** (*xml*)
- Novas funcionalidades e serviços no **App DOU**



Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas

App Store Google Play

IMPRENSA NACIONAL 1808